

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

Vol. VIII - Nº 01 - Abril 2020 - ISSN 2318-1346



Foto: Sevilla y Sevilla, 2013

HISTÓRIAS DA PAN-AMAZÔNIA E SUAS PERSPECTIVAS NA AMÉRICA DO SUL



REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E
SABERES NA AMAZÔNIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS BRAGANÇA

VOLUME VIII – NÚMERO 01 – ABRIL 2020 – ISSN – 2318-1346

QUALIS B3

Os artigos publicados na Nova Revista Amazônica são indexados por:

Periódicos – CAPES; Diadorim; LivRe – Revistas de Livre Acesso; latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; ROAD – Directory of Open Access Scholarly Resources; CiteFactor – Academic Scientific Journals

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

DOSSIÊ - HISTÓRIAS DA PAN-AMAZÔNIA E SUAS PERSPECTIVAS NA AMÉRICA DO SUL

APRESENTAÇÃO

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Marcos Murrelle Azevedo Cruz _____ 4

A POESIA DE JURANDYR BEZERRA: ORGANIZAÇÃO DOS MANUSCRITOS INÉDITOS DE UM POETA QUASE ESQUECIDO

Paulo Vieira _____ 9

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRESENÇA CHINESA NA BOLÍVIA

Diego Pereira Siqueira _____ 25

ARQUITETURA E URBANISMO NA TRANSAMAZÔNICA: ENTRE O REAL, O IMAGINÁRIO E O UTÓPICO

Renato Leão Rego _____ 45

DOS SIGLOS DE CARTOGRAFÍA EN LA FRONTERA DEL ALTO RIO NEGRO – VAUPÉS ENTRE COLOMBIA Y BRASIL 1774-1976

Gabriel Cabrera _____ 61

**INTERCOMPREENSÃO NA ESCRITA DE LÍNGUAS-CULTURAS INDÍGENAS:
O CASO DA FAMÍLIA JÊ**

Francinete de Jesus Pantoja Pantoja Quaresma

Karina Figueiredo Gaya

Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira _____ 93

TERRA DE NINGUÉM? ESTADO, QUESTÕES AGRÁRIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NAS AMAZÔNIAS BRASILEIRA E PERUANA: DO EXTRATIVISMO AO NEOEXTRATIVISMO PASSANDO PELOS REGIMES MILITARES (1850-2009)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro _____ 113

TRANSAMAZÔNICA: INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR

Matilde De Souza _____ 133

A BOLÍVIA NA INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA DO SUL: INTER-RELAÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS INDÍGENAS DE TERRAS BAIXAS, A IIRSA E O CONFLITO DO TIPNIS

Marta Cerqueira Melo

Aruanã Emiliano Martins Pinheiro Rosa _____ 153

**SOSTENIBILIDAD Y CADENAS AGROPRODUCTIVAS DE CACAO EN EL PERÚ
PERSPECTIVAS DESDE LAS REGIONES PIURA Y SAN MARTÍN**

Lourdes Amparo Lares Acero _____ 179

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ivone dos Santos Siqueira

Thaiane Soeiro Dias

Guilherme Francisco Camarinha Neto

Marcelo Augusto Moreno da Silva Alves _____ 191

SEÇÃO LIVRE

CONECTANDO SABERES NA FORMAÇÃO DOCENTE CAMPESINA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS POR MEIO DO ENSINO DE CIÊNCIAS

Veruschka Silva Santos Melo

Ariadne da Costa Peres Contente _____ 205

“FALA QUE EU TE ESCUTO”: UM ESTUDO SOBRE O TELEVANGELISMO E A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS (IURD) NAS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

João Afonso dos Santos L. Pantoja

Kátia Mendonça _____ 215

VÍDEO ETNOGRÁFICO

II FEIRA CULTURAL QUILOMBOLA, SALVATERRA-PA: ARTE, MÚSICA E SABORES

Karley Ribeiro

Luis Junior Costa Saraiva _____ 229

APRESENTAÇÃO

Diversidade! Esta palavra pode bem sintetizar este volume da Nova Revista Amazônica. Faz-se um passeio não apenas pelas diversas disciplinas vinculadas às ciências humanas, como por países pan-amazônicos, permitindo ao leitor travar contato com amplo espectro do saber a respeito das muitas amazônias que atravessam a América do sul.

No primeiro texto da autoria de Paulo Vieira, intitulado *A poesia de Jurandir Bezerra: organização dos manuscritos inéditos de um poeta quase esquecido* busca-se não somente avaliar a poesia do quase inédito poeta paraense, radicado no Rio de Janeiro, mas demonstrar o trabalho de autêntico garimpo, que Paulo vem realizando no esforço de resgatar os escritos de Jurandir. Antes de uma provável análise de vasta e inédita obra poética, é necessário mostrar como este material está sendo organizado, o que se precisa para atingi-lo, apoiando-se nos conceitos fornecidos pela crítica genética para analisar a poética do escritor belenense.

No texto *Algumas Considerações Sobre a Presença Chinesa na Bolívia*, Diego Pereira Siqueira, realiza uma cuidadosa análise da presença do capital chinês naquele país. Inicialmente observa-se a expansão do capitalismo chinês na América latina, que investe em obras de infraestrutura, exporta manufaturados e importa bens primários, num momento em que governos de centro-esquerda, embora criticassem o modelo neoliberal, perceberam o crescimento chinês, como o ponto de partida para uma melhor redistribuição da renda em seus países, sem precisar tocar nas tradicionais estruturas de dominação. No caso boliviano aonde o Movimento ao Socialismo chegou ao poder, com um discurso indigenista, o alinhamento ao agronegócio foi progressivo, mas irreversível. O capital chinês associado ao Estado seguiu o padrão dos investimentos em infraestrutura, inclusive incorporando um setor médio comerciante *Aymará*. Mesmo com o golpe de Estado contra Evo Morales, pode-se pensar que as relações sino-bolivianas, representando o último papel de fornecedor de matérias-primas não devem ser alteradas.

Renato Leão Rego em *Arquitetura na Transamazônica: entre o Real, o Imaginário e o Utópico*, depois de mostrar o descompasso entre a visão modernista do regime militar e a crítica a esta perspectiva, que já se desenvolvia nos EUA e na Europa desde a década de 1960, observa como José Geraldo Cunha Camargo projetou para o governo Médici um esquema de cidades funcionais, que deveriam estruturar comunidades organizadas numa estrutura piramidal de Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis, tentando harmonizar as vantagens da cidade e do campo. O autor mostra como a tentativa de imposição de um modelo inadequado às

condições locais (casa do chefe de família na cidade ficaria separada de seu lote no campo, numa distância bastante grande entre os dois pontos), levaria ao rápido fracasso de mais um projeto da ditadura empresarial-militar no contexto da construção da Transamazônica.

Já o colombiano Gabriel Cabrera Becerra observa em seu trabalho intitulado, *Dos Siglos de Cartografía en la Frontera del Alto Rio Negro – Vaupés entre Colombia y Brasil 1774-1976*, nos leva por um secular passeio por mapas feitos por viajantes, por burocratas ou religiosos, deixando-nos entrever a etnicidade indígena do lado colombiano da fronteira, concluindo que o colonizador português e mais tarde o império brasileiro adiantaram-se face ao colonizador espanhol e a república colombiana, no que tange ao objetivo de estender a atuação do poder da burocracia estatal em sua respectiva Amazônia.

No artigo escrito a três mãos por Francinete J. P. Pantoja Quaresma, Karina Figueiredo Gaya, Marília de N. de Oliveira Ferreira, que tem por título *Intercompreensão na Escrita de Línguas-Culturas Indígenas: O Caso da Família Jê*, as autoras nos mostram a metodologia da intercompreensão como forma de manutenção de línguas à beira da extinção. As pesquisadoras explicam que por este método já praticado oralmente por falantes desta família Jê, permite que não se precise abrir mão de seu idioma para dialogar com o outro. Assim elas propõem um exercício escrito, no qual os professores indígenas contem mitos similares, que possam ser ditos nos três idiomas analisados: Parkatêjê, Mëbëngôkre e Tapajuna. A ideia é que a escrita difundida entre os falantes das línguas possa reforçar sua identidade, sem que os povos originários precisem abrir mão da língua portuguesa. A ideia é questionar o monolinguismo proclamado no Brasil; é um verdadeiro manifesto em favor da diversidade cultural.

O texto de Vanderlei Vazelesk Ribeiro, denominado, *Terra de Ninguém? Estado, Questões Agrárias e Movimentos Sociais nas Amazônia Brasileira e Peruana: do Extrativismo ao Neoextrativismo*, passando pelos regimes militares (1850-2009) discute a importância do látex para a inserção no mercado mundial de ambas as amazônias e analisa as relações entre os movimentos sociais agrários de ambos países com a burocracia estatal, desde a ascensão dos regimes militares até a emergência dos governos neoliberais ao final do século XX. O autor observa que a ideia de que a Amazônia é um “vazio demográfico”, atravessa todo período estudado, sendo vigente até nossos dias a noção de que a região é um deserto a ser conquistado, pouco importando os interesses das comunidades locais, excetuando-se frações de suas elites melhor conectadas aos centros decisórios de poder.

Matilde de Souza em *Transamazônica: Integrar para não Entregar* observa como a construção da estrada foi um fator para legitimar o regime militar, na figura do general Emílio Médici, presidente à época. A ideia de um progresso onipotente, que poderia “conquistar meio Brasil para os brasileiros”, foi um fator fundamental para que o regime ganhasse certa base popular. Retoma-se aqui a noção de Amazônia como vazia a ser preenchida por nordestinos acossados pela seca e empresários dispostos a investir capitais nesta região.

Marta Cerqueira Melo e Aruanã E. M. Pinheiro Rosa escrevendo o texto *A Bolívia na Integração Contemporânea da América do Sul: Inter-relações entre os Movimentos Indígenas de Terras Baixas, a Iirsa e o Conflito do Tipnis*, desenvolvem um cuidadoso trabalho relacionando a emergência do neoxativismo efetivado a partir da ascensão do presidente Evo Morales em 2006 com a iniciativa para Integração Regional Sul-americana, que se refletiria no esforço de implantação de uma rodovia na reserva de Tipinis, em que pese a aguerrida resistência das populações indígenas locais. Mesmo após a defecção brasileira do projeto os autores mostram que os capitais chineses devem substituir os verde-amarelos no empreendimento, tornando a região entre Bene e Cochabamba um corredor dentro dos projetos de interligação continental.

No artigo escrito por Lourdes A. Lares Acero, intitulado *Sostenibilidad y Cadenas Agroproductivas de Cacao en el Perú: Perspectivas desde las Regiones Piura y San Martín*, temos uma breve reflexão sobre a sustentabilidade da produção cacoeira e a comparação entre organizações de produtores da amazônica região de San Martín, com a costeira Piura, concluindo a autora assegurando os bons resultados obtidos pelas cooperativas.

Finalmente, Ivone S. Siqueira, Thaianie S. Dias, Guilherme F. C. Neto, Marcelo A. M. S. Alves em seu artigo *A Construção Discursiva Sobre o Conceito de Desenvolvimento Sustentável*, depois de uma breve análise acerca de como o conceito foi sendo construído a partir dos anos 1970, mostram a partir de teses e dissertações a respeito do tema, a contradição entre a sustentabilidade dos recursos da natureza e os processos de desenvolvimentos nos marcos atuais do capitalismo, em que pese o esforço midiático para tornar mais palatáveis processos como os de expulsão de populações tradicionais em nome do progresso, agora chamado Desenvolvimento sustentável.

Além destes, a revista apresenta dois importantes trabalhos em sua seção livre. O primeiro artigo *Conectando Saberes na Formação Docente Campesina em Espaços Não Formais por Meio do Ensino de Ciências* de Veruschka Silva Santos Melo e Ariadne da Costa Peres Contente as autoras buscam compreender como os espaços não formais de ensino podem contribuir para a conexão dos saberes científicos e da tradição para a formação de

professores que educam no campo nos anos iniciais de ensino. O intuito é compreender e refletir, por meio de narrativas dos professores da Ilha de Fora no município de Curuçá/PA, como esta conexão pode ser concebida.

Ainda na seção livre, o trabalho *“Fala que eu te escuto”*: *Um Estudo Sobre o Televangelismo e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) nas Ciências da Religião* mostra como as emissoras de televisão são um dos veículos imediatos e eficazes para a expansão midiática da fé, fenômeno conhecido como Televangelismo. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) vem se destacando através dos recursos televangélicos, entre eles o programa “Fala que Eu Te Escuto” que é um dos responsáveis pelo seu crescimento.

Na seção de vídeos etnográficos, **II Feira Cultural Quilombola, Salvaterra-PA: arte, música e sabores**, de Karley Ribeiro e Luis Junior Costa Saraiva, apresenta o resultado de uma pesquisa realizada em Salvaterra-Marajó-Pará sobre as experiências na II Feira Cultural Quilombola, Salvaterra-PA.

Deste modo, o leitor tem em sua tela um amplo panorama a respeito de temas panamazônicos, que lhe permitirá ampliar seus horizontes a respeito do tema, vendo a pluralidade de enfoques, tanto com relação à multidisciplinaridade da Revista, como em relação à variedade dos temas aqui tratados.

Os organizadores

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Professor de História da América Latina da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Marcos Murrelle Azevedo Cruz

Professor no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará

DOSSIÊ AMAZÔNIA

A POESIA DE JURANDYR BEZERRA: ORGANIZAÇÃO DOS MANUSCRITOS INÉDITOS DE UM POETA QUASE ESQUECIDO

Paulo Vieira¹

RESUMO

O poeta Jurandyr Bezerra, nascido em Belém do Pará em 1928, e radicado no Rio de Janeiro de 1960 até seu falecimento em 2012, publicou apenas um livro, *Os limites do pássaro*, em 1993. Jurandyr é o menos conhecido dentre os poetas modernos do Pará que consolidaram obras ao longo da segunda metade do século XX. Ainda assim, mereceu a atenção de leitores como Carlos Drummond de Andrade e Antônio Olinto que, em 1958, premiaram-lhe. No arquivo do paraense, permaneceram oito conjuntos de poemas inéditos – *As águas de Mara, A lâmina convexa, Configurações, Superfície, O rio da minha aldeia, O signo transverso, A rosa de Jericó e outras notícias da morte e Sombra submersa: recordações da Amazônia* –, manuscritos em que se distinguem os trajetos do processo criativo. O presente artigo apresenta resultados do processo de classificação e organização dos manuscritos e análise de poema, realizado no intuito de dar mostra da relevância da poesia inédita de um significativo poeta brasileiro do século XX, praticamente desconhecido.

Palavras-chave: Jurandyr Bezerra. Manuscritos. Poesia inédita.

ABSTRACT

The poet Jurandyr Bezerra, born in Belém do Pará in 1928 and living in Rio de Janeiro from 1960 until his death in 2012, published only one book, *Os limites do pássaro*, in 1993. Jurandyr is the least known among modern poets of the Pará that consolidated works throughout the second half of the twentieth century. Still, it received the attention of readers such as Carlos Drummond de Andrade and Antônio Olinto who, in 1958, awarded him. In the paraense archive, eight sets of unpublished poems remained – *As águas de Mara, A lâmina convexa, Configurações, Superfície, O rio da minha aldeia, O signo transverso, A rosa de Jericó e outras notícias da morte e Sombra submersa: recordações da Amazônia* – manuscripts distinguishing the paths of the creative process. This paper presents results of the process of classification and organization of manuscripts and poem analysis, designed to show the relevance of unpublished poetry by a significant Brazilian poet of the twentieth century, practically unknown.

Keywords: Jurandyr Bezerra. Manuscripts. Unpublished poetry.

Submetido em: 19.10.2019

Aprovado em: 23.11.2019

INTRODUÇÃO

Em pesquisa recente abordamos a importância cultural da capital do Pará Vieira (2017), ao situar o ambiente do célebre poeta paraense Max Martins, pois Belém possui, de fato, uma história extremamente profícua na produção de literatura, poesia, música,

¹ Professor Doutor em Literatura, Faculdade de Etnodiversidade, Universidade Federal do Pará - Campus Altamira. E-mail: paulorvieira@ufpa.br

historiografia, antropologia, folclore, filosofia e arte. Desde o início da colonização (1616)², ligado diretamente à coroa portuguesa, o Pará tornou-se um polo regional de populações de referência na Amazônia. Somado a isso, a promoção da arte, o acúmulo cultural e a arquitetura da cidade – única e exuberante, com suas igrejas, capelas, solares, palácios, teatros – foram largamente favorecidos na transição do século XIX ao XX, período conhecido como a “belle époque”³ amazônica, devido ao enriquecimento da região por meio da explosiva exportação do látex, a goma elástica, matéria-prima da fabricação da borracha.

Conforme nos mostra Benedito Nunes, no livro *De Marajó ao arquivo – breve panorama da cultura no Pará*, esse fato “beneficiou, e muito, o já existente centralismo da cidade de Belém, tanto estético, do ponto de vista da paisagem, quanto comercial [...] e também cultural [...]” (2012, p. 47). A música, o teatro, a literatura e as artes locais ganhavam seus espaços e se consolidavam, enquanto a intelectualidade paraense se deleitava com espetáculos e exposições no imponente teatro da Paz.

Todavia, Antonio Candido ensina que a relativamente jovem história da literatura brasileira mostra que, desde suas primeiras manifestações no Brasil colônia, passando pela configuração de um “sistema literário” até atingir a consolidação desse sistema (2004, p. 14), os centros geográficos aglutinadores dos artistas que fizeram essa história foram, em princípio, a Bahia, depois Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao que, naturalmente, seguiu-se o aparecimento dos escritores de outras regiões, como o Nordeste e o Norte. Considerando a extensão continental do país, a ativação da vida artística das regiões mais distantes veio mais tarde, ou não foi plenamente conhecida no momento de sua eclosão; como foi o caso de Belém.

Transcorrido todo o século XX, hoje, no tocante aos estudos da crítica, a literatura do Pará ainda não teve a sua história devidamente situada no panorama da produção nacional. Sabe-se que no Norte, um dos primeiros escritores a despertar interesse foi o prosador Inglês de Souza (1853-1918), que expôs no Naturalismo os conflitos morais e sociais da imensa região pouco povoada na época. Mas houve outros, José Veríssimo, Peregrino Júnior, Osvaldo Orico, Eneida de Moraes, Abguar Bastos, além dos dois últimos grandes romancistas do Pará, Dalcídio Jurandir e Haroldo Maranhão.

Ainda quanto à história da literatura paraense, verifica-se que o desenvolvimento do Modernismo em Belém, ocorre a partir de meados de 1920. Na poesia, os principais autores

² Ver: SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Belém: Cejup, 1992.

³ Ver: SARGES, Maria Nazaré. **Riquezas produzidas na belle époque: Belém do Pará (1870- 1912)**. Belém: Paka – Tatu, Coleção Açaí, 2002.

da primeira metade do século passado, Bruno de Menezes (1893-1963), Antônio Tavernard (1908-1936) e Paulo Plínio Abreu (1921-1959) – cujas obras, carentes de fortuna crítica, foram poucas vezes editadas – atualmente flutuam à deriva no rico e diverso, mas pouco estudado, quadro da literatura do Pará.

Com efeito, ainda na primeira metade do século XX, em 1931, o poeta negro e anarquista Bruno de Menezes, o mais destacado do período, escreveu o livro *Batuque*, poesia que resume – como nos mostra a referência do título a tambores – o candomblé, em Belém chamado macumba. “Poesia negra”, de incorporação da natureza local, de metáforas e traços sensuais, *Batuque* merecia ser posicionado junto das obras de referência do Modernismo nacional, escritas no mesmo período, como a rapsódia *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade e o poema *Cobra Norato* (1931), de Raul Bopp.

Voltando a Antonio Candido, sabemos que entre 1880 e 1890, com a influência portuguesa sobre a literatura produzida no Brasil já bastante lateral, e sob a égide de nova vertente, a influência francesa, surgiram sucessivamente o Simbolismo e o Parnasianismo nos meios artísticos dos grandes centros (2004, p. 74). E já nos dois primeiros decênios do século XX a literatura brasileira está consolidada e amadurecida, não havendo mais produções totalmente isoladas, multiplicou-se o número de escritores e definiu-se uma tradição local.

Ainda assim, em Belém, o isolamento geográfico – grave àquela época de transporte e comunicações extremamente limitados – fez com que só vinte anos após a revolução estética iniciada com a Semana de Arte Moderna, a poética modernista, já uma herança jacente dos revolucionários de 22, começasse a ser absorvida pela geração à qual os novos escritores do Pará se vinculavam, em uma espécie de “modernismo tardio”. Benedito Nunes apresenta a geração posterior a de Bruno de Menezes, onde destaca, na poesia, “Jurandyr Bezerra, Alonso Rocha, Max Martins, Cauby Cruz e Mário Faustino” como “[...] os jovens poetas em ascensão entre os anos de 1950 e 1960” (2012, p. 53).

Deste ponto em diante, quero lançar luz sobre Jurandyr Bezerra (Belém, 1928 – Rio de Janeiro, 2012), o primeiro dos nomes elencados por Benedito Nunes. Tendo publicado apenas um livro, *Os limites do pássaro*⁴, em 1993, Jurandyr é o mais inédito e o menos conhecido dentre os poetas modernos do Pará que consolidaram obras ao longo da segunda metade do século XX.

⁴ BEZERRA, Jurandyr. **Os limites do pássaro**. Belém: Edições Cejup. 1993.

Homem tímido, o envolvimento do poeta com a literatura começou na juventude. No ano de 1943, em Belém, ao lado de Alonso Rocha e Max Martins, Jurandyr, então com 15 anos, editou a revista manuscrita *Amazônia*. Números com exemplar único, que passeava de mão em mão entre os admiradores e os integrantes da recém fundada *Academia dos Novos*, grupo reunindo mais de uma dezena de iniciantes em literatura, no qual, além dos poetas acima citados, estavam o crítico e filósofo Benedito Nunes e o romancista Haroldo Maranhão.

A formação, em 1942, da *Academia dos Novos* serviu como um primeiro atar dos laços afetivos que, além de garantir o diálogo do grupo nos assuntos literários naquele momento, perduraram por toda a vida. A circulação de poemas em revistas, ou em manuscritos e impressos avulsos, a partir de 1940 e de maneira artesanal, bem como a criação da *Academia* contribuíram para formar os jovens interlocutores da geração literária ascendente em Belém, da qual Jurandyr Bezerra se ausentaria fisicamente no princípio dos anos 1960, por força de sua mudança para o Rio, onde, até o final da vida, não se ligou a qualquer outro grupo literário. Leonam Cruz, amigo de Jurandyr desde a juventude e também integrante da *Academia dos Novos*, rememora, na orelha de *Os limites do pássaro*, a sagração da literatura e da amizade entre aqueles jovens da Belém dos anos 1940:

Estava, assim, marcada a nossa ligação irreparável e indelével, porque tínhamos um ideal comum e inevitável na literatura. Ficamos unidos na *Academia dos Novos* e passamos a ter, em nossa frente, os mesmos caminhos, quase nada nos separando. Entre os nossos deuses escolhemos a lua, e vivíamos, quase sempre, até alta madrugada, nas esquinas da cidade, num convívio permanente que parecia eterno, com o nosso sonho de poesia.⁵

Considerando o comportamento tímido e quieto, a mudança de cidade, e o quase total ineditismo da poesia dele, deve-se dizer que, na atualidade, mesmo em Belém, Jurandyr Bezerra é autor de obra praticamente desconhecida do público, inclusive nos meios literários daquela cidade.

Ainda na capital do Pará, na década de 1940, a fundação e direção do Suplemento Literário de *A Folha do Norte*, por Haroldo Maranhão, um dos confrades da *Academia dos Novos*, ajudou a projetar aqueles jovens poetas (MAUÉS, 2012). O tabloide dominical, que durou de 1946 a 1951, era completamente antiprovinciano, pois captava manifestações da melhor e mais recente produção literária do Brasil e do exterior.

A esse Suplemento Literário convergiam poemas recém-escritos por Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Manuel Bandeira, entre outros, textos que se

⁵ CRUZ, Leonam. Orelha, In: BEZERRA, Jurandyr. **Os limites do pássaro**. Belém: Edições Cejup. 1993.

alternavam com a poesia de paraenses mais velhos como Bruno de Menezes, Ruy Barata e Paulo Plínio Abreu, que os “Novos” começavam a conhecer e a admirar. Assim, Jurandyr Bezerra principia a publicar no encarte de domingo alguns de seus primeiros poemas.

Em 1946, com 18 anos, Jurandyr foi eleito para a Academia Paraense de Letras, apresentando trabalhos inéditos de poesia. No Pará, foi professor de Língua Portuguesa em cursos de nível ginasial e jornalista – entre 1947 e 1961 – na *Folha do Norte* e na *Folha Vespertina*. Havia assumido, em 1961, as funções de secretário da *Folha Vespertina* quando foi convidado pelo Ministro da Saúde do Governo Jânio Quadros, o depois Senador pelo Pará, Cattete Pinheiro, para exercer um cargo, no Rio de Janeiro, naquele ministério.

Na Zona Norte carioca Jurandyr Bezerra se estabeleceu, criou seus cinco filhos, leu, escreveu poesia e viveu junto da família até o seu falecimento em 2012. No pequeno apartamento, Jurandyr reservou o menor cômodo para seu modesto escritório, onde guardava meio século de manuscritos. O arquivo preserva manuscritos da poesia inédita de Jurandyr Bezerra. São oito pequenos conjuntos de inéditos escritos entre meados de 1960 e 2011, por ele nomeados assim: *As águas de Mara*, *A lâmina convexa*, *Configurações*, *Superfície*, *O rio da minha aldeia*, *O signo transverso*, *A rosa de Jericó e outras notícias da morte* e *Sombra submersa: recordações da Amazônia*. Apresentam-se como digitoscritos em folhas de papel A4, cada conjunto preso por um clipe de metal, havendo versões de cada um dos conjuntos.

A maioria dos textos mostra rasuras expressivas e advertências/lembretes a caneta esferográfica. No arquivo encontram-se também cerca de trinta páginas soltas – manuscritos autógrafos – que são versões de poemas nos oito conjuntos referidos, ou ainda títulos fora dessas reuniões. Deve-se dizer ainda sobre o arquivo de Jurandyr Bezerra, que após o falecimento do poeta em meados de 2012, a maior parte do material composta de recortes de jornais, revistas, cadernos de estudos, crônicas, correspondências, manuscritos autógrafos, digitoscritos e datiloscritos foi perdida, preservando-se apenas a parte do arquivo que mais diretamente dizia respeito à obra poética de Bezerra em fase final de elaboração, principalmente as versões dos digitoscritos que perfazem os oito conjuntos de poemas.

Visando a edição da poesia inédita de Jurandyr, desde meados de 2017 iniciamos a classificação à luz da arquivística, da codicologia e da crítica genética dos oito dossiês dos manuscritos correspondentes aos oito conjuntos de inéditos de Jurandyr Bezerra; analisando

as rasuras correspondentes às etapas da criação ali presentes⁶. Procedendo de modo a buscar compreender a fusão das rasuras ao texto impresso, o que torna o manuscrito em uma nova versão.

Assim, se pretendeu captar o itinerário da criação dos poemas pertencentes aos oito conjuntos de poemas inéditos de Jurandyr, estabelecer o texto de cada conjunto, possivelmente de acordo com a última versão nos manuscritos, procedendo à transcrição e à redação das notas necessárias. Este artigo tem por objetivo dar mostra do processo de organização dos conjuntos e análise de poema.

1 METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MANUSCRITOS DE POESIA

O material desta pesquisa é a obra inédita do poeta paraense Jurandyr Bezerra, nos títulos citados que a constituem. O método reporta-se ao campo da arquivística, da codicologia e da crítica genética concernindo à organização dos manuscritos do poeta. Assim, conforme ensina Cecília Almeida Salles, a observação do material, ou seja, dos manuscritos dos conjuntos, conduz a análise pelos “labirintos criativos” do poeta em sua escritura (2008, p. 65).

Cabe aventar que nas últimas décadas do século XX, o advento da crítica genética, suscitando a pesquisa da gênese literária que passou a oferecer, segundo Louis Hay, um objeto novo – o manuscrito – e uma problemática – o estudo da produção intelectual – que era comum a outras disciplinas (2003, p. 66). Esses novos tempos, que se estendem até a atualidade, serviram à valorização do manuscrito como objeto de pesquisa importante à compreensão e análise de certos aspectos da obra de arte antes praticamente insondáveis.

Assim, no centro desta pesquisa está a produção poética inédita de Jurandyr Bezerra, a qual soma os títulos citados – *As águas de Mara*, *A lâmina convexa*, *Configurações*, *Superfície*, *O rio da minha aldeia*, *O signo transversal*, *A rosa de Jericó e outras notícias da morte* e *Sombra submersa: recordações da Amazônia*. As oito coleções de poemas inéditos, digitoscritos, a maioria sem encadernação, mostram-se presas, cada qual por cliques ou grampos de metal. Nos manuscritos verificam-se rasuras, geralmente nas margens, traçadas a caneta esferográfica preta, azul e vermelha, mas também a lápis frequentemente.

⁶ O Projeto de pesquisa “Edição da poesia completa de Jurandyr Bezerra e organização dos manuscritos do poeta”, foi desenvolvido na UFPa, Campus Altamira, no período de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2019. Portaria 103/2017.

Mesmo inéditos, os dois primeiros títulos, *As águas de Mara* e *A lâmina convexa* foram premiados em certames nacionais – Menção honrosa no concurso de Poesia Ruth Scott, do Sindicato dos escritores do Rio de Janeiro, em 1993, e menção especial no prêmio Ribeiro Couto, da União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro, em 1997, respectivamente. Apesar da saagração desses dois conjuntos, o autor não considerava finalizados os poemas e frequentemente os retomava, rasurando-os e instituindo, assim, novas etapas de redação. Os fólhos desses conjuntos, assim como dos outros seis acumulam rasuras de vários naipes – substituições, acréscimos e deslocamentos.

2 MÉTODO DE ORGANIZAÇÃO DOS MANUSCRITOS DE JURANDYR BEZERRA

O trabalho de classificação e organização da obra manuscrita do poeta Jurandyr Bezerra é lento, pois é preciso observar os manuscritos com o devido tempo e vagar para desnudar alguma trilha ou fio condutor, no que concerne à organização dos materiais, que antes encontravam-se reunidos de forma aleatória, ainda sem um tratamento necessário à sua compreensão para edição. Essa primeira aproximação e organização, nos oferece a possibilidade de melhor compreender o que, em crítica genética, é chamado de “caminhos do processo criativo”, trabalho fundamental e basilar para a reunião acertada da edição e para a preservação de manuscritos.

Todavia, deve-se ainda discutir, acompanhando Cecília Almeida Salles, o próprio conceito de manuscrito. Para a pesquisadora o termo já não é utilizado com o restrito sentido de “escrito à mão”. Em sua avaliação, “Dependendo do escritor podíamos deparar com documentos escritos à máquina, à mão, digitados no computador ou provas de impressão, que receberam alterações por parte do autor” (2009, p. 21). Nesta descrição se insere a maioria dos digitoscritos deixados por Jurandyr, digitados ao computador, impressos em geral dois a três pares de vezes e frequentemente retrabalhados, retocados a caneta ou lápis. Esse estágio da produção inédita do poeta, por muitos lados, ajudou-nos a iniciar a organização do material, seguindo alguma luz das suas intenções quanto aos rumos do que planejava ao conjunto.

Assim, nosso passo primeiro, ulterior ao início das análises críticas, foi a criação de Lotes de Manuscritos numerados, conforme correlações internas, ligações objetivas (como poemas reunidos por clips ou grampos), títulos de conjuntos, datações, ou páginas soltas

datadas e não datadas. A seguir os resultados da organização inicial dos lotes de manuscritos inéditos do poeta Jurandyr Bezerra:

2.1 ORGANIZANDO O MATERIAL EM LOTES

No que se refere ao estudo de manuscritos, é preciso ter em conta que observar a comunicação interna do material inédito é fundamental à sua compreensão. A organização dos lotes apresentados aqui resulta desse tipo de análise detida:

Lote 1 – *As águas de Mara*. Esses poemas em diferentes versões nos tomaram bastante tempo à compreensão de como deveria ser seu ordenamento, pois se tratava do lote com poemas mais aleatórios dentre os conjuntos cultivados pelo poeta, com papéis soltos, sem qualquer numeração ou datas. Deve-se dizer que “As águas de Mara”, é o poema mais representativo do conjunto, assim procedemos em relação ao demais lotes, nomeando-os, sempre que possível, com o título de um poema que nos parecesse fundamental ao conjunto.

Todavia, levando em conta a complexidade da tarefa de entender o que pensou o autor e como proceder para aproximar das ideias originais um conjunto de poemas para edição, cabe aludir ao que nos ensina o renomado pesquisador francês Philippe Lejeune, “Muita gente ronda em torno da poesia para que ela conte sua história e seja obrigada a confessar-se: o próprio poeta por vezes, seus leitores e exegetas frequentemente: mas a poesia escapa da autobiografia e foge na ponta dos pés” (2008, p. 99). Assim, organizar os manuscritos de Jurandyr Bezerra é ainda apreciar os desenlaces da poesia, buscando ordenar forças que em si mesmas já conhecem seus caminhos e seus descaminhos.

Lote 2 – *A lâmina convexa*. O lote possuía uma versão de cada um de seus poemas e estava unido por um clip de metal que causou manchas devido a oxidação, na capa do lote existe uma nota: - Menção Especial do “Prêmio Ribeiro Couto” (Concurso Nacional), da União Brasileira de Escritores (UBE – Rio) – 1997. Anotou-se que os poemas estão numerados, a caneta, no lado direito inferior do texto, do número 70 ao 88. Este lote é o mais extenso contendo dezesseis poemas, em diferentes versões, dispostos na seguinte ordem de títulos: “Origens”, “A metáfora”, “A manhã”, “Imagem interior”, “A seda”, “Memória”, “Há”, “Por quê?”, “Poema da não existência”, “Tatuagem”, “Poema para os seios da amada”, “Depois”, “Elegia”, “Distância”, “Sempre” e “Perda”.

Com efeito, cabe indagar, se esse conjunto fora submetido pelo autor à disputa de um prêmio literário, o que sugere o término de sua elaboração, por que não foi, nas décadas seguintes, publicado como livro? Nesse sentido, Louis Hay reitera que ao leitor ou pesquisador não cabe o espaço de partícipe de nenhum trabalho, de nenhuma decisão, nem da

incerteza do fim ou conclusão de uma obra, “É ainda o escritor que, sozinho habita o tempo da escritura: o da origem, o do livro antes do livro, o tempo dos possíveis, do acabamento longo ou breve, incerto ou perfeito”. (2007, p. 13).

Lote 3 - *Configurações*. Nesse lote encontramos três grupos de poemas onde muitos se repetem em versões. Desses, o primeiro possui somente dois poemas, “Domingo” e “Vazio”, impressos em papéis bastante degradados pela ação do tempo. Ficamos refletindo sobre qual grupo seria o mais atual. Optamos pelo segundo grupo, por apresentar a construção mais elaborada dos poemas e, até o momento, estamos convencidos de se tratar da versão final, onde se destaca “Quatro poemas para Lucidea”.

O segundo grupo apresenta dois poemas que no terceiro grupo são representados por marcadores que os indicam, enumerados a caneta no lado direito inferior do texto, do número 91 ao 101, grafado em contracapa o seguinte texto: “A caixa miúda da caixa miúda, Apaixonou-se por si mesma também, E começou a gerar, Uma outra caixa miúda, E assim foi ao infinito. Vasko Popa (Trad. de Aleksandar Janovic)”, nesse grupo contamos onze poemas, ao todo, distribuídos na seguinte ordem: “Quatro poemas para Lucidea”, “Fragmentos para uma canção de ninar”, “Tempo”, “A paisagem”, “Vazio”, “Infância”, “Poema para Eugene Guillevic”, “Poema sem título”, “Arcos”, “Natureza morta” e “Domingo”.

Considerando as referências a autores (Janovic, Guillevic), gesto frequente nos poemas de Bezerra, verificamos, ao investigar a pequena biblioteca pessoal dele, que o poeta era leitor e estudioso autodidata da literatura. Jurandyr lia e relia, continuamente, os autores brasileiros, principalmente, a poesia de Olavo Bilac, Vicente de Carvalho, Sousândrade, Mário e Oswald de Andrade, Dante Milano, Jorge de Lima, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, João Cabral de Melo Neto, Ferreira Gullar, Bruno de Menezes, Mário Faustino e Max Martins.

Dentre os estrangeiros, estudou detidamente, como apontam as notas de margens e fichamentos nos livros da sua biblioteca, os poetas Homero, Dante, William Blake, Shakespeare, Rainer Maria Rilke, Eugenio Montale, Saint-John Perse, Jules Laforgue, W. B. Yeats, Charles Baudelaire, Georg Trakl, Paul Celan e outros.

Dedicou-se também ao estudo da teoria e da crítica literária; a biblioteca guarda obras de autores como Ezra Pound, Roman Jakobson, Tzvetan Todorov, Octávio Paz e Umberto Eco; como Otto Maria Carpeaux, Benedito Nunes, Massaud Moisés, Alfredo Bosi, Telê

Ancona Lopez, Salete de Almeida Cara, Gilberto Mendonça Teles, Segismundo Spina e Jacob Guinsburg.

Os interesses do leitor Jurandyr Bezerra passavam ainda pela Bíblia Sagrada e por mitologias – gregas, romanas, dinamarquesas, romenas, polonesas, russas e amazônicas. O poeta estudou, em casa, nos livros e nos materiais audiovisuais que adquiria, pelo menos seis línguas – grego, italiano, francês, polonês, romeno e espanhol. Encontrei, na biblioteca dele, como marginalia apenas ao volume “Os gregos e seu idioma”, notas do estudo de palavras e das letras do alfabeto.

Lote 4 – *Superfície*. A primeira grande questão referente a esse lote de manuscritos era que existem duas versões do poema “Superfície”, a primeira, que estava disposta sobre a segunda, apresentava uma coloração amarelada, nitidamente mais envelhecida. Digitada na fonte Times New Roman, distribuída em duas laudas, diferente da segunda versão, onde o foi ajustado em uma lauda apenas. Existem alterações, uma no primeiro verso do poema, onde “bem-aventurados” foi substituído por “mal-aventurados”, na segunda versão.

Conforme a organização do lote, temos atualmente onze poemas dispostos na seguinte ordem: “Superfície”, “Tempo adverbial”, “Canto II”, “Canto XII”, “Canto XIII”, “Do verbo navegante”, “Flor silvestre”, “Sensibilidade da sombra”, “Canção da noite em si”, “A escola temp(l)o de Íris” e “Quase poemas”. Existe ainda uma página de contracapa com o título “Poemas interiores”.

Lote 5 – *O rio da minha aldeia*. O conjunto possui um grupo de poemas dispostos na seguinte ordem: “Introdução do poema (O rio)”; “Os sonhos do poeta”, “sonho VI”; “O corpo do rio e suas águas”, “Ondas”, “Preamar”, “Baixa-mar”, “Inundação”, “Foz”. Enumerados a caneta no lado direito inferior do texto, do número 119 ao 127, além do poema “O rio” em uma versão anterior que tinha por título “O rio Amazonas”.

Lote 6 – *O signo transverso*. Esta coleção possui oito poemas enumerados a caneta no lado direito inferior do texto, do número 137 ao 143, dispostos na seguinte ordem: “Noturno”, “Mona Lisa”, “Diferença”, “Sinias”, “A chuva”, “O canto da alma ausente”, “Diagnóstico”, “O penúltimo poema”. O poema na página 142 traz em seu último verso uma rasura feita a caneta para trocar a palavra “não” por “nem”, junto ao acréscimo de um ponto de interrogação e outra rasura para encobrir (excluir) um possível último verso.

Lote 7 – *A rosa de Jericó*. Este conjunto, até o momento, é composto por dois poemas, o primeiro com o título “Espelho”, e o segundo “Murilo Mendes: criador de luas”, enumerados a caneta no lado direito inferior do texto, do número 145 ao 148. O poema mais extenso de Bezerra até aqui é “Murilo Mendes: criador de luas”, que soma três laudas. Este

poema tem uma rasura feita a caneta na oitava estrofe para trocar “E” por “e” na palavra “espondongada”, no poema também constam palavras com formatação em itálico.

Lote 8 – *Sombra submersa*. A capa deste lote possui, entre aspas, no lado inferior direito do título o subtítulo “Recordações amazônicas” e os poemas estão enumerados a caneta no lado direito inferior do texto, do número 150 ao 153. Apresenta apenas dois poemas, “Carta aberta de amor e saudade para Amazônia” e “Mururé”. O primeiro poema possui um glossário para consulta do leitor.

Lote 9 – *Biografia*. Criamos este lote para reunir materiais como cartas, recortes de jornais, convites, bilhetes, fortuna crítica, entre outros materiais que, não sendo poemas, ajudam na compreensão da biografia do autor e na sua composição para a poesia completa de Jurandyr. Nesse lote estão cartas de concursos em que seus poemas foram premiados, fotos de cerimônias em que o poeta recebeu láureas, bilhetes e cópias de editais impressos. Nessa chave, nos concentramos na ideia de que a vida e as ações do autor podem explicar certos sentidos de marcados na ordem interna da obra, assim aventa Lejeune, “Confrontamos o que vimos com o que lemos, tentamos imaginar o que teremos para ler segundo o que vimos. O autor nos leva ao livro e o livro ao autor”. (2008, p. 196).

Lote 10 - *Inéditos*. O último lote foi destinado aos manuscritos inéditos “soltos” – completamente manuscritos, ou seja, sem haver versões digitadas ao computador, digitoscritos, ou a máquina de escrever, datiloscritos –, cuja organização consta de um processo longo de compreensão da gênese dos poemas (rasuras, substituições, rearranjos) e suas posições no conjunto da obra. Deve-se dizer ainda, nesse sentido, acompanhando novamente Cecilia Salles que “O ato criador como uma permanente apreensão de conhecimento é, portanto, um processo de experimentação no tempo.” (2009, p. 133).

2.2 ANÁLISE DE POEMA MANUSCRITO

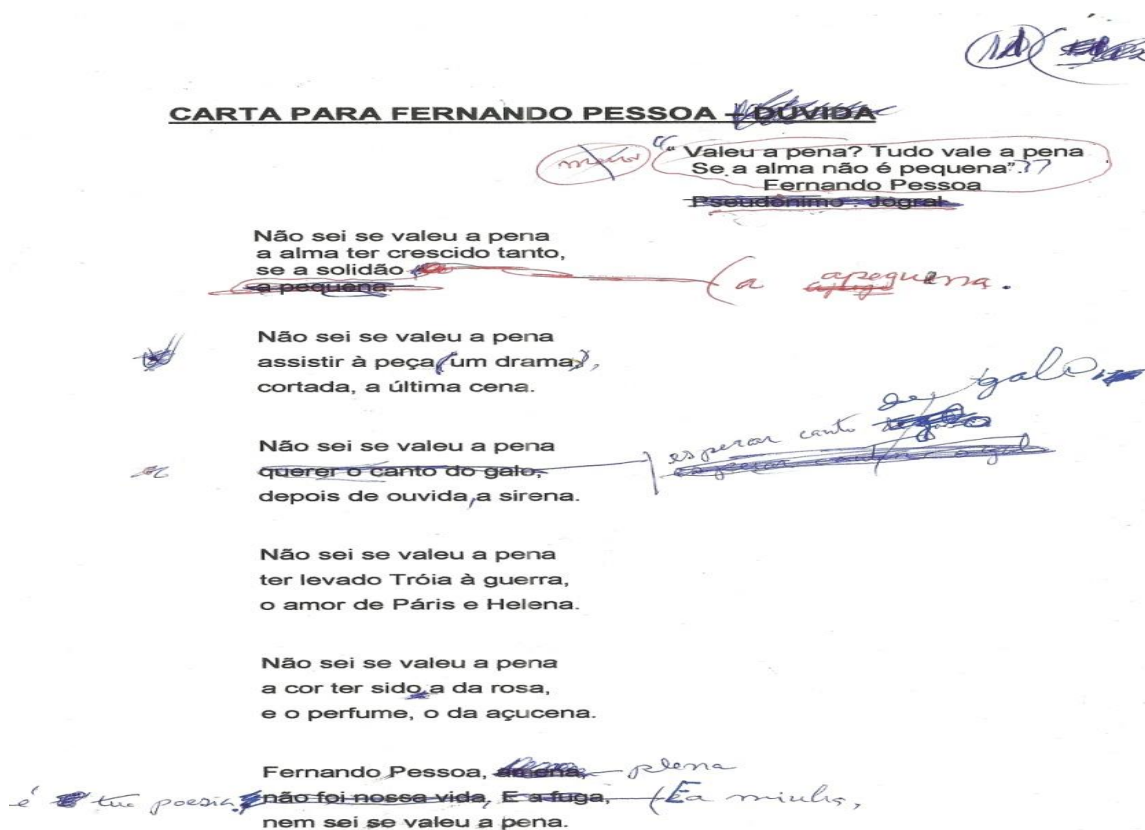
No tocante à análise dos manuscritos, o poema “Carta para Fernando Pessoa” (Figura 1), que integra a coleção *Superfície*, simula por meio do jogo poético o envio de uma missiva do poeta paraense ao português Fernando Pessoa. O ambiente melancólico atravessa as estrofes, onde Jurandyr põe em discussão, numa espécie de balanço íntimo, o trabalho da poesia, qual seja, o próprio poetar.

Já no título, o poeta inclui a palavra “dúvida”, para em seguida suprimi-la. Dúvida que diz respeito a célebre indagação de Pessoa, “Valeu a pena?”, em versos que encimam, como

epígrafe, o poema em processo. Se o português se referia à vida, o paraense segue a mesma chave, embora convertendo poesia em vida, vida em poesia.

Jurandyr escreve a estrofe final, “Fernando Pessoa, / amena / não foi nossa vida, e a fuga / nem sei se valeu a pena”, enfocando no eu, no biográfico, talvez na vida cotidiana, para em seguida rasurar a estrofe, moldando-a numa inútil tentativa de apagamento desse eu, “Fernando Pessoa, / plena / é a tua poesia, e a minha / nem sei se valeu a pena”, lançando assim a indagação, a dúvida suprimida do título, para o “mundo da poesia”, que foi, verdadeiramente, o “mundo” onde sempre habitaram ambos.

Figura 1: Fac-símile de poema manuscrito de Jurandyr Bexerra



Fonte: Acervo do autor.

Além das mudanças e substituições visíveis no fac-símile do poema, há o “Pseudônimo: Jogral”, rasurado. Uma clara alusão ao fato de que esse manuscrito seria enviado a algum certame literário, quer dizer, o poeta em certo momento julgou que o poema “Carta para Fernando Pessoa” estivesse concluído, mas algum tempo depois mudou de ideia. Com efeito, a rasura aponta para a desistência do envio, o Jogral declinou de competir e voltou ao trabalho com a palavra, à reelaboração do poema.

Sabe-se que as rasuras, nos poemas digitoscritos, frequentemente expressam o movimento dialético que reitera, substitui ou refuta de palavras e imagens. Ou seja, representam adesão e censura nos versos do Jurandyr crítico rigoroso, da própria poesia. Salles assevera que as rasuras “conseguem flagrar e arquivar registros da percepção: são as reservas passionais do artista. Registros que refletem o modo pelo qual aquele artista percebe o mundo” (2009, p. 91). Instaura-se, assim, o ambiente que constitui o trabalho em processo.

Desse modo, o poeta promove um diálogo com os poemas digitoscritos, procurando, numa espécie de segunda (às vezes terceira, quarta ou mais) construção do mesmo poema, encontrar outras possibilidades semânticas, sintáticas, lexicais, soluções e formas dentro do resultado atingido até o momento em que a página fora impressa pela última vez. Seguir a trilha deixada na margem desses papéis é trabalho que possibilita, e legitima, o trabalho crítico de recomposição dos caminhos da criação podendo levar ao melhor entendimento para edição da obra, por meio da interpretação das variantes deixadas nas diferentes versões. Nesse sentido, em *Textos impressos e manuscritos*, aventa Telê Ancona Lopez:

Mesmo no caso das mudanças, o entendimento de um caminho, a análise e a interpretação privilegiando um determinado momento na evolução do projeto literário, autorizam a edição crítica, que lida com manuscritos e textos impressos, a eleger ou a compor uma lição, acatando uma certa versão, ou construindo a própria, mediante o concurso de variantes fundamentais, abonadas por diferentes versões (1996, p. XLIV).

No artigo “Discurso e marginalidade”, Philippe Willemart afirma que o crítico, no momento em que pretende examinar os processos de criação e o percurso do criador por meio desses documentos, visa, entre outras coisas, compreender como caminha o espírito humano e como ele chega a criar obras de arte. Por essa razão, nada é mais precioso, para o crítico, do que os rascunhos, “[...] que são a manifestação e que desenharam o percurso da invenção” (1998, p. 9). Portanto, as rasuras nos manuscritos de Jurandyr são um campo de estudos que traz à tona leituras, preferências, mudanças de procedimentos e diferentes dimensões e perspectivas de criação.

Finalmente, na poesia de Jurandyr Bezerra, palavra e objetos vivem em conjunção, convivem num permanente estado reflexivo. Um renomado crítico, analisando a poética de Bezerra, a partir do único livro publicado até agora, *Os limites do pássaro*, conclui:

Em Jurandyr Bezerra, a avaliação da palavra poética vinha chamar a atenção para um tipo diferente de fecundar o verso, levando-o a conter, não só emoção, mas

também uma espécie de pensamento discursivo. Dizia Mallarmé que a força da palavra, sozinha, inventa uma realidade superior. O fazer-poesia, em *Os limites do pássaro*, apresenta uma visão do universo ao mesmo tempo em que se fixa nos objetos, nas coisas, em tudo que tenha em si a concretude do que existe (OLINTO, 2005).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de manuscritos são importantes no contexto de dar a conhecer certos aspectos da obra em época de seu processo, quando ainda estava distante de parecer acabada. A autoridade desses arranjos antecedentes pode nos guiar pelos labirintos dos processos criativos de escritores, poetas e artistas. Nesse sentido, os documentos do processo criativo reiteram obras finalizadas podendo lançar luz à suas conexões internas e motivos geradores, entre outros aspectos.

Por outro lado, há ainda a relevância dos manuscritos de escritores que pouco ou nada publicaram, deixando obras inéditas em versões manuscritas. Nesse caso, o cuidado de preservação dos documentos e a realização de estudos aprofundados sobre esses materiais urge como única alternativa de dar a conhecer obras por vezes formidáveis e prestes a desaparecer, no tempo e no esquecimento.

Os manuscritos de Jurandyr Bezerra se inserem nessa chave. As análises críticas da construção formal, o efeito estético e a força lírica desses poemas, bem como a excelente recepção crítica, dada ao único livro publicado pelo autor, impõem a necessidade de se estudar e editar de maneira cuidadosa os manuscritos do paraense.

Neste artigo empreendemos um esforço nesse sentido mesmo de dar a conhecer, na exposição da organização de manuscritos e análise de poema, a importância dessa formidável poesia. Se o estado do Pará legou à Amazônia e ao Brasil tantos brilhantes poetas no século XX, como Max Martins, Mário Faustino, Rui Barata, Bruno de Menezes, Antônio Tavernard, João de Jesus Paes Loureiro, entre outros, já é hora de se fazer justiça e buscar retirar Jurandyr Bezerra e sua poesia do ostracismo e também dessa espécie de “limbo” que significa não estar ainda publicada em livro.

REFERÊNCIAS

ANTONIO CANDIDO. **Iniciação a literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

BEZERRA, Jurandyr. **Os limites do pássaro**. Belém: Edições Cejup. 1993.

_____. **“Obsessão”**. (Crônica inédita). Rio de Janeiro. Data indeterminada.

_____. **“Carta para Fernando Pessoa”**. (Poema inédito). Rio de Janeiro. Data indeterminada.

CRUZ, Leonam. Orelha, HAY, Louis. A literatura sai do arquivo: questões de crítica genética. *In*: BEZERRA, Jurandyr. **Os limites do pássaro**. Belém: Cejup. 1993. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

HAY, Louis. A literatura sai dos arquivos. *In*: MIRANDA, Wander Mello; SOUZA, Eneida Maria de. (Orgs.) **Arquivos literários**. Trad. Renato de Mello. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

LOPEZ, Telê Porto Ancona (Coordenadora). **Macunaíma – o herói sem nenhum caráter**. Rio de Janeiro: ALLCA XX / UFRJ. Edição Crítica. 1996. p. XLIV.

MAUÉS, Júlia. **A modernidade literária no Pará: o Suplemento Literário da Folha do Norte**. Belém: UNAMA, 2002.

NUNES, Benedito. **Do Marajó ao arquivo – breve panorama da cultura no Pará**. Belém: Secult / Ed.Ufpa, 2012.

OLINTO, Antônio. **A palavra poética**. A tribuna. Rio de Janeiro. 27 de setembro, 2005.

SALLES, Cecília Almeida. **Gesto inacabado: processo de criação artística**. São Paulo: FAPESP / Annablume. 2009.

_____. **Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre criação artística**. São Paulo: Educ, 2008.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Belém: Cejup, 1992.

SARGES, Maria Nazaré. **Riquezas produzidas na belle époque: Belém do Pará (1870-1912)**. Belém: Paka Tatu, 2002.

WILLEMART, Philippe. Discurso e Marginalidade. *In*: **Manuscrita: Revista de crítica genética**, nº 7. São Paulo, 1998. Manuscrita 9.

VIEIRA, Paulo Roberto. **Arte, Erotismo, Natureza e Amizade: Os diários de Max Martins**. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2017.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRESENÇA CHINESA NA BOLÍVIA

Diego Pereira Siqueira¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo entender o contexto sócio-econômico em que ocorre a penetração das empresas chinesas na Amazônia boliviana. Para isso, analisa tanto as estratégias do Estado chinês para a projeção de sua influência quanto o contexto interno boliviano, marcado pela ascensão ao comando do Estado de um partido de origem camponesa que promove um processo de acumulação capitalista de camadas populares (o capitalismo andino-amazônico, nas palavras do ex-vice presidente Garcia Linera) e cujo horizonte desenvolvimentista viu no capital chinês uma grande oportunidade para a entrada rápida de ingressos. No entanto, os custos ambientais e sociais da atuação das empresas chinesas têm sido elevados.

Palavras-chave: Empresas chinesas. MAS. Capitalismo andino-amazônico.

ABSTRACT

This article aims to understand the socio-economic context in which the penetration of Chinese companies in the Bolivian Amazon occurs. For that, it analyses both the strategies of the Chinese state for the projection of its influence and the internal Bolivian context, marked by the rise to state command of a party of peasant origin that promotes a process of capitalist accumulation of popular layers (the Andean-Amazonian capitalism, in the words of former vice-president Garcia Linera) and whose developmentalist horizon saw in the Chinese capital a great opportunity for the rapid entry of tickets. However, the environmental and social costs of Chinese companies' actions have been high.

Keywords: Chinese companies; MAS; Andean-Amazonian capitalism

Submetido em: 02.01.2020

Aprovado em: 27.02.2020

INTRODUÇÃO

A China hoje é, indiscutivelmente, a maior economia mundial e seu dinamismo guia o crescimento dos países de todos os continentes². Sua ascensão, o relativo declínio dos Estados

¹ Bacharel em Letras Português pela USP, Mestre e Doutor em Ciências pelo Programa Interdisciplinar em Integração da América Latina (Prolam-USP), especializado em tradução dos idiomas inglês e espanhol. Possui experiência como professor universitário no curso de Serviço Social e arte-educador em projetos de fotografia. E-mail: diegofolkmetal@gmail.com

² O FMI calcula que o PIB chinês em 2018 foi de US\$ 14,941.148 (o dobro de 2011). Sua média de crescimento tem sido de 10% ao ano. Ver: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/weorept.aspx?pr.x=66&pr.y=13&sy=2011&ey=2018&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&c=924&s=NGDPD%2CNGDPDPC%2CPPPGDP%2CPPPPC%2CLUR&grp=0&a=>. Consultado em: 13/12/2019. Segundo relatório do Banco Mundial, as importações chinesas cresceram até alcançarem 18,8% do PIB nos primeiros nove meses de 2018, comparadas com 15,3% no mesmo período em 2017. Apesar da tensão comercial com os EUA, o excedente comercial da China com esse país aumentou para US\$ 295 bilhões nos primeiros 11 meses de 2018, contra US\$ 252 bilhões no mesmo período de 2017. <http://pubdocs.worldbank.org/en/917591545202039807/CEU-Dec-2018-EN.pdf>.

Unidos e a reorganização que esses fatos imprimem às Relações Internacionais trazem ao estudioso desse campo o desafio de tentar apreender e interpretar as múltiplas dimensões desse processo.

Analistas já falam no fim do Século Americano e o início do Século do Pacífico, com essa grande área geográfica que abarca a China e países como Japão, Coreia do Sul e Vietnã se configurando como o novo centro de gravidade do capitalismo internacional³. Mais recentemente, o programa de investimentos em infraestrutura, conhecido como o projeto *One Belt One Road* (OBOR), lançado oficialmente pelo presidente Xi Jinping em 2015 e que envolve de forma direta ou indireta 68 países (inclusive a América Latina), é o exemplo mais claro das ambiciosas projeções econômicas e geopolíticas chinesas. A iniciativa visa múltiplos objetivos, como o fortalecimento da diplomacia econômica, a abertura e promoção do comércio internacional e a garantia do fornecimento seguro de matérias-primas, além de buscar dar vazão ao excesso de capacidade instalada ociosa das empresas chinesas.

Complementando esses planos de integração física, a China também tem promovido uma nova estrutura de financiamentos, que pode constituir no futuro próximo uma rede alternativa aos organismos financeiros tradicionais controlados pelos EUA, como o FMI e o Banco Mundial: o *Silk Road Fund*, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, com um capital disponível conjunto que supera os US\$ 250 bilhões⁴.

Segundo o Ministério de Comércio Exterior da China, desde 2015 já foram assinados mais de 13 mil contratos de investimentos ligados ao OBOR, totalizando US\$ 241 bilhões. O tamanho e o escopo dessa alternativa indicam, se a maioria de seus projetos se concretizar, que o poder econômico e político da China aumentará de forma acentuada nessa grande porção do globo, fato intensificado pelo recente abandono, dos Estados Unidos, do Tratado de Associação Transpacífico (TPP)⁵.

Essa projeção da influência econômica e política chinesa tem como característica específica o papel protagonista que o Estado tem desempenhado, seja na orientação dos investimentos produtivos (através de seus planos quinquenais e no uso de grandes empresas estatais) quanto na atuação de uma diplomacia que tem tido uma orientação sistemática,

³ Ver, a esse propósito, a excelente obra de Giovani Arrighi, *Adam Smith em Pequim* (São Paulo: Boitempo, 2017).

⁴ Dados retirados do Informativo do Conselho Empresarial Brasil-China nº 78, julho de 2017. Disponível em: http://cebc.org.br/sites/default/files/cebc_alerta_ed_78_obor_final.pdf.

⁵ <https://www.google.com.br/search?client=opera&q=EUA+abandonam+parceria+transpacifica&sourceid=opera&ie=UTF-8&oe=UTF-8>. Consultado em: 13/12/2019.

pouco mudando ao longo dos últimos quarenta anos⁶, centrada na caracterização da China como um país em desenvolvimento, não-intervencionista, favorável ao multilateralismo e à cooperação.

Na América Latina, o aumento da presença econômica da China tem sido rápido e avassalador. De acordo com a Cepal (2015), o comércio da região, com o gigante asiático, aumentou 22 vezes desde o ano 2000. Não obstante, a composição desses intercâmbios revela uma enorme assimetria: as exportações latino-americanas concentram-se quase que totalmente em recursos naturais como minerais, hidrocarbonetos e produtos agrícolas como a soja, enquanto que a China vem exportando para a região produtos industrializados de alta densidade tecnológica, como máquinas e equipamento de transporte, manufaturas médias e leves, e produtos relacionados às telecomunicações.

Isso levanta o espectro de uma reprodução das antigas relações de dependência que reservavam aos países latino-americanos o papel de fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados de alto valor agregado, argumento que ganha força à medida que aumenta o déficit comercial da região em seus intercâmbios com a China. Autores como Osório (2012), aliás, apontam para o desenvolvimento de um novo padrão exportador de especialização produtiva, concentrado em poucos produtos ligados a cadeias globais de valor e indissociável da demanda chinesa de matérias-primas.

Da parte do governo chinês, sua principal preocupação na região é assegurar um fornecimento estável de produtos primários para seu mercado doméstico, e tem se materializado nos significativos empréstimos que oferece para projetos de infraestrutura e integração física das economias regionais, pensados em função de redução dos custos e maior facilidade e rapidez no acesso aos mercados do Pacífico.

Em 2010, os chineses concederam créditos de US\$ 37 bilhões na região, soma que excedeu o total do BID e do Banco Mundial (BM) para o mesmo período. Estima-se que a China tenha concedido empréstimos no valor aproximado de US\$ 86 bilhões a países da América Latina desde 2005 até 2013. Esse montante é mais alto que o conjunto de empréstimos concedidos pelo BM, o BID e o Banco de Exportação-Importação dos Estados Unidos (US Ex-Im Bank) nesse mesmo período; contudo, esse valor ainda é menor que o emprestado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dentro do Brasil no mesmo

⁶ De fato, a caracterização da China como um país do “Terceiro Mundo”, em oposição às grandes potências mundiais da época (Estados Unidos e União Soviética) e, portanto, sua unidade de interesses com outros países da Ásia, África e América Latina, foi um importante componente da política externa chinesa ainda sob o governo de Mao Zedong. Após a morte do líder revolucionário, seus sucessores mantiveram essa caracterização, alterando algumas nuances e adequando-a à nova terminologia adotada após a queda do muro de Berlim, de país “em desenvolvimento”, mais uma vez enfatizando a unidade de interesses com outros países da mesma situação, como fica claro, por exemplo, nos dois *policy papers* sobre América Latina emitidos pelo governo chinês. Para mais detalhes, ver KISSINGER, Henry: *Sobre a China* (Objetiva: 2011).

intervalo. Em 2012, o China Ex-Im Bank e o BID anunciaram um fundo conjunto de US\$ 1 bilhão para investimentos do setor privado e público na América Latina. Em 2013 o Banco Popular da China anunciou o investimento de US\$ 2 bilhões em projetos do BID (...). (MORENO, 2015, p. 28).

A importância estratégica que a América Latina está assumindo como fornecedora de matérias-primas é indicada pelo documento oficial emitido pelo governo chinês em abril de 2009, *China's policy paper on Latin America and the Caribbean*, uma iniciativa inédita que delinea os princípios e diretrizes de um relacionamento estratégico com a região, centrados no aprofundamento da cooperação e no benefício mútuo para ambos os lados (a política “win-win”), princípios que foram reafirmados em 2016 com um segundo *policy paper*. Nos dois documentos, a China se compromete a fornecer ajuda técnica e econômica aos países da região sem atá-las a qualquer condicionamento de ordem política. Os investimentos chineses têm sido fundamentais, por exemplo, para o governo de Nicolás Maduro na Venezuela, que graças a eles logrou contornar a grave crise econômica e institucional que o país vem atravessando e suportar o crescente isolamento internacional⁷.

Essa nova realidade econômica possui importantes implicações geopolíticas, ainda não totalmente claras, já que a China vai deslocando os Estados Unidos como o principal parceiro comercial da América Latina, e essa nova posição acompanha uma profunda reorganização do espaço econômico desses países, alterando de forma decisiva a geoeconomia sul-americana e reforçando as tendências estruturais rumo a uma reprimarização econômica⁸.

A forma como a presença chinesa assume na América Latina também apresenta mudanças ao longo do tempo. Se na primeira década desse século as exportações da China para a região eram compostas principalmente de máquinas leves, a partir de 2010 passam a ganhar destaque máquinas e equipamentos de transporte, chegando ao fim dessa década com

⁷ A Venezuela, entre 2005-2015, recebeu um total de 56 bilhões de dólares em empréstimos chineses, 47,44% do total para toda a região (AGRAMONT & BONIFAZ, 2018, p. 69). Para mais informações, ver: <https://www.efe.com/efe/brasil/portada/china-e-venezuela-assinam-28-acordos-de-coopera-o-estrategica/50000237-3749732>. Consultado em: 15/12/2019.

⁸ Para ficar apenas em um caso, entre 2004 e 2014 a China assumiu a posição de principal fornecedor de bens industriais para o Brasil, tendo as exportações decuplicado, expandindo-se de 6% (US\$ 3,6 bilhões) para 16% (US\$ 37 bilhões) do total importado pelo Brasil. Os cinco produtos mais importantes nas compras da China são equipamentos de comunicação, informática, aparelhos de áudio e vídeo, equipamentos eletrônicos e produtos químicos orgânicos, todos eles bens de mais alto conteúdo tecnológico. O fluxo de bens intensivos em tecnologia cresceu nesses dez anos de US\$ 2,1 bilhões para US\$ 20,8 bilhões, atingindo quase 60% das importações totais de mercadorias chinesas realizadas pelo Brasil. No sentido das exportações do Brasil para a China, o crescimento no mesmo período foi de cerca de seis vezes, saindo de US\$ 3,8 bilhões para US\$ 23,8 bilhões, dos quais 92,8% foram de *commodities* (agroindústrias de primeiro processamento, insumos básicos industriais e petróleo). As exportações de bens de mais alto conteúdo tecnológico, que eram de 11,2% do total em 2004, reduziram-se para 2,6% em 2014 (MORENO, 2015).

100% das importações da China constituídas por manufaturados, e destes, 60% são bens de alta tecnologia (AGRAMONT & BONIFAZ, 2018, p. 35).

Outro aspecto significativo são os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) provenientes do gigante asiático, que do mesmo modo sofreram mudanças significativas ao longo desse período.

Desde o ano 2010, o investimento estrangeiro direto da China na América Latina e Caribe teve um crescimento significativo, transformando de maneira gradual a relação com as economias regionais, de uma dominada principalmente por transações comerciais (a compra, por parte da China, de produtos primários da região e a venda de manufaturas industriais) para uma onde as empresas chinesas têm uma presença física importante na América Latina, contribuindo não apenas para a geração de emprego, mas também como fonte de ingressos para os governos locais e como protagonistas na construção de uma infraestrutura de transporte, telecomunicações e turismo. Como consequência desta mudança de enfoque, a China hoje possui maior impacto nas dinâmicas sociopolíticas da América Latina e tem expandido seu soft power na região... Neste processo, as empresas chinesas começaram a consolidar-se como atores locais e estão começando a entender como utilizar esta influência para administrar os riscos e buscar oportunidades de negócios na região latino-americana. (RÓLDAN *et al.*, 2016, p. 73, tradução nossa, grifos dos autores).

Os setores em que as empresas chinesas vêm ganhando espaço são o de serviços, transportes e energia. Além de IEDs, outro mecanismo que garante sua presença são os empréstimos diretos do governo chinês ou de suas instituições financeiras (como o Exmbank), que, se não há exigências políticas, não obstante, possuem como cláusula de condicionalidade a obrigação de contratar empresas chinesas para a execução das obras.

1 AMÉRICA LATINA: O CICLO PÓS-LIBERAL

O período histórico que testemunhou o aumento da presença chinesa na região coincidiu com o ciclo político dos chamados governos progressistas, liderados por forças de esquerda ou centro-esquerda, que em seu conjunto tinha por denominador comum o rechaço ao modelo neoliberal que predominou na década de 1990 e a implementação de uma nova estratégia econômica que certos autores denominam como neodesenvolvimentismo⁹.

Todavia, todos esses governos, apesar de apresentarem diferenças importantes com a política econômica neoliberal anterior, optaram pelo aprofundamento do modelo econômico

⁹ Katz (2016, p. 160-161) resume o conjunto de propostas neodesenvolvimentistas a cinco pontos: 1) intensificação da intervenção estatal, mas sem voltar às antigas práticas keynesianas; 2) uso da política econômica não apenas para atuações na conjuntura, mas como um instrumento central para o crescimento, cuja prioridade é manter o déficit fiscal reduzido; 3) retomada da industrialização para multiplicar o crescimento urbano; 4) redução da defasagem tecnológica, mediante acordos com empresas transnacionais para conseguir transferência de conhecimentos; 5) imitar o avanço exportador do Sudeste Asiático, visto como modelo de sucesso de industrialização recente.

exportador de especialização produtiva, relegando a indústria a um papel secundário. A necessidade de dar uma rápida resposta aos anseios de melhoria nos padrões de vida de seus eleitores, aliada à expectativa de grandes ingressos, induziu esses governos a aderirem ao que Maristella Svampa (2017) chama de “Consenso das *Commodities*”: a aceitação da divisão internacional do trabalho que reservava à América do Sul o papel de fornecedora de matérias-primas, e a aposta que a alta do preço desses elementos, puxada pelo extraordinário crescimento da economia chinesa, significaria a chave para um período prolongado de crescimento e aumento do bem-estar geral¹⁰.

Um componente essencial do Consenso das *Commodities* é o fortalecimento do Estado como agente produtor e/ou regulador, que também oferece um conjunto de políticas sociais dirigidas aos setores mais vulneráveis e empobrecidos, “cuja base mesma é a renda extraordinária associada ao modelo extrativo-exportador” (SVAMPA, 2017, p. 56). Ao lado disso, há o fortalecimento das frações das burguesias locais que controlam as atividades ligadas a esse *boom*, como o agronegócio e as grandes empresas de construção civil, em associação com esse mesmo Estado.

O fortalecimento econômico dessas camadas projeta ainda o aumento de sua influência política, e através dela buscam expandir as condições para seu processo de acumulação, por meio da ampliação das fronteiras agrícolas, flexibilização das leis ambientais, superexploração do trabalho e abertura econômica. A necessidade dos ingressos provenientes do setor exportador levou os governos progressistas a serem seus aliados objetivos, entrando em conflito até mesmo com sua base social originária, como fica evidente no balanço do governo evista na Bolívia.

2 BOLÍVIA: DA REBELIÃO ANTI-NEOLIBERAL AO CAPITALISMO ANDINO-AMAZÔNICO

A vitória do partido MAS de Evo Morales em 2006 foi resultado da onda de rebeliões iniciada na Bolívia em 2000 com a chamada Guerra da Água e que colocou em questão não apenas um governo ou um partido, mas toda a institucionalidade neoliberal criada com as reformas dos anos 1980. A postura anticapitalista, antiestatal e de rejeição à mercantilização dos recursos naturais dos diversos movimentos participantes dessa mobilização foi sintetizada no discurso do Bem Viver, ou seja, a construção de um meio de vida pautado por outras

¹⁰ Como resultado disso, a América Latina tem testemunhado na última década um aumento exponencial da superexploração de bens naturais, construção de grandes projetos de represas e vias de comunicação e ampliação das fronteiras agrícolas, que invadem territórios antes reservados para a preservação ambiental ou ocupados por povos originários, quilombolas e comunidades.

lógicas que não a instrumental-racionalista, que colocava a descolonização cultural e a harmonia com o meio ambiente como seus principais eixos¹¹.

Contudo, o ator social que logrou conquistar a hegemonia dentro deste processo de mudanças e conduzi-lo rumo a uma nova institucionalidade, o partido camponês MAS-IPSP (*Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la soberania de los pueblos*), optou pelo aprofundamento do modelo econômico primário-exportador.

É precisamente na Bolívia que testemunhamos o fortalecimento do poder estatal, mencionado anteriormente, em um momento em que suas bases de legitimidade estavam totalmente solapadas pelo assédio dos movimentos sociais. Essa tarefa coube ao partido de camponeses cocaleiros MAS, herdeiro de uma longa tradição de ambiguidade do movimento camponês que, historicamente, associou-se ao Estado mesmo quando se enfrentava contra suas políticas. Em sua trajetória, o movimento cocaleiro mostrou uma inegável capacidade de articulação com outros setores das classes populares bolivianas, construindo-se assim como uma alternativa de poder aos desgastados partidos da era neoliberal (URQUIDI, 2006).

No entanto, sua perspectiva política, evidenciada já na época da Assembleia Constituinte, convocada em 2006 para a “refundação” da Bolívia, apontava não para a superação radical do capitalismo dependente boliviano, mas para uma pactuação com a antiga elite econômica que tinha por finalidade a construção de uma nova correlação de forças entre as classes sociais, onde essa reconhecesse a emergência de uma nova camada que tinha interesse no compartilhamento do poder.

Vencida a etapa constituinte, assegurado pelo Estado o controle da renda do setor de hidrocarbonetos e derrotada politicamente a oposição das oligarquias agroempresariais (centradas nos departamentos [estados] da chamada região da Meia Lua), o MAS passa a ter absoluta hegemonia para colocar em prática sua visão estratégica: a construção do que chamava de capitalismo andino-amazônico, tal como teorizado e defendido pelo vice-presidente Garcia Linera em diversos escritos¹². Seu programa econômico mantém e aprofunda os marcos da dependência ao configurar a existência de um Estado do tipo rentista, apoiado nas atividades extrativas de recursos naturais. Ao lado disso, aproxima-se da antiga elite agroexportadora, que obteve diversas garantias para expandir a fronteira agrícola.

Para assegurar sua hegemonia, o MAS precisou pôr em prática diversos esquemas de cooptação dos movimentos sociais, entre eles a estatalização (incorporação desses

¹¹ Para mais informações, ver o livro de ACOSTA, *O bem viver* (Elefante: 2016).

¹² Para mas informações, conferir a entrevista de Linera a Svampa e Stefanoni: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/AC22SvampaStefanoni.pdf>. Consultado em: 18/12/2019.

movimentos ou de seus dirigentes a órgãos do governo, para assim diluir sua capacidade mobilizatória e envolvê-los na lógica burocrática) ou a perseguição pura e simples aos que resistiam ao avanço das atividades extrativistas. A controvérsia em torno da construção da estrada do TIPNIS é emblemática dessa relação que o MAS estabeleceu com os movimentos sociais que entram em choque com seus objetivos políticos e econômicos¹³. Outro ponto que evidencia o caráter de classe do governo evista é a questão agrária.

A reforma agrária foi um dos pontos de atrito entre a oposição autonomista e o MAS durante a Assembleia Constituinte. Aqui, a fisionomia pequeno-burguesa do núcleo duro do partido governante determinou que a resolução da questão seguisse a lógica de “pacto democrático” entre as principais forças:

O que configura uma reforma agrária do tipo branda e reformista: a distribuição quantitativa de pequenas parcelas na periferia da fronteira agrícola (terras improdutivas e de difícil acesso aos mercados agrícolas) com outorga de empréstimos governamentais de cunho leve aos pequenos produtores. Trata-se de uma nova modalidade de reforma agrária com expansão de minifúndios e proteção velada do grande latifúndio no leste do país, e que serve como instrumento de concessão econômico-social para o camponês e indígena com o fim de obter lealdade política ao regime vigente e ampliar sua base social de apoio, como se dera na primeira reforma agrária de 1953, consolidando-se tal prática ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970 durante os governos do MNR e os governos militares. O que, a nosso ver, reforçaria a outra face do padrão econômico boliviano, predominante ao longo do século XX: o agrário-camponês. A outra face desse padrão é o mineiro-extrativo. (GIL, 2008, p. 183).

Concluído o processo constituinte, observa-se uma lenta reaproximação entre o partido dirigente e representantes da burguesia agroindustrial, visando a conclusão do “pacto democrático” propugnado pelo MAS. Após a eleição do segundo mandato de Evo Morales, a política econômica posta em marcha pelo Estado colocará em primeiro plano a necessidade de um incremento das exportações agrícolas e minerais, coincidindo com o *boom* por produtos primários (em especial cana de açúcar, soja, milho e sorgo). Isso criará o terreno para a reconciliação entre o partido indígena e burguesia agroindustrial. Um marco dessa aproximação será a Lei Nº 337 de janeiro de 2013: seus críticos a acusam de legitimar os desmatamentos ilegais de terras florestais para fins agropecuários realizados entre 1996 e 2011, em contradição com os dispositivos da própria Constituição e da Lei de Recondução Comunitária da Reforma Agrária, aprovada pouco antes. Com ela, donos de terrenos onde houve desmatamento podem regularizar a propriedade destes, sem temer uma possível desapropriação.

¹³ Para mais informações sobre os conflitos dos movimentos sociais bolivianos com o governo evista, ver o livro de Machado & Zibechi (2016).

Segundo dados da ANAPO (Associação Nacional de Produtores de Oleaginosas), a superfície desmatada sem autorização chega a 4,3 milhões de hectares. Porém, outros dados recolhidos pelo Ministério de *Desarrollo Rural y Tierras* indicam que existem 5,5 milhões de hectares de desmates ilegais, dos quais 38% respondem a criadores de gado, 28% a agroindustriais, 17% a colonizadores estrangeiros, 12% a camponeses e 5% a povos indígenas (ORMACHEA & RAMIREZ, 2013, p. 21-22). A intenção de incrementar a exportação agrícola por parte dessa lei também fica clara com a seguinte declaração de Garcia Linera na época, de que sua aprovação ocorre em:

Um bom momento para relançar a produção agropecuária na Bolívia, há estabilidade econômica e política, há dinheiro nos bancos, há mercado, se está melhorando as vias de transporte, há regras claras, não há insegurança jurídica a respeito da propriedade, não há risco de sanções ou desapropriações, com o que, se agora há 3,5 milhões de hectares cultivados, (...) o que se pode habilitar agora com esta Lei e este decreto são outros 4 milhões de hectares. (In: ORMACHEA & RAMIREZ, 2013, p. 23, tradução nossa).

A principal intenção do governo com essa lei era de criar um ambiente jurídico e político estável que propiciasse o crescimento do setor exportador capitalista. Após 12 anos de governo evista, a estrutura real do setor agrário aponta para uma continuidade da grande propriedade que historicamente tem sido um dos pilares do capitalismo boliviano. Segundo dados do CEDLA, as médias e grandes empresas agrícolas possuem 38 milhões de hectares, os camponeses 17 milhões, e as TCO (Terras Comunitárias de Origem) ao redor de 22 milhões de hectares (ORMACHEA & RAMIREZ, 2013, p. 85).

Para garantir a manutenção desse projeto e sua supremacia política, o governo do MAS, ao lado do fortalecimento da repressão estatal aos movimentos sociais que não se coadunam com o avanço do extrativismo, buscou desqualificar os críticos mediante a construção de um discurso nacionalista modernizante que criminaliza as mobilizações ambientais e comunitárias como expressões de um “ambientalismo colonial”, impulsionado por “ONGs” estrangeiras aliadas ao velho poder “patrimonial-latifundiário”, interessadas em manter o povo boliviano mergulhado na pobreza e na submissão pré-capitalista¹⁴. Quando confrontado por mobilizações de povos originários, como no TIPNIS, ou para mostrar que conta com apoio popular, o evismo mobilizava suas bases sociais encontradas entre cocaleiros, mineiros cooperativistas ou pequenos comerciantes urbanos, que constituem camadas médias em processo de acumulação.

¹⁴ Mais uma vez, é Garcia Linera que estabelece os marcos ideológicos desse discurso em sua obra “Geopolítica de la Amazonía” (2013).

3 PEQUENA BURGUESIA COMERCIAL INDÍGENA

O modelo econômico primário-exportador, junto com as benesses distribuídas pelo Estado rentista, originou um período de prosperidade que se refletiu na enorme liquidez bancária e no fortalecimento de setores como o de construção e de importação de bens de consumo populares, e visibilizou a ascensão de novas elites econômicas comerciais de origem popular e indígena, que se aproveitam dos interstícios da institucionalidade para promover seus negócios.

No livro *Hacer plata sin plata* (PIEB: 2013, coordenado pelo pesquisador Nico Tassi) há uma análise desse setor das novas camadas médias emergentes. Em sua grande maioria de origem *aimará*, dominam o comércio de bens importados em cidades como El Alto e La Paz. Operando no território ambíguo entre a informalidade e o reconhecimento legal, com amplos conhecimentos sobre suas áreas de atuação, possuindo uma profusa rede de contatos, dotados de grande flexibilidade para satisfazer as exigências de seus clientes, tais comerciantes têm sabido se beneficiar da prosperidade econômica dos anos recentes para, inclusive, internacionalizar seus negócios. É cada vez mais comum que muitos deles estabeleçam contato direto com fabricantes na China, viajem regularmente para aquele país e voltem carregados de grandes quantidades de produtos, que são distribuídos por uma ampla rede por todo o território nacional. Segundo Rea Campos, a emergência desses novos agentes econômicos é resultado:

(...) de uma afinidade eletiva entre certos condicionantes externos, como os efeitos do nacionalismo revolucionário que a população indígena começou a experimentar ao final da década dos anos 1960 (a expulsão da população indígena para os centros urbanos e a massificação educativa) e das mudanças estruturais de corte neoliberal desde os anos oitenta (a flexibilização do mercado de trabalho que os excluiu para as margens informais) e a capacidade – criatividade cultural – que estes sujeitos indígenas desenvolveram para enfrentar situações adversas em um cenário de contração da economia nacional e de expansão e influxo da economia comercial asiática no mercado nacional. (REA CAMPOS, 2016, p. 376, tradução nossa).

A prosperidade desse setor reflete-se, por exemplo, no fenômeno da construção de grandes mansões nos bairros populares de El Alto (os chamados “*cholets*”), que servem tanto como residência como sede de seus negócios¹⁵. Sua influência, tanto econômica quanto

¹⁵ Entretanto, há uma grande diversidade dentro dessa categoria de comerciantes informais. A maioria delas, estatisticamente, entra na categoria ocupacional de “trabalhadores por conta própria”, cuja proporção em cidades como Oruro chega a mais de 60% da população ocupada, e cuja diferenciação de capital pode ser significativa. Enquanto os pequenos comerciantes podem contar com um volume de capital de menos de mil dólares a um máximo de US\$ 15 mil, o estoque de capital manejado pelos grandes comerciantes pode flutuar de US\$ 100 mil dólares até US\$ 2,5 milhões, “entre capital próprio, fontes financeiras comunitárias e empréstimos da banca formal” (REA CAMPOS, 2016, p. 380).

política, tem sido reconhecida pelo governo e é ilustrada pelos autores da pesquisa no seguinte episódio:

O ex-embaixador boliviano na China, Fernando Rodríguez, foi assessorado durante sua investidura no país asiático por Justina Aguilar, uma “senhora de pollera” – o nome hoje politicamente correto para referir-se às cholas – originária da comunidade de Tiquina, às margens do lago Titicaca, que exporta lã de alpaca à China. Por meio da senhora Aguilar, o embaixador Rodríguez travou contato com os círculos financeiros chineses e de seus representantes políticos. (TASSI *et al.*, 2012, p. 99-100, tradução nossa).

As facilidades oferecidas pelo capital chinês com a abertura comercial no início desse século constituem outro fator que permitiu maior capitalização aos agentes que já haviam passado por uma acumulação prévia:

Tal situação se viu potencializada com as facilidades comerciais que começou a oferecer o país asiático, como contatos diretos com empresários chineses, facilidades de pagamentos de mercadorias e uma rede de tradutores chineses que atuam como intermediários culturais. Assim, desde os anos 2000 comerciantes aimarás principalmente, que contam com volumes de capital líquido que flutuam entre 50 mil dólares e 2,5 milhões de dólares, conseguiram estabelecer vínculos diretos com empresários asiáticos e criar convênios diretos, exclusivos e duradouros favorecidos pela flexibilidade dos empresários chineses de adequar-se às demandas e gostos de seus clientes: os comerciantes aimarás, que conquistaram um vasto conhecimento sobre os gostos de seus clientes nacionais e estrangeiros (...) ao ponto de registrar os produtos chineses que compram com sua própria marca, o que os tornam exclusivos. (REA CAMPOS, 2016, p. 393, tradução nossa).

A ascensão dessa nova camada da pequena burguesia comercial, com laços globalizados, também encontra paralelo com a ascensão de setores de transportadores, construção civil, cocaleiros e mineiros cooperativistas. Sua especificidade está na origem popular indígena: a maioria se identifica como *aimarás* ou *quéchuas*, possuem orgulho de suas raízes, visível na ostentação de indumentária e na participação ativa em festas e celebrações comunitárias, e possuem identidade de interesses com os objetivos políticos do MAS¹⁶, que buscava seu apoio eleitoral para se manter no poder. Alguns desses agentes econômicos, aliás, começam a penetrar os mercados do Brasil e Argentina através do comércio entre fronteiras, aproveitando a posição da Bolívia como país de trânsito do fluxo de capitais do Pacífico para o Atlântico e a consequente melhoria do sistema de transportes.

Assim, diferente dos comerciantes tradicionais que controlam o mercado local dentro dos limites nacionais, estes comerciantes aimarás transcenderam as fronteiras nacionais e conseguiram se converter em agentes econômicos globais e competitivos

¹⁶ Embora isso não signifique alinhamento automático. Um exemplo disso foi a derrota de Evo Morales no referendo de janeiro de 2016, que lhe permitiria candidatar-se indefinidamente.

que se movem entre o local, o nacional e o internacional. (REA CAMPOS, 2016, p. 396, tradução nossa).

Ademais, segundo estudiosos, essa nova camada pequeno-burguesa diferencia-se das antigas elites econômicas bolivianas por se tratar de “um tipo de empresários mais austeros e populares que não se exibem em Miami e vivem com modéstia, como os cooperativistas mineiros, comerciantes urbanos e produtores rurais que o Estado articula para garantir-se uma base social de apoio com poder econômico e produtivo” (Machado & Zibechi: 2016, p. 204, tradução nossa). Segue a mesma linha o ex-vice-presidente Garcia Linera, quando constata:

Há a emergência de um novo tipo de empresariado de origem, digamos assim, mais popular, recente, dos últimos trinta anos, que emerge com outra mentalidade, mais austera, mais clássica no sentido weberiano do termo, mais poupadora, não exiba seu dinheiro em gigantescas mansões nem vai a Miami a cada fim de semana, poupa e poupa, e segue comendo com a modéstia de quando surgiu da classe popular, vive no mesmo quatinho e na mesma vizinhança de vinte anos atrás, mas tem mais dinheiro que todos os outros juntos. (LINERA, 2009, p. 108, tradução nossa).

Embora a acumulação desses setores indígenas não seja um fenômeno recente e tenha sua dinâmica própria, independente dos atos governamentais, é certo dizer que o governo Morales representou o empoderamento político dessa nova pequena burguesia, que se vê prestigiada e incentivada a internacionalizar suas atividades, operando em fluxos internacionais de comércio e, portanto, interessada na abertura comercial e em regras estatais que fortaleçam a mercantilização.

Rea Campos define tal setor como uma protoburguesia, isto é, um estrato social que almeja alcançar um status social e cultural estabelecido, mas que até então está em vias de sê-lo, não estando totalmente integrada à estrutura formal das classes médias.

Em sua condição de pequenos burgueses comerciais de origem aimará, têm o controle de uma parte do capital comercial e em alguns casos – ainda muito escassos – dos meios de produção e do controle de terceiros (proletários informais), mas ainda distantes do controle de um pessoal organizado burocraticamente, pois a relação trabalhista com seus empregados está mediada, principalmente, pelas relações de parentesco ritual (compadres-afilhados). Por último, dado que sua atividade comercial, devido à expansão e formalização que experimentam, requer cada vez maior domínio de conhecimentos contábeis e comerciais, investem na educação de seus filhos, não só para que estes obtenham a aceitabilidade do grupo de referência (a pequena burguesia não indígena), mas também com a esperança de tornar mais sustentáveis e rentáveis seus negócios a médio prazo. (REA CAMPOS, 2016, p. 402, tradução nossa).

No entanto, essa burguesia emergente até aquele momento jogava um papel intermediário (mesmo que politicamente relevante) no bloco de forças sociais articulado pelo governo evista, como deixa claro o seguinte trecho:

No contexto analisado, se pode afirmar que o capitalismo boliviano, o padrão de desenvolvimento, consiste em um padrão primário-exportador, agora controlado hegemonicamente pelo Estado, modelo de estatismo econômico, mas com uma adição: a intermediação comercial está nas mãos de uma variedade de burguesias cholas, burguesias emergentes, empresariados aimarás ou burguesias populares, todas de alma neoliberal. (PIEB, Temas de Debate, nº 21, 2013, tradução nossa).

Os germes dessa protoburguesia antecedem o governo do MAS, porém o controle do aparato estatal por um partido de caráter camponês pequeno-proprietário significou uma mudança qualitativa em seu processo de acumulação, pois as políticas públicas postas em prática visam principalmente facilitar tal processo: desde os relaxamentos da legislação ambiental e trabalhista, facilidades de crédito, ligação com os fluxos de comércio internacionais e até mesmo o prestígio oficial conferido à manifestações culturais de origem popular, mostram que essas novas camadas burguesas, ainda que estejam num processo de constituição em novas classes dominantes, integrava-se como a principal fonte de inspiração ideológica e o núcleo duro da base social do evismo.

4 CAPITAL CHINÊS NA BOLÍVIA

O estreitamento das relações entre China e Bolívia, em consonância com os objetivos estratégicos da primeira para a região e com o projeto político do bloco no poder da segunda, passa a se dar de forma mais visível a partir do ano de 2011 e alcança um ponto de inflexão a partir de 2015. Apenas em 2011, houve a visita do presidente Evo Morales à China, respondida, alguns meses depois, pela visita do Vice-Primeiro-Ministro chinês Hui Liangyu à Bolívia. Na primeira ocasião, Evo deixou claro o interesse do seu governo pelo capital chinês: “Temos recursos naturais à flor da terra como o lítio, o ferro, o petróleo e outros, cujo desenvolvimento precisa de investimentos” (CARPIO, 2016, p. 6, tradução nossa).

A presença chinesa na Bolívia segue alguns dos grandes padrões vistos no restante da América Latina, mas com algumas diferenças importantes. Por exemplo, os fluxos de IEDs para o país andino são insignificantes comparados com o montante total para a região: de acordo com Agramonte & Bonifaz (2018, p. 86), eles não chegam a 1% do total (5% do total que a Bolívia recebe, a grande maioria de países europeus), embora sejam altamente concentrados no setor de mineração e hidrocarbonetos (97% do total). A conclusão dos

autores é que: “A presença de empresas chinesas em forma de IED é quase inexistente” (p. 89, tradução nossa). A principal fonte de capital chinês na Bolívia provém de instituições financeiras estatais, como o *Eximbank*.

Quanto ao comércio, as importações bolivianas da China seguiram a tendência regional constantemente ao ponto de, a partir de 2015, esta ter se convertido na principal origem das importações bolivianas. Quanto as exportações, constituídas em 98% de bens primários minerais, a China integra apenas o quinto principal destino das exportações bolivianas, atrás de Brasil, Argentina, Estados Unidos e Colômbia.

É na presença de suas empresas que a influência chinesa se torna mais visível na Bolívia. Uma característica crucial na atuação dessas empresas é que seu principal cliente é o próprio Estado boliviano, que as contrata para realizar grandes obras de engenharia, energia e comunicações. Para financiar esses serviços, chama a atenção que, ao contrário da tendência regional, o total de empréstimos do governo chinês seja menos da metade (43%), o resto pago pelo próprio governo boliviano ou por empréstimos de organismos multilaterais. Outro dado que chama a atenção é que apenas 16% de todos os contratos realizados com essas empresas foram feitos com licitação, o restante feito por convite direto, sob a modalidade conhecida como *chave em mão*.

As principais empresas chinesas operando hoje na Bolívia (*Sinohydro, Sinopec, China International and Electric Corp – CWE, CAMC Engineering, China Railway* etc.) estão presentes em todas as regiões do país e nos setores econômicos mais importantes, com atuação destacadas em alguns dos projetos mais controversos levados a cabo na Amazônia boliviana. Estão investindo em obras de construção de represas para a geração de energia (como as projetadas centrais de Cachuela Esperanza e Rio Grande-Rositas) ou estradas, como a de Rurrenabaque-Riberalta, próxima ao Parque Nacional Madidi. Sua atuação vem sendo alvo de um crescente questionamento de movimentos sociais e sindicais bolivianos, que denunciam as diversas violações de direitos trabalhistas e da legislação ambiental¹⁷.

Alguns dos projetos citados fazem parte de diversos planos de integração física do continente sul-americano tais como os corredores bioceânicos constantes no plano IIRSA (Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana), cujo objetivo é interligar as economias

¹⁷ Por exemplo, o contrato entre a estatal boliviana YPFB e as chinesas Sinopec e BGP para a busca de recursos de hidrocarbonetos na região amazônica prevê que estas realizem tarefas de sondagem em dois blocos no norte amazônico, o que implicará no uso de dinamite para explosões subterrâneas. No entanto, representantes do povo indígena Tacana, na bacia do rio Madre de Dios, denunciam que essas empresas estão descumprindo os acordos de minimização de impacto ambiental e preservação da biodiversidade em seu território, comprometendo sua principal fonte de subsistência, as árvores de castanha. Para mais informações, ver https://cedib.org/post_type_titulares/inversiones-chinas-en-bolivia-informe-denuncia-danos-ambientales-en-territorio-indigena-mongabay-latam12-12-18/. Consultado em: 13/12/2019.

da região aos centros dinâmicos da economia internacional, reduzindo o tempo de transporte das mercadorias e facilitando o acesso de multinacionais a regiões ricas em recursos naturais.

Refletindo os objetivos globais do seu governo, as empresas chinesas passaram a atuar firmemente para obter o maior número possível de contratos que envolvam esses projetos de integração, no que podemos supor que seja parte de uma política coordenada para garantir o acesso aos recursos da região e investimentos lucrativos, como fica evidente com a seguinte fala de Li Wei, principal executivo da multinacional chinesa *Sinohydro*:

Em todas as grandes licitações que haja na Bolívia, iremos entrar para competir com nossa experiência. Contamos com 55 milhões em equipamento pesado. Temos mais de 700 máquinas. Isso nos dá uma vantagem competitiva porque há empresas transnacionais que não estão aqui. Temos uma logística armada para descarregar nosso equipamento e pessoal em qualquer rincão da Bolívia. (In: CARPIO, 2016, p. 10, tradução nossa).

Para esse objetivo ambicioso, tais empresas contam tanto com o financiamento do governo chinês quanto com o beneplácito do governo local. Um exemplo que ilustra esse fato foi a lei emitida pelo o governo boliviano, para facilitar a atuação das empresas chinesas e o acesso aos empréstimos do governo chinês: Decreto Supremo 2574, de novembro de 2015, cujo objetivo era explicitado logo nas primeiras linhas:

Autorizar la contratación de obras, bienes y servicios, bajo procedimientos y condiciones específicas para la ejecución de proyectos a financiarse en el marco de Contratos de Préstamo a ser suscritos entre el Estado Plurinacional de Bolivia y el Banco de Exportaciones e Importaciones de la República Popular China – EXIMBANK. (BOLÍVIA, 2015).

Além disso, no ano de 2015, o governo boliviano conseguiu obter da China um acordo que lhe concedia um crédito global de até 7 bilhões de dólares para o financiamento de projetos de infraestrutura e energia elétrica, a serem negociados um por um com a criação de comissões específicas nos ministérios correspondentes, com taxas de juros que variam de 1%, 2,5% a 4%, bem como a exigência desses projetos serem aprovados pelo Legislativo (CARPIO, 2016, p. 11).

O pouco investimento em IED das empresas chinesas e o papel protagonista que a diplomacia tem jogado na aproximação entre ambos os países evidenciam, no caso boliviano, os grandes esforços por parte da China, de ganhar a simpatia e apoio entre atores locais para a projeção de seus interesses econômicos, obtidos mediante a reafirmação de construção de relações horizontais sem imposições e de “soberania” do Estado, o que se harmonizava perfeitamente com as concepções estratégicas do partido governante MAS.

O principal símbolo do estreitamento das relações foi o lançamento, em 2013, do satélite espacial *Tupac Katari*, construído pela Academia Chinesa de Tecnologia Espacial, por meio de empréstimo de 251 milhões de dólares, para prestar serviços de telecomunicações de celular, TV e internet. Além das compras de equipamento para as forças armadas e para a petrolífera estatal YPFB, as diversas modalidades de empréstimos e financiamentos para a construção de estradas e projetos para a exploração de recursos como o lítio, projetam tornar a China a maior credora da dívida externa boliviana, que pode alcançar 18 bilhões de dólares nos próximos anos.

5 CONCLUSÃO

A ascensão vertiginosa dos investimentos chineses em todo o mundo, aliada ao relativo declínio político-econômico dos EUA (embora esta ainda continue a ser a maior potência militar) nos permite afirmar que o mundo entra em uma fase de caos sistêmico, de acordo com o esquema teórico levantado por Arrighi (2012). O tempo de duração desse caos sistêmico e a nova configuração mundial do capitalismo que surgirá dele ainda são uma incógnita, mas, a partir da análise de suas tendências, o pesquisador social pode arriscar-se à alguns diagnósticos a partir de seus efeitos mais imediatos.

A América Latina historicamente inseriu-se na Divisão Internacional do Trabalho como fornecedora de matérias-primas baratas para os centros dinâmicos do sistema. No século XX, diversos países empreenderam esforços de industrialização, nos quais alguns lograram construir expressivos parques indústrias e uma economia mais diversificada (casos do Brasil, México e Argentina). No entanto, múltiplas razões impediram esses países de competirem com êxito com as nações tecnologicamente mais avançadas, o que gerou sistemáticas crises em suas balanças de pagamento.

Com a demanda mundial por matérias-primas gerada pelo crescimento chinês, a América Latina tem visto sua inserção internacional voltar-se novamente para a produção de *commodities*, embora com importantes diferenças em relação ao padrão primário-exportador do passado. Essa nova inserção reedita, sob novos aspectos, importantes traços da Dependência como uma condição estrutural de nossas economias.

Por consequência, em virtude da importância que essas atividades econômicas desempenham para a estabilidade macroeconômica dos países latino-americanos, as frações das classes dominantes que controlam tais atividades adquirem poder cada vez maior dentro dos blocos dirigentes locais. Ironicamente, foram governos ditos de “esquerda” que na última década promoveram o avanço das atividades extrativistas, como o meio mais rápido e fácil de

obter divisas para seus programas sociais e políticas de aumento de renda dos setores populares. Ao fazerem isso, revitalizaram frações das classes dominantes ligadas às formas mais extremas de exploração do trabalho, ideologicamente avessas à participação popular e afinadas ao setor financeiro do grande capital. Quando o cenário internacional deixou de ser favorável, essas frações burguesas lançam-se a uma ofensiva para retomar o pleno controle do aparato estatal e, com isso, promover uma série de ataques ao setor assalariado.

É o que testemunhamos na Bolívia recentemente, com o golpe cívico-militar empreendido a partir de setores da elite agroindustrial, apenas o exemplo mais recente do acirramento da luta de classes no continente. Embora política e ideologicamente afinadas com os EUA, essas frações burguesas extrativistas não parecem capazes de imprimir uma orientação diferente às tendências analisadas, já que os empréstimos chineses e as importações advindas desse país constituem uma importante fonte de financiamento para o Estado e setores mercantilizados das classes populares¹⁸. Portanto, embora no momento em que escrevemos ainda não esteja claro qual será a orientação do governo boliviano pós-golpe, a presença das empresas chinesas na Bolívia parece ser uma realidade que não mudará.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**. São Paulo: Elefante, 2016.

AGRAMONT, Daniel.; BONIFAZ, Gustavo. **El desembarco chino en América Latina y su manifestación en Bolívia**. La Paz: Plural Editores, 2018.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BOLÍVIA, Estado Plurinacional de. **Decreto Supremo** N° 2574, 3 de noviembre de 2015.

CARPIO, Silvia Molina. **La presencia china en Bolivia: Porqué el interés en una de las economías más pequeñas de la región?** La Paz: Plataforma Energetica n° 15, junio de 2016.

CHINA'S Policy Paper on Latin America and the Caribbean, 05/11/2008. Disponível em: <https://china.usc.edu/chinas-policy-paper-latin-america-and-caribbean>.

¹⁸ Além do fato de que, embora menos significativas se comparadas com países como o Brasil, as exportações agropecuárias bolivianas têm experimentado um aumento sistemático nos últimos anos. Ver, por exemplo, <https://cedla.org/problematica-rural-y-agraria-prya/34636/larazon•bolivia-empezara-a-exportar-el-28-de-agosto-carne-de-res-a-china>. Visto em: 28/12/2019. Desse modo, parece ser um caminho lógico para as elites agroindústrias de Santa Cruz tentarem conquistar espaço dentro do enorme mercado chinês.

CREUTZFELDT, Benjamin. China and the U.S in Latin America. **Revista Científica General José María Córdova**, Bogotá. v. 14, nº 17, 2016.

GIL, Aldo Durán. Bolívia: duas revoluções nacionalistas? **Perspectivas**, São Paulo, V. 33, p. 157-189, jan/jun 2008.

JABBOUR, Elias. **China Hoje: Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado**. Campina Grande: Ed. UEPB, 2012.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. São Paulo: Objetiva, 2011.

LINERA, Alvaro. Garcia. **El papel del Estado en el Modelo Nacional Productivo, Vicepresidencia del Estado Plurinacional, Discurso & ponencias**. Nº 6, La Paz, enero 20 de 2009.

LINERA, Alvaro. **Geopolítica de la Amazônia**. La Paz: Vicepresidencia de Estado, 2012.

LEÃO, Rodrigo P. F.; COSTA PINTO, Eduardo.; ACIOLY, Luciana (orgs.). **A China na nova configuração global: Impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

LO BRUTO, Giuseppe.; MINUTTI, Eduardo. C. La cooperación de China en América Latina: hacia una Nueva Economía Estructural? **Rev. Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 123-146, 2018.

MACHADO, Decio.; ZIBECHI, Raúl. **Cambiar el mundo desde arriba: Los limites del progresismo**. La Paz: Cedla, 2016.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China: para pensar as configurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

ORMACHEA S, Enrique.; RAMIREZ F, Nilton. **Políticas agrárias del gobierno del MAS o la agenda del “poder empresarial-hacendal”**. Laz Paz: CEDLA, 2013.

PECEQUILO, C. S.; CARMO, C. A. A China, o sistema internacional e o Sul: ascensão pacífica? **Brazilian Journal of International Relations**. Marília, v. 3, nº 1, p. 31-69, jan-abr. 2014.

REA CAMPOS, Carmen Rosa. Complementando racionalidades: la nueva pequeña burguesia aymará en Bolívia. **Revista Mexicana de Sociología**. Mexico: 78, p. 375-407, jul-set 2016.

ROCHA, Felipe. Freitas.; BIELSCHOWSK, Ricardo. La búsqueda de China de recursos naturales en América Latina. **Revista de la Cepal**, nº 126, dez. 2018.

ROLDÁN, Adriana. *et al.* **La presencia china en América Latina: comercio, inversión y cooperación económica**. Bogotá: Konrad Adenauer Stiftung, 2016.

SILVA, G. D.; GOMES, M. F. M.; TEIXEIRA, E. C. Efecto derrame del crecimiento de China en América del Sur: un análisis basado en el comercio internacional. **Revista de la Cepal**, nº 126, dez. 2018.

SVAMPA, Maristella. **Del cambio de época al fin de ciclo**. Buenos Aires: Edhasa, 2017.

TASSI, Nico (org). **“Hacer plata sin plata”**: El desborde de los comerciantes populares en **Bolivia**. La Paz: Fundación Pieb, 2013.

_____. El desborde económico popular en Bolivia: comerciantes aymaras en el mundo global. **Revista Nueva Sociedad** N° 241, sep.-oct. 2012. Disponible em: <http://www20.iadb.org/intal/catalogo/PE/2012/10495.pdf>.

URQUIDI, Vivian. **Movimento cocaleiro na Bolívia**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2007.

ARQUITETURA E URBANISMO NA TRANSAMAZÔNICA: ENTRE O REAL, O IMAGINÁRIO E O UTÓPICO

Renato Leão Rego¹

RESUMO

Este artigo contextualiza o projeto de colonização implantado pelo governo militar ao longo da rodovia Transamazônica nos anos 1970, analisa a forma das cidades projetadas e mostra seu viés modernista, adotado em tempos de crítica a esta abordagem no urbanismo e na arquitetura.

Palavras-chave: Cidade jardim. Cidade satélite. Urbanismo racionalista.

ABSTRACT

This paper contextualizes the colonization project developed by the military government along the Transamazonian highway in early 1970s. It analyses the urban form of the planned new towns and unveils its modernist outline, adopted in times of criticism to such an approach to town planning and architecture.

Keywords: Garden city. Satellite town. Rationalist town planning.

Submetido em: 07.01.2020

Aprovado em: 27.02.2020

INTRODUÇÃO

Olhando para o interior do Brasil no século XX, pode-se perceber que a modernidade esteve ligada à expansão do capitalismo que se desenvolveu no processo de colonização (interna) de novas geografias. No caso da Amazônia, com efeito, o afã do progresso, a busca de integração nacional e o crescimento econômico impulsionaram a recente frente pioneira de colonização e a criação de novas cidades. Ao longo da rodovia Transamazônica recém-aberta, as novas cidades instituíram formas físicas inusitadas e, com elas, fundaram uma nova realidade, diferente da existente; deliberadamente forjaram a modernidade como caminho para o desenvolvimento.

O conjunto de processos tecnológicos, econômicos, políticos, sociais e culturais baseados na mudança e entendido como modernização se tornaram uma consequência desejada. Mas ao mesmo tempo em que a rede urbana e as cidades plantadas ao longo da Transamazônica concretizaram ideias e valores do mundo ‘moderno’ – o seu projeto

¹ Professor titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá (UEM). É doutor em arquitetura pela Universidade Politécnica de Madri e arquiteto e urbanista pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: rlrego@uem.br

acreditava neles–, elas revelaram um hiato temporal diante dos conhecimentos contemporâneos da arquitetura e do urbanismo². E por que o projeto das novas cidades da Transamazônica ainda insistia no urbanismo racionalista/funcionalista quando ideias em circulação global já o criticavam e o revisavam?

Para responder esta questão, este artigo busca contextualizar o projeto de colonização ao longo da Transamazônica e o traçado de suas cidades, implantados no começo dos anos 1970, recorrendo a estudos de morfologia urbana e a contribuições da história. Através da argumentação lógica, trata de explorar suas características formais e discutir a estratégia projetual adotada diante do insulamento imposto pelo regime militar, da hegemonia da arquitetura e do urbanismo racionalistas, da recorrência aos seus modelos e do descaso com a crítica a eles.

1 DESCOMPASSO

Nos anos 1960, o ideário modernista recebeu fortes críticas a partir de publicações que se tornaram seminais para a produção da arquitetura e do urbanismo nos anos subsequentes. Kevin Lynch em *A imagem da cidade* (1960), Jane Jacobs em *Morte e vida das grandes cidades americanas* (1961), Aldo Rossi em *A arquitetura da cidade* (1966), Robert Venturi em *Complexidade e Contradição em Arquitetura* (1966), e Ian McHarg em *Projetar com a natureza* (1969) romperam com o ideário do modernismo e suas regras de composição que recorriam a princípios como simplificação, racionalização, padronização, e se comprometeram com o mundo real, não idealizado, através do diálogo com o contexto, da consideração de formas e técnicas construtivas tradicionais, de conceitos como tipo, memória, lugar (específico, em detrimento de espaço – abstrato e genérico), e de um pensamento mais ecológico no planejamento da ocupação do território.

Na verdade, o ideário do urbanismo modernista difundido pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), em particular a cidade funcional formulada com as segregações das principais funções urbana e publicada na Carta de Atenas em 1942, vinha sendo criticado desde os anos 1950.

Esta crítica, exemplificada com a autorreflexão promovida pelo grupo de jovens arquitetos conhecido como *Team 10*, a qual levou à extinção dos CIAMs em 1956, sinalizava para a valorização da ótica do usuário, a aceitação da cidade existente e a interação com ela, o retorno ao entendimento da rua como espaço de convivência (BARONE, 2002, p. 61 e 188) –

² cf. MORAES, 2008; CARDOSO; MÜLLER, 2008; GORELIK, 2005; BENEDETT, 2018.

itens que haviam sido suprimidos da prática projetual em favor de soluções funcionalistas, padronizadas e universais. Já se recobrava então a noção de que valores culturais, historicamente construídos, moldam os lugares, o modo de habitar e a vida das pessoas.

Estas ideias passaram a fazer parte do debate da formação e da prática profissional da arquitetura e do urbanismo no Brasil apenas mais tarde – quando o debate foi retomado–, até então interceptadas (e menosprezadas) pela hegemonia da arquitetura e do urbanismo modernistas no país e pela ditadura que os promoveu (BASTOS, 2007, p. 23). O ideário modernista – positivista, tecnocêntrico, racionalista, funcionalista e sua crença no progresso linear, na superação lógica e no planejamento da ordem social ideal – ainda vigorava na condição bastante insular do país nos anos 1970.

A imagem de um Brasil ‘desenvolvido’ então se projetava através da arquitetura e do urbanismo modernistas, sob a estética (brutalista) do concreto aparente e da expressão formal característica da ‘escola’ paulista, em sucessão à ‘escola’ carioca. A soberania nacional podia ser percebida pela soberania tecnológica. O edifício-sede da Petrobrás no Rio de Janeiro (1969-1973) e o Pavilhão Brasileiro da Exposição Mundial de Osaka (1969-1970) são duas obras do governo da ditadura, paradigmáticas pelos seus aspectos simbólicos, ideológicos, técnicos e construtivos. Uma mesma vinculação do Estado à arquitetura e ao urbanismo modernistas já havia sido notada no Estado Novo (1937-1945) com a associação de edificações promovidas pelo governo à imagem identitária de um país moderno, com forte apelo nacionalista.

O edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública (1936-45), no Rio de Janeiro, e o Pavilhão Brasileiro (1938-39) na Feira Mundial de Nova York, dois exemplares da arquitetura da ‘escola’ carioca, representavam a “construção do homem novo” almejada pelo governo Vargas e concretizavam uma imagem que dava sentido ao Brasil moderno (COMAS, 2010; MARTINS, 2010; CAVALCANTI, 2010). De modo equivalente, Brasília e seus palácios também foram símbolos de transformações profundas, do avanço do país em desenvolvimento.

Cidades novas também produziram e reproduziram o poder do Estado, a construção nacional e a modernização (WAKEMAN, 2016, p. 7). Nesse sentido, como já se notou (MORAES, 2008; REGO, 2018), um projeto nacional marcado pela expansão territorial e associado com a própria nacionalidade tem emergido em conjunturas políticas distintas. No Brasil Império este projeto recorreu ao discurso do ‘país a se construir’; na República falava-se do ‘país em construção’ (MORAES, 2008, p. 93; ALMANDOZ, 2015, p. 11).

Enquanto, o mote imperial era a civilização – reafirmando determinações da conquista colonial como a apropriação da terra e a submissão dos ‘naturais’, a meta republicana tem sido a modernização do país. Assim, a noção de modernização na era Vargas (1930-1954) – em particular no Estado Novo – implicou, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação e construir um país urbano e industrializado (GOMES, 2013, p. 43; REZENDE, 2012, p. 12).

Com espírito modernizador, o Estado promoveu a arquitetura racionalista como imagem identitária do novo Brasil, e inaugurou uma capital moderna – Goiânia, marca da marcha para oeste, diretriz do governo autoritário, nacionalista e centralizador de Vargas que exaltava o papel da saga bandeirante na construção da nação brasileira e o implicava no progresso futuro do país (REGO, 2018).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) reiterou o mote ideológico deste projeto nacional com o Plano de Metas e seu propósito de interiorizar a capital, associado a um extenso plano viário e ao esforço industrializante operado nas capitais. Prometendo “cinquenta anos de progresso em cinco anos” de governo, Kubitschek adotou uma política de industrialização em substituição a importações. Com empresas privadas brasileiras associadas a multinacionais e estatais, a implementação de indústrias de base e a produção de bens duráveis capitanearam o processo de industrialização, como foi o caso da produção de automóveis por multinacionais. A curto prazo, este modelo industrial teve êxito, com a economia atingindo até 10% de crescimento ao ano.

A construção da nova capital federal simbolizou este período de progresso democrático, de nacionalismo desenvolvimentista e materializou exemplarmente a modificação do ambiente físico como manifestação de desenvolvimento (ALMANDOZ, 2015, p. 93; DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 268). Inteiramente nova, “internacional”, criada fora de todo e qualquer contexto urbano preexistente, sem carências ou vícios incorrigíveis, Brasília “re-conceitualizou” ‘cidade’ e pretendeu com isso gerar uma (nova) ordem social segundo a sua imagem, além de promover e alavancar o progresso regional (VIDAL, 2009, p. 197; GORELIK, 2005, p. 49; HOLSTON, 1993, p. 13 e 24; REGO, 2018).

Figura 1: Selo comemorativo à construção da Rodovia



Fonte: acervo do autor

A ditadura do regime militar (1964-1985) renovou o projeto de ‘construção do país’ sob o lema da integração nacional, e a ocupação e o ordenamento do território atuaram como eixo estruturador do planejamento governamental (MORAES, 2008, p. 95-100 e 139). O projeto dos militares para o desenvolvimento do país retomou o modelo implantado no final dos anos 1950, definido no tripé da associação entre empresas privadas nacionais, multinacionais e estatais; desse modo, o governo militar tratou de reviver a euforia da época da construção de Brasília projetando um ‘Brasil Grande’, com obras de porte que deveriam estimular o crescimento econômico e encorajar o desenvolvimento regional (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 278 e 284; ALMANDOZ, 2015, p. 115; REGO, 2018. Figura 1).

De fato, o ciclo de crescimento ultrapassou aquele experimentado no governo JK, o PIB chegou a 14% ao ano e o período de crescimento econômico elevado entre os anos 1968 e 1973 ficou conhecido como ‘milagre econômico’. Pautado por metas econômicas e geopolíticas, o governo Médici (1969-1974) construiu a rodovia Transamazônica neste período e, como parte do esquema de colonização dirigida das bordas da rodovia

Transamazônica, implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, fundou uma série de novas cidades ao longo dela (REGO, 2018). Cidades que comungavam do ideário do urbanismo racionalista, funcionalista, então já bastante desacreditado internacionalmente.

2 FORMA URBANA E CONJUNTO DE CIDADES NOVAS

O projeto da colonização dirigida da faixa de terra lindeira à rodovia Transamazônica foi desenvolvido pelo arquiteto e urbanista José Geraldo da Cunha Camargo (1925-2011). Desde 1955, Camargo era funcionário público do órgão que mais tarde passou a ser chamar INCRA e mantinha relações muito estreitas com o presidente Médici, quem implementou na Transamazônica a proposta do Urbanismo Rural idealizada pelo amigo. Camargo era também professor na Universidade Federal do Rio Janeiro e as ementas das disciplinas ministradas por ele, assim como a sua biblioteca, revelam parte do imaginário e da bagagem intelectual do projetista e do técnico.

O projeto de Camargo para a Transamazônica combinou ideias de urbanismo e de planejamento regional que marcaram a teoria e a prática profissional da primeira metade do século XX. Refiro-me especialmente à noção de cidades sociais e de cidades satélites, à ideia de cidade funcional e ao conceito de unidade de vizinhança.

O Urbanismo Rural foi inicialmente apresentado em 1963 como um esquema mais abstrato para a solução geral da fixação do homem em áreas rurais (CAMARGO, 1963) e só mais tarde aplicado à Transamazônica (CAMARGO, 1973), complementando a estratégia do governo militar de integrar e desenvolver a Amazônia através da ocupação da faixa de 10 km de largura nos dois lados da recém aberta rodovia, no trecho de aproximadamente 1.000 km entre Marabá e Itaituba, no Pará.

Este esquema pretendia dar ao campo os benefícios das cidades ao adaptar ao meio rural as técnicas urbanísticas empregadas no meio urbano (CAMARGO, 1973, p. 2). O esquema que Camargo idealizou para o traçado retilíneo da rodovia estava originalmente vinculado a uma estrutura pentagonal formada por um conjunto de cidades hierarquizadas e envoltas por uma área rural.

Este esquema, ainda que com formato distinto, faz ressoar o diagrama (circular) das cidades sociais, formulado por Ebenezer Howard (1850-1928). Proposto como solução para os problemas da Londres vitoriana e imaginando levar a população citadina de volta à zona rural, o diagrama estabelecia a criação de um conjunto de novas cidades, implantadas no campo e cercadas por ele, e fortemente conectadas entre si, de modo que cada uma

compartilharia com os outros serviços e equipamentos urbanos; com crescimento físico limitado pelo cinturão verde ao redor da forma urbana e com número máximo de habitantes estipulado, estas cidades assegurariam o casamento entre cidade e campo e ofereceriam o conforto da vida urbana com os benefícios da zona rural (HOWARD, 1965; REGO, 2017).

A estrutura urbana hierarquizada e interdependente proposta por Camargo ainda guarda afinidade com a formulação das cidades satélites – núcleos urbanos subsidiários gravitando ao redor da cidade-astro principal, uma ideia decorrente do diagrama de Howard e projetada para o crescimento da Londres metropolitana, efetivada por Patrick Abercrombie (1879-1957) no *Greater London Plan*, de 1944. As ideias de Howard e os seus corolários circularam globalmente e constituíram modelos seminais que serviram de exemplos para lições de urbanismo e planejamento regional e animaram o debate profissional mundo afora (HALL, 1988; LEME, 1995).

A ‘região urbana’ idealizada por Howard como um ímã para atrair e fixar a população de volta ao campo foi adaptada, com sucesso, no esquema da colonização privada do norte do estado do Paraná que havia sido iniciada por uma empresa de capital britânico no final dos anos 1920 e foi incrementada por empresários brasileiros que assumiram o negócio a partir 1944 e então adotaram também a hierarquização dos núcleos urbanos e sua interdependência tal como as cidades satélites inglesas (REGO, 2009; REGO, 2017).

Com efeito, a integração cidade-campo e a organização espacial baseadas na conexão, proximidade, dependência e hierarquia entre os núcleos urbanos são aspectos comuns entre a colonização norte-paranaense e o esquema de Camargo e esta semelhança foi notada ainda nos anos 1970 (KATZMAN, 1977, p. 80), bem antes da observação da sua referência compartilhada nos corolários da cidade social e do ideário *garden city* de Ebenezer Howard (REGO, 2017; BRAGA, 2011; TAVARES, 2004).

Apesar do princípio comum, os dois empreendimentos tiveram resultado muito diverso – a colonização amazônica acabou sendo chamada de “o pesadelo do planejador”; uma explicação para isto pode estar no fato de que, diferentemente do que se viu na Transamazônica, a colonização sistemática no Paraná se estendeu por um longo período – na verdade, décadas–, com abertura de novas glebas, parcelamento rural, assentamento de colonos e criação de cidades obedecendo a implementação paulatina da infraestrutura necessária e a progressiva construção da ferrovia. A falta de revisões e ajustes no esquema de colonização da Transamazônica, velozmente implementado, também contribuiu para o seu fiasco (REGO, 2017).

Com dimensões precisas, condicionadas pelo número de habitantes e pelo nível de serviços e equipamentos especificados, a organização espacial do esquema de Camargo estava organizada em três assentamentos urbanos complementares: a agrovila, a agrópolis e a rurópolis, além das cidades existentes (como Altamira), e foram implantados em intervalos e frequência que consideraram o tipo de transporte a ser empregado para cada distância estimada entre os diferentes níveis da hierarquia urbana.

Desse modo, o esquema de Camargo previa que as agrovilas funcionassem como satélites de uma agrópolis, a fim de ter complementadas suas necessidades sociais e econômicas; e cada conjunto de agrópolis e agrovilas seria dependente de uma rurópolis. Nesta rede de núcleos urbanos hierarquizados, a cidade propriamente dita era considerada o núcleo urbano com mais de 50.000 habitantes e poderia estar localizada em um raio de até 500 km de abrangência.

Como uma espécie de bairro rural, a agrovila era um conjunto de casas dispostas ao redor de um 'parque central' onde ficavam a escola, uma pequena sede administrativa, o centro social, o posto de saúde, um templo ecumênico, abrigando uma população pequena, em torno de 100 a 300 famílias, correspondente ao número de crianças necessário para o funcionamento de uma escola rural.

Um pouco maior, a agrópolis configurava um pequeno centro urbano agroindustrial com influência socioeconômica, cultural e administrativa sobre uma área ideal na qual poderiam haver de 8 a 12 agrovilas. Para além da estrutura básica de uma agrovila, a agrópolis contaria ainda com ensino secundário, comércio diversificado, cooperativa, pequenas agroindústrias, ambulatório médico-odontológico, cemitério, centro telefônico, correio e telégrafo, e abrigaria de 300 a 600 famílias. A distância entre agrovila e agrópolis podia ser percorrida por bicicleta – no caso de um estudante rumo a uma escola secundária – e a distância média entre duas agrópolis deveria ser de 20 km, de modo a ser percorrida de caminhão, ônibus ou automóvel.

A rurópolis acumulava mais funções e mais equipamentos urbanos que os núcleos hierarquicamente menores citados anteriormente e, por conseguinte, devia ser um pequeno polo de desenvolvimento com aproximadamente 20.000 habitantes, conformando “o centro principal de uma grande comunidade rural constituída por agrópolis e agrovilas, distribuídas num raio teórico de ação de cerca de 70 a 140 quilômetros” (CAMARGO, 1973, p. 17).

O Urbanismo Rural acabou criando cidades 'de beira de estrada', com um padrão de ocupação territorial distinto e desvinculado da acessibilidade fluvial tradicional na região e, devido ao parcelamento rural mecânico e abstrato imposto à paisagem existente, bastante

variável ao longo da Transamazônica, lotes rurais acabaram sem acesso direto aos cursos d'água (TRINDADE JÚNIOR, 2012; CARDOSO; LIMA, 2009, p. 162; DOULA; KIKUCHI, 2005; *Transamazônica*, 1970).

O traçado geométrico idealizado no âmbito regional foi quase mecanicamente imposto à realidade sem levar efetivamente em conta a fisiografia ou a viabilidade desses núcleos, abrindo cidades em sítios pouco adequados topograficamente quando, nas proximidades, podia-se avistar melhores condições para isto (GOODLAND; IRWIN, 1975, p. 48).

Ainda assim, este esquema de planejamento regional e sua iniciativa de descentralização urbana parecem suscitar menos críticas que o modo como foram implementados; o empreendimento fracassou, entre outras causas, por questões ambientais, como solo pobre e chuvas excessivas, mas também por questões de gerenciamento, como falta de tecnologia compatível com a grandeza do empreendimento, e inexistência da infraestrutura originalmente prevista; faltaram ainda revisões e adaptações: *inputs* que só a vivência do real poderia fazer à marco-escala do projeto (REGO, 2016; REGO, 2017).

Figura 2: Anteprojeto de Rurópolis, c. 1972



Fonte: Camargo, 1973

Mas não se pode dizer o mesmo das formas urbanas radicalmente novas traçadas por Camargo, como totalidades urbanas completas, pré-fabricadas. Com um desenho frequentemente geométrico, padronizado, abstrato e universal, as cidades novas da Transamazônica insistiram na conformação da cidade funcional, com a simplificação, a setorização, e a ordenação racional das funções urbanas, cortando a vida urbana em pedaços. A organização do espaço urbano determinava setores específicos para residências, comércio e serviços e espaços públicos livres, tratados como praças específicas: a administrativa, a ecumênica, a cívico-cultural, a da saúde e a do mercado, além das vias hierarquizadas – principais, de distribuição, locais e exclusivas para pedestres.

Os setores residenciais foram configurados a partir da ideia norte-americana de unidade de vizinhança, em substituição ao tradicional bairro, constituindo grandes extensões livres com baixas taxas de ocupação e densidade (REGO, 2018); assim, em torno do edifício escolar, da creche e de equipamentos desportivos, implantados em meio a amplos espaços verdes livres, foram dispostas ruas sem saída que organizavam os lotes residenciais de modo seriado e uniforme.

Em Rurópolis, de acordo com a proposta de código urbano da cidade, os lotes estariam classificados em quatro categorias, segundo a faixa de renda da família moradora (CAMARGO, 1977). Na extremidade da área verde livre no interior de cada “unidade habitacional”, localizava-se o mercado para o consumo cotidiano. No projeto da cidade de Rurópolis (Figura 2), que foi inaugurada em fevereiro de 1974 ao som de *Pra frente Brasil*, pode-se notar que as praças estavam alinhadas em um eixo central que cortava toda a cidade e, margeando este eixo, encontravam-se o comércio e, mais além dele, as várias unidades de vizinhança.

Originalmente a unidade de vizinhança foi proposta como um mecanismo de construção social a reforçar o sentido de comunidade na cidade moderna (à custa da complexidade da vida urbana, como já se sabia então). No entanto, unidade de vizinhança não só construiu um arranjo urbano pouco familiar na Transamazônica – e no Brasil – como também representou valores socioculturais alheios. E, mais que isso, em meio à floresta, não fazia muito sentido um aspecto bucólico e amplas áreas verdes livres no meio urbano.

Brasília representou a modernidade no país, em um “período de forte consenso em relação aos preceitos arquitetônicos e urbanísticos, com uma geração quase inteira de urbanistas brasileiros desenvolvendo suas ideias com base no modernismo racionalista de Le Corbusier” (BRAGA, 2010, p. 200), e muitas das ideias aplicadas no traçado das novas cidades da Transamazônica podem ser vistas lá.

Camargo também havia submetido um projeto ao concurso do plano piloto e, como muitos dos outros concorrentes, incluía em sua proposta unidade de vizinhança, setorização funcional e separação de veículos e pedestres. Tal como em Brasília – e em toda cidade modernista, a mancha urbana se mostra como um vazio contínuo com edificações dispersas, ao contrário da cidade tradicional que tende a construir um sólido contínuo emoldurando os espaços públicos abertos.

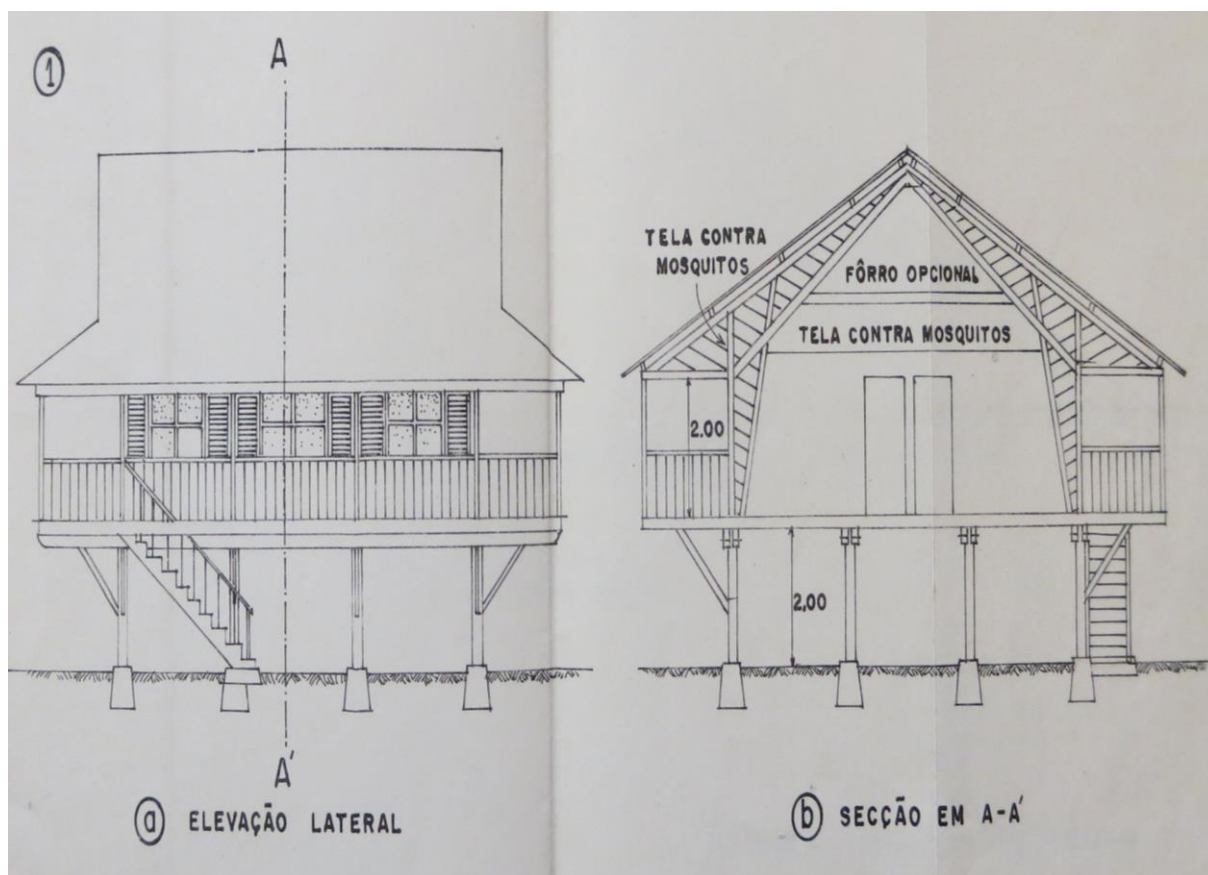
Tal como em Brasília, uma forma urbana radicalmente nova, implicaria em uma nova forma de habitar e em uma nova ordem social. Diferentemente de Brasília, cujo tombamento manteve suas características iniciais, outras cidades onde que se implementou a unidade de vizinhança tiveram suas ruas redesenhadas, eliminando os *cul-de-sacs*, e as áreas livres no interior das quadras residenciais acabaram parceladas, comércio e moradia se misturaram e a rua retomou uma configuração pré-modernista – tal como se pode notar hoje em Rurópolis–, demonstrando pouca ou nenhuma relação com o modo de habitar modernista (cf. REGO, 2018).

Mas à racionalização da forma urbana e do modo de habitar ainda se somava a idealização do cidadão, na proposta de Camargo. O Urbanismo Rural almejava “a formação de uma comunidade, de uma sociedade” e, para tanto, deveria selecionar e “‘compor’ a comunidade com famílias oriundas de diversas regiões do país e, se possível, de origens raciais e étnicas diferentes”.

A heterogeneidade da origem dos colonos foi deliberadamente incluída no esquema de colonização como um meio de se prevenir a interferência de tradicionalismos no progresso das novas comunidades. A transferência de um grupo social inteiro, já constituído em outro local, foi então evitada para que não fossem transferidos também “seus costumes, vícios e tabus”, já que seria “muito difícil mudar seu comportamento” (CAMARGO, 1973, p. 6). No entanto, ainda que a construção do senso de comunidade fosse um objetivo explícito do Urbanismo Rural – e a adaptação do conceito de unidade de vizinhança também tinha esse sentido–, rompeu-se com vínculos socioculturais progressos dos colonos ao invés de fomentá-los.

Os migrantes, selecionados e reagrupados, deveriam receber orientação sobre conduta do grupo, moral, espírito comunitário e religioso (CAMARGO, 1973, p. 6) e deveriam morar no núcleo urbano e não na sua propriedade rural – diferentemente do que ocorreu no norte do estado do Paraná–, o que impediu que familiares ajudassem na lavoura e acarretou problemas tanto para a família mantida na cidade durante a jornada de trabalho quanto para o equipamento deixado na roça nos intervalos de descanso.

Figura 3: Casa tropical de madeira



Fonte: Hasek, 1971

Com uma crença otimista na possibilidade de fundação de uma nova sociabilidade urbana, Camargo idealizou uma sociedade formada por “homens selecionados”, migrantes “doutrinados”, “conscientizados”, desprovidos de seus vícios, tabus e costumes (CAMARGO, 1973, p. 6) em um ambiente urbano padronizado.

O traçado racionalista dos núcleos urbanos supostamente aproximaria os moradores e a seleção criteriosa dos colonos impediria a segregação por religião, costumes, vínculos progressos ou procedência. (Note-se que apenas templos ecumênicos estavam permitidos). É certo que muitos dos equipamentos urbanos previstos para estas cidades nunca chegaram a ser implantados, mas também é certo que sua disposição e natureza eram pouco representativos daquele universo.

Como o urbanista que organiza o mundo em sua prancheta, a comunidade planejada, “coesa, feliz e progressista”, teria uma vida igualitária, com esta igualdade imposta na rígida uniformidade das casas padronizadas, sem cercas ou fechamento do quintal, e com tamanho igual, mesma conformação e cor idêntica, impedidas de alteração ou ampliação com “puxadinhos”, de modo a se evitar qualquer diferenciação no seu conjunto.

Um projeto de casa tropical de madeira foi desenvolvido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1971 para servir de acampamento durante a construção das rodovias e, depois, como unidade residencial nos núcleos de colonização (HASEK, 1971, p. 6. Figura 3).

Este projeto arquitetônico empregou a madeira extraída da floresta derrubada para a abertura das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica e considerou o clima de intensa radiação solar e temperatura e umidade altas como condicionantes; como resultado, o projeto contempla uma edificação fresca, seca e sombreada, elevada do solo (pelo menos dois metros, para aí também criar uma área útil ventilada), com varanda em todas as fachadas, “parede ventilada”, janelas com tela (ou veneziana para maior segurança), e telhado com folhas metálicas ou de amianto (diante da desvantagem da telha cerâmica e das lascas de madeira para coberturas naquela região), tudo pintado preferencialmente de branco para maior conforto térmico.

A solução projetual desta casa tropical, que não corresponde à casa padrão construída pelo INCRA e que até onde se apurou não foi implantada nas cidades projetadas por Camargo, se mostra mais próxima da realidade local – e mais afinada com o ideário contemporâneo da arquitetura – que a ideia de cidade e o urbanismo modernista plantados ao longo da Transamazônica.

De toda sorte, e como bem disse Souza (2014, p. 7), com a abertura da rodovia – um potente símbolo motivacional – “o cotidiano nunca mais seria o mesmo para ribeirinhos, indígenas e outros sujeitos da região que viam suas vidas serem bruscamente alteradas pelo evento que muitos deles [então] comemoravam”.

3 CONCLUSÕES

A constrição das cidades novas ao longo da Transamazônica almejava o desenvolvimento do país e, para tanto, promoveu a transformação física do território recorrendo novamente à arquitetura e ao urbanismo modernistas. O projeto governamental e o pensamento modernista coincidiam na idealização da cidade e do homem e, com isso, apostavam na transformação radical da realidade. Em contrapartida, as críticas ao urbanismo modernistas preconizavam a aceitação das particularidades locais, a consideração do ‘homem real’ e o pensamento distinto daquele da ‘era da máquina’ – o que não convergia com as noções de progresso e desenvolvimento do regime militar.

Curiosamente a vida comunitária e cooperativa planejada para os assentados naquelas cidades se assemelhava ao pensamento dos urbanistas utópicos, mas estava projetada no

universo de um regime ditatorial de direita. Entre muitos outros problemas que levaram à ruína o sonho do governo militar nas cidades da Transamazônica (REGO, 2017), a idealização do homem e a forma urbana radicalmente nova e culturalmente distante daquele mundo foram fatores decisivos.

REFERÊNCIAS

ALMANDOZ, Arturo. **Modernization, urbanization and development in Latin America, 1900s-2000s**. Londres: Routledge, 2015.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Team 10: arquitetura como crítica**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: rumos da arquitetura brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BENEDETT, Jociane Karise. **José Geraldo da Cunha Camargo: o urbanismo na ditadura**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

BRAGA, Aline Moraes Costa. **(Im)possíveis Brasília. Os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal**. São Paulo: Alameda, 2011.

BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

CAMARGO, José Geraldo da Cunha. Urbanismo rural para fixação condigna do homem nas áreas agrícolas. **Revista do Clube de Engenharia**, vol. 16, nº 324-328, 1963, p. 274-277 e 299.

CAMARGO, José Geraldo da Cunha. **Urbanismo rural**. Brasília: Ministério da Agricultura/INCRA, 1973.

CAMARGO, José Geraldo da Cunha. **Código urbano da Rurópolis Presidente Médici**. I Seminário Regional de Desenvolvimento Rural Integrado, 1977. Mimeo.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos NAEA**, n. 1, vol. 12, jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/285/520>. Acesso em: 1 ago. 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique & MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CAVALCANTI, Lauro. Le Corbusier, o Estado Novo e a formação da arquitetura moderna brasileira. *In: Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira*. Organização Abilio Guerra. Parte 1. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 109-115.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Arquitetura moderna, estilo Corbu, pavilhão brasileiro. *In: Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira. Organização* Abilio Guerra. Parte 1. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 207-225.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

DOULA, Sheila Maria; KIKUCHI, Mário Yasuo. A estratégia da ocupação territorial da Amazônia: a cidade planejada de Sinop. *In: V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO*, 1998, Campinas. **Anais** [...]. São Paulo: Faculdade de História da PUC, 1998. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/706/681>. Acesso em: 20 jun. 15.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GOODLAND, Robert & IRWIN, Howard. **A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?** São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1975.

GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HASEK, V. C. **Casa tropical de madeira: um modelo de habitação rural para a Amazônia**. Belém: SUDAM, 1971.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOWARD, Ebenezer. **Garden cities of to-morrow**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1965.

KATZMAN, Martin T. **Cities and frontiers in Brazil: regional dimensions of economic development**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1977.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2 ed. Salvador: UFBA, 2005.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. Identidade nacional e estado no projeto modernista. Modernidade, estado e tradição. *In: Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira. Organização* Abilio Guerra. Parte 1. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 279-297.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

REGO, Renato Leão. Cidades novas, vida urbana e a unidade de vizinhança no Brasil moderno. *In: XV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO*, 2018,

Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: Faculdade de História da UFRJ, 2018. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/79836.pdf>

REGO, Renato Leão. Shaping an urban Amazonia: “a planner’s nightmare”. **Planning Perspectives**, vol. 32, n. 2, abril, 2017. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/taf/rppexx/v32y2017i2p249-270.html>

REGO, Renato Leão. Utopia e urbanismo funcionalista na Transamazônica. *In: XIV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO*, 2016, São Carlos. **Anais[...]**. São Paulo: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2016. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/10.pdf>

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas**. Os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná. Londrina: Humanidades, 2009.

REZENDE, Vera (org.). **Urbanismo na era Vargas**. Niterói: UFF, 2012.

SOUZA, César Martins de. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. **Revista Contemporânea**, ano 4, vol. 1, n. 5, 2014. Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/dossie-1964-2014-50-anos-depois-cultura-autoritaria-em-questao>. Acesso em: 1 ago. 2018.

TAVARES, Jeferson C. **Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Carlos: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo, 2004.

TRANSAMAZÔNICA. São Paulo: Brasiliense, 1970.

TRINDADE JÚNIOR, Sinclair Cordeiro. A Amazônia oriental brasileira: processos de territorialização e perspectivas de fragmentação do espaço. *In: XII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 2012. **Anais [...]**. Bogotá: Faculdade de Ciências Humanas da Universidad Nacional de Colombia, 2012. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

WAKEMAN, Rosemary. **Practicing utopia**. An intellectual history of the new town movement. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília**. Brasília: UnB, 2009.

DOS SIGLOS DE CARTOGRAFÍA EN LA FRONTERA DEL ALTO RÍO NEGRO – VAUPÉS ENTRE COLOMBIA Y BRASIL 1774-1976

Gabriel Cabrera¹

RESUMEN

Este artículo explora la cartografía existente desde 1774 hasta 1976 sobre la región fronteriza del Alto Río Negro – Vaupés entre Colombia y Brasil. Ocupada tradicionalmente los pueblos indígenas de filiación Tucano oriental, Arawak y Makú. El texto ofrece un panorama de las fuentes existentes sobre el tema en los dos países, traza un panorama de los primeros mapas sobre la Amazonia y de la región del estudio, ilustrando con una zona concreta la evolución cartográfica sobre la zona.

Palabras-clave: Amazonia. Mapas. Cartografía. Alto Río Negro - Vaupés.

RESUMO

Este artigo explora a evolução da cartografia no Alto Rio Negro –Uaupés na fronteira da Colômbia e Brasil entre 1774 e 1976. Com uma população predominantemente indígena das famílias Tucano oriental, Arawak y Makú. O texto oferece uma relação das fontes cartográficas, os primeiros mapas acerca da Amazônia e descreve os mapas da região do estudo e suas mudanças com um exemplo concreto.

Palavras-chave: Amazônia. Mapas. Cartografia. Alto Río Negro - Uaupés.

Submetido em: 07.03.2020

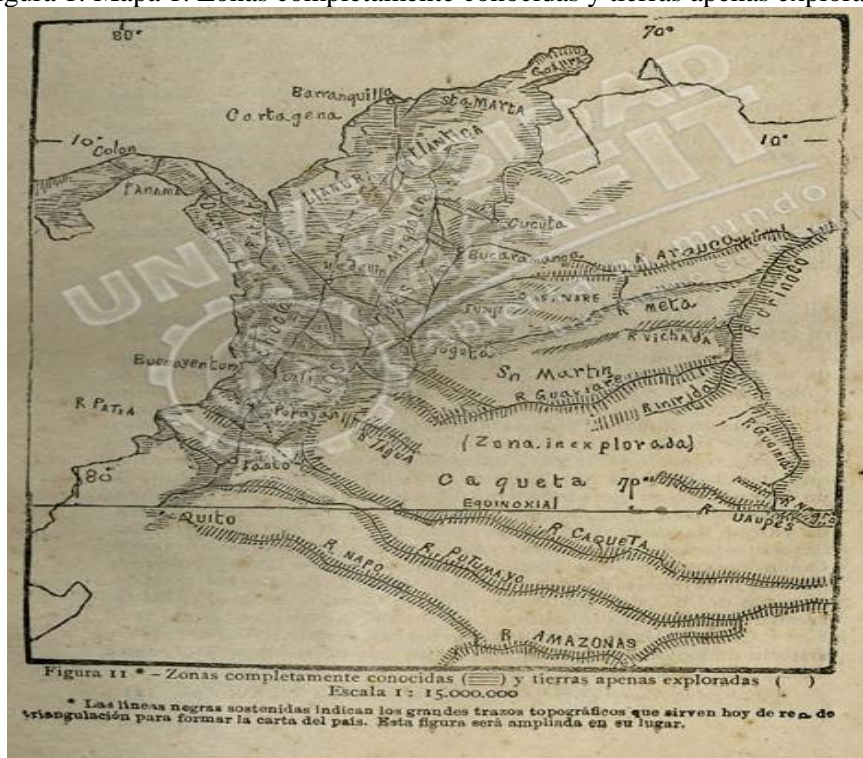
Aprovado em: 16.03.2020

INTRODUCCIÓN

En 1901 el conocimiento sobre la región amazónica estaba circunscrito al cauce de los principales ríos y el resto de la región se nombra como inexplorada (Mapa 1). Aunque contamos con estudios sobre otras fuentes visuales para la región como la acuarela (CABRERA, 2015) y la fotografía (CABRERA, 2018a; CABRERA, 2018b) son escasos los de mapas. Como recuerda un investigador “los mapas son perspectivas del mundo en el momento en que fueron hechos” (HARLEY, 2005, p. 140) y bajo esta premisa, el propósito de este texto es ocuparse de la evolución cartográfica en la zona de frontera de Brasil y Colombia del Alto Río Negro – Vaupés. Para el efecto esta presentación cubre tres tópicos, las fuentes para el estudio cartográfico de la amazonia, los primeros mapas, y una mirada concreta sobre una región de la zona propuesta.

¹ Profesor Asociado del Departamento de Historia. Universidad Nacional de Colombia – Sede Medellín. gcabrerabe@unal.edu.co

Figura 1: Mapa 1. Zonas completamente conocidas y tierras apenas exploradas



Fuente: Vergara y Velasco, 1901

1 FUENTES PARA ESTUDIAR LOS MAPAS EN LA FRONTERA

Una aproximación a la cartografía histórica portuguesa puede hacerse a través de: *La cartografía da região amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)* que contiene una relación de 42 mapas sobre la Amazonia (ADONIAS, 1963, p. 117-155); y *Os mapas do descobrimento* (Ministério das Relações Exteriores de Brasil 2000); así como del catálogo conmemorativo de los 500 años del Brasil que incluyen una síntesis de esta cartografía antigua (GUEDES, 2000, p. 96-101). Otro material impreso es la *Cartografía histórica portuguesa. Catálogo de Manuscritos siglos XVII-XVIII* (MANSO, 1999).

Otros fondos con mapas de Brasil son el *Arquivo Público de Pará* que contiene 616 mapas² y el *Centro cultural dos Povos da Amazônia* que ofrece algunos mapas digitalizados y un número desconocido de mapas. El IHGB tiene un total de 2.213 mapas, 63 de los cuales están digitalizados (COSTA, 2013, p. 640). Igualmente, en Brasil la *Fundação Biblioteca Nacional* y en Portugal la Biblioteca Nacional, El *Arquivo Nacional Ultramarino* que ya tiene su catálogo (FARIA, 2011) y el *Arquivo da Torre do Tombo* tienen sus secciones cartográficas y algunos mapas ya están digitalizados (VARGAS; GARCÍA, 2007, p. 3).

² <http://www.fcptn.pa.gov.br>

Hasta el siglo XX la cartografía brasileña es numerosa, siendo la Carta Geográfica do Brasil de 1922 que siguió en su elaboración los lineamientos internacionales de la convención de París de 1913, impresa en Berlín, el mapa que se considera la primera carta científica del Brasil, Penha (1993 apud SANTOS; CASTIGLIONE, 2014, p. 3).

El desarrollo cartográfico en Brasil debe al IBGE, pues desde 1938 recogió las iniciativas del *Conselho Brasileiro de Geografia*. Dentro de sus primeras tareas adelantó la *Campanha dos Mapas Municipais* que ordenaba que todas las alcaldías elaboraran sus mapas municipales en un período de dos años y en caso de no hacerlo sus territorios serían anexados a municipios vecinos que hubiesen cumplido el compromiso.

Los entonces 1574 municipios cumplieron y el resultado fue presentado en la *Exposição dos Mapas Municipais* el 29 de mayo de 1940. Igualmente, en 1940 se editaron 100.000 ejemplares del *Mapa do Brasil* en escala 1:6.500.000 en conmemoración del 5° *Recensamento Geral do Brasil*. Este fue distribuido en todo el país en las escuelas de enseñanza básica para que fueran colgados en los salones (SANTOS; CASTIGLIONI, 2014, p. 5-6).

En los años sesenta se incorporó la aerofotografía, aunque sobre la Amazonia fue imposible trabajar con este método por la permanencia y dinámica de las nubes. Hacia 1970 apareció la *Revista Brasileira de Cartografia* y desde 1973 se agregaron a los satélites como fuente de información y se adelantó un convenio entre el IBGE y la SUDAM para registrar 345.000 km² en escala 1:100.000. A comienzos de los años ochenta se incorporó la computación como instrumento de análisis de datos y en 1985 se adelantó el *Projeto Radam Brasil*.

Para los años noventa la automatización generó 5507 mapas municipales estadísticos por el sistema SISCART que fueron empleados durante el *Censo Demográfico* del año 2000 (SANTOS; CASTIGLIONI, 2014, p. 7-15). Finalmente, cabe mencionar dos esfuerzos más: la *Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional* procesa la información de la entidad y promueve los encuentros Luso-brasileños de cartografía histórica desde 1998 y recientemente la *Univesidade de São Paulo* creó el portal de cartografía histórica.

Sobre los dominios españoles contamos con el *Catálogo Mapoteca. Sección de Mapas y Planos* (AGN, 2005) y los *Atlas histórico geográfico* (BLANCO, 1992) y *Atlas de mapas antiguos de Colombia: siglos XVI a XIX* (ACEVEDO, 1997). La Biblioteca Nacional de Colombia y la Biblioteca Luis Ángel Arango tienen una cartografía digitalizada que incluye mapas de América, algunos mapas portugueses y planos que datan de los siglos XVI a XVIII.

Naturalmente, en España hay fondos como el Archivo General de Indias “que conserva cerca de siete mil mapas, planos y dibujos sobre América. Allí, de 403 unidades referidas a Colombia, Panamá y Quito 26 corresponden al siglo XVI, 130 al siglo XVII, 199 al siglo XVIII, 47 al siglo XIX y una al siglo XX” (TOVAR, 2009a, p. 245). Para esta última unidad hay un catálogo sobre mapas de Panamá, Santafé y Quito (TORRES LANZAS, 1985). Igualmente, en el Archivo de Simancas, en el Museo Naval y en la Biblioteca Nacional de España hay acervos cartográficos (VARGAS; GARCÍA, 2007, p. 3).

La Sociedad Geográfica de Colombia constituida en 1903 publica desde 1907 el *Boletín de la Sociedad Geográfica*. El desarrollo cartográfico colombiano está ligado a la creación en 1902 de la Oficina de Longitudes y Fronteras adscrita al Ministerio de Relaciones Exteriores cuyas actuaciones comenzaron en 1910 y que hasta 1925 determinó la longitud con respecto a Bogotá y posición astronómica de más de 1.000 puntos del territorio nacional y otras tantas altitudes. Estos elementos fueron las bases para generar una cartografía de mapas en escala 1:500.000 pero insuficiente para mayores escalas. Esta oficina funcionó hasta 1935 cuando se creó el Instituto Geográfico con dirección militar. La entidad contaba con secciones de astronomía y geodesia, aerofotogrametría y cartografía; publicando desde 1936 publicó la *Revista Geográfica de Colombia*.

En 1940 el instituto asumió las tareas catastrales y desde 1950 cambio su nombre a *Instituto Geográfico Agustín Codazzi*. En los años setenta el interés por la Amazonia dio impulso al desarrollo del *Proyecto Radargamétrico* o *Proradam* que se ocupó del estudio de los recursos naturales y el potencial desarrollo de la región. Finalizado en 1978, se constituyó en el soporte de la publicación de una cartografía moderna del 85% de la región (MONTAÑEZ, 2000, p. 67-69). En los años noventa se incorporaron los satélites a la recolección de datos. Los resultados del Proyecto Radargamétrico y de la aplicación de sensores remotos o ORAM fueron publicados tiempo después (IGAC, 1999).

En 1822 se publicó el primer mapa impreso de la República de Colombia en Filadelfia, su existencia obedeció a las políticas de la doctrina Monroe que reconoció entonces la independencia y respaldo que cualquier incursión europea sería entendida por Estados Unidos como una amenaza; este se acompañó de notas geográficas, históricas, e informaciones comerciales y políticas (NIETO, 2010, p. 40).

Otro mapa bajo el nombre de Carta de la Republica de Colombia se publicó en 1827, este reúne las informaciones sobre Ecuador, Nueva Granada y Venezuela antes de la disolución y su elaboración estuvo bajo el mando de José Manuel Restrepo (1781-1863) quien

fue formado en astronomía, geografía y cartografía por Francisco José de Caldas pionero del trabajo cartográfico en Colombia (NIETO, 2010, p. 43).

Pero el primer mapa oficial de Colombia como nación independiente se produjo en 1864 bajo la autoría de José María Paz, este, que coincidió con el mismo mapa para el Perú autoría de Mariano Felipe Paz Soldán, se caracterizan con relación a la zona amazónica por la “vaguedad, la falta de detalle, la imprecisión y la incongruencia entre los pocos lugares allí señalados” (ZARATE, 2018, p.19).

Tres libros recientes abordan la cartografía. *Impactos Territoriales* (2013) se ocupa de la transición de la colonia a la República y reúne cuatro contribuciones que permiten conocer las estructuras político-jurídicas del momento, los centros urbanos, los caminos y presencia de las instituciones, al igual que las rutas de naturalistas en el mismo período (DELGADO, 2013).

Ensamblando la nación (2010) hace un recorrido sobre el proceso de elaboración de los mapas y su evolución, enfatizando que su elaboración “no es el productos de mentes individuales ni de observaciones solitarias” sino que tras ellos está la participación de múltiples agentes dibujantes, grabadores, impresores, expedicionarios, guías locales y nativos “que conocen mejor el territorio que cualquier explorador o conquistador” (NIETO, 2010, p. 18; APPELBAUM, 2017, p. XXVIII).

Por último, *Imágenes a la deriva* se ocupa de la relación entre la cartografía y la idea de nación, recordando como con relación a la amazonia la perdida territorial con los países vecinos se expresa en anotaciones como la de un mapa de 1864 en la que se apuntaba con relación al trazo Tabatinga – Apaporis pactado en 1851 entre Perú y el imperio brasileño “línea que limita el territorio que pretende y ha usurpado en parte el Imperio del Brasil”, es decir el Estado colombiano conocía y aceptaba la pérdida y pretensión del vecino (TOVAR, 2009b, p. 19).

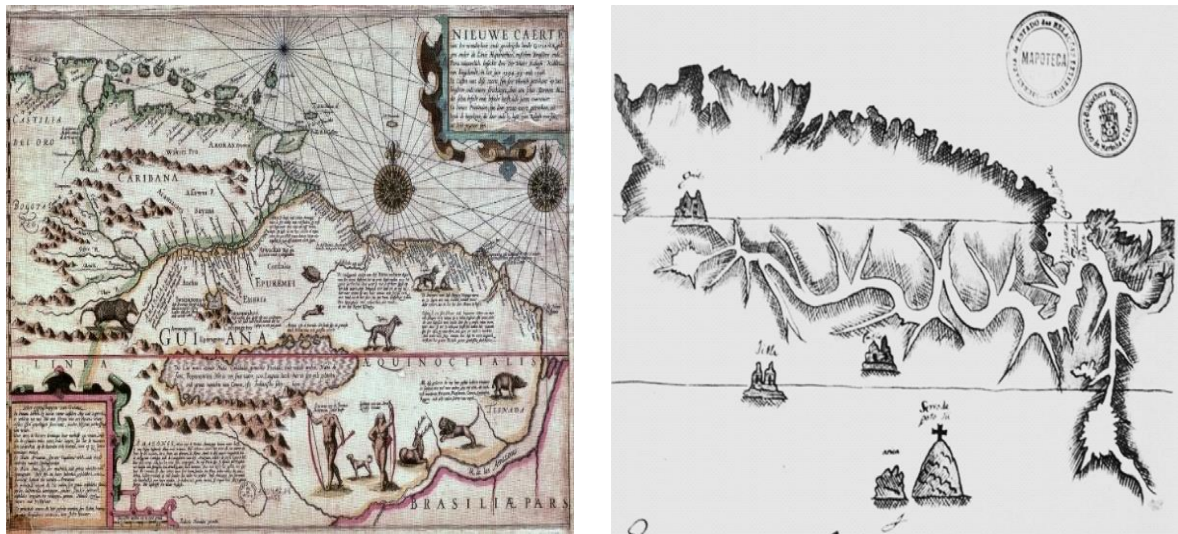
Otros dos esfuerzos deben mencionarse en Colombia. El ciclo de exposiciones sobre cartografía regional adelantado por el Banco de la República que cubrió en su momento tres regiones del país publicando sus catálogos (BANCO DE LA REPÚBLICA, 2000, 1999a, 1999b) y el blog Razón cartográfica que pretende divulgar conocimientos sobre la historia de la geografía, cartografía y áreas afines.

2 LOS PRIMEROS MAPAS

Existe un nutrido número de mapas generales en los que aparece el Brasil, y es un hecho cierto que fueron los ríos, la ruta de penetración y conocimiento de la región amazónica (SANTOS, 1999, p. 20). Dos mapas, el *Rio de las Amazonas que descubrió Francisco de Orellana* de 1544 del cartógrafo italiano Sebastián Caboto y *Nueva Carta* de 1597 del flamenco Jodocus Hondius son ejemplos basados en información secundaria y como en el caso del segundo se acompaña de imágenes de animales salvajes, hombres sin cabeza y las mujeres guerreras que darían origen al nombre del río (FERNÁNDEZ-SALVADOR, 2013, p. 74).

En el Archivo Histórico Ultramarino un mapa de 1637 es la primera representación del Río Amazonas que muestra su curso de Quito hasta Barra do Pará (São Luis do Maranhão), la imagen permite apreciar la posición relativa de localidades como el Cerro de Potosí, Arica, Cuzco, Cabo del Norte (DOMINGO, 2014, p. 130-133). Ver Cuadro 1.

Figura 2: Comparativo Mapas 2 y 3. *Nieuwe Caerte* de Jodocus Hondius de 1597 y. *Río Amazonas* de 1637



Fuentes: Fernández-Salvador, 2013; Domingo, 2014

Es el mapa de Pedro Texeira (1570-1641) la primera representación gráfica del río Amazonas; basado en su viaje hasta Quito respuesta al descenso por el río Amazonas de los dominicos Andrés de Toledo y Domingos de Brieva que llegaron hasta Belén. Traza el curso completo del río Amazonas desde su nacimiento a desembocadura, aunque es más un dibujo, ubica Quito, Belém, y las provincias Maguas, Solimon, Río del Cusco, Río Negro, Tapinambas, Trapajolos, así como el fuerte Gurupá. El trazo de línea roja indica el Ecuador, unos números revelan la relativa profundidad del Amazonas y otros muestran los grados de

latitud que separan un lugar del otro (FERNÁNDEZ-SALVADOR, 2013, p. 76; DOMINGO, 2014, p. 134-138). En 1657 se publicó el mapa *Le Perou e le course de la Riviere Amazone* del francés Nicolás Sanson, basado en informaciones indirectas, se le reconoce como el primer mapa científico del río Amazonas (FERNÁNDEZ-SALVADOR, 2013, p. 82). Ver Cuadro 2.

Figura 3: Comparativo Mapas 4 y 5. *Rio Amazonas* de Pedro Texeira y *Le Perou* de Nicols Sanson.



Fuente: Fernández-Salvador, 2013

El mejor mapa basado en observaciones directas es del jesuita Samuel Fritz. Dibujado con tinta en Belém en 1691, muestra todo el río Amazonas, aunque su mayor fidelidad y detalles están hacia la porción occidental de la región en donde aparecen las desembocaduras de los ríos Napo y Japurá [Caquetá] y casi todas las aldeas indígenas y misiones religiosas, como también los nombres de los principales pueblos indígenas de la región. Fue gravado en Quito en 1707 por el también jesuita Juan de Narváez bajo el título *El Gran Rio Marañón o Amazonas* (PORRO, 2016, p. 157).

El mapa de Fritz muestra el origen correcto del río Amazonas en la laguna de Laurinacocha y especifica la distancia entre lugares utilizando como patrón de medida la legua; su versión impresa se acompaña de un listado de los misioneros jesuitas que murieron como mártires con el año y el lugar de su deceso, que se indica se incluye en el mapa con el símbolo de la cruz, elemento que reafirma la presencia y labor evangelizadora en la zona (SEVILLA y SEVILLA citadas en FERNÁNDEZ-SALVADOR, 2013, p. 83). Adicionalmente, incluye informaciones sobre plantas y animales y destaca la presencia jesuita

que contrasta con el escaso o vacío de las informaciones en las áreas donde laboraron los franciscanos (FERNÁNDEZ-SALVADOR, 2018, p.138-139).

En 1744 Charles Maria La Condamine (1701-1774), quien con certeza conoció el mapa manuscrito de Fritz, produjo otro mapa. Matemático parisense, participó de la expedición científica de Duguay-Trouin al Mediterráneo. Fue invitado a participar de la expedición al Ecuador que estudiaría la circunferencia de la tierra y pasó nueve años en América llegando luego a ser miembro de varias academias de ciencias europeas (MEIRELLES, 2009, p. 58).

Condamine corrigió errores del mapa de Fritz como la exageración del terreno de difícil tránsito en las estribaciones de la cordillera de los Andes e incluyó el trazo del río hecho por Fritz con una línea más tenue para diferenciarlo del suyo (PORRO, 2016, p.157; SEVILLA y SEVILLA, 2013, p.91). Este mapa recibió diversas ediciones o reproducciones de cartógrafos editores como Whithers (1747), Jacques Nicoas Bellin (1773) y Maestricht (1778) (MEIRELLES, 2009, p. 61). Ver Cuadro 3.

Figura 4: Comparativo Mapas 6 y 7. *El gran río Marañón* de Samuel Fritz y *Carte du cours do Maragnon ou de la grande riviere des Amazones* de Charles Maria La Condamine



Fuente: Sevilla y Sevilla, 2013

En las Bibliotecas Nacionales de Brasil y Colombia, como en la Biblioteca Luis Ángel Arango reposan mapas generales del siglo XVIII, en ellos es clara la indicación de la zona amazónica como el país de las Amazonas y por sus fechas en algunos de ellos no aparece la comunicación Orinoco-Rio Negro a través del brazo del Casiquiare que sólo se reveló en 1744.

El Tratado de San Ildefonso de 1777 zanjó las disputas territoriales entre las coronas española y portuguesa; pero para precisar lo acordado se organizaron cinco partidas de límites. La cuarta partida se ocupó de la amazonia. Por España el líder fue Francisco Requena y Herrera (1743-1824) cuyos detalles biográficos y de itinerario pueden seguirse en otros trabajos (BEERMAN, 1996; CABRERA, 2002, p. 88-89).

De acuerdo con Requena “Estos últimos ríos Japurá, Apaporis, Engaños, Mesay, Cuñaré nunca fueron examinados antes por algún español” (BEERMAN, 1996); confirmando como hacia el río Apaporis se dirigieron primero los portugueses. Ver Cuadro 4.

Figura 5: Comparativo Mapas 8 y 9. *Carte de la Terre Ferme de Perou do Bresil et du pays des Amazonas* y de Francisco Requena de 1796



Fuente: www.wikimedia.org; www.wikipedia.org

3 EL ALTO RÍO NEGRO – VAUPÉS, SU CONOCIMIENTO Y SUS MAPAS

El acceso al río Vaupés se produjo después de 1725, tras la derrota militar propinada por la corona portuguesa a los indios Manaos (WRIGHT, 1981). Este hecho permitió la presencia de misiones carmelitas, que tras un período de actuación de 80 años en el río Negro dieron paso hacia la mitad del siglo XIX a una fugaz presencia de misioneros capuchinos y treinta años después a la presencia de misioneros franciscanos (CABRERA, 2002, p. 67-122).

Sobre el alto Río Negro-Vaupés, existe una cartografía que se remonta al siglo XVIII. En Colombia el Vaupés estuvo inalterado hasta 1965, cuando se creó el Departamento de Guainía y en 1977 el Departamento del Guaviare. En Brasil entre tanto el Alto Río Negro y su afluente el Vaupés hicieron parte de la *Capitanía de São José do Rio Negro* (1755-1823) y

luego de llamada Comarca, Provincia y finalmente Estado do Amazonas, en este último durante el siglo XX como parte del hoy Municipio de São Gabriel da Cachoeira.

En el Alto río Negro-Vaupés, fronterizo entre Brasil y Colombia, residen unos 35 pueblos indígenas de filiaciones lingüísticas Tucano oriental, Arawak y Makú. Juntos conforman un complejo cultural en el que comparten la asociación mítica y ritual del Yuruparí pero que a su vez se diferencian en su nombre, lengua, ascendencia ancestral, propiedad de elementos rituales, historia mítica, desplazamiento primordial y territorialidad (CORREA, 1996, p. 12).

Los veinte pueblos de filiación Tucano oriental señalan su lugar de origen o casa de emergencia *OhkóDiawi*, localizada en el bajo río Vaupés (DUTRA, 2011, p. 235); conocida como la *cueva de Tocandira*, lugar donde la Anaconda ancestral habría celebrado el primer ritual de iniciación. Los “grupos habrían llegado hasta allí remontado un eje fluvial común” y “luego se habrían separado por diversos afluentes (CORREA, 1996, p. 223). En cuanto a los Arawak, son seis pueblos que señalan a Hipana, un raudal en el río Aiary, como su lugar de origen (WRIGHT, 1983, p. 538).

El multilingüismo y la exogamia lingüística son propios de los grupos de filiación Tucano oriental (SORENSEN, 1967; JACKSON, 1983) con la excepción de los Cubeo (GOLDMAN, 1968) y Makuna (ARHEM, 1991) cuyos grupos de descendencia están clasificados entre sí como hermanos o cuñados, de manera que entre los primeros no debe haber matrimonios; aunque actualmente entre los Cubeo y Makuna hay un relativo intercambio con grupos distintos (CORREA, 2000, p. 91).

Los pueblos Makú entre tanto, tienen una reconocida proximidad lingüística definida como la familia lingüística Makú-Puinave (RIVET y TASTEVIN, 1920) hoy se identifican como Nadahup un conjunto integrado por el Hupda, Yuhup, Daw y Nadeb (EPPS, 2008, p. 5) o también llamado Makú oriental, diferente al Makú occidental, integrado por el Kakua y Nukak (MARTINS, 2005).

La cartografía de la zona es tardía. La toponimia antigua en los mapas de la región amazónica deriva de la primera expedición descubridora que dio el nombre o del nombre consolidado en épocas tempranas, también existen denominaciones relacionadas al conquistador o a figuras de la antigüedad clásica griega como la bien conocida de las Amazonas (RABELO, 2015, p. 162).

El nombre Uaupés, fue inicialmente asociado a una denominación genérica de los indígenas del río del mismo nombre (WALLACE, 1992) o a un líder carismático en el curso del río Vaupés (AMORIM, 1943), aunque en verdad corresponde a un segmento de población

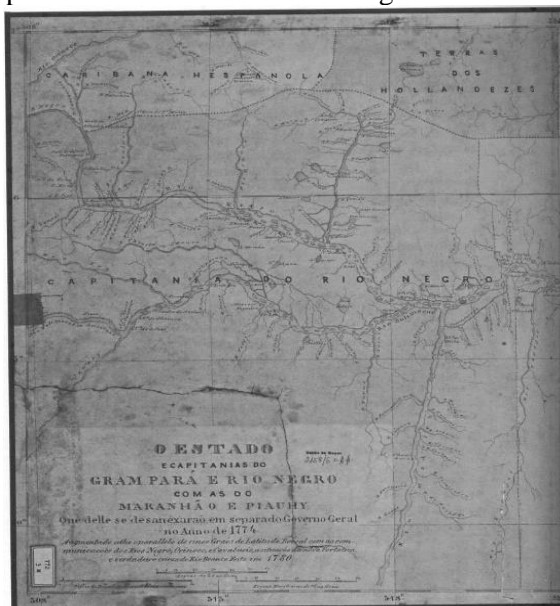
indígena (ANDRELLO, 2006). Bajo su nombre se conoce una representación gráfica llamada el indio Uaupé (CABRERA, 2015).

Vaupés se escribió como *Cajari* por Ignacio Zsenmartonyi (1749); *Ucayarí*, *Uacaiarí* por José Monteiro de Noronha (1768) *Caiarí* por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1774-1775). El río Vaupés es un afluente de la margen izquierda del Río Negro que nace de la unión de los ríos Unilla e Itilla en Colombia, corre sobre planicies sedimentarias terciarias y se le mezclan cursos de aguas negras, razón de su tonalidad intermedia (DOMÍNGUEZ, 1985, p. 76).

En el primer mapa de 1774 fue publicado por la historiadora brasileña Patricia Sampaio se aprecia el Rio Negro indicando que está aumentado hasta el paralelo de cinco grados de latitud boreal y que incluye las comunicaciones de los ríos Negro, Orinoco y Cavaburis.

En la porción del Alto Rio negro se aprecian San Joaquín, San Felipe, Santa Ana, Nuestra Señora da Guía, el fuerte San José de los portugueses y el fuerte San Carlos de los españoles. Por la margen izquierda se aprecia el río Isana y uno de sus afluentes el río Iquiari, más al sur se aprecia el río Vaupés. Al norte el brazo del Casiquiare que comunica el río Orinoco con el Río Negro cuyo conocimiento se remonta a 1744. (SAMPAIO, 2012, p. 350-351). (Mapa 10).

Figura 6: O Estado e capitánias do Gram Pará e Rio Negro com as do Maranhão e Piauhy 1774



Fuente: Sampaio, 2012

En 1782 se conocen los primeros mapas de la región³; que detallan la zona del río Apaporis y fueron hechos por José Joaquim Victorio da Costa (ADONIAS, 1963, p. 136-137). Pero son los mapas de Manoel da Gama Lobo D'almada (1745-1799) los primeros con el nombre del río Uaupés. Nacido en Urmeira, cerca de Lisboa, se educó como ingeniero militar especializado en cartografía (MEIRELLES, 2009, p. 67).

Fue nombrado en 1784 para adelantar trabajos cartográficos y de exploración en el Río Negro entre 1772 y 1780, realizó la tarea teniendo como base São Gabriel hasta 1786. Detalles sobre su itinerario y dificultades pueden seguirse en otros textos⁴ (ADONIAS, 1963, p. 141-143; BITTENCOURT, 1973, p. 326; CABRERA, 2002, p. 90-92; REIS 2006).

D'almada hizo cinco mapas (REIS, 2006). Con su trabajo estableció la existencia de comunicaciones entre el Uaupés [Vaupés] y Japurá [Caquetá]. Dos mapas de D'almada fueron tempranamente publicados (ROQUE, 1967, p. 605) y reproducidos luego en otros dos trabajos (ISA, 2006, p. 81; CABRERA, 2002, p. 91).

Estos mapas fueron copiados en 1844 por Luis Antônio da Silva Beltrao. Estos dos mapas y los otros tres de D'almada permiten identificar asentamientos en la zona, fortalezas portuguesas y españolas, ríos y afluentes, obstáculos naturales o cachiveras, pasos terrestres y algunos de los grupos indígenas como Ananas y Manibas que corresponden a los nombres actuales de Wanano y Baniwa en la zona del río Vaupés o Curetús, estos últimos referidos por Alexandre Rodrigues Ferreira y Alfred Wallace como habitantes del río Apaporis.

Un elemento gráfico que vale la pena mencionar en los mapas producidos por d'Almada es la presencia en ellos de la rosa de los vientos que como indica otro investigador junto al cuadrante y el astrolabio son “símbolos de autoridad y precisión” (NIETO, 2010, p. 13). Es decir intentan conferir científicidad a la representación cartográfica. El Cuadro 5 compara los mapas del río Vaupés y el Cuadro 6 los mapas de las comunicaciones en el río Negro.

Hay dos mapas elaborados bajo los trabajos de la Comisión Corográfica que se adelantó entre 1850 y 1859 bajo la dirección de Agustín Codazzi, quien a pesar que no recorrió la zona, incluyen valiosas anotaciones relacionadas con la presencia española o portuguesa, los pueblos indígenas, los caminos y algunas cifras de población.

Pese a que su escala no es legible y ambas cartas no coinciden exactamente las notas si lo son. Su contenido debe acompañarse de la lectura de la Descripción del Territorio del Caquetá fechada en 1857 (DOMÍNGUEZ, GÓMEZ y BARONA, 1996, p. 149-252). Codazzi

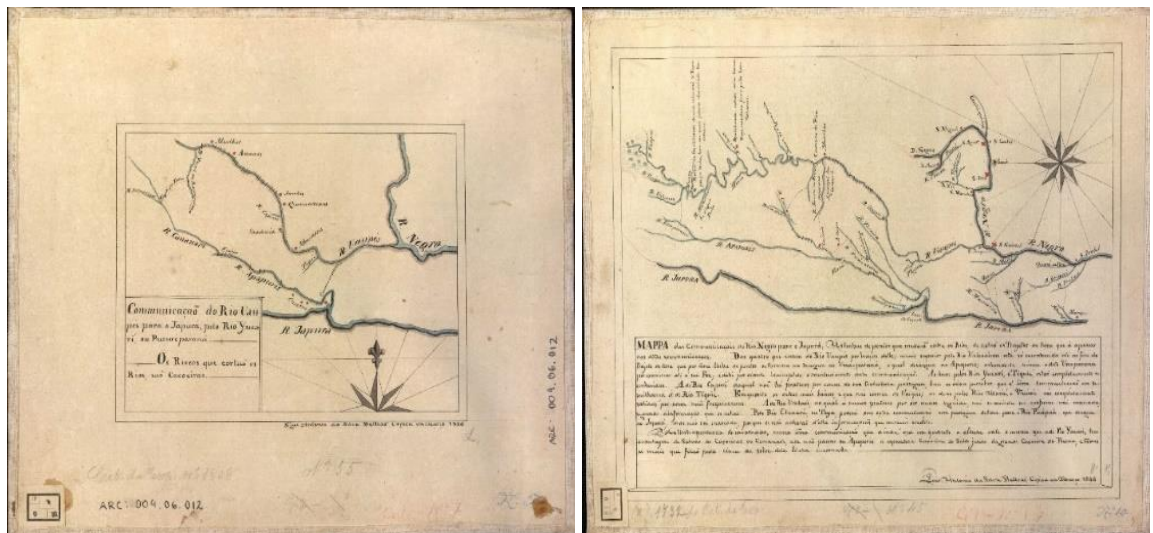
³ Ref: 109, 110, 112, 113,114, 115, 123, 127.

⁴ cf. ROQUE, 1970-1971, p. 604-607.

viajó por un área próxima en compañía de su hijo Domingo, el ingeniero militar y acuarelista Manuel María Paz (1820-1902) y contó con el apoyo de Miguel y Pedro Mosquera, dos comerciantes locales y funcionarios públicos de la región como con un indio anónimo reducido (DOMÍNGUEZ, GÓMEZ y BARONA, 1996, p. 170 cf. APPELBAUM, 2017, p. 173).

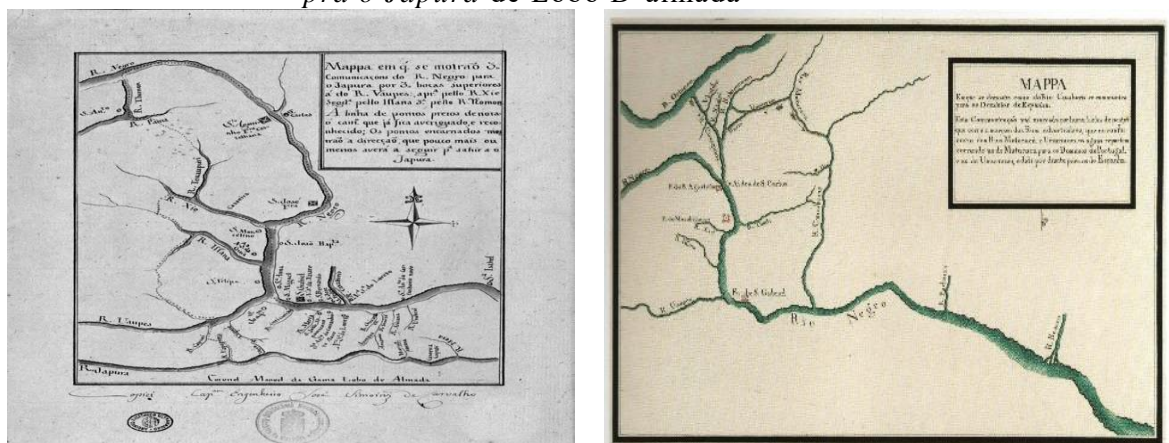
Sin embargo, pese a la calidad de la información recopilada “la Comisión Corográfica fortaleció el sentido de región más que el de nación” (TOVAR, 2009b, p. 21). El Cuadro 7 muestra los mapas y la ilustración de Paz de sus colaboradores.

Figura 7: Comparativo Mapas 11 y 12. *Comunicação do Rio Uaupés para o Japurá, pelo Rio Yucari, ou Pururéparaná* (1785) y *Mapa das comunicações do Rio Negro para o Japurá* de Lobo D’almada



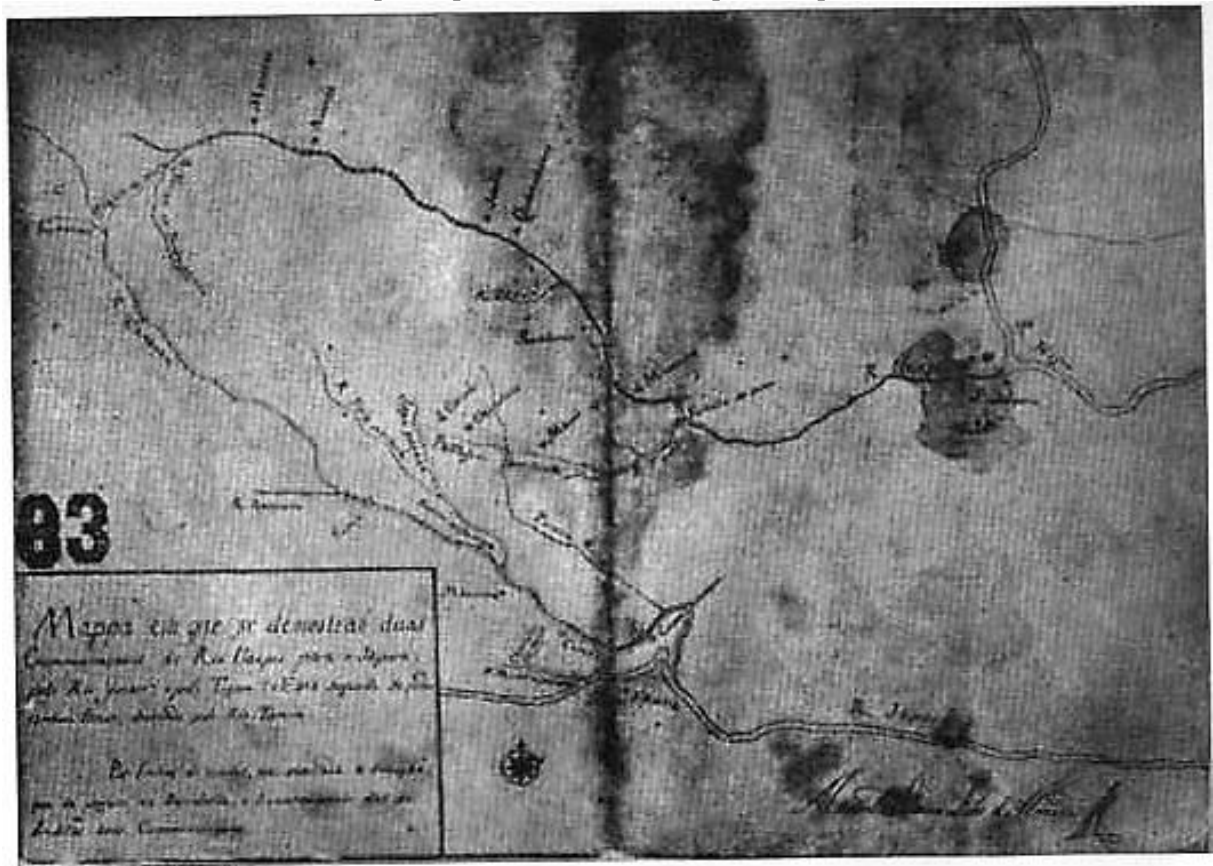
Fuente: AHU_CARTm_020, D. 0776 y AHU_CARTm_020, D. 0778

Figura 8: Comparativo Mapas 13 y 14. *Comunicações do Río Negro para o Japurá por três bocas superiores* y *Mappa en que se demostra duas comunicações do Rio Uaupés pra o Japurá* de Lobo D’almada



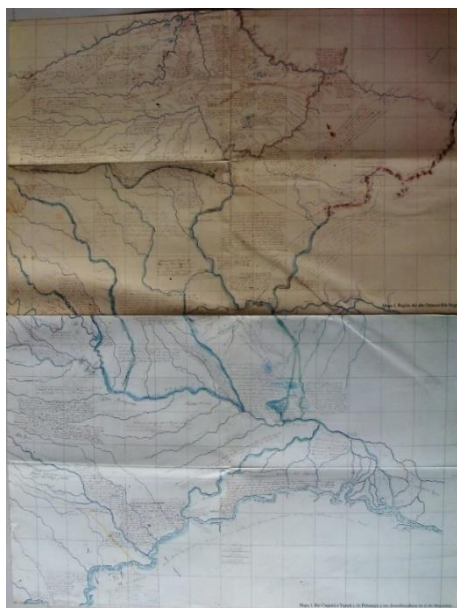
Fuente: AHU_CARTm_020, D. 0775 y AHU (sin identificar)

Figura 9: Mapa em que se demonstrão duas cummonicações do Rio Uaupés para o Japurá, pelo Rio Yucari, e pelo Tiquié



Fuente: AHU_CARTm_020, D. 0777

Figura 10: Mapas 16 y 17 de Agustín Codazzi. Región del Alto Orinoco- Río Negro y Caquetá o Japurá y río Putumayo y su desembocadura en el Amazonas e imagen de sus colaboradores



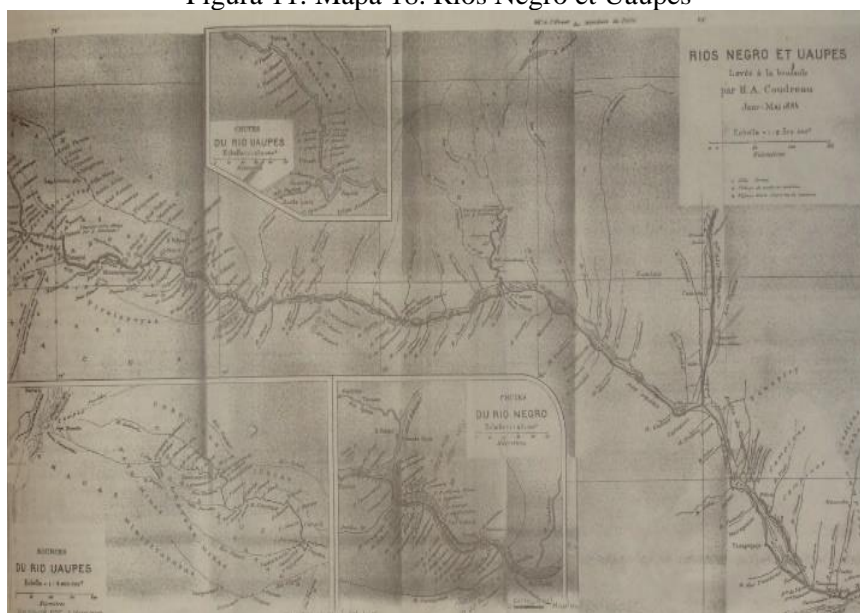
Fuentes: Domínguez, Gómez y Barona, 1996

Otros mapas generales son de dos pioneros en penetrar el río Vaupés. Alfred Russell Wallace (1823-1913) y Richard Spruce (1817-1893). Wallace ascendió por el río en dos ocasiones, una de ellas hasta proximidades del raudal Yuruparí, describiendo por primera vez el ritual que tiene el mismo nombre (WALLACE, 1992, p. 245-246). Spruce llegó hasta Yavareté para luego penetrar brevemente en el río Papurí, en esta zona experimentó y relató los efectos del yagé entre los indígenas (SPRUCE, 1996). Sus obras además incluyen dibujos de tipos indígenas, lugares y petroglifos.

En el siglo XIX el viajero francés Henri Coudreau (1859-1899) realizó varios viajes por la Amazonia, recorriendo la Guyana francesa y ríos como el Amazonas, Esequibo, Branco, Negro, Vaupés, Trombetas, Tapajós, Xingú y Tocantins. Los relatos de sus viajes, al Tapajós y al Xingú los hizo estando al servicio del Gobierno del Estado de Pará (COSTA, 2013, p. 20).

El itinerario de su viaje al Vaupés y sus informes sobre la actuación franciscana se detallan en otro trabajo (CABRERA, 2002, p. 107-116). Panoré fue el punto extremo de su viaje haciendo desde allí visitas hasta Taraquá. Su mapa fue publicado en una obra no citada por los estudios de la región el (COUDREAU, 1887). En realidad son cuatro mapas en escalas diferentes y en los que se ubican tres tipos de lugares sitios firmes, aldeas propuestas de casas y aldeas hechas de casas.

Figura 11: Mapa 18. Rios Negro et Uaupes



Fuente: Coudreau, 1887

El italiano Ermanno Stradelli (1852-1926) hizo su primer viaje por el río Vaupés en 1881, recorriendo también los ríos Tiquié y Japu. En 1882, tras haber recorrido el río Branco, inició su segundo viaje por el Vaupés, y en esta ocasión alcanzó a remontarlo hasta Yavareté. Stradelli hizo tres mapas: Río Branco (1888), Río Vaupés (1890) y *Estado del Amazonas* (1901). El segundo detalla el río y sus afluentes en dos segmentos; la parte alta por el norte el río Kerary [Querarí] y por el sur el río Apopory [Papurí], ambos ubican las sierras, afluentes por los dos márgenes con sus nombres y las cachiveras (Mapa 19).

El tercer mapa, relaciona una veintena fuentes consultadas ubicando sierras, cachiveras, las antiguas misiones y fortalezas. Los cursos de los ríos principales están en color azul y los límites internacionales con un trazo continuo rojo. Este mapa fue adquirido por el gobierno del Estado del Amazonas para uso didáctico en las escuelas elementales y secundarias; en el mismo algunas zonas como el Madeira, Purus y Solimões hay imprecisiones debidas probablemente a desacuerdos en las fuentes consultadas (FONTANA, 2006, p. 48-51). Ver Cuadro 8.

Otros mapas son del viajero alemán Theodor Koch-Grünberg (1872-1924). Él viajó por el río Xingú (1888/1889), por el Negro y Caquetá (1903 a 1905), por el Branco y Orinoco (1911/1913). La edición *Dos años entre los indios* (original alemán de 1909), incluye un mapa de los ríos Negros y Japurá, ubicando poblados indígenas, asentamientos y cachiveras.

Además se incluye los nombres de los pueblos. Un segundo mapa es de los petroglifos en el noroeste (1907) que ubica 29: 6 en el río Cuduyarí, 14 en el Aiary, 2 en el Tiquié, 1 en el Curicuriary, 1 en el Pira-Paraná y los otros 15 en el río Vaupés (KOCH-GRÜNBERG, 2010). Con una base cartográfica similar al anterior la ubicación hay otro mapa con 43 sitios en los que Koch-Grünberg hizo hallazgos minerales. Los materiales de Koch-Grünberg fueron donados por su nieta al Departamento de Antropología de la Universidad de Marburg y se sabe que existen aún otros mapas inéditos (CABRERA, 2018a, p. 161).

Figura 12: Mapas 19 y 20 de Stradelli. *Uaupés (Caiary, Bopé, De Boopé) 1890-91* y *Mappa Geographico do Estado do Amazonas. 1901*



Fuente: Fontana, 2006

Mapas adicionales son del médico norteamericano Hamilton Rice (1875-1956). Rice hizo tres expediciones en la región central del Noroeste Amazónico, cuyo itinerario se detalla en otro trabajo (CABRERA, 2002, p. 144-146). Estos son: *The River Uaupés* (1907-1908); *The N. W. Amazon Basin* (1907-1908 y 1912-1913); *Survey of the Rio Negro from Manaos to Sao Gabriel* (1917) y *The Upper Rio Negro, Casiquiare canal and the Upper Orinoco* (1919-1920).

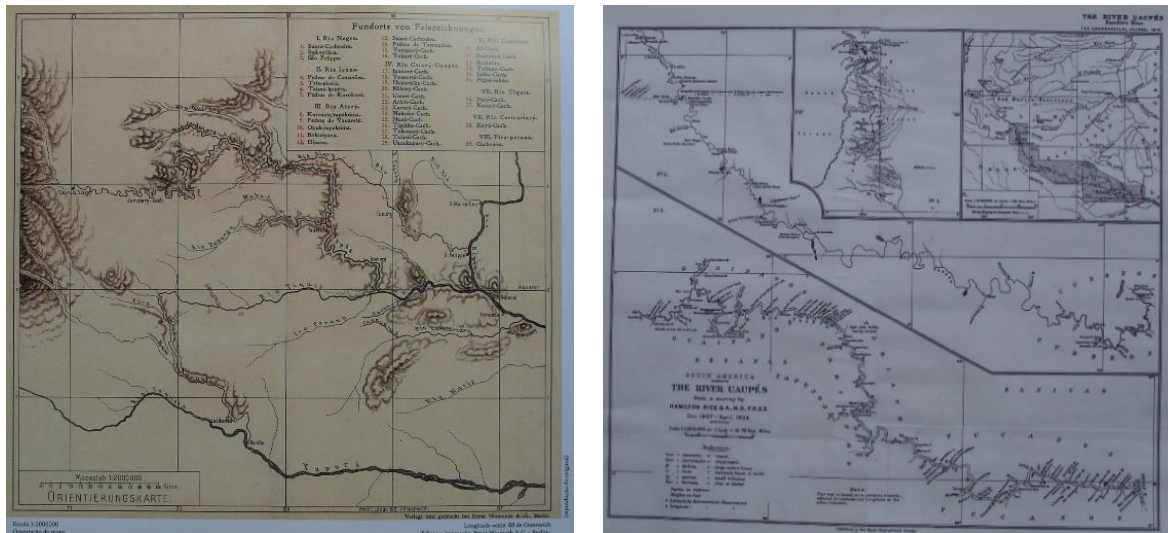
En ellos se ubican los pueblos indígenas, las sierras, cachiveras, viviendas indígenas, campamentos caucheros, límites navegables y asentamientos. Además se diferencia la altitud. Como ejemplo incluyo a continuación el primero de estos. El Cuadro 9 muestra dos ejemplos de los mapas del siglo xx.

Otros cinco mapas son de los trabajos de la *Inspeção de fronteiras* que en 1928 hizo una expedición a los límites entre Colombia y Venezuela comandada por el mayor Boanerges Lopes de Souza (1881-1961). Los cuatro primeiros son: *Carta ethnographica das Bacias dos Rios Içana e Uaupés ou Caiary*; *Rio Uaupés e seus afluentes Tiquie e Papory*; *Rio Içana e seus afluentes Aiary e Cuiary*; *Trecho do Rio Negro e seu afluente Xié* y um quinto mapa es *Trecho da Carta organizada pela Comissão Rondon*.

Estos mapas son muy detallados pues muestran una gran cantidad de igarapés afluentes de los cursos principales de agua con sus respectivos nombres, además ubican las cachiveras, los pasos terrestres y se acompañan de su respectiva escala. La Carta etnográfica de las cuencas de los ríos Isana y Vaupés o Caiary aunque no tiene el mismo nivel de detalle

de los igarapes de los anteriores si ubica nominalmente a los diversos pueblos de la zona y se acompaña de los trazos de unas flechas que indican las áreas de influencia o por donde se mueven los diversos pueblos (SOUZA, 1959).

Figura 13: Mapas 21 y 22. *Fundorte von Felszeichnungen* de Theodor Koch-Grünberg y *The River Uaupés*, oct 1907-apr 1908 de Hamilton Rice



Fuentes: Koch-Grünberg, 2010; Rice, 1910

Figura 14: Mapa 23. Carta ethnographica das Bacias dos Rios Içana e Uaupés ou Caiary



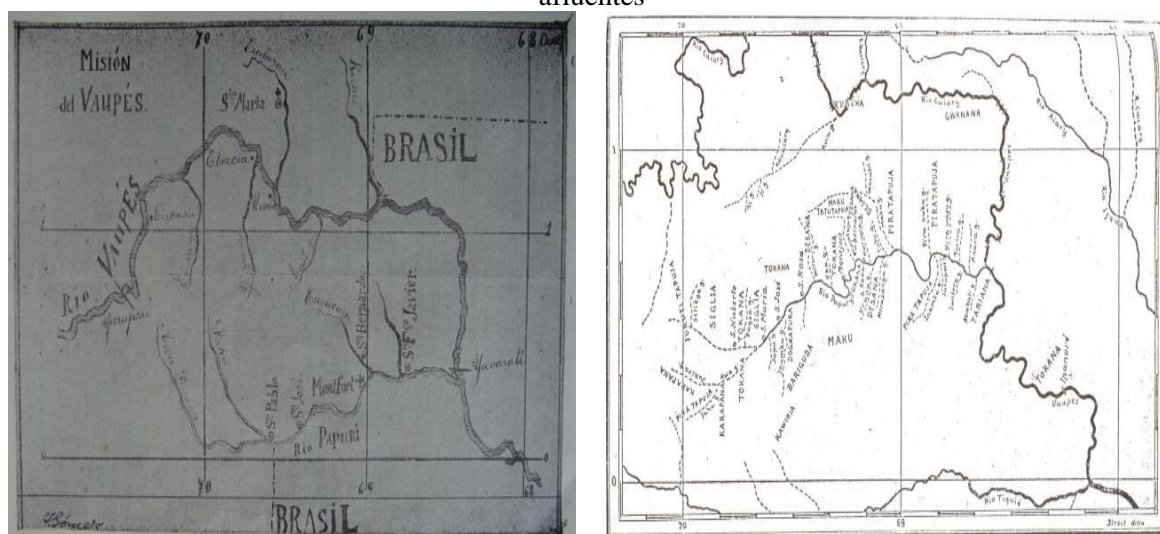
Fuente: Sousa, 1959

Existen dos mapas de los misioneros monfortianos que trabajaron en el Vaupés colombiano de 1914 a 1949. El primero ubica las reducciones de Santa María en el río Cuduyary, Monfort en el río Papurí y tres localidades más en el río Vaupés (Urania, Elvecia y Circasia). Sobre el río Papurí se ubican también San Pablo, distante medio día de San José a un día descendiendo desde San Bernardo y San Francisco Javier, sobre el río Cuyucuyu se ubica a San Bernardo. Aunque inicialmente el poblado de San José fue ocupado por Tucanos luego se sumaron Tuyucas, San Pablo era un pueblo de Tucanos y San Bernardo de los Desanas, San Javier de los Pira-tapuyo.

Un segundo mapa fue publicado por el misionero Pedro Kok, el más destacado en la región (CABRERA, 2019). Este detalla la toponimia indígena, los afluentes del río y la distribución de los pueblos indígenas en ambas márgenes del río. Ubica cuatro poblados: San Raúl, Santa Rosa, Santa María y San Humberto.

De los tres primeros no existe ninguna información, pero se sabe que para 1944 Santa Rosa y Santa María habían desaparecido. San Humberto se encontraba aguas arriba de San Pablo y había sido fundado en 1919. Sus moradores lo abandonaron poco tiempo después, debido a rumores propagados por los blancos, quienes alertaban sobre el ataque de unos indios bravos, o el posible traslado que los misioneros harían de los niños de sus escuelas hacia Bogotá (CABRERA, 2002, p. 194). El Cuadro 5 permite visualizar los mapas monfortianos.

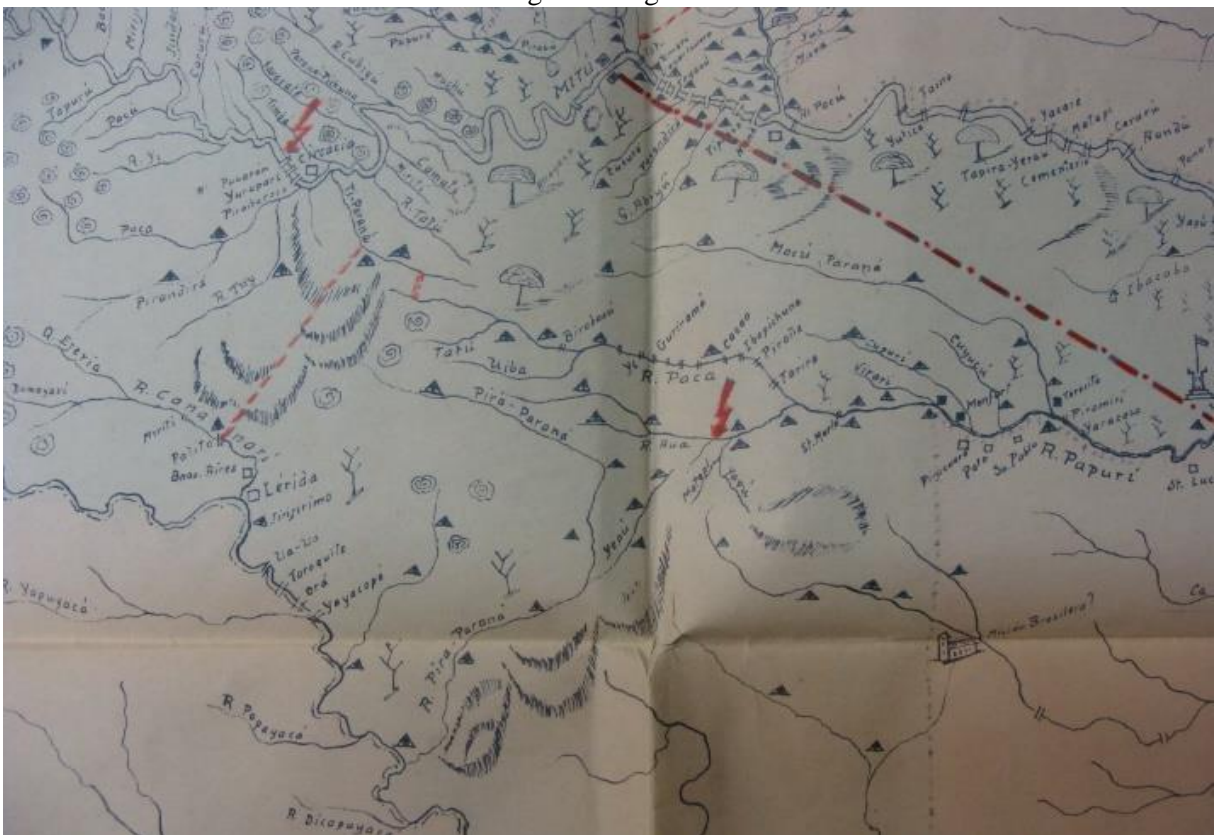
Figura 15: Mapas 24 y 25. Colombia: Misión del Vaupés e Indígenas en el río Papurí y sus afluentes



Fuentes: Damoiseaux, 1923; Kok, 1925

En la Monografía inédita de la Comisaría del Vaupés colombiano del ingeniero Agrónomo Félix M. Díaz Galindo de 1935, se incluye el mapa *Gráfico agrícola de la Comisaría del Vaupés colombiana* que muestra las zonas de ubicación explotación de recursos como Tagua, Piaxaba, Castaña, Sarrapia. Igualmente, ubica las malocas indígenas (triángulos) y las casas de blancos (cuadrados), aduanas necesarias, pretensiones brasileñas (flechas relámpago en rojo), trochas existentes (línea de rallas rojas) y vías que se aconsejan (línea de puntos y rallas rojas), uno de cuyos segmentos reproduzco como Mapa 26.

Figura 15: Mapa 26. Segmento del *Gráfico Agrícola de la Comisaría del Vaupés*. Félix M. Díaz Galindo. Ingeniero Agrónomo. 1935



Fuente: Biblioteca Luis Ángel Arango. Sala Raros y Manuscritos

La Oficina de Longitudes adscrita al Ministerio de Relaciones Exteriores hizo en 1941 una carta geográfica levantada para detallar los hitos internacionales, basada en los trabajos de las comisiones mixtas de límites con Venezuela y Brasil y en los planos levantados por algunos exploradores. En ella se detallan los asentamientos existentes. Otro mapa es el de la Intendencia del Amazonas publicado por la policía nacional. Sí bien el mismo no es del Vaupés, en la parte norte se aprecia una porción de la Comisaría del Vaupés que ubica

algunos pueblos indígenas como Ofaina [Ufaina], Datunas, Idulia [Edulia], Makú, Yukunas, la base cauchera de Campoamor en el bajo Mirití y el internado del Mirití.

4 LOS MAPAS DEL RÍO PIRÁ-PARANÁ

Los mapas del río Pirá-paraná permiten seguir una zona con detalle. Conocido tardíamente, se considera la zona donde están mejor conservadas las tradiciones de los pueblos de la región. La expedición de J. G. Eberhard en la segunda mitad de la década del cincuenta suministro datos iniciales. Después lo exploró el misionero Manuel María Elorza en 1959 y luego los británicos Brian Moser y Donald Tyler (CABRERA, 2016).

El aislamiento del Pirá-paraná obedece a su distancia y a los raudales que dificultan la navegación. Adicionalmente, en la tradición oral de los Tucano se mencionan confrontaciones entre sus moradores y los Tucano del río Tiquié, donde los últimos vencieron a los primeros antes de la presencia franciscana de la década de 1880. Estas fricciones contribuyeron al aislamiento y “todavía hoy, los Tucano del río Tiquié recelan de viajar para el Pirá-Paraná, recordando las antiguas hostilidades” (GENTIL, 2005, p. 56).

En el siglo XX las fricciones con los caucheros llevaron al repliegue de los indígenas, quienes retrasaron cualquier ingreso de los blancos al río donde “con frecuencia fueron muertos por los habitantes” (MOSER; TYLER, 1963, p. 442). Un indicador adicional lo suministraba el misionero Francisco Arango al señalar en uno de sus mapas fechado en 1971 que en la zona el entendimiento del español era de un 90% en el río Papurí y de un 10% en el río Pirá-Paraná” lo que ratifica su relativo aislamiento.

Moser y Tyler (1963) hicieron un mapa ubicando malocas, casas de blancos, viejos sitios, petroglifos, raudales, caños y trochas. Las alturas fueron ajustadas con base en la carta aeronáutica mundial y las distancias y cursos del Apaporis, Miritiparaná y Caquetá fueron estimados según el tipo y la ruta del viaje.

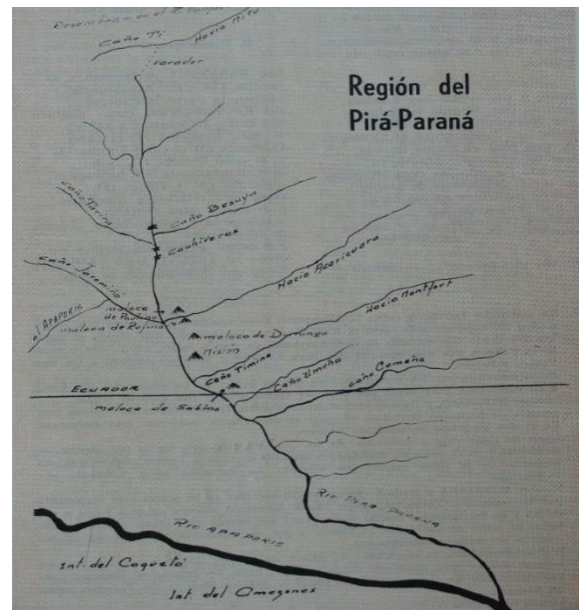
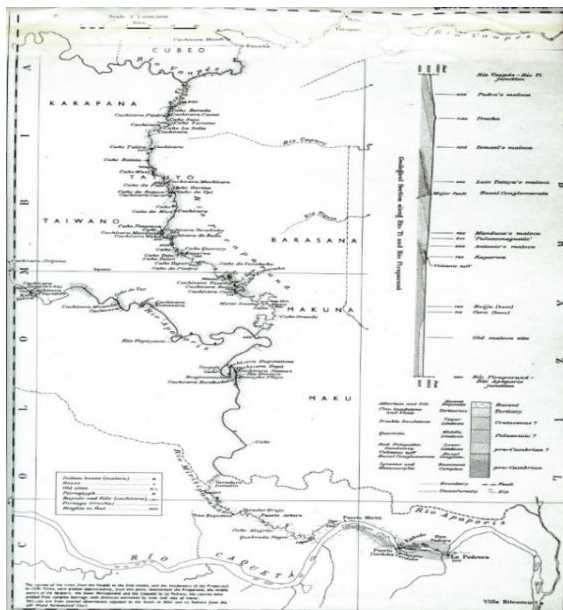
El mapa incluye información de carácter geológico suministrando un perfil para los ríos Ti y Pirá-paraná. Un segundo mapa de este río es más tardío y fue elaborado por un misionero Javier. Este muestra una porción del río sus afluentes, indicando las rutas hacia donde conducen, el lugar de la misión y algunas de las malocas con el nombre de su líder (Paulino, Rufino, Domingo y Sabino). En la parte norte se traza el varador que une las cabeceras del río Pira-Paraná con el caño Ti que desemboca en el Vaupés (ALMAS, 1976 p. 7). Ver Cuadro 11.

Dos mapas más fueron elaborados por el misionero Francisco Arango Montoya (1931-2007). El primero no tiene fecha ni escala, y muestra con mucho detalle la ubicación de las

malocas en los afluentes por la margen izquierda y derecha del río, al igual que la ubicación de las misiones del Instituto Lingüístico de Verano en el caño Utuya en la que trabajaron con los Tatuyo los esposos David y Janice Whisler entre 1969 y 1986 y los esposos Mark y Paula Bostrom entre 1995 y 2000 y la otra misión se ubica en el caño Comeñá en la que trabajaron con los Makuna los esposos Geoffrey y Josephin Smotherman entre 1970 y 1993 (CABRERA, 2015, p. 259-260).

Es decir el mapa fue elaborado con posterioridad a 1970 cuando ya existían las bases. El segundo mapa muestra las vías de acceso al Pirá-Paraná consistente básicamente en tramos a pie que se marcan con líneas punteadas y que suelen unir el curso de algunos de los caños de la región. El Cuadro 12 permite ver la distribución étnica y las comunicaciones en el mismo río.

Figuras 16: Mapas 27 y 28. Río Pirá-Paraná de Moser y Tayler y Región del Pirá-Paraná (anónimo).



Fuentes: Moser; Tyler, 1963; Almas, 1976

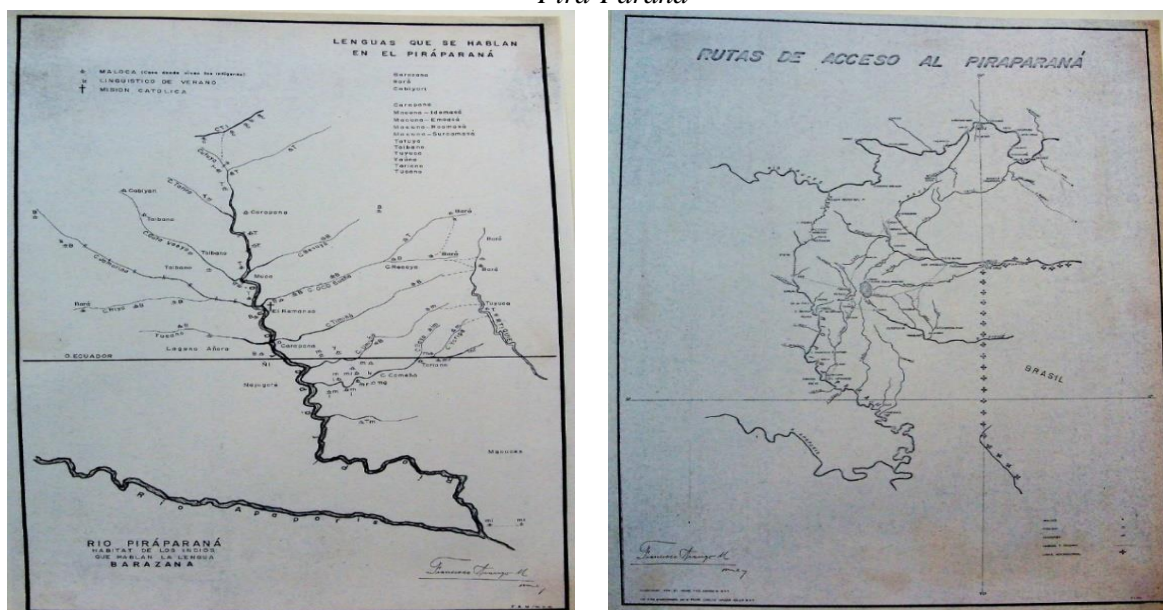
5 CONCLUSIÓN

La cartografía que se conoce del Alto Río Negro-Vaupés comienza en el siglo XVIII y en su conjunto revela una característica ya señalada pues en ella están ausentes elementos artísticos y su elaboración atiende más a un propósito cada vez más científico que atiende a la medición de las distancias como rasgo particular, es decir a una orientación, la inclusión de una escala y la distinción cada vez mayor de rasgos del territorio (CABEZAS, 2015, p. 27; LÓPEZ, 2015, p. 57; SOUTO, 2017, p. 828). En todos los mapas del siglo XIX hay escalas y

un examen sesudo permite leer la espacialidad de los pueblos indígenas y los asentamientos existentes, los nombres de los cursos de agua, la ubicación de las cachiveras, los pasos terrestres, la distribución de los pueblos indígenas, etc.

Pero cierto es también que la temprana y gran mayoría de la cartografía aquí reunida fue elaborada por el imperio brasileño y muy tardíamente por Colombia, este es un claro indicador del interés político por sus fronteras, como de la capacidad de exploración, circunstancia que revela un desbalance con relación a Colombia que no tuvo igual desarrollo. Los mapas son instrumento que promueven “la eficiencia del Estado” y expresan “la voz del poder centralizado” (HARLEY, 2005, p. 130-131). Pero en la zona de este estudio la presencia en el siglo XX de agentes foráneos de importancia fueron los misioneros católicos, pero hay un gran contraste.

Figura 17: Cuadro 12 - Mapas 29 y 30. *Lenguas que se hablan en el Pirá-Paraná y Rutas de acceso al Pirá-Paraná*



Fuente: Archivo Biblioteca del Seminario
Javieres de Yarumal

Algunos de los misioneros salesianos provenientes de Italia, que trabajan en la zona desde 1914 hasta hoy en Brasil, hicieron significativos aportes a la etnografía y lingüística de la región, basta recordar los nombres de Alcionilio Bruzzi Alves da Silva, Antonio Giaccone, Casimiro Beksta (CABRERA, 2015, p. 152-156). Entre tanto en Colombia los monfortianos provenientes de Francia que trabajaron entre 1914 y 1949 tuvieron en el padre Pedro Kok una

figura destacada que dejó trabajos lingüísticos y uno de los mapas (CABRERA, 2019). Pero es entre los javieres de Yarumal, que trabajan desde 1949 hasta hoy, que la elaboración de mapas tuvo en el misionero Francisco Arango Montoya una gran contribución que quedó plasmada en mapas inéditos y en una obra (ARANGO, 1977).

Con relación a la zona del Alto Río Negro – Vaupés fueron los exploradores y viajeros desde el territorio de Brasil quienes produjeron los primeros mapas. Ya avanzado el siglo XX las instituciones gubernamentales preocupadas por refinar el conocimiento de las fronteras, el comercio, la administración interna, el control de población y la fuerza militar como preocupaciones esenciales aparecieron en ambos países hacia la década del treinta.

En el siglo XXI y bajo la premisa de la continuidad biogeográfica y cultural de la región del Alto Río Negro – Vaupés dos nuevos desarrollos cartográficos que involucran esfuerzos multinacionales. Bajo la Red Amazónica de Información Sociambiental Georeferenciada trabaja en la elaboración de nuevos mapas que registran las amenazas de actividades dirigidas hacia la amazonia como carreteras, extracción de petróleo y gas, minería, construcción de hidroeléctricas, quemas y deforestación de gran importancia para orientar la toma de decisiones sobre la conservación de la Amazonia (RAISG, 2012). Con la participación directa de los indígenas la espacialidad de sus territorios, su toponimia y valor simbólico se ha plasmado en una cartografía de los sitios de valor cultural (CARTOGRAFÍA DE LOS SITIOS SAGRADOS, 2014).

En el pasado la cartografía era plenamente un elemento de conocimiento y control estatal, en cuya elaboración no cabe duda que agentes locales como los indígenas participaron como guías o bogas, hoy sectores diversos de la sociedad civil en compañía de los indígenas realizan una apropiación y elaboración cartográfica que visibiliza la existencia de estos pueblos, su derecho a continuar ocupando sus territorios y que como el último trabajo hace un contrapeso a la lectura cartográfica institucional que avanza lentamente o enfatiza elementos biogeográficos pero que desconoce elementos culturales o que no atiende plenamente las preocupaciones ambientales contemporáneas y al derecho a la vida de los pueblos en sus territorios.

REFERENCIAS

ACEVEDO LATORRE, Eduardo. **Atlas de mapas antiguos de Colombia: siglos XVI a XIX**. 4ª ed. Bogotá: Litografía Arco, 1997.

ADONIAS, Isa. **La cartografía da região amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)**, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazonia, 1963.

AMORIM, Antonio Brandao de. **Amazonia Leyendas Ñangatú**. Buenos Aires: Editorial Nova, 1943.

ANDRELLO, Geraldo. **Cidade do índio. Transformações e cotidiano em Iauaretê**. São Paulo: Instituto Sociambiental, Editora UNESP, Núcleo de Transformações Indígenas, 2006.

APPELBAUM, Nancy P. **Dibujar la nación. La Comisión Corográfica en la Colombia del siglo XIX**. Bogotá: Universidad de los Andes. Fondo de Cultura Económica, 2017.

ARANGO MONTOYA, Francisco. **Colombia. Atlas indigenista**. Bogotá: Litografía Arco, 1977.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. **Catálogo Mapoteca. Sección de Mapas y Planos**, Bogotá: Archivo General de la Nación, 2005.

ARHEM, Kaj. “**Los Makuna en la historia cultural del Amazonas**”, Boletín Museo del Oro. Bogotá: Banco de la República, no. 30, 1991, p. 83-95.

BACHILLER CABRIA, Juan Vicente. **Cartografía manuscrita de Brasil en las colecciones españolas (1500-1822)**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2008.

BANCO DE LA REPÚBLICA. **Cartografía histórica del Atlántico. Exposición de cartografía regional**. Barranquilla: Banco de la República, 2000.

BANCO DE LA REPÚBLICA. **Cartografía histórica del Alto Magdalena. Honda, Girardot y Neiva**. Bogotá: Banco de la República, 1999.

BANCO DE LA REPÚBLICA. **Cartografía del Tolima Grande. Antigua Provincia de Mariquita y Neiva. Estado soberano del Tolima. Actuales departamentos del Tolima y Huila**. Ibagué: Banco de La República, 1999.

BLANCO BARROS, José Agustín. **Cartografía y geografía en el Boletín**. Boletín de Historia y Antigüedades, n. 818, 2002, p. 647-652.

BLANCO BARROS, José Agustín. **Atlas de mapas antiguos de Colombia**. Bogotá: Archivo General de la Nación, Grupo Editorial Norma, 1992.

BEERMAN, Eric. **Francisco Requena: la expedición de límites Amazonia, 1779-1795**. Madrid: Compañía Literaria, 1996.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BRIAN Moser y DONALD Taylor. **Tribes of the Piraparaná**. The Geographical Journal. Vol. 129, 1963, p. 437-449.

CABALZAR, Aloísio. “Petróglifos do Alto Rio Negro: visão contemporânea dos povos indígenas”. In: **Petróglifos sul-americanos: Theodor Koch-Grünberg**. Organización Edith Pereira. Belém: Museus Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: ISA, 2010. p. 11-16.

CABEZAS GELABERT, Lino. Cartografía, mapas y planos. In: CABEZAS, L.; LOPÉZ, I. (coords.). **Dibujo y territorio: cartografía, topografía, convenciones gráficas e imagen digital**. Madrid: Ediciones Cátedra, jul. 2015.

CABRERA, Gabriel. Los trabajos de la Compañía de María y el misionero Pedro Kok en el Vaupés colombiano, 1914-1949. **Revista Colombiana de Ciencias Sociales**: revista virtuale de la Universidad Católica Luisamingo, Medellín, n.2, 2019. Disponible: <https://www.funlam.edu.co/revistas/index.php/RCCS/article/view/2778/pdf>. Acceso en: 08 feb. 2020.

CABRERA, Gabriel. Un siglo de fotografías del Alto río Negro, Vaupés, 1865-1965. **Boletín de Antropología**: revista virtuale de lo Departamento de Antropología de la Universidad de Antioquia, Medellín, n. 55, 2018. Disponible: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/boletin/article/view/331150/20787362>. Acceso en: 08 feb. 2020.

CABRERA, Gabriel. La fotografía de misiones y los indígenas del Alto Río Negro-Vaupés de Colombia y Brasil (1914-1965). **História Unisinos**: revista virtuale de Programa de Posgraduación en Historia de Unisinos, RS, n. 1, ene-abri. 2018b. Disponible en: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.221.03/60746129>. Acceso en: 15 feb. 2020.

CABRERA, Gabriel. Los viajes de J. G. Ebehard por la Amazonia colombiana. **Historia y Sociedad**: revista virtuale da Facultad de Ciencias Humanas y Economicas de la Universidad Nacional de Colombia, Medellín, n. 31, jul-dic. 2016. Disponible en: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/hisysoc/article/view/55304/56602>. Acceso en: 15 feb. 2020.

CABRERA, Gabriel. **Los poderes en la frontera. Misiones católicas y protestantes, y Estados en el Vaupés colombo-brasileño, 1923-1989**. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2015a.

CABRERA, Gabriel. La representación del indio Uaupé. Una lectura sobre su iconografía, **Boletín de Antropología**: revista virtuale de lo Departamento de Antropología de la Universidad de Antioquia, Medellín, n. 50, jul-dic. 2015b. Disponible en: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/boletin/article/view/25252/20863>. Acceso en: 15 feb. 2020.

CABRERA, Gabriel. **La Iglesia en la frontera: misiones católicas en el Vaupés 1850-1950**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

CABALZAR, A.; R., C. A., (eds.) **Povos indígenas do Rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006.

COSTA, Cecilia da. Mapoteca. Relatório das atividades. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 461, jul.-set., 2013.

CORREA, François. **Amazonia amerindia. Territorio de diversidad cultural**, Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Vol. 3, tomo 6, 2000.

CORREA, François. **Por el camino de la Anaconda Remedio**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Colciencias, 1996.

COUDREAU, Henri A. **La France Equinoxiale Etude et voyage a travers les Guyanes et L'Amazonie**, *Atlas*. Paris: Challamel Ainé Editeur, 1887.

DAMOISEAUX, Huberto. La misión del Vaupés diez años en la frontera brasilera 1914 a 1924. *In: Las Misiones de la Compañía de María en los Llanos de San Martín*. Villavicencio: Imprenta San José, 1923, p. LXIX-XCIX.

DELGADO ROZO, Juan David *et al.* 2013. **Impactos territoriales en la transformación de la colonia a la república en la Nueva Granada**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

DÍAZ GALINDO, Félix M. 1935. **Monografía de la Comisaría del Vaupés (inédito)**.

DÍAZ ÁNGEL, Sebastián; MUÑOZ ARBELÁEZ, Santiago y NIETO OLARTE, Mauricio. **Ensamblando la nación. Cartografía y política en la historia de Colombia**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2010.

DOMINGO, Mariano. Pinzón y las raíces hispánicas de Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 462, p. 103-160, jan/mar., 2014.

DOMÍNGUEZ, Camilo A., GÓMEZ, Augusto J. y BARONA, Guido. **Geografía física y política de la Confederación Granadina. Estado del Cauca. Territorio del Caquetá**. Obra dirigida por el General Agustín Codazzi. Bogotá: COAMA, Fondo FEN, IGAC, 1996.

DOMÍNGUEZ, Camilo A. **Amazonia colombiana. Visión general**. Bogotá: Banco Popular, 1985.

DUTRA, Israel Fontes. “A história da origem espiritual dos povos indígenas do Uaupés”, **Tellus**, Campo Grande, n. 21, p. 235-253, 2011.

EPPS, Patience. **A Grammar of Hup**. New York: Mouton Grammar Library, Vol. 43, 2008.

FARIA, Maria Dulce de. **Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

FERNÁNDEZ-SALVADOR, Carmen. **Encuentros y desencuentros con la frontera imperial. La iglesia de la Compañía de Jesús de Quito y la misión en el Amazonas (siglo XVIII)**. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2018.

FERNÁNDEZ-SALVADOR, Carmen. De la descripción al mapa: relatos de viajes y cartografía del Amazonas en el siglo XVII. *In: MOSCOSO, S. G. (comp.). Enigmas: geografía, expediciones y cartografía de las Américas.* Quito: Universidad San Francisco de Asís, 2013, p. 72-86.

GENTIL, Gabriel dos Santos. **Povo Tukano – cultura, história e valores.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

GOLDMAN, Irving. **Los cubeo. Indios del noroeste del Amazonas.** México: Instituto Indigenista Interamericano, Ediciones especiales no. 49, 1968.

GUEDES, Max Justo. A construção da imagem do país. A cartografia: a constituição do país como território. *In: PEREIRA, P. R. (Org.). 500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000, p. 96-101.

HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre historia de la cartografía.** México: FCE, 2005.

INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI. **Paisajes fisiográficos de Orinoquia-Amazonia (ORAM) Colombia.** Bogotá: Instituto Geográfico Agustín Codazzi, 1999.

JACKSON, Jean E. Identidad lingüística de los indios colombianos del Vaupés. **Lenguaje y sociedad.** Cali, p. 379-397, 1983.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Petróglifos Sul-americanos.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Instituto Sociambiental, 2010.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Dos años entre los indios.** Bogotá: Universidad Nacional, 1995.

KOK, Pedro. Quelques notices ethnographiques sur les indiens du Rio Papuri. **Anthropos,** n. 20, p. 624-637, 1925.

MANSO PORTO, Carmen. Cartografía histórica portuguesa. *In: Catálogo de manuscritos (siglos XVII-XVIII).* Madrid: Real Academia de la Historia, 1999.

MARTINS, Valteir. **Reconstrução fonológica do Protomaku oriental.** 2005. Tese (Doctoral, Vrije Univesiteit). Amsterdam, Utrecht, LOT Dissertation Series, n. 104, 2005.

MEIRELLES FILHO, João. **Grandes expedições a Amazônia brasileira.** São Paulo: Metalivros, 2009.

MONTAÑEZ GÓMEZ, Gustavo. Elementos de historiografía de la geografía colombiana. *In: BUITRAGO, F. L.; REY, G. (eds.). Discurso y razón. Una historia de las ciencias sociales en Colombia.* Bogotá: Ediciones Uniandes, TM Editores, 2000, p. 53-82.

MOSER, Brian y TAYLER, Donald. Tribes of the Piraparaná. **The Geographical Journal.** vol. 129, p. 437-458, 1963.

NIETO OLARTE, Mauricio. **Ensamblando la nación**: cartografía y política en la historia de Colombia. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2010.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro de viagem da cidade do pará, até as ultimas colonias do Sertao da Provincia**. escrito en la villa de Barcellos por el Vicario General del Rio Negro el Padre José Monteiro de Noronha en el año de 1768. Typographia de santos & Irmaos, 1862.

PORRO, Antonio. **As crônicas do rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia**. Manaus: EDUA, 2016.

RABELO, Lucas Montalvão. A toponímia da região amazônica nos mapas do século XVI. *In*: MORGA, Antônio Emilio (org.). **Encontro com a história e as suas deliciosas contradições**. Manaus: EDUA, 2015, p. 155-168.

RAISG. **Amazonia bajo presión**. São Paulo: Instituto Sociambiental, 2012.

REIS, Arthur Cezar. **Lobo d'Almada. Um estadista colonial**. 3ª ed. Manaus: Academia Amazonense de Letras, Prefeitura Municipal de Manaus: Editora Valer, 2006.

RIBEIRO DE SAMPAIO, Francisco Xavier. 1825. **Diario da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Josze do Rio Negro fez o ouvidor, e Intendente Geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775**. Lisboa: Typografia da Academia.

RICE, Hamilton. Further Explorations in the North-West Amazon Basin. **The Geographical Journal**, vol. 44, n. 2, p. 137-164, 1914.

RICE, Hamilton. The River Uaupés. **The Geographical Journal**, vol. 35, n. 6, p. 682-700, 1910.

RIVET, Paul; TASTEVIN, Constant. Affinites du Makú et du Puinâve. **Journal de la Société des Américanistes de Paris**, Paris, Nouvelle Serie, vol. 12, p. 69-82, 1920.

ROCQUE, Carlos. **Grande enciclopédia da Amazônia**, vol. 2. Belém do Pará: Amazônia Editora, 1967.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos partidos**: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SANTOS, Claudio João Barreto dos y CASTIGLIONE, Luiz Henrique Guimarães. **A atuação do IBGE na evolução da cartografia civil no Brasil**. Terra Brasilis (Nova Série), 2014.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SCOLFARO, Aline *et al.* **Cartografia dos sítios sagrados: iniciativa binacional Brasil-Colômbia**. Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Noroeste Amazônico. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2013.

SEVILLA, Ana; SEVILLA, Elisa. Amazonia: una tierra incógnita. *In*: MOSCOSO, S. G. (ed.). **Enigmas: geografía, expediciones y cartografía de las Américas**. Quito: Universidad San Francisco de Asís, 2013, p. 87-98.

SORENSEN, Arthur P. Multilingualism in the Northwest Amazon. **American Anthropologist**: publicación de la Asociación Americana de Antropología, n. 6, dic. 1967. Disponible en: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1525/aa.1967.69.6.02a00030>. Acceso en: 15 feb. 2020.

SOUTO, Alanna. Os indígenas na cartografia da América lusitana. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, n.3, sep.-dic. 2017. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v12n3/1981-8122-bgoeldi-12-3-0817.pdf>. Acceso en: 15 feb. 2020.

SOUZA, Boanerges Lopes de. **Do Rio Negro ao Orenoco**. Río de Janeiro: Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1959.

SOUZA, Boanerges Lopes de. **Índios e explorações geográficas**. Río de Janeiro: Ministerio de Agricultura. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Publicação no. 110, 1955.

SPRUCE, Richard. **Notas de un botánico en el Amazonas y los Andes**. Quito: Abya-Yala. Tierra Incógnita n. 21, 1996.

TORRES LANZAS, Pedro. Archivo General de Indias. **Catálogo de Mapas y Planos de Panamá, Santa Fe y Quito**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1985.

TOVAR, Hermes. **Los fantasmas de la memoria: poder e inhibición en la historia de América Latina**, Bogotá: Universidad de los Andes, 2009a.

TOVAR, Hermes. **Imágenes a la deriva. Los mapas o las habitaciones del pasado y la nostalgia**, Bogotá: Archivo General de la Nación, 2009b.

VARGAS, Héctor y GARCÍA, João Carlos. A história da cartografia nos países ibero-americanos. **Terra Brasilis (Nova Série)**, n. 7-9, p.1-13, 2007.

VERGARA Y VELASCO, Francisco Javier. **Nueva Geografía de Colombia**. Tomo I. Bogotá: Imprenta de Vapor, 1901.

WALLACE, Alfred Russell. **Una narración de viaje por el Amazonas y el Rio Negro**. Iquitos: IIAPCETA, Monumenta amazónica, serie D, n. 2, 1992.

WRIGHT, Robin M. Lucha y supervivencia en el noroeste de la Amazonia. **América indígena**. México, Instituto Indigenista Interamericano, vol. 43, n. 3, p. 537-554, 1983.

WRIGHT, Robin M. **History and Religion of the Baniwa Peoples of the Upper Rio Negro**, University Microfilms International, 1981.

ZÁRATE BOTÍA, Carlos Gilberto. Introducción. La Universidad Nacional y la demarcación de la frontera amazónica. *In*: BOTÍA, C. G. Z. (comp.). **Memoria histórica sobre los límites entre la República de Colombia i el Imperio del Brasil**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2018, p. 15-23.

SZENTMARTONYI, Ignacio. 1749-55. Sequent Notiatiate de Rio Negro. Wright, Robin Michael. Indian slavery in the Northwest Amazon. **Boletín do Museu Paraense Emilio Goeldi. Serie antropología**. vol. 7. n. 2, p. 149-179, 1991.

INTERCOMPREENSÃO NA ESCRITA DE LÍNGUAS-CULTURAS INDÍGENAS: O CASO DA FAMÍLIA JÊ

Francinete de Jesus Pantoja Pantoja Quaresma¹

Karina Figueiredo Gaya²

Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira³

RESUMO

As comunidades falantes de línguas indígenas, sobreviventes no século XIX, buscam alternativas para a preservação dessas línguas não somente por meio da descrição delas, mas também na educação escolar indígena, com o uso de metodologias de ensino-aprendizagem eficientes que auxiliem a prática do professor indígena na sala de aula. A intercompreensão entre línguas aparentadas é uma metodologia de ensino de língua, aplicada na Europa, cujos resultados satisfatórios levam o aluno a estratégias de transferências linguísticas e de autonomia de aprendizado a partir da leitura de textos escritos em línguas pertencentes a uma mesma família, possibilitando ao falante interagir em sua língua materna com falantes de outras línguas. Em meio aos povos indígenas das etnias Parkatêjê, Mëbêngôkre e Tapajuna, a intercompreensão pode surgir como uma possibilidade de desenvolvimento do repertório linguístico de falantes indígenas. Para tanto, faz-se necessário instrumentalizar o professor indígena nessa metodologia, a fim de que ele possa adotá-la em suas aulas de língua indígena. Esse, portanto, é o propósito deste estudo. A teórica que fundamenta este trabalho é pautada na Descrição de Línguas Indígenas e na Linguística Aplicada, sobretudo nos estudos de pesquisadores europeus. Assim, discutimos o assunto a partir de Rodrigues (1993; 1999; 2003), Seki (2000), Cuq (2003), Escudé e Janin (2010), QECR (2001; 2007) e Hugues (2016). A metodologia aplicada para a realização do mesmo foi a pesquisa de cunho bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Língua indígena. Tronco Macro-Jê. Línguas aparentadas. Intercompreensão entre línguas. Professor indígena.

ABSTRACT

Bordering on the extinction, Indigenous languages, survivors of the nineteenth century, search for alternatives for their preservation, not only in the description of languages, but also in indigenous school education, through effective teaching-learning methodologies that assist indigenous teacher practice in the classroom. The intercomprehension between related languages is a methodology of language teaching, applied in Europe expounding satisfactory results when developing students' strategies of linguistic transferences and autonomy of learning from the reading of written texts in languages belonging to the same linguistic family, allowing the speaker of one language to establish interaction, in their mother tongue, with speakers of other languages. Among the indigenous people of Parkatêjê, Mëbêngôkre and Tapajuna ethnic groups, intercomprehension appears as a possibility for the development of the linguistic repertoire of indigenous speakers. To do so, it is necessary to instrumentalize the indigenous teacher in this methodology, so that he can adopt it in his native language classes. This, therefore, is the purpose of this study. The theoretical basis for this work is

¹ Professora vinculada à da Secretaria de Estado de Educação e à Faculdade Teológica Batista Equatorial. Atua com língua portuguesa e francesa. Doutoranda em Linguística vinculada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. Mestre em Linguística pela mesma Universidade (2012). Pesquisadora de língua indígena parkatêjê, na qual desenvolve pesquisa sobre material didático. E-mail: francidejesuspq@yahoo.com.br

² Professora da Universidade Federal do Pará vinculada à Faculdade de Letras, Campus de Bragança. Doutoranda em Linguística vinculada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. Mestre em Linguística pela mesma Universidade (2010). E-mail: karinagaya@gmail.com

³ Professora Associada III vinculada ao Programa de Pós-graduação em Letras e à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará. E-mail: mariliaferreira1@gmail.com

based on the Description of Indigenous Languages and Applied Linguistics, especially in the studies of European researchers. Thus, we discuss this issue from the perspective of Rodrigues (1993, 1999, 2003), Seki (2000), Cuq (2003), Escudé and Janin (2010), QECR (2001; 2007) and Hugues (2016). The methodology applied for the accomplishment this study has its ground based upon bibliographical research.

KEYWORDS: Indigenous language. Macro-Jê branch. Related languages. Intercomprehension between languages. Indigenous teacher.

Submetido em: 15.08.2019

Aprovado em: 27.11.2019

INTRODUÇÃO

Segundo Seki (2000, p. 246), as línguas indígenas estão fadadas ao desaparecimento. A escrita indígena surge, neste contexto, como uma aliada à preservação das línguas indígenas brasileiras. Contudo, é sabido que a escrita de línguas indígenas não é (ou é pouco) funcional, visto que nenhuma etnia comunica-se entre si, com outro grupo indígena, ou mesmo com a sociedade nacional via modalidade escrita, isto é, faz uso de cartas, documentos, etc. para comunicar.

Não diferente do que ocorre no contexto geral das línguas indígenas, as línguas Parkatêjê, Mëbëngôkre e Tapajuna estão ameaçadas de extinção. Diante da situação, a liderança dessas comunidades busca preservar o patrimônio sociocultural e linguístico desses povos. Tais povos indígenas contribuem diretamente com pesquisadores da área da linguística para que suas línguas sejam descritas e, dessa forma, materiais didáticos sejam elaborados a partir das descrições e métodos de ensino de línguas sejam criados e/ou adaptados, a fim de facilitar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas indígenas⁴.

No que tange à educação, o ensino de língua indígena precisa ser realizado de forma significativa no meio escolar indígena, de modo a apresentar resultados satisfatórios que contribuam para a retomada das línguas nativas. Os conhecidos métodos de ensino de língua,

⁴ Parkatêjê: a língua Parkatêjê é falada por uma comunidade indígena que se autodenomina do mesmo modo e que está localizada no sudeste do estado do Pará, no município de Bom Jesus do Tocantins, próximo à Marabá. Atualmente a comunidade é composta por aproximadamente 650 pessoas, segundo o Instituto Socioambiental – ISA (2014). A língua Parkatêjê se encontra em perigo de extinção, uma vez que atualmente é falada apenas por um pequeno segmento de sua comunidade, não sendo aprendida mais como primeira língua das crianças, que somente falam o português. Mëbëngôkre: são conhecidos como “Gente do buraco d’água” ou “Gente da água grande”. Compostos por duas nações indígenas, Kayapó e Xikrin, os Mëbëngôkre são considerados o maior grupo Jê com aproximadamente 12.000 pessoas. Habitam as terras do planalto central do Brasil, do estado do Mato Grosso, margeando os rios Araguaia e Curuá ao Pará na foz do rio Xingu. Tapajuna: com população de 132 pessoas (ISA, 2014), autodenominam-se Kajkwakratxi, que significa “tronco do céu”, pois esse povo vivia na direção onde fica o sol nascente. Camargo (2015) os apresenta como os “Beijo de pau” devido uso de ornamentos de madeira no lábio inferior. Originalmente estavam localizados às margens do rio Arinos, no estado do Mato Grosso, próximo ao município de Diamantino, e no estado do Pará, onde se encontram no Parque Indígena do Xingu, nas Terras Indígenas Wawi e Capota-Jarina, lar dos Mëbëngôkre.

utilizados por muitos educadores no sistema educacional escolar brasileiro e muitas vezes adotados na educação escolar indígena, não são adequados à realidade indígena, cuja cultura deve ser o ponto de partida para qualquer forma de ensino, sobretudo da língua-cultura⁵.

Surgida na Europa, a metodologia da intercompreensão entre línguas aparentadas pode favorecer o ensino-aprendizagem das línguas-culturas indígenas, contribuindo para a funcionalidade da modalidade escrita dessas línguas. Trata-se de uma forma de comunicação na qual cada pessoa se exprime em sua própria língua e compreende a do outro, segundo o Conselho da Europa (2007).

A intercompreensão oral entre línguas indígenas brasileiras é fato quando essas línguas têm a mesma origem, ou melhor, quando são geneticamente aparentadas. Há relatos de que, ao se encontrarem, falantes das línguas Parkatêjê - com outras línguas Timbira -, Mëbêngôkre e Tapajuna, por exemplo, pertencentes à mesma família e ao mesmo tronco linguístico, respectivamente Jê e Macro-Jê, comunicam-se perfeitamente, cada etnia usando sua língua materna para interação oral. Contudo, a modalidade escrita, de certa forma, ainda é novidade para alguns povos indígenas. Assim sendo, pode ser possível desenvolver, por meio de uma metodologia apropriada, a compreensão recíproca escrita de falantes de línguas vizinhas a partir do uso que cada um faz de sua própria língua.

Tendo a escrita como uma modalidade a ser ensinada aos povos indígenas Parkatêjê, Mëbêngôkre e Tapajuna, pensamos em analisar as referidas línguas a partir do conceito de intercompreensão, a fim de auxiliar não somente os professores indígenas dessas comunidades, mas também os professores indígenas das diferentes etnias que compõem a família Jê, a proporcionar um contato escrito entre povos indígenas de modo multilíngue, bem como aumentar a eficácia da comunicação entre diferentes línguas indígenas.

A intercompreensão de línguas aparentadas é um fenômeno presente na oralidade nas comunidades indígenas em contextos como funeral, festas, visitas em aldeias, reuniões e formação intercultural de professores indígenas, contudo, no que consiste à escrita, ainda precisa ser operacionalizada, tendo em vista que a escrita indígena, por dadas etnias, quase não é utilizada entre si.

⁵ Compartilhamos o conceito de língua-cultura proposto por Cuq (2003), para quem não é possível dissociar língua e cultura, haja vista que esta está embebida naquela. Para o autor, “do ponto de vista didático, a cultura é o campo de referência que permite ao idioma tornar-se língua: é a função simbólica dessas referências que estabelece a língua como materna, segunda ou estrangeira e que, por consequência, condiciona a função comunicativa.” (CUQ, 2003, p.149). O autor argumenta, ainda, que uma língua não serve apenas para comunicação, serve também para identificação, para que os parceiros comunicativos deixem marcas de seu ser e de seus pertencimentos.

Assim sendo, buscamos por meio deste estudo, evidenciar de que forma a metodologia da intercompreensão entre línguas aparentadas pode auxiliar povos indígenas no ensino-aprendizagem das línguas-culturas indígenas. Para tanto, fazemos uma revisão da literatura das línguas indígenas, situando o tronco Macro-Jê e a família Jê dentro do contexto linguístico brasileiro, bem como da literatura sobre intercompreensão entre línguas aparentadas, ideia surgida no início do século XX, na Europa, a fim de apresentar o conceito e as linhas diretivas dessa metodologia; analisamos paradigmas lexicais, morfológicos e sintáticos das línguas Parkatêjê, Mëbëngôkre e Tapajuna, evidenciando a possibilidade de intercompreensão entre elas na modalidade escrita; finalizamos propondo uma atividade de instrumentalização das línguas indígenas por meio da metodologia da intercompreensão.

A escolha das línguas Parkatêjê, Mëbëngôkre e Tapajuna para realização deste estudo ocorreu devido ao fato de as mesmas serem línguas aparentadas, isto é, pertencentes a mesma família linguística, Jê, e ao mesmo tronco linguístico, Macro-jê, o que possibilita encontrarmos semelhanças quando analisadas em contextos lexicais, morfológicos e sintáticos.

O estudo em questão aponta a semelhança linguística das línguas Parkatêjê, Mëbëngôkre e Tapajuna, bem como evidencia que a instrumentalização do método da intercompreensão pode ser favorável ao ensino-aprendizagem das línguas indígenas na modalidade escrita. Dessa forma, a intercompreensão pode valorizar as línguas indígenas na forma escrita face aos seus falantes, vindo facilitar o ensino-aprendizagem dessas línguas nessa modalidade, bem como proporcionar uma comunicação escrita mais justa em contexto intercultural.

A referida pesquisa, de cunho bibliográfico, busca embasamento teórico em autores da literatura da Descrição das Línguas Indígenas Brasileiras e da literatura da Linguística Aplicada Europeia, a saber: Rodrigues (1993; 1999; 2003), Seki (2000), Cuq (2003), Escudé e Janin (2010), QECR (2001; 2007) e Hugues (2016).

1 AS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

Segundo Rodrigues (1993), quando os portugueses aportaram nas terras Brasileiras, há mais de 500 anos, falavam-se neste território 1.078 línguas indígenas. Estima-se que atualmente cerca de pouco menos que 200 línguas ainda são faladas no Brasil, 170 delas são autóctones, o que caracteriza este país como sendo plurilíngue, conforme aponta Oliveira (2000). O autor argumenta que somos, portanto, como a maioria dos países do mundo, um país de muitas línguas.

Rodrigues (2003) corrobora o pensamento de Oliveira (2000), onde afirma que mesmo tendo sido extraordinariamente reduzidas no período da colonização, as línguas indígenas ainda são existentes no território brasileiro e apresentam considerável diversidade, o que caracteriza a Amazônia como sendo, em nível mundial, uma das regiões de maior diferenciação linguística, com mais de 50 famílias linguísticas.

Dessa forma, desmistifica-se a ideia que muitos falantes fazem da geografia linguística das nações: um país, uma língua. Nesse sentido, a língua seria um símbolo constitutivo do Estado. Essa concepção nacionalista, segundo Escudé e Janin (2010), pode ser perigosa não somente para a democracia, mas também para os direitos dos homens, sobretudo dos grupos minoritários, haja vista que a língua é também um instrumento de poder. Assim sendo, a noção do monolinguismo enfraquece as demais línguas que coexistem num dado território, como no caso das línguas indígenas brasileiras.

Num país com dimensões continentais como o Brasil, há pouco ou nenhum interesse em disseminar a ideia do plurilinguismo, de se implantar políticas educativas e programas de aprendizagem para línguas indígenas, uma vez que a realidade plural das línguas é fato comprovado pelas 50 famílias linguísticas outrora mencionadas. A presença dos povos indígenas no Brasil ilustra que não há isolamento linguístico neste território, não somente porque a maioria desses povos fala, além de sua língua materna, a língua portuguesa, mas também porque entre os indígenas pertencentes a uma mesma família linguística há comunicação.

Entende-se por família linguística o agrupamento de línguas em conjunto, realizado por meio de classificação linguística genética. Tal agrupamento estabelece uma hipótese de comum origem dessas línguas no passado, explica Rodrigues (2003). O número de línguas pertencentes à dada família pode variar de muitas dezenas a somente uma e a constituição de uma família com diversas línguas é mais comum, isso implica dizer que no passado houve uma língua ancestral, da qual as atuais línguas constituem modificações diferenciadas, explica o autor. Ainda segundo o autor, mesmo quando se têm estabelecidas diversas famílias linguísticas, podem surgir provas que caracterizem que algumas delas e suas respectivas línguas ancestrais são provenientes de outra língua ancestral ainda mais antiga, formando um conjunto de famílias linguísticas, chamadas de tronco linguístico.

Por meio de estudos descritivos das línguas indígenas brasileiras, segundo Seki (2000), estudiosos conseguiram agrupar dois grandes troncos linguísticos, o Tupi e o Macro-Jê, e três famílias: aruák, karíb e páno. Nesses troncos são classificadas as famílias linguísticas e suas respectivas línguas.

Martins *et al.* (2015) afirmam que a hipótese de um tronco linguístico Macro-Jê teve várias configurações ao longo dos anos, desde sua primeira proposta. A hipótese mais aceitável e confiável pela maioria dos linguistas, conforme os autores, é a de Rodrigues (1999), segunda a qual o tronco Macro-Jê possui 12 prováveis ramos ou famílias linguísticas geneticamente relacionadas, a saber, Jê, Maxakalí, Krenák, Kamakã, Purí, Karirí, Yatê, Karajá, Ofayé, Boróro, Guató, Rikbaktsá. Conforme Rodrigues (2003), pode-se dizer que, contrariamente ao tronco Tupi, o Macro-Jê é tipicamente não amazônico, haja vista que apenas duas das doze famílias nele incluídas possuem línguas na região amazônica: Rikbaktsá e Jê.

Seki (2000) chama atenção para o fato de não se saber ao certo quantas línguas indígenas ainda são faladas no Brasil. A autora afirma que isso ocorre dada às dificuldades de se ter uma definição técnica do que seja uma língua, em relação a dialeto, por exemplo. Moore, Galúcio e Gabas Jr. (2008) afirmam que idiomas considerados diferentes às vezes são apenas dialetos de uma mesma língua, consideradas como tais devido divisões étnicas e políticas. Ainda segundo os autores, geralmente os linguistas usam como critério para agrupar dialetos em línguas a inteligibilidade mútua. Assim, a soma das línguas indígenas existentes no Brasil dificilmente ultrapassa 150 línguas.

Seki (2000, p. 234) afirma que “como qualquer outra das cerca de seis mil línguas naturais existentes, as línguas indígenas são organizadas segundo princípios gerais comuns e constituem manifestações da capacidade humana da linguagem.” Cada língua constitui um sistema complexo, com um conjunto específico de sons, categorias e regras de estruturação, sendo, dessa forma, perfeitamente adequada para cumprimento das funções de comunicação, expressão e transmissão, explica a autora.

2 INTERCOMPREENSÃO ENTRE LÍNGUAS APARENTADAS – CONCEITO E METODOLOGIA

Conforme Hugues (2016), a intercompreensão vem sendo praticada de modo natural e instintiva pela humanidade há séculos, e vem sendo encorajada e aplicada de modo mais consciente há décadas nos países escandinavos pelas línguas germânicas.

De acordo com o Conselho da Europa, “a intercompreensão é uma forma de comunicação na qual cada pessoa se exprime em sua própria língua e compreende a do outro”. Doué (2005 apud CONSEIL DE L’EUROPE 2007, p. 7)⁶.

⁶ Tradução das autoras.

Segundo Escudé e Janin (2010), para manter o contato em um meio multilíngue, existe quatro possibilidades: 1) ausência de troca; 2) um dos locutores emprega a língua do outro; 3) os locutores utilizam uma terceira língua para comunicar; 4) os locutores falam cada um em sua própria língua e compreendem a do outro: a intercompreensão. Por meio da abordagem da intercompreensão,

cada um fala ou escreve sua língua e encontra o meio de compreender a língua dos outros. O único trabalho com a língua efetua-se sobre a atividade de compreensão, graças à ajuda do contexto, da intencionalidade, da observação das formas. A produção (fala) efetua-se na língua materna de cada locutor, o que beneficia a autoridade de cada língua. (ESCUDE; JANIN, 2010, p. 28).

Hugues (2016) chama atenção para o fato de a intercompreensão apresentar-se como uma modalidade de comunicação muito antiga em que duas pessoas, ao falarem em línguas diferentes, chegam a se compreender sem que seja necessário passar por uma terceira língua e sem que um precise se expressar na língua do outro, tão antiga que pode ser observada no contexto indígena brasileiro, em especial entre línguas do tronco Macro-Jê, faladas em território amazônico. Segundo o autor, trata-se de uma técnica com bom funcionamento em línguas próximas, isto é, em línguas da mesma família linguística, mas que pode também ocorrer entre locutores de línguas distantes, caso haja treinamento.

Realmente essa não é uma prática nova, em 1913, “Jules Ronjat, fala de intercompreensão para tratar a capacidade de locutores de compreender dialetos de diferentes línguas da mesma família.” (ESCUDE; JANIN, 2010, p. 35). Assim, a novidade proposta pelo conceito é sua didatização enquanto teoria e objeto de estudo da Linguística Aplicada. O conceito de intercompreensão entre línguas aparentadas surgiu em 1980, mas veio a ser didatizado no fim do século XX, graças aos estudos desenvolvidos sobre as línguas românicas por Claire-Blanche Benveniste e pelo Conselho da Europa.

Conforme Evenou (2015), os métodos pedagógicos da intercompreensão entre línguas são relativamente recentes ou estão em processo de elaboração.⁷ Enquanto método de ensino de língua,

a intercompreensão toma as famílias de línguas como ponto de partida de sua reflexão sobre a aprendizagem e fundamenta sua didática sob o *continuum* que elas constituem. A partir de sua língua, o aprendiz vai em direção à compreensão das línguas que lhes são aparentadas. Utiliza-se para isso as transparências lexicais e sintáticas, bem como uma série de traços comuns à família, já que a diversidade de

⁷ Benveniste (1997) informa que o método da intercompreensão das línguas românicas seria publicado na forma de um volume impresso, acompanhado de DC-Rom, no ano de 1997, pela Editora Nova Itália, em Florença.

cada uma nada mais é do que a declinação singular de traços comuns. (ESCODÉ; JANIN, 2010, p. 18-19).

Aprender uma língua por meio da metodologia da intercompreensão não significa, primeiramente, aprender novas palavras, uma gramática nova, etc., tal como é proposto nos métodos tradicionais, significa “desenvolver a capacidade de descobrir correspondências entre as línguas familiarizadas no nível fonético, fonológico, ortográfico, vocabular, morfossintático, etc.” (Meissner, 2009, p.2)⁸.

Tais metodologias buscam diminuir consideravelmente o número de esquemas linguísticos para levar o aluno a aprender um número reduzido de regras de correspondência e de estratégias que lhe auxiliarão a explorar uma língua. Nesse sentido, os saberes do aluno são ativados, possibilitando relacionar ou efetuar transferências. Em outras palavras, os sujeitos são incitados a apoiarem-se em suas competências tanto culturais, quanto linguísticas.

Conforme Meissner (2009), a didática da intercompreensão tem se mostrado uma ferramenta muito eficaz para desenvolver capacidades metacognitivas. Tal desenvolvimento ocorre de modo progressivo.

Para Evenou (2015), quando utilizada como abordagem didática, a intercompreensão favorece não somente o desenvolvimento das competências metalinguísticas, mas também a autonomia do aprendiz. Assim, ao se interessar pelo funcionamento do sistema linguístico de dada língua, o aprendiz cria pontes entre tal sistema e aquele já conhecido por ele, utilizando-se da estratégia da inferência, vindo, assim, a adquirir mais autonomia em sua aprendizagem e a desenvolver sua capacidade de dedução.

Ao relacionar o que aprendeu com o que já conhece, o aluno reforça a confiança em si mesmo, além de apropriar-se do seu processo de aprendizagem. Um dos objetivos desta metodologia é levar o aluno a ter consciência de sua capacidade plurilíngue. O professor, nesta abordagem de ensino, é um colaborador, o que significa que ele deve dominar a metodologia da intercompreensão, mas não necessariamente precisa dominar o conjunto dos dados linguísticos, gramaticais e fonológicos, do grupo de línguas que estão em contato. Segundo Escudé e Janin (2010), seu papel é monitorar e guiar as hipóteses dos alunos, fornecendo-lhes informações que lhes permitam avançar em sua compreensão e corrigindo as hipóteses falsas levantadas pelo grupo.

Seu papel é apresentar as estratégias de compreensão, contudo não deve se mostrar como o detentor do saber linguístico da língua estudada pelos alunos, pois, na sala de aula, o

⁸ Tradução das autoras.

professor deve ser colaborativo para a autonomia do aprendiz. O método oferece várias possibilidades para o público visado, de acordo com Escudé e Janin (2010). Esse pode ser formado por crianças ou adultos, em aprendizagem individual ou em grupo.

Conforme Evenou (2015), a didática da intercompreensão faz uso de diferentes métodos de aprendizagem, conforme o público visado, a distância entre as línguas ensinadas e o suporte utilizado. A metodologia pode ser usada tanto para o ensino da modalidade oral, quanto da modalidade escrita. Contudo, é na escrita que a metodologia da intercompreensão encontra sua principal aliada operacional. O grupo de estudo de Benveniste, um dos principais nesta abordagem, pautou sua metodologia apenas em atividades de recepção escrita, isto é, leitura.

Segundo Escudé e Janin (2010), a intercompreensão visa fornecer mecanismos específicos de aprendizagem em dada modalidade para se aprender uma língua, colaborando para que se possa aprendê-la completamente, em todas as dimensões da recepção e da produção de modo eficaz. Como a metodologia proposta por Benveniste privilegia a competência da recepção escrita, ao progredir no aprendizado de uma habilidade, no caso a leitura, o aprendiz acaba progredindo em outras habilidades, a saber: escuta, fala e escrita.

Conforme os autores, há métodos de intercompreensão que se apoiam na escrita da língua auxiliada pelas ferramentas de registros orais. Nas etapas de aquisição e autonomização do aprendiz, a estabilidade da escrita reforça a confiança e assegura ao aluno a construção de estratégias de inferência. A oralidade surge como uma ajuda e como uma necessidade para abordar as línguas na plenitude de suas atividades.

Os pesquisadores que abordam tanto a oralidade quanto a escrita, por sua vez, buscam desenvolver dois domínios em sua abordagem: um consiste em desenvolver a competência de escuta à extensão da competência de leitura; outro em permitir a passagem, por meio da mesma metodologia, a outras famílias de línguas além da família a qual pertence a língua do aprendiz. Percebemos que no primeiro domínio busca-se passar da competência da recepção para a competência da produção; no segundo domínio, visa-se estender a competência da compreensão.

Ainda segundo a Evenou (2015), na aprendizagem de competências receptivas de outras línguas, faz-se necessário considerar a língua materna do aprendiz, a fim de que esse possa ler as línguas pertencentes a sua família linguística. Trata-se de decifrar o texto, fazendo uso de competências de recepção, e não de produção. O aluno aprenderá a ler as outras línguas pertencentes à família linguística de sua língua materna por um método essencialmente fundado na contextualização e na apropriação dos textos a serem

compreendidos, esses textos a serem compreendidos, por sua vez, são ditos autênticos, o que estimula a aprendizagem.

Em sua abordagem, os métodos da intercompreensão proporcionam ao aprendiz a consciência de que existe um *continuum* linguístico que lhe permitirá adentrar nas línguas, seja por meio de sua língua materna, seja por meio de várias línguas pontes. Conforme Escudé e Janin (2010), a maioria dos métodos de intercompreensão parte da aprendizagem simultânea de várias línguas, a fim de explicitar suas semelhanças.

Em síntese, Escudé e Janin (2010) apresentam três objetivos que marcam os métodos de intercompreensão. Assim, a metodologia: a) possibilita a compreensão de enunciados em uma língua-alvo; b) possibilita a aquisição de uma competência metalinguística, transponível para o maior número de enunciados em línguas desconhecidas; c) encoraja o aprendiz, uma vez assegurado pelo domínio das habilidades de recepção, a adquirir mais habilidades globais em dada língua que ele desejará ou precisará saber.

Huges (2016) afirma que, na Europa, a intercompreensão foi pensada como uma possibilidade para salvar línguas em vista de desaparecimento, como o *patois*, por exemplo. Trazendo a abordagem para o contexto brasileiro em que muitas línguas indígenas estão em constante perigo de extinção, a intercompreensão, a nosso ver, pode sim ser pensada como uma alternativa, ainda que com ressalvas, de modo a aumentar a qualidade da intercompreensão nesses idiomas na modalidade escrita. E, ainda, ao permitir a expressão do outro em sua própria língua, a intercompreensão favorece a valorização de dada língua face aos seus próprios falantes, uma vez que a língua constitui um dos traços identitários mais importantes de uma comunidade cultural.

Outros aspectos da abordagem reforçam nosso pensamento. A intercompreensão, por estar integrada à abordagem plurilinguística e pluricultural das línguas, tende a valorizar línguas minoritárias, colocando-as em pé de igualdade a outros idiomas tidos como superiores, pois, conforme afirmam Escudé e Janin (2010), a intercompreensão é um convite para escutar o outro no sentido duplo do termo: literal e moral, em que, linguisticamente, elimina-se qualquer possibilidade de se estabelecer hierarquia entre as línguas, eticamente, coloca-se a língua em igualdade, de modo que haja respeito mútuo nas formas de se expressarem.

Os estudiosos lamentam o fato de tal abordagem ainda estar longe das práticas de ensino-aprendizagem de línguas ocidentais, visto que, para eles, essa é a mais equilibrada e a mais justa dentre as existentes. Se está longe das línguas ocidentais, quiçá das indígenas. Tal pensamento é corroborado com o que afirma Huges (2016), para quem a intercompreensão

tem uma face profundamente humanista, visto que constitui uma abordagem não somente igualitária, mas também equitativa e aplicável a todos.

3 INTERCOMPREENSÃO - O CASO DA FAMÍLIA JÊ

Rodrigues (1999 apud MARTINS *et al.* 2015, p. 118-119) apontou a família linguística Jê como a maior família do tronco Macro-Jê e a dividiu em quatro subgrupos, de acordo com sua distribuição regional:

O primeiro subgrupo (atualmente extinto), situado no nordeste do Brasil, é formado pela língua Jaikó, que era falada possivelmente no sudeste do Piauí.

O segundo subgrupo, os Jê do norte, é constituído por cinco línguas: a primeira é a língua Timbira e seus dialetos falados nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins (Canela, Ramkokamekrá, Canela Apanyekrá, Gavião Pykobjê, Gavião Parakatejê, Krinkatí, Krahô, Krênje), totalizando 2.800 falantes; a segunda língua é o Apinajé, falada no norte do Tocantins e possui cerca de 720 falantes; a terceira é o Kayapó, juntamente com suas variações dialetais (Kiretum, Kokraimôro, Kubenkrakén, Menkrangnotí, Mentuktíre, Xikrín), as quais são faladas na parte oriental (lado oeste) do Mato Grosso e sudeste do Pará, com aproximadamente 5.000 falantes; a quarta língua considerada nesse ramo é o Panará, cujos falantes, cerca de 160, estão distribuídos na área indígena do Panará, no norte do Mato Grosso e no sudoeste do estado do Pará; a quinta e última língua desse subgrupo é o Suyá, cujo povo situa-se no Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, sendo que 213 falam Suyá e 58 falam Tapayuna, variação dialetal da língua Suyá.

O terceiro subgrupo, constituídos dos Jê centrais, constitui-se de quatro línguas, sendo duas extintas e duas vivas. Extintas estão o Xakriabá e o Akroá: esta se situava em Minas Gerais, e aquela na parte oriental de Goiás e sul do Maranhão. Vivas estão o Xerênte e o Xavante: esta é falada no sudeste de Mato Grosso e possui cerca de 9.000 falantes, e aquela, o Xerênte, com aproximadamente 1.550, é falada em Tocantins.

As línguas que representam o quinto grupo da família Jê situam-se no Sudeste do Brasil: o Kaingáng, o Xoklém e o Ingaín (esta, atualmente morta). O Kaingáng é falado em São Paulo, Paraná e Santa Catarina por aproximadamente 20.000 falantes; e o Xoklém é falado em Santa Catarina por cerca de 1.650 pessoas. (grifos das autoras).

As línguas Timbira (Parkatêjê), Apinajé, Kayapó (Mêbêgokrê), Panará e Suyá (Tapajuna), pertencem ao ramo setentrional da família Jê, do tronco Macro-Jê, um tronco tipicamente não amazônico, segundo Rodrigues (2012). Essas línguas e seus respectivos dialetos apresentam semelhanças em vários aspectos, dentre os quais podemos citar: os de cunho fonético-fonológico, cujas vogais se sobrepõem às consoantes; os de cunho morfológico, em que apresenta a flexão indicadora de contiguidade ou não de um determinante a um determinado, bem como apresenta prefixos relacionais; os de cunho sintático, cuja apresentação da ordem do constituinte em oração declarativa é a mesma, bem como apresenta a ocorrência de verbos em posição final da sentença.

As semelhanças já evidenciadas por meio da descrição dessas línguas indígenas corroboram com o exposto por Escudé e Janin (2010) ao tratarem da unidade (invariante) e

variedade das línguas. Pautados nos princípios fundamentais dos contatos de línguas, os autores argumentam que as línguas, em toda sua diversidade, possuem estruturas lógico-semânticas universais. Assim sendo, de acordo com a lei da fusão, os autores (2010, p. 36) afirmam que não há isolamento linguístico, isto é, “uma língua nem sempre é absolutamente opaca para outra”, portanto, “a opacidade absoluta de um texto não pode existir”, sobretudo se as línguas pertencem à mesma família linguística, tal como é o caso das línguas Parkatêjê, Mëbëngôkre e Tapajuna.

Contudo, ainda pautados em outra lei fundamental de contato de línguas, a lei da difração, os autores também afirmam que uma língua pode ser infinitamente declinada, isto é, uma língua pode variar em função de mudanças geográficas, sociais, entre outros fatores. Entretanto, o fracionamento linguístico absoluto não pode existir: a língua, tão dialética que seja, continua sendo a declinação de uma matriz linguística comum, isto é, possui uma base semelhante. Cada uma delas constitui-se, portanto, línguas, mesmo possuindo similaridades devido sua língua mãe.

Em relação às referidas línguas indígenas mencionadas neste estudo, tal fato pode ser fundamentado no exposto pelos indígenas Parkatêjê, Mëbëngôkre e Tapajuna, quando os falantes dessas línguas admitem que a semelhança entre elas é muito grande, contudo, enfatizam que são línguas distintas. Falantes dessas etnias compreendem-se oralmente, cada um comunicando em sua língua materna.

Em outras palavras, a intercompreensão no nível oral é fato, no nível escrito, por sua vez, precisa ser evidenciado e, conseqüentemente, instrumentalizado para que o professor tenha consciência de que se trata de uma prática a ser valorizada em seu meio profissional. A intercompreensão entre línguas indígenas na modalidade escrita já é um exercício realizado em sala de aula nas escolas indígenas, ainda que involuntariamente. A título de comprovação da intercompreensão escrita entre etnias indígenas da família Jê, citamos o fato de algumas escolas indígenas fazerem uso de material didático produzido por outra etnia, em sua referida língua. Os Parkatêjê, por exemplo, utilizam-se de livros didáticos elaborados pelos Mëbëngôkre.

Para instrumentalização da intercompreensão na modalidade escrita, Escudé e Janin (2010) consideram necessária uma aprendizagem do código para que um falante possa adentrar no universo linguístico de uma língua aparentada, sua porosidade permitirá ao falante compreendê-la. Acreditamos que a metodologia da intercompreensão entre línguas aparentadas pode potencializar a compreensão das referidas línguas indígenas, entre as etnias citadas, na modalidade escrita.

3.1 OS PARADIGMAS LEXICAIS, MORFOLÓGICOS E SINTÁTICOS COMUNS EM LÍNGUAS DA FAMÍLIA JÊ

As línguas Parkatêjê, Mêbêngôkre e Tapajuna compartilham a mesma família, a Jê, cujos princípios as levam a partilhar todas as características que as tornam inteligíveis entre si. Por causa dessas semelhanças, essas línguas partilham também suas formas de representação da língua.

A fim de evidenciar o fenômeno da intercompreensão na família linguística Jê, apresentamos dados linguísticos de ordem lexical, morfológica e sintática. O material linguístico utilizado como amostra para a realização deste estudo foi retirado de dicionários das línguas Parkatêjê, Mêbêngôkre e Tapajuna, de modo a formar paradigmas lexicais, morfológicos e sintáticos para observarmos as semelhanças nas línguas. Para tanto, decidimos selecionar substantivos das referidas línguas como, por exemplo, os que nomeiam animais, partes do corpo humano e objetos do cotidiano indígena, bem como decidimos analisar frases interrogativas, afirmativas e negativas nas línguas para compor o *corpus* de análise.⁹ A amostra analisada é, portanto, composta de fontes secundárias, isto é, o material coletado foi primeiramente utilizado por pesquisadores da linguística descritiva em seus trabalhos de campo para fins de descrição das referidas línguas em diferentes aspectos linguísticos.

Nosso propósito é evidenciar as semelhanças entre as línguas aparentadas a partir dos paradigmas lexicais, morfológicos e sintáticos. Acreditamos que a partir dessa observação os falantes podem ser conscientizados que tais línguas são variantes de uma mesma família, isto é, são dialetos de uma mesma língua, segundo Escudé e Janin (2010), o que, por sua vez, pode proporcionar melhor compreensão entre falantes dessas línguas, sobretudo na modalidade escrita, quando se intercomunicarem cada um em seu idioma.

Quadro 1 - Nomes de animais

PARKATÊJÊ	MÊBÊNGÔKRE	TAPAJUNA	PORTUGUÊS
Hàk	Àkínhàtire	Tàktxi	Gavião
Hàkati	Kangãti	Kangãtxi	Jiboia
Kire	Ropre	Roptaka	Cachorro
Kra	Ngra	Kra	Paca
Mìre	Mĩ	Mĩ	Jacaré

Fonte: Elaborado pelas autoras

⁹ A ideia desses paradigmas surgiu a partir da experiência realizada por Escudé e Janin (2010), os quais observaram as semelhanças das línguas românicas a partir do título da obra de Antoine de Saint-Exupéry, *O Pequeno Príncipe*, escrito em 101 línguas pertencentes a essa família. Assim como os autores, nós não nos deteremos em apontar elementos mórficos que constituem dada palavra exemplificada.

Quadro 2 - Nomes de partes do corpo

PARKATÊJÊ	MĒBĒNGÔKRE	TAPAJUNA	PORTUGUÊS
Itik	Tik	I'thu	Barriga
Hôto	Oto	Tôto	Língua
Amahi	Ama	Tama	Queixo
Hapak/Apak	Amak	Awàknikāj	Orelha
Kà	Kà	Ikà	Pele

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quadro 3 – Substantivos comuns

PARKATÊJÊ	MĒBĒNGÔKRE	TAPAJUNA	PORTUGUÊS
Aikre	Kikre	Thikhre	Casa
Hapakakre	Kre'	Tambakhrehre	Buraco na orelha
Hy	'y	Ty	Semente
Kô	Ngô	Ngô	Água
Aikapàt	Akamàt	Akambat	Noite

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quadro 4 – Sintagmas

PARKATÊJÊ	MĒBĒNGÔKRE	TAPAJUNA	PORTUGUÊS
Mã pia iji kute?	Mÿj nã anhidji kute?	Myj na anhĩdzi kute?	Como é teu nome?
zũm pia iji apãn?	Djãm amã kôr?	Awãw ra kwê nhũm na.	Quem é o teu pai?
Wa ita kini nõre.	Imã já kĩnh kêt.	Iwã já kĩ kere.	Eu não gosto disto.
Wa kukrê prãmãre.	Ba inhõ kwý krè.	Wa inhõ kukhrê.	Eu quero comer.
Ry mu tẽ.	Arÿm ne mã tẽ	Ahry nẽ wã tẽ.	Ele já foi embora.

Fonte: Elaborado pelas autoras

4 PERSPECTIVA

Entendemos que a instrumentalização da metodologia da intercompreensão de línguas aparentadas entre os professores indígenas das etnias Mëbëngôkre, Parkatêjê e Tapajuna pode ser um passo positivo rumo ao ensino-aprendizagem da modalidade escrita dessas línguas indígenas e uma forma de potencializar a compreensão entre povos indígenas nessa modalidade e, quiçá, entre índios e não índios, colaborando, dessa forma, para o rompimento da ideia do monolinguísmo linguístico no Brasil.

A fim de colaborar para com as pesquisas em línguas indígenas, bem como para com o processo de ensino-aprendizagem dessas línguas, elaboramos uma atividade pedagógica a ser aplicada em cursos de formação de professores indígenas ou em reuniões culturais de etnias da família Jê, na qual os fundamentos teóricos da intercompreensão servem de base para auxiliar o ensino da compreensão escrita de línguas indígenas da família linguística Jê. Tal atividade tem, inicialmente, como público-alvo professores indígenas das etnias Mëbëngôkre, Parkatêjê e Tapajuna, podendo posteriormente estender-se às línguas das etnias Apinayé e Paraná, também pertencentes ao ramo setentrional da família Jê.

Nosso objetivo com a atividade pedagógica consiste em apresentar os benefícios da abordagem da intercompreensão entre línguas aparentadas, de modo que os professores indígenas percebam que tal abordagem pode vir a ser benéfica em suas atividades em sala de aula, aumentando a qualidade da intercompreensão entre povos indígenas da família Jê.

Partimos do pressuposto que a comunicação escrita por meio da abordagem da intercompreensão é possível nesta família linguística, haja vista que essa já ocorre por meio da modalidade oral. Conforme relatam indígenas e pesquisadores que atuam entre esses povos, em meio às reuniões culturais ou outros eventos em que diferentes etnias encontram-se, como a formação de professores indígenas, por exemplo, cada povo comunica-se em sua própria língua, fazendo-se compreender.

A seguir, descreveremos as etapas a serem desenvolvidas na atividade, vale ressaltar que, durante as mesmas, a língua veicular será a língua portuguesa:

1 - Proporemos aos professores a produção textual de um mito indígena, mais especificamente o mito da criação. A escolha desse gênero textual é justificada pelo fato de os mitos indígenas assemelharem-se, assim entendemos que basicamente teremos as mesmas informações em três línguas diferentes. O texto será produzido em equipe, segundo cada etnia;

2 - Posteriormente pediremos às equipes que troquem o texto produzido para que os próprios membros observem as semelhanças nas produções realizadas em outra língua pertencente a mesma família linguística da sua. O objetivo consiste em levá-los a perceber autonomamente as regularidades dessas línguas;

3 – Após o primeiro olhar do professor no texto escrito pelo colega da outra etnia, proporemos a leitura em voz alta por um dos produtores do texto, pois acreditamos que a oralidade, neste momento, será uma ferramenta de ajuda para a compreensão do texto escrito;

4 - Após, convidaremos os professores a formarem três grupos mesclados, isto é, que contenham professor das diferentes etnias para destacarem as regularidades. A proposta é

verificar como cada grupo indígena apresentaria dada informação em sua língua, para isso, farão uso de quadros a serem preenchidos¹⁰;

5 – Na sequência, os grupos farão a exposição oral de seus achados;

6 – Por fim, faremos a culminância das observações, evidenciando as similaridades lexicais, morfológicas e sintáticas das línguas na escrita.

Ressaltamos que a atividade proposta consiste em uma tarefa de intercompreensão voltada especificamente para instrumentalizar o professor indígena, de modo a levá-lo a observar as semelhanças nas línguas familiares e verificar que a metodologia pode ser aplicável em contexto indígena. Assim sendo, prezamos em destacar aspectos da língua a partir dos paradigmas morfológicos, lexicais e sintáticos, tais como fizeram Escudé e Janin (2010) em sua experiência com 101 línguas românicas.

Em suas diretrizes metodológicas, a intercompreensão visa construir no aluno uma gramática da compreensão a partir de pontos de convergência translinguísticos, chamados regras de passagem, haja vista que se trata de um convite a levar o aluno a passar de uma língua para outra por meio do *continuum*, isto é, proximidade linguística. A atividade proposta possibilitará tal passagem, evidenciando suas similaridades ao criar as pontes entre as línguas vizinhas, provocando o reflexo de previsibilidade na língua, tal como sugere a metodologia em questão.

De acordo com Escudé e Janin (2010), as diversas estratégias da intercompreensão visam levar o aluno a ter consciência de suas potencialidades plurilíngues e lhes dar instrumentos para realizá-las autonomamente, convidando o aluno a apoiar-se em suas competências linguísticas e culturais para compreender o texto.

Entendemos que o registro oral das línguas-alvos desta atividade colaborará grandemente para que o lido seja compreendido em excelência. Por isso propomos a leitura em voz alta das produções dos mitos. Ao realizarmos atividades como estas que propomos, acreditamos estar contribuindo para o desenvolvimento do repertório linguageiro do indígena, conforme apresenta QECR (2001) em relação às línguas europeias.

5 CONCLUSÃO

A intercompreensão consiste na aprendizagem de várias línguas dentro da mesma família linguística, estabelecendo igualdade entre elas. Dessa forma, acreditamos que tal

¹⁰ Os quadros aqui mencionados referem-se aos apresentados na sessão 4 deste trabalho.

abordagem pode ser vantajosa para as línguas indígenas, principalmente se o professor indígena for instrumentalizado para adotá-la em sua prática docente.

Ao perceber a possibilidade de intercompreensão em sua língua, o professor indígena pode dispor dessa estratégia para melhor conduzir sua prática docente, incentivando, enquanto mediador, os alunos a desenvolverem habilidades em sua língua-cultura indígena.

A proposta da aplicação da metodologia da intercompreensão foi lançada em contexto indígena brasileiro a partir das etnias Mëbëngôkre, Parkatêjê e Tapajuna, por meio da atividade pedagógica de instrumentalização do professor à metodologia da intercompreensão descrita na sessão 5 deste estudo. Em virtude de contextos culturais étnicos indígenas, que demandam aos povos originários, por exemplo, a guarda do luto de seus membros falecidos por longo período de tempo, a aplicação da atividade pedagógica não pode ser realizada, conforme estava prevista.

Num período de um ano, o povo Parkatêjê sofreu a perda de dois integrantes de sua liderança: Raimundo, falecido em março de 2018, e Manoel, falecido em janeiro de 2019, situações que restringem a realização de atividades propostas por pessoas externas a sua comunidade. O povo Parkatêjê, de acordo com sua cultura ancestral, deve guardar o luto de seus membros falecidos. Diante do contexto de luto que os Parkatêjê se encontram, cabe a nós, pesquisadores e estudiosos dessa língua indígena, respeitar as tradições e o sentimento de perda desse povo, deixando para momentos posteriores a aplicação da atividade outrora proposta.

A atividade de instrumentalização do professor sugerida para o contexto da educação escolar indígena é apenas o pontapé inicial para divulgação desta metodologia humanística entre povos de línguas minoritárias. Se partirmos do ponto em que o professor é influenciado pela sua própria experiência, o professor indígena agrega às suas aulas a um arcabouço de experiências interculturais e plurilíngue que talvez nunca tenha sido levada em conta por ele ou usada em sala, com a finalidade de expandir a qualidade da intercompreensão.

Devemos levar em conta que por mais que existam fatores políticos, sociais, étnicos e culturais que podem vir a delongar o uso da abordagem da intercompreensão em si, no que se refere à modalidade escrita, o uso dela na modalidade oral já é uma realidade entre povos indígenas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Leopoldina. **Dicionário Parkatêjê - Português**. Belém: Editora da Autora, 2016.

BENVENISTE, Claire-Blanche. Questions et réponses. *In*: BENVENISTE, Claire-Blanche; VALLI, André. **Le Français dans le monde – rechercher et applications - L'intercompréhension: le cas des langues romanes**. Paris: Hachette Edicef, 1997, p. 153-159.

CAMARGO, Nayara da Silva. **Tapajuna (Jê): aspectos morfossintáticos, históricos e sociolinguísticos**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) - Departamento de Linguística, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

CONSEIL DE L'EUROPE. **De la diversité linguistique à l'éducation plurilingue: guide pour l'élaboration des politiques linguistique en Europe**. Strasbourg: Conseil de l'Europe, 2007.

CONSEIL DE L'EUROPE. **Cadre européen commun de référence pour les langues**. Paris: Conseil de l'Europe, Ed. Didier, 2001.

CUQ, Jean-Pierre. **Dictionnaire de didactique du français – Langue étrangère et seconde**. Paris: CLÉ International, 2003.

ESCODÉ, Pierre; JANIN, Pierre. **Le point sur – l'intercompréhension, clé du plurilinguisme**. CLE international, 2010.

EVENOU, Gaid. **L'intercompréhension**. 2^a ed. Paris: Délégation Générale à la langue française et aux langues de France – Références, 2015.

FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira; CAMARGO, Nayara da Silva. **Dicionário Eletrônico Tapajuna – Português**, 2009.

HUGUES, Sheeren. L'intercompréhension: un nouveau souffle pour les langues romanes minoritaires et pour les dialectes?. **Lengas Revue de sociolinguistique** [En Ligne], 2016. Disponível em: <http://lengas.revues.org/1060>; DOI:10.4000/lengas.1060. Acesso em: 10 maio 2017.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povo Tapajuna**. 2014. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapajuna>. Acesso em: 20 ago. 2018.

JÕPAIPAIRE, Toprãmre Krôhòkrenhũm. **Mê ikwỳ tekjê ri: isto pertence ao meu povo**. Marabá, PA: Gknoronha, 2011.

MARTINS, Andérbio Márcio Silva et al. O tronco Macro-Jê: hipóteses e contribuições de Aryon Dall'Igna Rodrigues. **Revista Fragmentum**: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, Rio Grande do Sul, n. 46, jul.- dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23392>.

MEISSNER, Franz-Joseph. **Pourquoi l'intercompréhension romane intéresse-t-elle les non-romanophones?** Conséquences pratiques et état de lieux en matière des recherches germanophones. Barcelona, 2009. Disponível em: https://www.uni-giessen.de/fbz/fb05/romanistik/didaktik/Team/prof/emeritus/meissner/off/externe-veranstaltungen/dateien/Meissner_T_Ronde. Acesso em: 21 ago. 2018.

MOORE, D. A.; GALÚCIO, A. V.; GABAS, Jr. N., 2008. O desafio de documentar e preservar línguas amazônicas. **Scientific American Brasil. Amazônia: Destinos**, vol 3. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/media%3Aset2008/moore_2008_desafio.pdf.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Brasileiro fala português: monolinguísmo e preconceito linguístico. *In*: MOURA e SILVA (Org.). **O direito à fala** – a questão do preconceito linguístico. Florianópolis, Editora Insular, 2000.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas Indígenas. 500 anos de descobertas e perdas. **Ciência e Cultura**, 1993, p. 20-26.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Macro-Jê. *In*: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. **The Amazonian languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p.164-206.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Aspecto da história das línguas indígenas da Amazônia. *In*: SIMÕES, M. S. **Sob o signo do Xingu**. Belém: Ed. da UFPA, 2003, p. 37-51.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Flexão relacional no tronco Macro-Jê. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica** do Instituto de Letras da UNB, Brasília, n. 2, dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/20691>. Acesso em: 16 maio 2018.

SEKI, Lucy. Línguas Indígenas do Brasil no Limiar do Século XXI. **Impulso**, 2000, p. 233-256. Disponível em: <http://unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp.27art11.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

TRAPP, Roy. **Um vocabulário pequeno da língua Kayapó**. Missão Cristã Evangélica (MICEB), 1996.

TERRA DE NINGUÉM? ESTADO, QUESTÕES AGRÁRIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NAS AMAZÔNIAS BRASILEIRA E PERUANA: DO EXTRATIVISMO AO NEOEXTRATIVISMO PASSANDO PELOS REGIMES MILITARES (1850-2009)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro¹

RESUMO

Neste trabalho, depois de avaliarmos ciclos da borracha, que marcaram a inserção das Amazôniaas na cena econômica internacional, buscaremos cotejar a ação das burocracias estatais brasileira e peruana face às respectivas regiões amazônicas, bem como a ação dos movimentos sociais que nelas atuaram desde a ascensão dos respectivos regimes militares em ambos países nos anos 1960 até a consolidação do neoliberalismo durante o século XXI. Avaliaremos também a noção de Amazônia, como um “vazio demográfico”, presente em muitos projetos elaborados nos dois países ao longo de sua história.

Palavras-chave: Estado. Amazônia. Questões agrárias. Movimentos camponeses.

RESUMEN

En este trabajo, tras evaluar los ciclos caucheros, que han caracterizado el ingreso de las dos amazonías en el escena económica internacional, se pretende comparar la actuación de las burocracias estatales brasileña y peruana en cuanto a sus políticas para la Amazonia, así como el accionar de los movimientos sociales presentes en la región, desde el ascenso de los respectivos regímenes militares, en la década de 1960, hasta la consolidación del neoliberalismo, en el siglo XXI. Se evaluará también la percepción de la Amazonia como una tierra deshabitada, presente en muchos proyectos elaborados en ambos países en diversos momentos de su historia.

Palabras-clave: Estado. Amazonia. Cuestión Agraria. Movimientos Campesinos.

Submetido em: 28.01.2020

Aprovado em: 17.04.2020

INTRODUÇÃO

Em 17 de abril de 1996 centenas de militantes do movimento dos sem-terra ocupavam a rodovia PA-150, exigindo alimentos para que pudessem completar a caminhada para chegar ao Incra de Marabá, onde exigiriam a expropriação da fazenda macaxeira localizada em Eldorado dos Carajás. O governador Almir Gabriel deu a ordem de ataque e a PM executou 21 camponeses, havendo relatos de mulheres e crianças desaparecidas, bem como de presença de jagunços entre os policiais. A repercussão internacional do conflito acabou trazendo

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense; professor de História da América da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: vvazelesk@gmail.com

consequências importantes, a fazenda foi ocupada três dias depois e se converteria no assentamento 17 de abril e, no plano nacional, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso teve de mudar alguns aspectos de sua política agrária, já que as primeiras atitudes indicariam o objetivo de desconhecer o tema (ASSIS, 2007, p. 235; DE'CARLI, 2014, p. 324).

Em 5 de junho de 2009, milhares de indígenas das etnias Aguaruna e Wampisa permaneciam ocupando a Curva del Diablo e outros pontos estratégicos da cidade de Bagua na região peruana de Amazonas. O processo já durava dois meses e a ministra do interior Mercedes Cavanilla, decidiu expulsá-los pela força, quando já se preparavam para deixar as áreas. O resultado aqui foi distinto do paraense: os mobilizados haviam feito diversos policiais reféns, o número de camponeses mortos varia entre 10 (número oficial) e centenas de acordo com lideranças da Asociación Interétnica para Desarrollo de la selva peruana (Aidesepe), havendo também 24 policiais mortos. Imediatamente o Decreto 1073, que facilitava a venda de terras comunais (bastaria o voto da maioria dos assistentes em uma assembleia) e 1064, determinando que as terras concedidas para projetos empresariais fossem consideradas áreas da empresa não cabendo às populações locais qualquer discussão em relação aos prejuízos ambientais causados, seriam revogados.

Mas por que começar este texto falando de dois massacres? O presidente Fernando Henrique, pouco após o episódio de Eldorado dos Carajás, declarou que Polícia Militar e sem-terra eram partes de um Brasil arcaico. Hugo Blanco, que liderou movimentos camponeses nos anos 1960, observou criticamente afirmação de Hilde Simón, primeiro-ministro do governo Alán Garcia, que aprovara o massacre de Bagua, mesmo tendo participado da luta armada no movimento revolucionário Tupac Amaru e passado anos preso por causa dela (RIBEIRO, 2016, p. 34).

O que perpassa estas afirmações é a noção de que a Amazônia é um lugar distinto de nós, pronto a ser conquistado, seja qual for o preço a pagar por isso. É a naturalização da violência de Estado, num lugar onde tudo seria válido, posto que falamos de uma zona de conquista. Embora o foco principal de nossa análise seja o período compreendido entre a década de 1960 e os nossos dias, entendemos que é importante refletirmos sobre como as Amazônias entraram no cenário econômico internacional. Antes de abordarmos o impacto dos respectivos regimes militares sobre as Amazônias, observemos a irrupção de um produto que marcou a entrada desta região no mercado mundial: a borracha.

1 DOS BARÕES DA SERINGA À ASCENSÃO DOS REGIMES MILITARES: ASCENSÃO E QUEDA DO LÁTEX (1850-1962)

Ao observarmos o período colonial, percebemos que a Amazônia parece ter sido mais valorizada pela coroa portuguesa do que pela espanhola. Os fortes lusos foram esparramados por vários pontos do que hoje conhecemos como Pará e Amazonas, desde o século XVII e esta presença intensificou-se ainda mais depois da expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal a partir de 1759 (ASSIS, 2007, p. 16). Já no caso da coroa espanhola, pelo menos no que tange a regiões que hoje pertencem ao Peru e Bolívia a presença estatal foi mui débil. Ali o que marcava a posse espanhola não eram fortes posicionados em pontos estratégicos, mas as missões católicas, especialmente franciscanas, perdendo ímpeto desde a rebelião de Juan Santos Atauvalpa entre 1742 e 1756 (JORDÁN, 2001, p. 54; ALTAMIRANO, 2017, p. 43).

É possível supor que o interesse luso-brasílico sobre a região, pelo menos em suas partes que poderiam ser mais facilmente conectadas com o Atlântico, deva-se ao fato de ter-se perdido em meados do século XVII importantes pontos de comércio na Ásia, podendo ser substituídos pelas drogas do sertão, como se dizia na época (ASSIS, 2007, p. 19). Já os espanhóis podiam explorar metais preciosos na serra e, ainda que com dificuldades, fazer de Lima seu porto de escoamento para o Panamá e depois Europa, deixando a selva em segundo plano (JORDÁN, 2001, p. 65).

Nos primeiros anos de vida independente do Peru, marcados por intensa instabilidade política, esta situação não mudou, continuando a ser a “Amazônia” a “tierra ignota”, como então se dizia. No caso brasileiro, a partir de 1820 o látex começou a ser exportado, especialmente para a Inglaterra, onde Thomas Hancock começava a produzir a borracha em escala industrial. O comércio ampliou-se após Charles Goodyear inventar, nos EUA, o processo de vulcanização, tornando a borracha impermeável às mudanças de clima (HENNING, 2009, p. 357). Inicialmente a extração fazia-se próximo a Belém do Pará, depois avançou para rios como o Xingu e mais tarde (década de 1860-1870) para o Madeira e o Purus, chegando à Bolívia. Embora a extração tivesse começado no Pará, logo o Amazonas ultrapassaria a província paraense e, por cerca de duas décadas, o melhor Látex seria extraído na Bolívia, especialmente no território do Acre, mais tarde incorporado ao Brasil (HENNING, 2009, p. 347).

No Peru, a selva, como se dizia, passa a ser objeto de maior atenção com a relativa estabilidade política que coincidiu com o “boom” do Guano entre 1845 e 1880. As expedições como no Brasil tornaram-se mais frequentes e a extração do látex em regiões como Madre de

Dios e principalmente Loreto,² passava a ser um complemento às exportações do país. Tudo muda de feição após a derrota na guerra contra o Chile e consequente perda das zonas extratoras do guano, levando a uma vigorosa crise política e econômica. As elites de Lima e de Cuzco, após a relativa estabilização obtida a partir de 1895, percebiam a Amazônia como tábua de salvação e o látex, por um momento, teve peso importante nas exportações (JORDÁN, 2001, p. 312).

Neste período podemos observar uma diferença quanto à forma de exploração das seringueiras no que toca à mão de obra nelas utilizadas: no Peru e na Bolívia, que seria importante coletor até perder o estado do Acre em 1902, a mão de obra extratora era fundamentalmente a indígena. As condições de trabalho eram cruéis e os trabalhadores eram conseguidos a partir da preação de expedições “caucheras” e, no caso peruano, também com a colaboração de grupos indígenas, que trocavam estas “peças” por produtos de que necessitavam como roupas e machetes. Ashánicas contra Matsiguengas no Rio Ene em Junin, Shipibo e Cushivo contra casshibo em Loreto.

Quanto ao Brasil, os povos originários não foram pensados como mão de obra coletora a não ser nos primeiros tempos. Aqui, nordestinos acoçados pela seca, partiam principalmente do Ceará para o Amazonas, Pará e Acre a fim de coletar o látex. Houve povos indígenas que resistiram como os Azuni, que escaparam e só foram contatados novamente nos anos 1960 (HENNING, 2009, p. 358). O sistema de trabalho foi uma grande rede de aviamento. Os seringueiros endividavam-se com os patrões, vivendo um esquema de escravidão por dívida, que foi redinamizado na região a partir dos anos 1970 com a presença de grandes empresas que usam mão de obra semiescrava até nossos dias, (MARTINS, 2009, p. 47). Mas também o patrão devia para grandes comerciantes de Manaus e Belém, apesar do luxo que principalmente esta ostentava nos primeiros anos do século XX.

As duríssimas condições de trabalho no Peru levaram a denúncias na imprensa de Iquitos, capital de Loreto, e depois em publicações na Escócia e Inglaterra sobre um regime de trabalho no qual se queimavam trabalhadores pela menor falta e se estupravam sistematicamente as mulheres. Quando o barão seringalista Júlio Cesar Arana tornou inglesa sua firma extratora, atraiu a atenção para sua área e houve mesmo a visita do cônsul inglês Roger Casament, que detectou os abusos. Entretanto, como a zona do rio Putumayo região de Loreto onde se davam as violações estava em disputa entre Peru e Colômbia, foi

²O Peru está dividido em regiões, que por sua vez dividem-se em províncias.

relativamente fácil para o governo peruano desqualificar as denúncias como uma parceria entre colombianos e ingleses.

Uma paz relativa para os indígenas peruanos e, por que não dizê-lo, para os caboclos brasileiros viria de longe: os ingleses haviam conseguido numa operação, que hoje chamaríamos de biopirataria, extrair sementes da *evea brasiliense* ainda na década de 1870. Aclimatadas no jardim botânico de Londres e depois plantadas racionalmente em condições mais favoráveis na Malásia e no Sirilanka, a produção asiática adentrou vigorosamente o mercado internacional em 1912. A queda nos preços foi estrondosa e houve mesmo seringalistas que deixaram o negócio. Wiliam Assis observa que na região do Araguaia, atual sudeste do Pará, onde a extração caucheira só se estruturou no fim do século XIX os seringais foram substituídos pelos castanhais organizando-se os chamados castanhais do povo. A partir dos anos 1930 famílias, com recursos originários do comércio tornar-se-iam grandes possuidoras de terras a partir do arrendamento e nos anos 1950 do aforamento perpétuo (ASSIS, 2007, p. 45).

Entre o fim do primeiro ciclo da borracha e a eclosão da Segunda Guerra Mundial as Amazôniaas viveram signos distintos. Do lado peruano um relativo abandono por parte do poder de Estado, salvo alguns projetos de construção de estradas ficaram no planejamento. Neste período o cobre da serra de Pasco e o petróleo da costa piurana eram as principais fontes de riqueza do país. À tradicional presença católica somava-se na década de 1930 a missão evangélica e, no início dos anos 1950 o Instituto Linguístico de Verão, que teria importante presença entre os Aguaruna de Loreto e os Asháninka de Junin, fosse alfabetizando fosse buscando cristianizar estas populações (GREENE, 2009, p. 132; ROJAS, 2016, p. 235).

Enquanto isso no Brasil, após a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, a Amazônia volta à cena. A noção de que era preciso saneá-la para prevenir doenças e colonizá-la com elementos nacionais ganhou corpo. A Marcha para o Oeste anunciada por Vargas em 1937 era vista como um primeiro passo na direção de se chegar à Amazônia. Núcleos coloniais foram projetados em Seris (Goiás), mas também em Manacapuru no Amazonas. A noção de um imenso espaço vazio, onde o grande empresário do Sul encontraria lucros e também os pequenos cultivadores poderiam, enfim, ter a tranquilidade de um lote de terra que o governo Médici atualizou em 1970, já estava presente nos discursos varguistas e no esforço federal por controlar a região através da criação de órgãos como a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, que requeria, muitas vezes, de proprietários do Mato Grosso ou do Amazonas, documentos comprobatórios sobre a forma pela qual adquiriram suas glebas.

A presença federal na Amazônia se intensificaria com a criação dos territórios de Rondônia, Amapá e Roraima (RIBEIRO, 2008, p. 54). A Fundação Brasil-central, organização instituída para apoiar a criação de cidades no centro-oeste e na Amazônia cedeu extensas glebas a empresários paulistas, que se instalariam na região do rio Araguaia no Pará (ASSIS, 2007, p. 57).

O nacionalismo varguista ganharia um condimento a mais face à eclosão da Segunda Guerra Mundial. Além de o Brasil aliar-se, após muita hesitação, às forças contrárias ao nazismo, o ataque Japonês a Pearl Harbor e a conquista de centros produtores do látex na Ásia, como Malásia e Indonésia, atraíram novamente o olhar ocidental para a *avea brasiliense*.

Milhares de nordestinos foram influenciados pela propaganda, que unia a possibilidade da riqueza ao patriotismo de lutar pela causa nacional contra o fascismo. A migração procedia principalmente do Ceará para o Amazonas e o Acre. O velho sistema de barracão foi atualizado, ainda que, desta vez o seringueiro em muitos casos, pudesse fugir ao destino de vender ao patrão, passando clandestinamente sua produção para o regatão, o que levou, no Acre, o governador a proibir o comércio dos regatões, chegando a solicitar que as prefeituras que já tivessem recebido os impostos, os devolvessem (COSTA, 2014, p. 45)³.

Quanto ao Peru repetiu-se o padrão da escravidão indígena, mas ao que tudo indica, a presença caucheira na Segunda Guerra Mundial deixou em Loreto bem menos vestígios que no Acre. No Brasil, o seringueiro que fugia da seca nordestina era o “soldado da borracha” na luta contra o fascismo. O Peru nunca mandou soldados para a Segunda Guerra. Aqui os soldados levariam mais de quarenta e cinco anos para terem reconhecido o direito à indenização (SCHWEICKARDT, 2010, p. 65).

Terminado o conflito planetário, a Amazônia se manteria como uma espécie de eldorado a conquistar nos imaginários de amplas parcelas das elites de outras regiões. A constituição de 1946 determinava que uma parte do orçamento fosse destinada à região e em 1953, criava-se a Superintendência de Valorização da Amazônia, que em 1966, seria transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) construía-se a Belém-Brasília atraindo milhares de pequenos posseiros para suas margens.

No Peru, ainda que os projetos de grandes estradas continuassem no papel, fazendeiros de Cuzco buscaram a região de La Convención, na chamada “seja de selva”,⁴ para iniciar os

³O regatão era um barco usado por comerciantes que distribuía produtos pelos diversos rios amazônicos.

⁴ Seja de selva são zonas do Peru, com altitude mais baixa entre os Andes e a Amazônia.

cultivos de café, cacau e chá. Não seriam os matsiguenga locais que plantariam nestas áreas. Os fazendeiros declaravam-nas baldias junto ao Estado e os originários fugiam para regiões mais seguras. “Quéchua hablantes” de regiões como Cuzco e Arequipa trabalhariam como arrendatários, numa imensa rede de arrendamentos de terras em condições duríssimas, sofrendo os mesmos abusos que aqueles que tinham trabalhado nos seringais. Entretanto, desta região surgiria um dos mais importantes desafios à segurança das elites peruanas (BLANCO, 2017, p. 49).

Construída Brasília, as atenções continuariam progressivamente a voltar-se para a Amazônia brasileira, enquanto no Peru, pela primeira vez, indígenas amazônicos recebiam, durante o governo de Manuel Prado, (1956-1962) títulos de posse de terra, já que até então, suas terras eram consideradas públicas, posto que diferente de comunidades serranas e costeiras jamais tinham tido reconhecimento da coroa espanhola. Na serra, para os espanhóis, havia um império, derrotado, mas um império, já na selva, só se via, de seu ponto de vista, bárbaros. Esta noção permaneceria no Peru e, mesmo quando títulos de terras foram fornecidos na selva o eram de forma individual e não coletiva, pois o governo de Prado não reconhecia as comunidades selváticas (GREENE, 2009, p. 132).

Com a vitória da Revolução Cubana em 1959 e posterior confisco de bens estadunidenses na Ilha, o “temor ao comunismo” tomou conta de amplos setores das elites continentais. A partir da Conferência de Punta del Leste realizada em 1961, a ideia de uma reforma agrária passou a ser vista como vacina contra a Revolução. Os regimes militares instalados no Brasil e no Peru tomariam medidas bem diferentes no que tange à reforma agrária e, em alguma medida, também em relação à Amazônia.

2 AMAZÔNIA E SEGURANÇA: PERSPECTIVAS DOS REGIMES MILITARES (1962-1985)

No início dos anos 1960 enquanto os movimentos de luta pela terra pipocavam em todo Brasil, posseiros chegavam de diversos pontos do Nordeste para ocuparem áreas do Sul do Pará, Norte de Goiás e Sul do Maranhão. Otávio Ianni exagera ao chamar esta ação espontânea de reforma agrária do posseiro, mas efetivamente a terra estava sendo ocupada por pequenos cultivadores (IANNI, 1979, p. 47). Com o regime implantado a partir do golpe empresarial-militar de 1964, ocorreriam importantes transformações na região. O Estatuto da Terra seria decretado em novembro daquele mesmo ano e a desapropriação em áreas de tensão social seria anunciada como principal mecanismo para obtenção de áreas para a reforma agrária. Entretanto, havia outra parte do estatuto que seria dedicada à modernização

agrícola, tecnificação, eletrificação rural e colonização. Já em 1966 a recém-criada SUDAM passaria a desenvolver uma política de incentivos fiscais, ou seja, isenção de impostos e financiamentos a projetos agropecuários na região. Em terras, muitas vezes nunca cadastradas, os conflitos foram só uma questão de tempo (ASSIS, 2007, p. 57).

A Amazônia volta a ser percebida como vazia a explorar. Com a ascensão de Costa e Silva à presidência em 1967, a ideia de uma reforma agrária ia sendo postergada em favor da modernização de grandes propriedades (SILVA, 1971, p. 137). Em 1967 a Amazônia tinha levantamentos para prospecção de minérios e os projetos pecuários começavam a estruturar-se.

Já no Peru em, 1962, uma rebelião liderada por Hugo Blanco levaria o governo militar de curta duração (1962-1963) a legitimar a reforma feita pelos arrendatários, que literalmente expulsaram os fazendeiros de la Convención e preparar uma lei de reforma agrária aprovada no parlamento em 1964. Quando Fernando Belaúnde Terry assumiu o poder em 1963, idealizou a construção da “carretera marginal” uma grande rede de estradas que atravessaria a selva. Era a conquista do Peru pelos peruanos, como se dizia. Além disso aumentaram-se as concessões petroleiras na região.

Em 1965, as populações tradicionais enfrentariam um problema não previsto: os guerrilheiros do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR) buscaram La convención e partes da região de Junín para iniciar o movimento de luta armada. Os Asháninka, décadas mais tarde face ao Sendero Luminoso, dividiram-se, mas a maior parte parece ter apoiado o Estado (ROJAS, 2016, p. 135). Para os militares peruanos foi relativamente fácil vencer a guerrilha, contudo, a ideia de que uma reforma agrária era importante como vacina contra a Revolução ganhou corações e mentes castrenses. Assim, se a reforma não estava no projeto original dos “coronéis de esquerda” que em 1968 empalmaram o poder, nove meses depois ela seria decretada. Nove milhões de hectares seriam expropriados durante sete anos. A Amazônia continuaria pensada para colonização, mas um fator em parte mudaria este cenário: o Projeto da construção da Transamazônica.

Após o endurecimento do regime militar brasileiro através do ato Institucional Nº V em 1968, a repressão se intensificou na cidade e no campo. Certo que em 1969 foi decretado o Ato Institucional Nº IX que facilitava a realização de uma reforma agrária. Entretanto, o ministro da fazenda Delfim Neto sublinhava a necessidade de tecnificação de grandes propriedades. A Amazônia continuaria pensada para grandes projetos de colonização mais voltados para a atuação de grandes empresas que começavam a chegar, como os pecuaristas, que viajavam para conhecer o Acre. No entanto, em 1970 em plena euforia da conquista do

mundial de futebol, flagelados da seca de Recife saqueavam mercados e pediam chuva a São José. O general Médici anunciaria a solução: era lançado o Programa de Integração Nacional visando à construção de diversas rodovias como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Perimetral-norte, esta ficou quase só nos planos.

Na Amazônia estaria a solução tanto para os nordestinos espremidos pela seca, como para os sulistas que tinham pouca terra (IANNI, 1979, p. 53). Milhares de nordestinos e depois gaúchos inscreveram-se nos projetos de Colonização do INCRA, deslocando-se principalmente para o Pará. Porém, ao mesmo tempo, enormes glebas eram concedidas para ou griladas por grandes empresas do centro-sul do país. Já em 1971, D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia em Mato Grosso anunciava o conflito da Igreja com o Latifúndio, face aos abusos cometidos por novos terratenentes contra posseiros. Em toda parte do Brasil ocorreram conflitos pela terra naqueles anos, mas na Amazônia as coisas ganhariam caráter mais dramático devido às distâncias e à crença dos potentados, não sem razão, em sua impunidade (MEDEIROS, 1989, p. 115).

No Peru, a criação da Transamazônica teve consequências importantes, de acordo com o ministro do interior peruano, em quinhentos dias a estrada estaria pronta e os brasileiros poderiam conquistar ou, pelo menos, ter presença vigorosa em regiões como Iquitos. Talvez não seja casual que pela primeira vez no Peru, as comunidades selváticas passassem a ter suas terras tituladas e os seus costumes reconhecidos, como ficou claro na lei de comunidades nativas promulgada em 1974 (RENDUELES, 1978, p. 17). Isso não significava mudança total de percepção face à Amazônia: colonos serranos eram incentivados a deslocar-se para a selva a fim de buscar terras, que não conseguiam, pois ainda que a reforma agrária fosse feita nas zonas serranas, as comunidades campesinas pouco se beneficiaram dela, já que se tentou fazer uma agregação entre antigas fazendas e comunidades num só projeto (MAYER, 2009, p. 137).

Enquanto isso, na região do Araguaia, os conflitos que ainda estavam latentes explodiriam a partir de 1972 face à detecção por militares do exército da presença de militantes do PCdoB que buscavam organizar ali um foco de guerrilha, que seria o ponto de partida para a Revolução Socialista no Brasil. Como mais tarde os combatentes do Sendero Luminoso, os maoístas brasileiros acreditavam ser possível cercar a cidade a partir do campo. Leonêncio Nossa, jornalista que estudou os acontecimentos, observa que enquanto muitos camponeses sofreram abusos dos militares, aqueles que de fato aderiam à guerrilha eram tratados nos documentos do PCdoB como massa, não como militantes engajados (NOSSA, 2012, p. 132).

Independente de ideologia, o morador do Araguaia era visto, pelos dois lados em luta, como peça no tabuleiro, que se jogaria bem distante da Amazônia. Derrotada a guerrilha, a exposição de motivos do Conselho de Segurança Nacional recomendava a legalização de áreas de grandes empresas, ainda que griladas, visto que seriam um ponto de segurança contra novas arremetidas guerrilheiras (MARTINS, 1984, p. 42).

Para os posseiros não só do Araguaia, mas de vários pontos da Amazônia as condições de vida se deterioravam com a crescente chegada de empresários de São Paulo e do Centro-sul. Grandes empresas como a Volkswagen tinham imensos tratos de terra no Pará, enquanto que no Acre os seringueiros estavam praticamente livres dos patrões, pois muitos abandonaram os seringais, mas a perspectiva do alongamento da BR364 até Rio Branco leva pecuaristas de São Paulo e do Sul a comprar estas áreas e buscar expulsá-los. Embora a forma de luta mais conhecida fossem os empates (barreiras humanas para proteger seringueiras ou castanheiras do motosserra), houve confrontos armados nos seringais acreanos e em áreas do Araguaia paraense (PAULA, 2006, p. 37).

Com a ascensão de Ernesto Geisel (1974-1979) os projetos de colonização com pequenos proprietários, objeto de muita propaganda no anterior governo de Emílio Médici, foram deixados em segundo plano em favor da colonização feita por empresas privadas. Rosane Seluchinesk analisa as experiências de colonização em Sinop, Colíder e Alta Floresta, norte de Mato Grosso, através das memórias dos colonos. Gente que vinha do Sul, muitas vezes do Paraná, para buscar uma vida melhor no que diziam ser o novo norte do Paraná. Se em Sinop as condições de colonização foram relativamente tranquilas, em Alta Floresta a notícia da descoberta do ouro trouxe forte aumento populacional e muita violência, enquanto em Colíder o colonizador era um grileiro que atuava por décadas no ofício (SELUCHINESK, 2008, p. 35-43).

De todo modo, os posseiros continuavam buscando seus espaços na Amazônia, e enfrentavam uma luta duríssima contra grileiros e policiais. Em 1975 era criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que rapidamente se estendeu por vários estados, mas seu foco principal estava na Amazônia e no Centro-Oeste. A CPT apoiava com padres, que organizavam comunidades eclesiais de base, e advogados para auxiliarem posseiros, ficando os padres na mira de grandes proprietários, sendo dois assassinados em Mato Grosso. O governo Geisel enquanto ensaiava os primeiros passos de uma lenta abertura política, anunciava o programa Polo Amazônia, que significava a construção de indústrias, mineração, especialmente o projeto Carajás da Companhia Vale do Rio Doce e novos projetos pecuários.

Enquanto o Brasil iniciava uma tímida abertura, no Peru o processo se acelerava. Em 1975 Velasco Alvarado era deposto por seu ministro da Economia General Francisco Morales Bermúdez. Aparentemente era a continuidade da Revolução, mas no ano seguinte anunciava-se o fim da reforma agrária e em 1977 se tentaria cobrar que os beneficiários pagassem pela terra, num momento em que não tinham crédito nem conseguiam vender seus produtos no mercado inchado. A “Confederación Campesina del Perú” e mais tarde a “Confederación Nacional Agraria” participaram das greves gerais, que pressionaram o governo a convocar uma assembleia constituinte para 1978 e eleições presidenciais para 1980. Quanto à Amazônia em 1978 a lei de comunidades nativas era substituída, declarando-se o subsolo patrimônio estatal, o que abriria caminho para futuras concessões petrolíferas e mineiras em terras comunais (RENDUELES, 1978, p. 21).

Um regime liberal se restabelecia no Peru face ao retorno do mesmo Belaúnde Terry, ejetado do poder em 1968, que se convertera de reformista em liberal, no Brasil o quinto general-presidente João Figueiredo assumia a presidência sob o fim do Ato Institucional Nº V e aprovando no Congresso a anistia aos presos políticos. No que tange ao campo, as movimentações cresciam por todo país: em 1979 a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) reconhecia em seu III Congresso a necessidade de ocupações de terras, além de solicitar que o tamanho das propriedades a serem expropriadas fosse medido em hectares e não em módulos fiscais (RIBEIRO, 2017, p. 14). Em Pernambuco organizavam-se, depois de onze anos, as primeiras greves, no Rio Grande do Sul começavam as ocupações de terra apoiadas pela CPT. Na Amazônia prosseguiam os empates no Acre, redundando no Assassinato de Wilson Pinheiro e, no Pará, as lutas de posseiros prosseguiam ocorrendo assassinatos de sindicalistas e a prisão de religiosos acusados de incitação à violência (ASSIS, 2007, p. 136; PAULA, 2006, p. 39).

A reação do governo foi nomear um general para o Ministério de Assuntos Fundiários, bem como criar grupos de trabalho para atuar em áreas mais críticas como o Araguaia, embora na prática, o que se faziam era normalmente dar ganho de causa aos proprietários, além de desapropriar terras em áreas de tensão, conforme previa o Estatuto da Terra. Em 1984 criava-se no Paraná o Movimento dos Sem-terra. O governo militar, que surgira tentando estancar a discussão sobre o tema agrário, fechava seu ciclo com o mesmo na ordem do dia. A agricultura de fato se modernizara, mas as tensões sociais não diminuía apesar do êxodo rural. As populações indígenas tradicionalmente excluídas de qualquer discussão também entravam em cena, reivindicando a posse histórica das terras que habitavam. O

governo civil, que teria José Sarney e não Tancredo Neves, morto antes de tomar posse, como presidente, teria no tema agrário um calcanhar de Aquiles.

3 NEOLIBERALISMO E NEOEXTRATIVISMO: COMPARANDO AS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA E PERUANA

A década de 1980 foi marcada por altíssima inflação nos países que estamos analisando. A inflação alta relacionava-se, em parte, aos grandes projetos desenvolvidos na década anterior (hidrelétricas, estradas, etc.), que exigiram muitos recursos externos. A Industrialização por substituição de importações efetivada desde os anos 1930 no Brasil e desde os anos 1970 no Peru começava a dar sinais de esgotamento nos anos 1980. Neste sentido, começavam a ser cada vez mais ouvidas vozes que defendiam a adoção de medidas como o corte de gastos públicos, a abertura para importações e o investimento em bens que o mercado internacional estivesse disposto a comprar. No caso brasileiro, seriam produtos agrícolas e minerais, no caso peruano, a ênfase inicial seria a produção mineira (COLETTI, 2005, p. 144; GARCIA, 2005, p. 235).

Neste sentido, no que diz respeito à Amazônia, enfatiza-se a necessidade de sua utilização como fonte de recursos naturais a ser avidamente explorados. No caso peruano, assim que Belaúnde Terry assume o governo, o parlamento aprova a lei de desenvolvimento agrário, que permitia amplíssimas concessões de terra para empresas estrangeiras, sob protesto de entidades como a “Confederación Nacional Agraria” que reivindicava que se estabelecessem projetos de colonização. A colonização se fazia espontaneamente com garimpeiros buscando ouro no rio Madre de Dios e colonos ocupando partes selváticas de Junín e San Martín, objetivando o plantio de coca (RIBEIRO, 2019, p. 173).

Além da crise econômica, o governo de Belaunde enfrentaria dois movimentos armados: o Sendero Luminoso e o Tupac Amarú. Estas organizações, ainda que originalmente não atuassem na “Amazonía”, deslocaram alguns militantes para a zona do alto Huallaga, região de Huánaco a fim de obter “impostos” sobre a produção de coca, já que na decadente economia peruana este produto ganhava importância para a produção de cocaína, que era exportada.⁵ Após alguns combates entre Sendero e Tupac Amarú os primeiros tomariam o controle (ROJAS, 2016, p. 235). O governo de Belaúnde terminava em 1985 com a eleição do jovem dirigente da Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) Alán Garcia, sob signo de violência do Estado, do Sendero e do Tupac Amarú.

⁵ Vale salientar que na cultura andina a coca é utilizada para o fabrico de diversos produtos, como pães e biscoitos, além do tradicional chá.

No governo de García a crise econômica acutizava-se e, no que tange à Amazônia, apesar dos encontros do Presidente da República com presidentes de comunidades, as condições de vida continuavam muito precárias. Os colonos organizaram-se para reivindicar o apoio do Estado para a reparação de estradas e a comercialização de seus produtos, já que a política oficial de liberalizar as importações muito os prejudicava. Em 1989 na região de San Martín e em outras áreas selváticas foi realizado um bloqueio de estradas e rios, que terminaria com o massacre de 23 camponeses em Pucallpa região de Ucayali, quando a mobilização já estava encerrada. Qualquer reivindicação nas décadas de 1980 e 1990 poderia ser identificada como apoio aos movimentos armados.

Em relação a estes, após derrotar o Tupac Amarú, no esforço pelo controle do Alto Huallaga, os senderistas apoiaram os colonos contra os asháninkas selvas de Junín. Ao tomarem uma determinada comunidade, a primeira coisa que faziam era obrigar os indígenas a queimarem os títulos de propriedade comunal, recém-obtidos do Estado. Os senderistas tinham, contudo, uma postura fundamentalista impondo o controle sobre as populações asháninka, que conseguiam arrancar as comunidades no recrutamento forçado. Os colonos que inicialmente os apoiaram, romperam com os maoístas e formaram rondas campesinas ajudando os militares a partir de 1992, contribuindo, desta forma, para a derrota senderista, como os camponeses das serras ayacuchanas já haviam feito na década de 1980.

Prevalencia aqui também, desde um ponto de vista que se declarava de esquerda, a noção de que a selva era simplesmente um lugar para se recolher lucros. Colonos que desceram para cultivar a coca ou povos tradicionais eram vistos por Abmael Gusmán, líder senderista, como braços em sua luta contra o Estado (ROJAS, 2016, p. 237).

O desgaste do governo Alán Garcia somado à divisão das forças de esquerda, à hiperinflação e à guerra civil, que as forças armadas pareciam não poder dar conta, contribuíram para a ascensão de duas candidaturas neoliberais em 1990: Mario Vargas Llosa e Alberto Fujimori. O segundo saiu vencedor prometendo um ajuste menos drástico. Entretanto, impôs cortes de gastos, restrição de créditos para os campesinos e demissão de funcionários, como Fernando Collor no Brasil e Carlos Menem na Argentina (GARCIA, 2005, p. 325). No entanto, no que diz respeito à Amazônia, sua ação teria um sentido ambíguo: facilitava a abertura para investimentos estrangeiros mas, ao mesmo tempo, surfando na onda da conferência ecológica mundial de 1992, seu governo titulou amplas faixas de terras para comunidades indígenas, assim como Fernando Collor faria com Yanomami em Roraima.

As populações originárias começavam a ser vistas como guardiãs da selva, ainda que isso não significasse estarem livres de sobre suas terras serem feitas concessões para grandes

investimentos de mineradoras, madeireiras e especialmente petroleiras (GREENE, 2009, p. 245).

Vencido o Sendero Luminoso e debelada a altíssima inflação, o governo Fujimori foi perdendo sua legitimidade: os fantasmas que o sustentaram desapareceram e multiplicaram-se as denúncias de corrupção e violações contra opositores, sempre acusados de terrorismo. O presidente acabaria renunciando e se exilando no Japão, para voltar em 2009 e ser preso (COTLER-GROMPONE, 2000, p. 235).

Enquanto Alán Garcia levava os apristas pela primeira vez ao poder no Peru, no Brasil Sarney assumia e José Gomes da Silva, um colaborador na feitura do Estatuto da Terra, chegava à presidência do INCRA. Em maio de 1985 aprovava-se no IV Congresso da Contag a proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária: desapropriação de terras como principal meio para obtê-las com fins de reforma, revisão dos incentivos fiscais na Amazônia e reversão das terras beneficiadas por eles, caso não utilizadas, para aproveitamento pelo Estado na reforma agrária, e desativação das milícias privadas, via intervenção militar.

No Congresso, os contagueanos conseguiram aprovar as propostas, mas as reações seriam vigorosas: à “esquerda” o MST promovia ocupações em vários estados; embora sua origem estivesse no Sul do país, se espraiava por várias regiões, com militantes deslocando-se de um estado para outro, visando organizá-lo. No Pará e em Rondônia, embora não houvesse uma estrutura do MST, oposições sindicais ocupavam terras, ou lutavam, às vezes, de armas na mão, contra grileiros (FERNANDES, 2000, p. 136). À direita a reação ocorreria dentro e fora do aparelho burocrático: José Gomes conta como se gestavam, no interior da burocracia, incontáveis planos que pudessem ser substitutos da proposta de reforma agrária. Quando ela se transformou em plano, não se falava mais em desapropriação, mas em negociação com o proprietário e não se pensava em revisão dos incentivos fiscais na Amazônia, para expropriar terras não cultivadas, além de defender-se a criação de novos projetos de colonização, quando a proposta original os vedava (SILVA, 1987, p. 136).

Fora do aparelho burocrático era criada a União Democrática Ruralista (UDR), que fazia a defesa fundamentalista do direito de propriedade. Ficaria célebre o lema: “Para cada área invadida, um padre morto” (MEDEIROS, 1989, p. 146). De fato, muitos religiosos advogados e sindicalistas seriam abatidos neste momento. No Acre, prosseguiram os empates dos seringueiros, que realizaram em 1985 seu primeiro congresso em Brasília, pedindo a sua reforma agrária, ou seja, que as áreas onde já estavam suas colocações fossem-lhes tituladas

coletivamente como as terras indígenas e não em pequenos lotes individuais, como previsto no Estatuto da Terra (PAULA, 2006, p. 57).

Bloqueado o plano de reforma enquanto o MST expandia sua atuação, a Contag apostava suas fichas na Assembleia Constituinte (1987-1988), mas a reforma agrária seria bloqueada com o fim da possibilidade de estabelecer-se uma área máxima para uma propriedade rural, além da fixação do conceito de propriedade produtiva, o que tornava difícil qualquer desapropriação, conceito já previsto no decreto-lei 2363-1987 que determinava a impossibilidade de expropriação de terras produtivas, o direito do proprietário de escolher 25 por cento da área expropriada se o imóvel tivesse até 10 mil hectares e a impossibilidade de expropriação de terras de até 1500 hectares na Amazônia.

Além da reação dos setores tradicionais vinculados à sociedade Rural Brasileira e outras entidades patronais, havia a rejeição à proposta de empresários, especialmente de São Paulo, congregados na “Associação dos Empresários da Amazônia”, que tinham conseguido imensos lotes quase de graça na região, a partir dos incentivos fiscais, concedidos durante o regime empresarial-militar.

Nas eleições de 1989, Fernando Collor derrotou Lula, causando uma espécie de anticlímax nos movimentos sociais. As ocupações de terra caíram de 80 em 1989 para 42 em 1990, intensificando-se a repressão das polícias federal e estaduais. Pode-se dizer que neste momento o movimento, que manteria sua projeção nacional – e mesmo internacional – seria o dos seringueiros do Acre, Amazonas e Rondônia, após o assassinato de Chico Mendes. Sua morte atraiu a atenção planetária para o Acre, os executores foram presos e, mais importante, a proposta de titulação comunitária das terras dos seringueiros avançaria em várias regiões, materializada nas Reservas Extrativas (Resex) (SCHWEICKARDT, 2010, p. 114).

Após o impeachment de Fernando Collor, o governo de Itamar Franco aceita um maior diálogo com o MST e a nova lei agrária (nº 8629) facilitaria as expropriações, embora prevalecesse a noção de propriedade produtiva. Com a implementação do Plano Real, o neoliberalismo já ensaiado no governo Collor ganharia maior consistência; no que diz respeito ao tema agrário, as altas taxas de juros garantiam os investimentos com os quais o país importaria alimentos, e o câmbio sobrevalorizado, dificultava as exportações agrícolas. Para os proprietários, baixa dos preços da terra, para os pequenos cultivadores falência e para os trabalhadores rurais, desemprego. Os dois últimos setores seriam a base de massa das centenas de ocupações promovidas pelo MST e mesmo por sindicatos vinculados à Contag durante os anos 1990 (COLETTI, 2005, p. 265).

A morte de dois policiais durante uma desocupação, que resultou em nove mortes de camponeses em Corumbiara, Rondônia, ainda poderia ser caracterizada como confronto, mas isso não foi possível em Eldorado dos Carajás. O governo adota políticas de regularização de terras já ocupadas, especialmente na Amazônia, além de promover a chamada reforma agrária de mercado, na qual associações formadas por candidatos a camponeses comprariam as terras dos proprietários com empréstimos do Banco do Nordeste. Esta intervenção estatal não foi criticada pelos defensores do mercado livre.

No que concerne à Amazônia, as ocupações intensificaram-se além de acampamentos para reivindicar melhores condições de trabalho para os que já cultivavam a terra. O governo FHC, terminava em 2002 com um saldo oficial de 635 mil famílias assentadas, a maior parte na Amazônia, embora os estudos de William Assis indiquem que houve muito mais regularização do que novos assentamentos (ASSIS, 2007, p. 248).

Embora o governo Lula tenha-se iniciado sob um signo de muita esperança quanto à possibilidade de realizar-se uma reforma agrária, o que ocorreu foi uma redução dos assentamentos durante seu governo e uma quase paralisia no governo Dilma. No que toca a Amazônia, retomavam-se antigos projetos como a hidrelétrica de Cararaô, rebatizada de Belo Monte, que seria a última inauguração de Dilma. Representava a expulsão de centenas de camponeses e membros de comunidades tradicionais de seus lares. Ao mesmo tempo, o crescimento chinês revalorizou a pauta de exportações do agronegócio, que foi vigorosamente beneficiado nos anos do PT no poder, sendo em 2009, promulgada uma lei, que facilitava a regularização de áreas griladas, especialmente na Amazônia.

Quanto ao Peru, após a relativa paralisia do governo Alejandro Toledo, o retornado Alán García publicou em 2007, dois polêmicos artigos, no jornal *El Comercio* acusando os camponeses de serem “perros del hortelano”, já que não comiam, nem deixavam comer. Passando das palavras aos atos, publicou uma série de decretos que fragilizavam a propriedade comunal das terras na selva, seguindo o que Fujimore fizera em áreas serranas através um decreto de 1995 (RUBIO, 2011, p. 45). A reação foi vigorosa com bloqueios de rodovias em 2008 e as ocupações de Bagua, que culminaram no massacre de 2009, supracitado.

Além da citada revogação de dois dos decretos publicados, apesar da manutenção de outros, o governo, após ampla mobilização em Puno, suspendeu o projeto da construção da hidrelétrica de Inambari. Esta hidrelétrica era parte de um projeto brasileiro que faria da serra e selva peruanas complementares à economia verde-amarela. A maior parte da energia ali produzida seria transferida para o Brasil, complementando a produção das hidrelétricas

rondonienses de Santo Antônio e Jirau. Em 2012, o parlamento aprovou a lei de consulta prévia, que obriga o Estado a, pelo menos, consultar as comunidades caso haja projetos que as afetem. Diferente do caso brasileiro, a resistência na Amazônia, obtinha alguns resultados.

4 CONCLUSÃO

Em 23 de janeiro de 2020 o presidente Jair Bolsonaro afirmava em um pronunciamento feito em uma “live” no *facebook*: "Com toda a certeza, o índio mudou. Está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós. Então, fazer com que o índio cada vez mais se integre à sociedade e seja realmente dono da sua terra indígena. É isso que nós queremos aqui".⁶

A fala do atual presidente da República ecoa efetivamente o pensamento que muitos setores nas duas sociedades têm, não só em relação a populações indígenas, mas também no que toca a áreas, vistas como habitadas por elas. Embora as elites locais como em Cuzco e no Pará tenham-se beneficiado, por exemplo ampliando as áreas sob seu controle no Brasil dos anos 1970, o pensamento a respeito desta região mantém a ideia do “vazio demográfico”, desconsiderando a maioria da população que ali vive. A noção de um “progresso” a qualquer preço continua em vigor nas duas sociedades por nós analisadas, sem considerar-se as condições de vida das populações locais.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Eduardo René. **El rol de los militares en la colonización de la Amazonia**. (Chanchamayo, Medios Del Siglo Xix). Lima, Pontificia Universidad Católica del Peru, Tesis de Magister, 2017.

ASSIS, William Santos de. **A construção da Representação dos Trabalhadores Rurais no Sudeste Paraense**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRRJ, 2007.

BLANCO, Hugo. **Nosotros Los índios**. Lima, CBC, 2017.

COLETTI, Claudney. **A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas Campinas, Unicamp, 2005.

COSTA, Francisco Pereira - **Para A Chuva Não Beber O Leite. Soldados Da Borracha: Imigração, Trabalho E Justiça Na Amazônia, 1940-1945**. Tese (Doutorado em História

⁶Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano>. Acesso em: 23 de jan. 2020.

Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

COTLER, Julio. **Gromponi Romeo. El Fujimorismo: Ascenso y Caida de um Régimen Autoritario.** Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Lima, IEP, 2000.

DE CARLI, Caetano. **Sonhos De Abril. A Luta Pela Terra E A Reforma Agrária No Brasil E Em Portugal** - os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão. 2014. Tese (Doutorado em Pós -colonialismos e Cidadania Global), Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e Territorialização do MST no Brasil.** São Paulo, Hucitec, 2000.

GARCIA, HanryPease. **História Contemporânea del Peru.** México, FCE, 2005.

GREENE, Shane. **Caminos y Carreteras: Acostumbrando a la indigenidad em la selva Peruana.** Lima, Iep, 2009.

HENNING, John. **Fronteira Amazônica: Derrota dos Índios Brasileiros.** São Paulo: USP, 2009.

IANNI, Otavio. **Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis, Vozes, 1979.

JORDÁN, Pilar García. **Cruz Y Arado, Fusiles Y Discursos Laconstrucción de los Orientes en el Perú y Bolivia, 1820-1940.** Lima, Instituto Frances de Estudios Andinos, Instituto de Estudios Peruanos, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira.** São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MAYER, Enrique. **Cuentos Féos de la Reforma Agraria.** Lima: IEP, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servulo. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

NOSSA, Leonencio. **Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PAULA, Helder Andrade de. **A Trajetória da Luta Camponesa na Amazônia Acreana.** Rio Branco: UFAC, 2006.

RENDUELES, Manuel García. Nueva Ley de Comunidades Nativas. *In: Revista Shupihuí. Iquitos, Seminario de Estudios Teológicos de Amazonia Peruana*, Octubre-diciembre del 1978, Año 5, n. 23, p. 15-29.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **Cuestiones Agrarias en el varguismo y el Peronismo.**

Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires, 2008.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Terra e Humanidade: Hugo Blanco - Da Luta Pela Reforma Agrária À Defesa Da Espécie Humana. **Revista Convergência Crítica**, v.2, n.9, p. 30 - 50, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rcc.v2i9.2360>. Acesso em: jan.2020.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Gritos del Agro. Movimiento Sindical Campesino en Brasil. Desde el ascenso de la Dictadura Militar a la consolidación del Neoliberalismo (1964-2010). **Estudios Rurales**. v.6, p.1 - 24, 2017.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Na Selva reina a Lei da Selva: um olhar brasileiro sobre a Amazônia peruana (1821-2009). In: **Fronteiras e Territorialidades: Miradas Sul-americanas da Amazônia a Patagônia**. São Paulo, Intermeios, 2019, v.1, p. 167-186.

ROJAS, Enrique Carlos. **Cuando los guerreros hablan Los indigenas campesinos ashaninka y nomatsiguenga y la guerra contra Sendero Luminoso y el Movimiento Revolucionario Tupac Amaru en la selva central peruana**. Lima: Horizonte, 2016.

RUBIO, Marlene Canales. **Em Defesa Propria**. Lima, AIDSESEP, 2010.

SCHWEICKARDT, Cátia Helena Serafina Cruz. **As diferentes faces do estado na Amazônia**: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/ Antropologia Cultural), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De Heróis A Vilões: Imagem E Auto-Imagem Dos Colonos Da Amazônia Mato-Grossense**. Brasília: UNB, 2008.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária no Brasil**: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por Terra**: A Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Buscavida, 1987.

TRANSAMAZÔNICA: INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR

Matilde De Souza¹

RESUMO

Este artigo discute como o governo ditatorial do General Emílio Garrastazu Médici se utilizou de elementos simbólicos como base para a legitimação da grande empreitada da colonização da Amazônia. O objetivo é discutir, a partir dos conceitos de nação, civilização e conquista, como os esforços de ocupação e de desenvolvimento da região mobilizaram energias materiais e ideacionais para promover a ocupação da Amazônia. Esse processo se deu no âmbito do Programa de Integração Nacional, no qual a construção da rodovia Transamazônica teve grande relevo. Utilizando-se de fontes bibliográficas, documentais e materiais divulgados por alguns veículos da grande imprensa brasileira da época, o artigo mostra a mística da integração nacional elaborada a partir de alguns elementos simbólicos como o Eldorado, o paraíso, o inferno, o deserto verde, o vazio, a solidão. A metodologia utilizada foi análise documental e de discurso. A conclusão do artigo é que o Plano de Integração Nacional não reduziu o problema da seca nos sertões nordestinos, nem concluiu a integração nacional. Esta última permaneceu como propósito, juntamente com os projetos de colonização e as iniciativas de ocupação que ainda persistem.

Palavras-chave: Transamazônica. Integração Nacional. Ocupação da Amazônia.

ABSTRACT

This article discusses how the dictatorial government of General Emilio Garrastazu Médici used symbolic elements as the basis for the legitimation of the occupation of the Amazon. The objective is to discuss, based on the concepts of nation, civilization, and conquest, how the occupation and development efforts of the region mobilized material and ideational energies to promote the occupation of the Amazon. This process took place within the scope of the National Integration Program, in which the construction of the Transamazon Highway was of great importance. Using bibliographic, documentary, and material sources disseminated by some vehicles of the great Brazilian press at the time, the article shows the mystique of national integration elaborated from some symbolic elements such as the Eldorado, the paradise, the hell, the green desert, the solitude. The methodology used was document and discourse analysis. The conclusion is that the National Integration Plan did not reduce the drought problem in the northeastern backlands, nor did it complete national integration. The latter remained as a purpose, along with the ongoing settlement projects and occupation initiatives.

Keywords: Transamazon. National Integration. Occupation of the Amazon.

Submetido em: 27.02.2020

Aprovado em: 17.04.2020

INTRODUÇÃO

Até os anos 1970 o processo de ocupação da Amazônia se amparou, dentre outros mecanismos, em elementos do imaginário social, tais como: a procura pelas Amazonas, a busca do paraíso e também do Eldorado. Esses elementos, que estavam presentes no período

¹ Doutora em Ciências Humanas: Sociologia e Política, UFMG. Professora da PUC Minas. Departamento de Relações Internacionais. E-mail: matilde@pucminas.br

colonial, também podem ser encontrados na época da economia da borracha (quando a Amazônia foi divulgada como manancial inesgotável de matérias-primas) e ainda nos anos 1970, quando a região era vista como terra prometida para os nordestinos sem-terra e assolados pela seca, “terra sem homens para homens sem terra”, “deserto verde” a ser ocupado e explorado pelos habitantes do “deserto árido”.

Naquela época a região foi propagandeada tanto como Eldorado quanto inferno verde, espaço aberto à ocupação e à transformação, um manancial que poderia alimentar a crescente população mundial e propiciar enormes riquezas a um país que aspirava grandeza e progresso. Nos anos 1970, a construção da rodovia Transamazônica foi um meio para promover a integração da Amazônia. A rodovia não chegou a ser concluída e permanece, ainda hoje, inacabada (GIOVANAZ, 2017).

Este artigo discute como o governo ditatorial do General Médici legitimou a grande empreitada de colonização da Amazônia, além de outras ações políticas de grande repercussão nacional, utilizando, para isto, de elementos simbólicos que podem ser identificados no esforço de catalisar energias, a partir do Programa de Integração Nacional (PIN) e da construção da rodovia Transamazônica, visando a conquista da região - o mistério, o Eldorado, o paraíso, o inferno, o deserto verde, o vazio, a solidão. Esses elementos foram expressos em alguns discursos e na propaganda oficial, publicados em veículos da grande imprensa da época (SOUZA, 1995). Para tal, nação, civilização e conquista compuseram o ideário que informou a produção de discursos e propaganda oficial, além de tecer parte da cobertura jornalística sobre o grande empreendimento nacional.

Diante disso, o presente estudo está organizado em 4 seções, à exceção da introdução e conclusão. Inicialmente apresenta-se, de forma breve, os conceitos de nação, integração e soberania. Entende-se que a busca por legitimidade da ação política por parte do governo ditatorial se ancorou na tentativa de conferir um sentido de carisma à ação de conquista da região. A segunda seção apresenta o PIN e a terceira, como uma complementação, acrescenta alguns aspectos da dinâmica política da época, para contextualizar a política de integração nacional e discorrer sobre a figura do Presidente, General Emílio Garrastazu Médici. Por fim, discute-se sobre a implantação do PIN, com foco para a construção da rodovia Transamazônica. Junto com outras iniciativas, essa rodovia compunha o Plano de Integração Nacional. A relevância está na possibilidade de sua exploração simbólica, por um governo

ditatorial², no sentido de sua atratividade para mobilizar a população em torno de um feito grandioso³.

1 INTEGRAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS E SIMBÓLICOS

O Programa de Integração Nacional teve seu foco na construção da rodovia Transamazônica, tanto pelo aspecto econômico quanto simbólico. A grande obra humana que a construção da estrada representava foi utilizada para expressar esperança e mobilizar energias individuais e coletivas dos cidadãos de uma pátria que se sentia “ameaçada” por inimigos internos e externos. Tudo isso visando realizar a conquista de um “Mundo Novo”, a ocupação do espaço, a remissão do inferno e sua transformação em paraíso - um paraíso criado pelos homens, a partir da conquista da natureza.

A Amazônia imaginária tem importante e profunda imbricação com a Amazônia real, pois busca seus elementos tanto na “invenção” (GONDIM, 1994) da região, como em construções simbólicas da tradição laica e religiosa, e também, na própria natureza amazônica e em seus habitantes: floresta, rios, animais, populações autóctones. Ambas, a real e a imaginária, contêm laços que se diriam mágicos, além de outros, é claro, com o Brasil: região aberta à conquista e ao desvendamento do desconhecido, do mistério, tendo em vista a ocupação e exploração; Eldorado, que esconde inumeráveis riquezas; deserto a ser dominado e ocupado, povoado e civilizado; mundo aquático, desafio à obra humana que se realiza pelo trabalho. Ambas trazem elementos profundos para se pensar a política em âmbito nacional e a força necessária para a expansão econômica, no período contemplado, encontra aí sua raiz. No governo Médici a política de ocupação da Amazônia possuiu um caráter simbólico de conquista, simbolismo cujas fontes encontram-se na dimensão imaginária da Amazônia; os cidadãos comuns, imbuídos do desejo de progresso, alimentam o sonho do Eldorado e de alcançar a terra prometida, e partem para a obra de conquista, empurrando a fronteira econômica, expandindo o mercado e levando a “civilização para a selva”. (SOUZA, 1995, p. 17).

O desafio da integração relaciona-se à ideia e à tarefa de construção da nação. Embora muitos estudiosos reconheçam a dificuldade de delimitar um conceito de nação (DALLARI, 1983; ROSOLILLO, 1992), tendem a concordar com a função simbólica que a ideia, muito embora fluida, adquire na consolidação do Estado Moderno enquanto instituição, cuja autoridade deve gozar de legitimidade para liderar o exercício do poder político (WEBER,

² O governo do General Emílio Garrastazu Médici foi herdeiro direto do AI-5, tendo recrudescido a repressão aos opositores do regime militar. Esse período também ficou conhecido como “anos de chumbo”. Contudo, e apesar desse recrudescimento, o mesmo governo também buscou sua legitimação. Um dos mecanismos para isso foi o uso simbólico do Plano de Integração Nacional.

³ Soares (2014), ao discutir a complexidade desse período, assinala a busca do regime militar por sua legitimação, tratando a autoria como estratégia e o autor, General Médici, como uma invenção do regime. Tal estratégia de legitimação teria contribuído para a construção da identidade pessoal do Presidente e popularizado seus discursos junto à população, ampliando sua visibilidade.

1982). O conceito de nação expressa a ideia de todo coeso, cujos contornos demandariam certo grau de identidade cultural, linguística, religiosa e outras, entre os seus membros.

Para Dallari (1983), o conceito de nação se desenvolve, historicamente, a partir da luta contra o absolutismo e pela soberania popular. Assim, a ideia é próxima do sentido de “*comunidade*”, vis a vis o sentido de “*sociedade*” (WEBER, 2003). Desse modo, se os fundamentos do sentido de comunidade e de sociedade se interpenetram, o poder, que se estrutura no âmbito da sociedade, ou não se legitima, ou é exercido de modo precário, caso não haja um sentido de comunidade compartilhado pelos cidadãos. Entende-se que os recursos de estratégia e tática de que se reveste o exercício do poder, portanto, sua “bagagem” de racionalidade (REIS, 1984), não são despídos do conteúdo simbólico do qual este mesmo poder se cerca, no sentido do seu exercício legítimo. Tal exercício, dado o conteúdo simbólico, traz consigo elementos do carisma, ainda que se considerem os contornos de impessoalidade de que se reveste o domínio racional-legal (WEBER, 1982).

A ideia de integração nacional e de nação contém, como aspecto básico, a noção de todo orgânico, onde clivagens, divergências, conflitos, são postos em segundo plano, diante de algo maior que seriam, supostamente, os valores coletivos, materiais ou culturais. À ideia de nação agrega-se o conceito de soberania, que incorpora a dimensão da autoridade máxima do Estado sobre o território e o resguardo do poder nas mãos da autoridade política (KRITSHC, 2002). Tal autoridade lidera o processo de integração, do qual a modernização é aspecto importante. A soberania seria um poder desperto quando “é quebrada a unidade e a coesão social, quando existem concepções alternativas acerca da constituição, quando há ruptura na continuidade do ordenamento jurídico” (MATTEUCCI, 1992, p. 1184).

Nas sociedades em que a integração é um objetivo, é a ideia de nação que deve se consolidar, visto que:

Para obter maior integração de seu povo, e assim reduzir as causas de conflitos, os Estados procuram criar uma *imagem nacional*, simbólica e de efeitos emocionais, a fim de que os componentes da sociedade política se sintam mais solidários. Para tanto, busca-se evidenciar e estimular todos os elementos comuns que atuam como pontos de ligação entre os diferentes grupos sociais, especialmente procurando ressaltar os feitos positivos de cada grupo como realizações de todo o conjunto. E é por isso mesmo que se apregoa a existência de características *nacionais*, quando se apontam certas notas comuns a toda a sociedade política, pois isso favorece a formação de uma consciência de comunidade. Assim, a submissão a um governo comum, o uso da mesma língua, a aceitação de muitos valores culturais comuns, bem como a comunidade de interesses, tudo isso é insuficiente para fazer do Estado uma Nação, mas é útil para a obtenção de maior solidariedade na persecução dos objetivos da sociedade política. (DALLARI, 1986, p. 116. Grifos no original).

A integração “significa a superação das divisões e rupturas e a união orgânica entre os membros de uma organização” (PASQUINO, 1992, p. 632). Trata-se, portanto, de uma integração sistêmica, na qual se buscam o equilíbrio e a harmonia do todo, ultrapassando o mero sentido de unificação. Necessitando de certa homogeneidade cultural para se efetivar, a integração também depende da certeza quanto ao acesso a benefícios e do impulso de uma elite na condução do processo. Assim, a integração territorial, passo decisivo na construção do Estado, visaria a unificação do mercado, do ordenamento jurídico, do sistema de transporte e do sistema tributário. Já a integração nacional “diz respeito ao processo de criação de uma identidade comum a todos os grupos étnicos, linguísticos, religiosos e regionais, a fim de que se sintam parte de uma mesma comunidade política” (PASQUINO, 1992, p. 633). Portanto, integração territorial e nacional se complementam. E é no conceito de integração nacional que as referências simbólicas se unificam (SOUZA, 1995).

2 O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

A ideia de um programa de integração nacional foi ganhando força nos governos militares, com a motivação do desenvolvimento, da interiorização da economia e da integração da Amazônia (VEJA, Nº 29, 1969, p. 12; JORNAL DO BRASIL, 04/03/1969, p. 15). O Programa de Integração Nacional, “um projeto de alcance econômico de longo prazo, mas de capitalização política de curto prazo” (BETING, 1973, p. 251), foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 (BRASIL, 1970 C), com o objetivo de implementar obras de infraestrutura nas regiões norte e nordeste, visando promover sua mais rápida integração à economia nacional (PEREIRA, 1971). Em seu Art. 2º, o referido Decreto-Lei estabelece que “a primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém” (BRASIL, Decreto-Lei Nº 1106/1970, Art. 2º). Esse Decreto-Lei foi regulamentado pelo Decreto Nº 67.113, de 26 de agosto de 1970, que definiu as atividades da primeira etapa do PIN:

Art. 1º O Programa de Integração Nacional, criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, compreenderá especificamente, em sua primeira etapa, além das tarefas comuns de cada Ministério, necessárias ao pleno desenvolvimento do Programa, as seguintes atividades: I - na área do Ministério dos Transportes, a imediata construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcadouros fluviais, com seus respectivos equipamentos; II - na área do Ministério da Agricultura, a colonização e a reforma agrária, mediante a elaboração, a execução de estudos e a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais, com as competentes desapropriações; a seleção, o treinamento, o transporte e o assentamento de colonos; a organização de comunidades urbanas e rurais e respectivos serviços básicos; III - na área do Ministério do Interior, o aceleração dos estudos e a implantação de projetos constantes da primeira fase do Plano de

Irrigação do Nordeste, abrangendo obras de retenção, desvio, canalização, condução, aspersão e drenagem hidráulica, com prioridade para os que ofereçam, desde já, maior benefício social; IV - na área do Ministério das Minas e Energia, o levantamento topográfico, da cobertura florestal, da geomorfologia para pesquisas minerais e energéticas, da natureza do solo e da respectiva drenagem e umidade. (BRASIL, Decreto Nº. 67.113/1970).

O Decreto Nº 67.557, de 12 de novembro de 1970, declarou prioritárias, para fins de Reforma Agrária, diversas áreas de terra nos vários estados Amazônicos, criou a Delegacia Regional da Amazônia, ligada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, cuja previsão de atuação compreendia o assentamento de 100 mil famílias, a criação de até 100 cooperativas, regularização dos títulos de propriedade rural em favor dos posseiros já fixados na área (BRASIL, Decreto Nº 67.557/1970).

No I Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado em 1972, o espaço amazônico segue entendido como vazio, e “a efetiva integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro será obtida através da ocupação efetiva e racional dos espaços vazios e *pari passu*, uma reformulação progressiva dos setores produtivos.” (SUDAM apud NAHUM, 2012, p. 4).

3 INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR

Incorporada a um programa de governo, a noção de integração referia-se, inicialmente, a um problema quase restrito à geopolítica, refletindo a preocupação militar com a integridade política e territorial das regiões de fronteira, pela conservação da soberania nacional, a ocupação de espaços interioranos ditos vazios e o desenvolvimento econômico. O conceito de integração nacional se inseria na Doutrina de Segurança Nacional (ALVES, 1989), que preconizava a articulação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa. Esse Programa foi a mola propulsora da política de integração e da chamada conquista da Amazônia.

A Amazônia, lembrou o Presidente Médici, é o mundo desabitado, enquanto o Nordeste é o mundo onde ocorre a explosão demográfica. Completam-se as duas regiões, aquela proporcionando o meio físico e esta a multidão colonizadora, ambas contribuindo para a criação da riqueza comum. (PEREIRA, 1971, p. xxiii).

“Parco em análise de custos e pródigo em apelos patrióticos”, o PIN deveria ser encarado “não como um dogma patriótico, a ser perseguido com furor maometano, e sim como opção econômica” (MORAIS, GONTIJO & CAMPOS, 1970, p. 108). A ideia de integração, como conceito que contribui para dar forma a uma nação, foi essencial ao Programa de Integração Nacional e pretendeu entregar ao povo um ideário e um projeto

comuns, despertar sua coragem, liberar e alimentar sua energia (MORAIS, GONTIJO & CAMPOS, 1970).

Talvez nenhum outro país tenha a possibilidade que agora se apresenta ao Brasil: a de conquistar meio Brasil para os brasileiros, a de domar perto de 4 milhões de quilômetros quadrados, desafio tão grande como a epopeia do Oeste para os Estados Unidos. A mística do pioneiro, o romance da terra, o apelo do desconhecido - tudo isso, que levou o homem norte-americano do Atlântico ao Pacífico e do Cabo Kennedy à Lua, está levando agora o homem brasileiro do Sul para o Norte, do Leste para o Oeste, da civilização para a selva. (BETING, 1973, p. 251).

A civilização na selva sugere algumas consequências, dentre elas o desmatamento.

Essa história de “inferno verde” não existe mais. O Amazonas é hoje uma grande realidade econômica e uma das regiões brasileiras que oferece maior rentabilidade aos investimentos. Dezenas de projetos industriais, agrícolas, pecuários e de serviços básicos, aprovados pela SUDAM, já estão funcionando ou em fase de execução. *Nós estamos plantando no Amazonas um novo tipo de floresta em que as árvores são chaminés.* [...] O Amazonas é um novo mundo para os seus investimentos. (VEJA, Nº 77, 1970, p. 15. Grifo da autora).

Embora o PIN incluísse outras ações governamentais, é com a Transamazônica que a concepção e a simbologia da integração ganham vida. “Ao decretar o Plano de Integração, o Presidente conjuga sua preocupação ante a pungência do drama das ‘vidas severinas’ [...] com o objetivo de criar símbolos e motivações para o esforço nacional” (MORAIS, GONTIJO & CAMPOS, 1970, p.109). Estrategistas do regime militar já alertavam para a necessidade de construir obras de infraestrutura na região amazônica, bem como concluir as já iniciadas, pois:

A integração e o desenvolvimento das planícies interiores e da região amazônica são considerados necessários para todas as “manobras de segurança nacional”, impondo que se dê especial atenção a estas regiões, por muito tempo negligenciadas e ainda vulneráveis à penetração. (ALVES, 1989, p. 49).

Anunciada a construção da estrada, o debate voltou-se para a sua viabilidade. A euforia instigada pela integração e ocupação da região estimulou presença de políticos, funcionários públicos e outros personagens alheios aos desafios da empreitada (SOUZA, 2015) e, em sua grande maioria, desconhecedores dos enormes impactos que ela traria à região. Interpelado por um senador, que lamentava a pressa da decisão, o então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, respondeu: “muda-se o plano, senador, mas faz-se a estrada” (PEREIRA, 197, p. 134). Segundo Beting (1973, p. 252), o PIN, “simbolizado na atração quase cinematográfica da rodovia transamazônica”, não era um projeto apenas de caráter econômico, já que:

Nenhum empreendimento puramente econômico capaz de mudar a face de qualquer nação pode ser avaliado em termos estritamente econômicos. [...] A conquista da Amazônia não pode ser quantificada nem submetida a um calendário fixo. A Amazônia é o desconhecido, é uma empolgante aventura, capaz de despertar a vocação de grandeza de todo um povo. (BETING, 1973, p. 252).

A conquista da Amazônia, expressa no PIN e liderada pela autoridade política, só poderia ser levada a efeito com mobilização popular, na qual foi apresentada como obra de um povo, estimulado a desejar, a almejar ser uma nação. Materiais de propaganda e outros contribuíram para expressar a ideia de conquista: a canção que embalou os corações dos brasileiros na copa do mundo de futebol de 1970 e os slogans do governo do General Médici: “Integrar para não entregar” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”. A construção da Transamazônica foi apresentada como possibilidade de realização desse desejo de conquista.

[A rodovia,] aberta na solidão, na infinitude, no semidesconhecido da selva, surge como a possibilidade da travessia: do passado, da tradição, de um “estado de natureza”, para o futuro, a modernidade, a história, a cultura; do semidesconhecido para o conhecido, codificado, relatado, civilizado. (SOUZA, 1995, p. 102).

Levar a “civilização para a selva” era tarefa para milhões de pessoas, implicando conquista do espaço e a conseqüente transformação da paisagem e da cultura. Tal tarefa exigiria a ação integradora para incluir a região no turbilhão do desenvolvimento, vencendo “a vertigem do vazio” (FOOT HARDMAN, 1991. p. 108). Assim, o complexo rodoviário denominado de Transamazônica já estava em estudo quando, em visita ao nordeste durante seca severa, o Presidente Médici decidiu implementá-lo. Ao apresentar uma solução para o drama da seca, no âmbito do PIN, a ideia de integração surge acompanhada de sua carga simbólica. E a liderança política foi fundamental nesse processo.

O General Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência da República em 1970. Mercadante assim apresenta o Presidente: “General de cavalaria, gaúcho de Bagé, 65 anos de idade, presidente da República há quatrocentos dias, muito de ouvir, pouco de falar, capaz de milagres como este de ser popular sendo, ao mesmo tempo, o chefe de um governo de exceção” (MERCADANTE, 1970, p. 10).

Como afirmaram Klein e Figueiredo (1978, p. 28), pelo fato de terem desaparecido “alguns traços típicos de um sistema de dominação legal”, o governo Médici necessitaria de alguns recursos carismáticos para alcançar sua legitimação. Em discurso proferido em 7 de outubro de 1969, o General Médici afirma ter resistido à sua indicação ao cargo, mas que aceitou afinal, porque foi considerado “capaz de manter coesas e unidas as Forças Armadas da Nação em torno dos ideais da Revolução de Março de 1964” (MÉDICI, 1970B, p. 9). Neste

mesmo discurso, diz que seu governo se iniciaria “*numa hora difícil*”, porque sabia o que sentia e pensava “o povo, em todas as camadas sociais, em relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático” (MÉDICI, 1970B, p. 10).

No mesmo discurso citado, o General conclamou todos ao “jogo da verdade”, a ser jogado a partir de um plano de ação nacional, pois “o povo não pode ser espectador. Tem de ser o protagonista principal” (MÉDICI, 1970B, p. 14), considerando que, numa era de tantos avanços tecnológicos e conquistas da civilização, seria inadmissível:

[...] que um país como o nosso não venha a registrar, também, realizações e êxitos na história da civilização. O Brasil é grande demais, para tão poucas ambições. E está a exigir dos seus filhos uma atuação que realmente corresponda à magnitude do seu território, bem como aos alevantados ideais das gerações que nos legaram esse imenso patrimônio. Uma atuação, enfim, que se eleve à altura dos incontidos sonhos da mocidade que se prepara para dirigi-lo e cuja meta não pode ser outra, senão o triunfo final na arrancada para o desenvolvimento econômico e social. (MÉDICI, 1970 B. p. 15).

Ao assumir a presidência da República, em seu discurso de posse intitulado “Mundo sem Fronteiras” (MÉDICI, 1970 B, p. 33), o General afirma ser, ele próprio, “a oferta e a aceitação” e, não se considerando a promessa, afirma querer ser “verdade e confiança, ser a coragem, a humildade, a união”. Apresentando-se assim, destaca por instantes sua origem: “venho do campo, da fronteira, da família; venho do povo, da caserna; venho de minha terra e de meu tempo... Venho do minuíano”.

Dizendo-se filho do vento, que é símbolo de força e sinônimo de espírito (SCHLESINGER & PORTO, 1983), o General recita seu “credo”. Como “oferta”, o ocupante do cargo se entrega à nação, aceitando a missão de governar o país e dirigir o processo de desenvolvimento. Como “homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteiras entre os homens” (MÉDICI, 1970 B, p. 34). Credo “no poder fecundante da liberdade”, ele acredita “nas virtudes da disciplina, da ordem, da unidade de comando”. Por isso, crê “nas messes do planejamento sistematizado”, ações coordenadas e integradas, regidas “por um grande plano diretor”. E convoca, assim, a vontade coletiva e a participação “de todos os que acreditam na compatibilidade da democracia com a luta pelo desenvolvimento” (MÉDICI, 1970 B, p. 36).

O General afirma ter pressa e o ritmo de crescimento da economia não satisfaz seu desejo de velocidade. “Urge acelerar o processo”, pois ele pensa “nas vidas que virão... nas dores futuras... no século que vai nascer” (MÉDICI, 1970 B, p. 37). Ao final do discurso, o General reitera sua fé nas bênçãos de Deus, que o levam a crer:

[...] nos milagres que os homens fazem com as próprias mãos. E nos milagres da vontade coletiva. Creio na humanização da vida dos severinos do campo. E na solidariedade da família brasileira. Creio na alma generosa da mocidade. Creio na minha terra e no meu povo. Creio na sustentação que me haverão de dar os soldados como eu. Creio no apressamento do futuro. [...] E creio na missão de humanidade, de bondade e de amor que Deus confiou à minha gente. E, porque o creio, e porque o sinto, no arrepio de minha sensibilidade, é que, neste momento, sou a oferta e a aceitação. (MÉDICI, 1970 B, p. 39).

O Presidente articula em seus discursos elementos que poderiam ser atribuídos a alguém imbuído do “dom da graça” (WEBER, 1982): alguém capaz de guiar o povo na travessia, do deserto à “terra prometida”; um homem inspirado por Deus: “Agradeço a Deus a inspiração de fazer esta viagem...” (MÉDICI, 1970 C, p. 71), considerando-se dono de uma sensibilidade peculiar para ver e sentir o drama dos seres humanos abandonados ao seu próprio destino, ele afirma:

Aqui vim para ver, com os olhos da minha sensibilidade, a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim ver a seca de 70 e vi o sofrimento e a miséria de sempre. [...] Vim ver e Vi. [...] Vi o homem. Falei a esse flagelado. Vi seus farrapos, apertei a sua mão... [...] Vi o sofrimento de homens moços... (MÉDICI, 1970C, p. 71).

O General toma decisões, imediatamente, no corpo do próprio discurso citado, e anuncia que irá “incentivar a programação de colonização em zonas úmidas do Nordeste, do Maranhão, do Sul do Pará, do Vale do São Francisco e do Planalto Central, de forma a absorver as populações de áreas consideradas totalmente desaconselháveis à vida humana” (MÉDICI, 1970 C, p. 76). Para esta realização, o General não apenas convoca: “Exijo a contribuição da Nação inteira[...]. Exijo a austeridade de todos os homens responsáveis, para que não haja indiferença ao sofrimento e à fome. Exijo que se diga e que se mostre sempre a verdade, por mais que ela nos doa” (MÉDICI, 1970 C, p. 77). E, após conchamar à colaboração a imprensa e os jovens, e apelar para a consciência nacional, invoca, mais uma vez, a ajuda divina: “quero dizer que não me sinto com poderes e dons para fazer milagres, mas tenho firmeza, confiança e decisão para proclamar à Nação inteira que, com a ajuda de todos os brasileiros e com a ajuda de Deus, o Nordeste haverá de mudar” (MÉDICI, 1970 C, p. 77).

4 A TRANSAMAZÔNICA

Nestas margens do Xingu, em plena selva Amazônica, o Senhor Presidente da República dá início à construção da Transamazônica numa arrancada histórica para conquista e colonização deste gigantesco mundo verde - Altamira. 9-outubro-70. (VEJA, nº 213, 1972, p. 18)⁴.

As obras de construção da rodovia tiveram início em 1º de setembro de 1970, inaugurando o empreendimento de “colonização” da Amazônia, rumo ao desconhecido da selva. Médici tinha pressa em “ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo” (MÉDICI, 1970 B, p. 38). Os planos iniciais eram de construir, simultaneamente, as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Além disso, a cada 100km de estrada estava projetada a construção de “núcleos básicos para o nascimento de 20 cidades na selva. A tarefa é tão imensa quanto generosos são seus objetivos propostos”. (VEJA, nº 104, 1970, p. 28).

E as ações do que se chamou “conquista” da Amazônia serviram como tronco integrador dos nacionais, conclamando o país a partir de slogans e textos de canções que se tornaram muito populares. A propaganda foi elemento fundamental em todo esse processo de produção da coesão nacional e promoção de “uma visão otimista dos brasileiros sobre o regime, baseada na crença de que o país seria uma das grandes potências mundiais” (BRAGA e SOUZA, 2019, p. 176)⁵. Além da propaganda oficial, dentre os slogans veiculados à época, notam-se: “ninguém segura este país”; “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Dentre as canções é pertinente registrar as seguintes: “Este é um país que vai pra frente”; “Pra frente Brasil”; “Você também é responsável”; “Eu te amo meu Brasil”⁶. Esse era um ambiente ao qual se buscou prover um clima de euforia, onde fazia parte o chamado “milagre econômico”. Segundo reportagem da revista Realidade (nº 54, 1970), um clima de ufanismo tomou conta do país. Após citar vários exemplos de tal manifestação, a reportagem afirmava que:

Mais do que tudo isto, há a exaltação ruidosa de alguns fatos: o início da estrada ciclópica que rasgará a Amazônia, abrindo-a de vez para a colonização; a cuidadosa preparação de atletas para a conquista de um lugar honroso nas próximas Olimpíadas; a festejada declaração de soberania sobre as 200 milhas oceânicas; a onda de confiança e orgulho que acompanha o jovem Emerson Fittipaldi nas pistas europeias [...]. (REALIDADE, nº 54, 1970, p. 99.)

⁴ Placa de inauguração do início das obras de construção da Rodovia Transamazônica. Imagem publicada pela Revista Veja, conforme as referências já informadas no texto.

⁵ É da mesma época o chamado “milagre econômico”. A própria alusão a “milagre” contribui para compor o conjunto dos elementos simbólicos, vários deles de cunho religioso, que alimentou a propaganda oficial nesse período. Infelizmente, o espaço do artigo não permite ampliar a análise enveredando por mais essa trilha.

⁶ As letras de todas essas músicas, bem como os respectivos compositores e intérpretes, podem ser encontradas no sítio vagalume.com.br.

Giscard d'Estaing, então Ministro da Fazenda da República Francesa, considerou “a conquista da Amazônia como o ‘oitavo trabalho de Hércules’” (VEJA, nº 161, 1971, p. 25). Héracles, ou Hércules, seria “o representante idealizado da força combativa [...]” e encarnaria “o ideal viril helênico [...] algo que só pertence ao céu”. (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1993, p. 486). O desenvolvimento era considerado “a grande missão do governo” (REALIDADE, nº 54, 1970, p. 99), palavra que deveria sair da linguagem dos economistas e cair na boca do povo, pois “tudo se fundamenta no desenvolvimento, na integração nacional e na defesa do interesse nacional” (REALIDADE, nº 54, 1970, p. 101).

Eliseu Resende, naquela ocasião diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER, foi claro ao afirmar que a rodovia não teria prioridade econômica, mas deveria permitir a entrada de contingentes populacionais nordestinos na região. O projeto foi definido como pioneiro, e a estrada considerada:

[d]elineadora da maior horizontal brasileira, lugar geométrico dos mais distantes pontos de influência do Amazonas, vereda aberta ao nordestino para colonização do enorme vazio demográfico, conectando “estradas que caminham”, integrando modalidades de transporte, harmonizando o desenvolvimento nacional. (RESENDE, 1969, p. 103).

A política rodoviária do governo no período privilegiou, em grande medida, a ligação das áreas de fronteira e, além disso, buscou abrir caminhos de ingresso para as regiões com menor densidade demográfica. As rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, cujo traçado se embrenham na floresta, são destaques.

O percurso da rodovia Transamazônica corta longitudinalmente praticamente todo o norte do Brasil, iniciando-se na cidade de Cabedelo, na Paraíba e projetada para chegar à cidade de Lábrea, no estado do Amazonas. A perspectiva era unir povoados e cidades que antes se comunicavam somente por via fluvial. A intervenção desencadeada na região transformou a paisagem, os povos, a cultura. Em texto de propaganda, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, exprimiu o sentido do progresso:

A Amazônia que você aprendeu na escola não existe mais. Hoje, você procura uma aldeia de índios e encontra uma fábrica. Ou uma fazenda moderna. Onde só tinha mato 10 anos atrás, agora você pode morrer atropelado... Mais da metade das estradas hoje em construção começa ou termina na Amazônia (VEJA, nº 132, 1971, p. 8).

Autoridades governamentais afirmavam que a “Transamazônica é uma decisão política do Governo brasileiro”. Como decisão política, tanto a construção da estrada, como o próprio Programa de Integração Nacional tem importância fundamental:

[...] por seu alcance ao mesmo tempo econômico, político e social... é uma longa caminhada que, como toda caminhada, haverá de começar com o primeiro passo. A proposta da Transamazônica é o primeiro passo de um projeto que não se restringe a uma simples abertura inconsequente de uma estrada na selva bruta, mas sim, representa o mais ambicioso programa de colonização de território e alargamento de fronteiras econômicas do mundo moderno. (BETING, 1973, p. 252).

O PIN foi visto como uma ousada decisão visando à unificação nacional, como mostra o apoio ao Programa, manifestado por Theobaldo de Nigris, à época presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP, em recepção a Costa Cavalcanti, Ministro do Interior:

O Programa de Integração Nacional [...] constitui, sem favor algum, um trabalho de gigantes, o qual ficará assinalado em nossos fatos históricos de forma indelével. Ousamos até mesmo afirmar que na vida de nosso querido País será um marco, fulgurante indicativo de um brilhante período que se iniciará com a implantação do Plano de Integração Nacional [...]. “essa iniciativa constituirá autêntica epopeia brasileira, arrancada e ato de império, de afirmação, de posse e de soberania sobre uma região que se sabe ser das melhores aquinhoadas [...] É realmente um Programa de Integração Nacional e, mais ainda, um Plano de União Nacional, de brasileiros de pontos extremos, deste País de dimensões continentais. Juntos, os do Nordeste, do Norte, do Centro e do Sul, promoverão a ocupação e a exploração de cerca de dois terços do território brasileiro, até agora à espera da fecundação pelo trabalho de todos, que gerará também riqueza para todos. (NIGRIS, apud PEREIRA, 1971, p. 386).

O trabalho de gigantes, que a abertura da estrada mobilizava, não deveria se ocupar de questões de outra natureza. Afinal, como “terra prometida”,

[...] a Amazônia poderia sobreviver sem boa parte de suas matas (a SUDAM exige que sejam preservados 50% das matas em seus projetos) como ainda se transforme, num prazo relativamente curto, numa nova terra prometida, graças a empreendimentos respaldados em grandes grupos financeiros. (VEJA, nº 266, 1973, p. 67).

Sem nenhuma sensibilidade ecológica, para não falar de desinformação científica, havia também quem, ao defender a Amazônia como celeiro do mundo, afirmasse que a região:

[...] será totalmente um paraíso terrestre, no futuro, no dia em que o cientista conseguir a auto-aniquilação de insetos destruidores e portadores de doenças, por meio da esterilização química. Exterminação de mosquitos, moscas caseiras, moscas de frutas, formigas e outros, que representam as principais pragas da região. (SILVA, 1971, p. 291).

Registra-se, também, a proposta de uso de desfolhantes químicos para acelerar os trabalhos de desmatamento nas áreas das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica:

Uma das vantagens dos desfolhantes é que quase todos os troncos de árvores resistem à perda artificial da folhagem, conservando seu valor comercial... Quanto à ecologia da zona tratada - esse não seria o problema da Transamazônica, segundo os técnicos, uma vez que a própria existência da estrada provocaria alterações marcantes - os efeitos registraram-se muito mais pelo brusco equilíbrio resultante da modificação do habitat pelo envenenamento indireto do terreno, o que pode ser remediado pelas chuvas. As alterações maiores são provocadas pelo súbito desaparecimento de insetos, frutas, folhagens e sementes, o que induz a fauna a emigrar. (PEREIRA, 1971, p. 246).

Não se tratava apenas de construir uma rodovia, mas, através dela, promover o sentimento de nação que amparasse a legitimidade da liderança política, implantar um modelo de ocupação, ritmo e orientação do processo de modernização, uma determinada ideia de progresso.

Enquanto o mundo se estraçalha por meio palmo de terra árida, com populações aflitas e abundantes lutando pelo pão miserável, só alucinados completos poderiam imaginar que o Brasil se daria ao luxo de conservar virgem a Amazônia, intocado seu solo, desconhecidas suas riquezas, desolados seus vazios imensos, na mais cretina das aberrações. Um país que não consegue ser dono de si mesmo, como imaginar possível comandar seu destino? [...] O homem na pública intimidade com a Lua, e o Brasil, em fatias, desconhecido de seus filhos que o vislumbram apenas pela cansada literática prima-irmã de vociferantes exaltações primárias. [...] Preservá-la [a Amazônia] é ocupá-la por brasileiros, no interesse da Nação. Não é louvar suas riquezas que ninguém conhece, nem exaltar potencialidades que a mata densa encobre. É cruzar a região de estradas, em primeiro lugar, e depois é [ocupá-la] com o nacional mesmo, o tal, antes de tudo um forte, capaz de plantar em um planalto abandonado uma cidade em três anos. (PINHEIRO NETO apud PEREIRA, 1971, p. 382).

Assim, o espírito do pioneirismo se revestiria do investimento produtivo, e o paraíso poderia existir para quem quisesse e pudesse investir, incrementado pela política de incentivos fiscais, conforme texto de propaganda oficial:

Antigamente se chamava inferno verde, e não tinha nada do que tem hoje. Agora, mais de 3,2 bilhões de cruzeiros estão sendo aplicados em quase 500 projetos agropecuários e industriais já aprovados pela SUDAM. Um verdadeiro paraíso para quem quer investir. Indústrias trabalham dia e noite. Produzem cimento, derivados de petróleo, produtos farmacêuticos, gêneros alimentícios, artefatos de borracha, embarcações, bebidas, sorvetes, plásticos, tecidos. Mineram jazidas de manganês, ferro, estanho, ouro. Exploram 3 milhões de quilômetros quadrados de matas de madeira de lei e 1.500 quilômetros de costas ricas em pescado... (VEJA, nº 136, 1971, p. 54).

Certamente, “o plano [de Integração Nacional] representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira. [...] Nós vamos empurrar a fronteira para a conquista de um novo País” (DELFIM NETO apud MORAIS, GONTIJO & CAMPOS, 1970, p. 56).

Em outubro de 1971, o Presidente Médici visitou as obras da Transamazônica, inspecionando as frentes de trabalho em “Itaituba, às margens do rio Tapajós, o centro pioneiro de colonização em Altamira, às margens do rio Xingu e o primeiro trecho inaugurado, de 252 km, em Marabá” (VEJA, nº 161, 1971, p. 25). Na visão de progresso propagandeada à época, haveria uma contraposição entre a vida na selva, vida que seria dura, insalubre, solitária, sem a possibilidade do desfrute das benesses do desenvolvimento, e a vida urbana, dita civilizada, sendo civilização limitadamente entendida pelo seu aspecto econômico (SOUZA, 1995).

Neste sentido, a Amazônia, “último grande desafio à espera do homem” (VEJA, nº 165, 1971, p. 16), estaria recebendo o remédio de que sempre precisara, na linguagem da propaganda oficial, ou seja, “dinheiro e tecnologia” (VEJA, nº 181, 1972, p. 42). A chegada da civilização também deveria tirar a região e as pessoas do isolamento, considerado “o maior problema da Amazônia e tem a vastidão de seu contorno. A falta de comunicação, a dificuldade de contatos com a civilização, o primitivismo da vida na selva fazem do homem do interior um desprotegido [...]”. (JORNAL DO BRASIL, 24/03/1969).

Elementos que seriam comuns da vida local vão se aglutinando e, aos poucos, formando uma corrente de opinião pública em prol da integração da Amazônia. O Presidente da República já havia solicitado a ajuda de tantos quantos pudessem se sensibilizar, no sentido de ajudá-lo “a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo”. Assim, a construção da rodovia permitiu a corrida à região, o que contribuiu para a mudança tão esperada.

A estrada lá está, inacabada. Porém, a seu tempo, a estrada cumpriu certo propósito de estímulo à integração nacional, ao desenvolvimento de certo sentido de nação. Ela também proporcionou que a conquista e a chamada colonização avançassem à época e que continuassem avançando sertão adentro. Os tempos são outros, possivelmente a integração nacional e a construção da nação não estejam mais em perspectiva, mas, decerto, os desejos e os interesses dominantes sobre a região não tenham mudado substantivamente. Nos dias atuais, talvez não seja mais necessário lançar mão do imaginário social para construir a legitimidade desse processo. Contudo, essa já é uma outra história.

5 CONCLUSÃO

A Rodovia Transamazônica foi praticamente abandonada logo depois de inaugurada. As motivações que estimularam a sua construção parecem ter se esvaído na travessia do último rio de trecho construído, mas deixaram conflitos individuais e coletivos que chegaram ou que se intensificaram com a estrada. O PIN não resolveu o problema dos milhares de nordestinos assolados pela pobreza e pela seca. A integração permaneceu como propósito, juntamente com os projetos de colonização e as iniciativas de ocupação, exploração e modernização da região.

O sentido de nação demanda estabilidade de uma identidade nacional, sendo, portanto, matéria permanente da sociedade e da autoridade política. Esse processo continua e governos recentes têm elaborado e mantido planos de integração, com o intuito de produzir uma integração intrarregional (Ministério da Integração Nacional/SUDAM, 2012). Além disso, intensificam-se o desmatamento, a exploração predatória e a ocupação do território.

São diversas as consequências desse processo, a maioria delas não foi contemplada neste breve artigo. Todavia, objetivou-se mostrar como os esforços de ocupação e desenvolvimento da região mobilizaram energias materiais e ideacionais para promover o que se entendeu, à época, como o gigantesco trabalho de “desbravamento” da floresta e exploração econômica dos recursos da região. A construção da Transamazônica, objeto mais visível da política de integração nacional dos anos 1970, obteve relativo sucesso quanto ao apoio popular que a iniciativa demandava, considerando que a autoridade política se investiu de carisma, constituído a partir da manipulação de um conjunto de elementos simbólicos que conjugava a construção de uma identidade nacional, a civilização e o desejo de conquista do desconhecido - a natureza amazônica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil -1964-1984**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BETING, Joelmir. “Política Econômica - O Desenvolvimento Econômico e a Integração Econômica Setorial e Nacional”. In WIEDEMANN, Gen. Luiz Fellipe da S. (org.) **Brasil: Realidade e Desenvolvimento**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1973.

BRASIL. Decreto Nº 67.113, de 26 de agosto de 1970. Regulamenta o Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, que instituiu o Programa de Integração Nacional. Brasília: **Câmara**

dos Deputados. 1970 A. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67113-26-agosto-1970-408679-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02. jan. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 67.557, de 12 de novembro de 1970. Dispõe sobre a criação de área prioritária ao longo da rodovia Transamazônica, para fins de Reforma Agrária, a ser incluída no Plano de Integração Nacional, e dá outras providências. Brasília: **Câmara dos Deputados**, 1970 B. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67557-12-novembro-1970-409139-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Lei Nº 1106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília: **Presidência da República**, 1970 C. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11106.htm. Acesso em: 09. jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Programa de Integração Intrarregional da Amazônia: Diagnósticos e projetos**. Belém, 2012. Disponível em: http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/referencias/biblioteca/arquivos/sudam-2012/CAF11177_COD1007/Programa_Integracao_Intrarregional_Amazonia.pdf. Acesso em: 12. jan. 2019.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Trem Fantasma: A Modernidade na Selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GIOVANAZ, Daniel. Transamazônica, 45 anos. *In Amazônia, notícia e informação*. 20 de novembro de 2017. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2017/11/transamazonica-45-anos-sobre-madeira-clandestina-e-ouro-para-ingles-ver/>. Acesso em: 05 jan. 2019.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

JORNAL DO BRASIL. **Lira diz que Exército se transforma com a Nação**. Rio de Janeiro, 04/03/1969. P. 15. Laboratório de Estudos do Tempo Presente. Acervo do Jornal do Brasil disponível na Internet. 1891-1999. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19690304&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em 05. jan. 2019.

JORNAL DO BRASIL. **Isolamento da Amazônia**. Rio de Janeiro, 24 de março de 1969. Laboratório de Estudos do Tempo Presente. Acervo do Jornal do Brasil disponível na Internet. 1891-1999. Publicação não disponível no referido acervo.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

KRITSCHI, Raquel. **Soberania: a construção de um conceito**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado. 2002.

MARTINS, Edilson. **Amazônia, a última fronteira**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

MATTEUCCI, Nicola. “Soberania”. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 4 ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. “Discurso de Recife”. In TAMER, Alberto. **Transamazônica: solução para 2001**. Rio de Janeiro: APEC, 1970 A.

MÉDICI, Emílio Garrastazu Presidente. **O Jogo da Verdade**. s/ed., 1970 B. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/o-jogo-da-verdade/@@download/file/O%20Jogo%20da%20Verdade.pdf>. Acesso em: 06. jan. 2019

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Visão do Nordeste**. Pronunciamento Do Presidente Médici, no encerramento da reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, em Recife, a 6-6-1970. Presidência da República. Casa Civil. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/15_1970_C. Acesso em: 08. jan. 2019.

MERCADANTE, Luiz Fernando. Este é o Presidente. In **Realidade**. Edição 57. Dezembro de 1970. São Paulo: Abril, 1970. P. 08. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/213659/per213659_1970_00057.pdf. Acesso em: 07. jan. 2019.

MORAIS, Fernando; GONTIJO, Ricardo & CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

NAHUM, João Santos. Região e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento. In **Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona. Vol. XVII, nº 985, 25 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm>. Acesso em: 10. jan. 2019.

PASQUINO, Gianfranco. “Integração”. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 4 ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

PEREIRA, Osny Duarte. **A Transamazônica: prós e contras**. Prefácio de Arthur César Ferreira Reis. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

REALIDADE. **O novo ufanismo**. Edição 54, setembro de 1970. São Paulo: Abril, 1970. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/213659/per213659_1970_00054.pdf. Acesso em: 03.fev.2019.

REIS, Fábio Wanderley. **Política e Racionalidade**. Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia “Crítica” da Política. Belo Horizonte: UFMG/PROED/RBEP, 1984.

RESENDE, Eliseu. “O papel da Rodovia no desenvolvimento da Amazônia”. In **JORNAL DO BRASIL: Revista Econômica do JB**. Rio de Janeiro, 28 de março de 1969, pág. 103. Laboratório de Estudos do Tempo Presente. Acervo do Jornal do Brasil disponível na Internet. 1891-1999. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19690304&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em 05. jan. 2019.

ROSSOLILLO, Francesco. “Nação”. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 4 ed. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

SCHLESINGER, Hugo & PORTO, Humberto. **Crenças, Seitas e Símbolos Religiosos**. São Paulo, Paulinas: 1983.

SILVA, Renato Ignácio da. **Amazônia: Paraíso e Inferno**. 2 ed. São Paulo: Quatro Artes Editora, 1971.

SOUZA, César Martins de. Morte, saúde e ditadura na construção da Transamazônica. In **Tempos Históricos**. Vol. 19, 2º semestre de 2015, p. 65-91. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12702>. Acesso em: 03.fev.2019.

BRAGA, Magno M. Marçal; SOUZA, César Martins de. Transamazônica: terra, trabalho e sonhos. In **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, Vol. 12, nº 1, jan-jul., 2019. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/898>. Acesso em: 05. jan. 2019.

SOUZA Matilde de. **A Epopeia da Transamazônica: 90 milhões em ação**. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Ciência Política/UFMG, 1995.

VEJA. **Presente e futuro do governo**. Edição nº 29, de 23/06/1969. São Paulo: Abril, 1969. P. 12-16. Acervo digital. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34527?page=1§ion=1>. Acesso em 03.jan .2019.

VEJA. **O Amazonas está sendo reflorestado**. Edição nº 77, de 25/02/1970. São Paulo: Abril, 1970. P. 15. Acervo Digital. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34478?page=1§ion=1>. Acesso em: 03.jan. 2019.

VEJA. **Transamazônica: A prática da epopéia**. Edição nº 104, de 02/09/1970. São Paulo: Abril, 1970. P. 28-30. Acervo Digital. Disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34451?page=1§ion=1>. Acesso em: 10.jan .2019.

VEJA. **Metade do Brasil quer metade do seu imposto de renda**. Edição Nº 132, de 17/03/1971. São Paulo: Abril, 1970. P. 08. Acervo Digital. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34423?page=8§ion=1>. Acesso em: 03.jan .2019.

VEJA. **Conheça o Paraíso Verde**. Edição Nº 136, de 14/04/1971. São Paulo: Abril, 1971. P. 54-55. Acervo Digital. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34419?page=1§ion=1>. Acesso em: 03.jan.2019.

VEJA. **Examinando as obras.** Edição Nº 161, de 06/10/1971. São Paulo: Abril, 1971. P. 25. Acervo Digital. Disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34394?page=1§ion=1>. Acesso em: 05.jan.2019.

VEJA. **O grande desafio deste século pede mais que sua coragem. Pede seu imposto de renda.** Edição Nº 165, de 03/11/1971. São Paulo: Abril, 1971. P. 16-17. Acervo Digital. Disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34390?page=18§ion=1>. Acesso em 07.jan.2019.

VEJA. **A Amazônia tem dono. Você é um deles.** Edição Nº 181, de 23/02/1972. São Paulo: Abril, 1972. P. 42-43. Acervo Digital. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34374?page=42§ion=1>. Acesso em: 03.jan.2019.

VEJA. **Meio Caminho Andado.** Edição nº 213, de 04/10/1972. São Paulo: Abril, 1972. P. P. 1819. Acervo Digital. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34341?page=18§ion=1>. Acesso em: 03.jan.2019.

VEJA. **A luta para fabricar bois.** Edição Nº 266, de 10/10/1973. São Paulo: Abril, 1973. P. 66-78. Acervo Digital. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34287?page=66§ion=1>. Acesso em: 03.jan.2019.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** 5 ed. Organização e Introdução de H.H. Gerth e C. Wright Mills. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. 1. Brasília: Editora UNB. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

A BOLÍVIA NA INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA DO SUL: INTER-RELAÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS INDÍGENAS DE TERRAS BAIXAS, A IIRSA E O CONFLITO DO TIPNIS

Marta Cerqueira Melo¹
Aruanã Emiliano Martins Pinheiro Rosa²

RESUMO

Numa perspectiva latino-americana, o objetivo deste trabalho consiste em explorar as controvérsias em torno da implementação da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) na Bolívia, especialmente a partir da integração rodoviária e do conflito, disparado em 2011, em torno do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS). Num esforço de melhor compreensão do processo político contemporâneo do país, acercamo-nos das lutas dos movimentos indígenas de terras baixas, para logo estabelecer conexões com o processo constituinte que teve efeito a partir de 2006. Nesses termos, o que se destacam são as contradições da promoção do desenvolvimento no país, reflexo mesmo do passado moderno/colonial que o situa economicamente como exportador de matérias-primas no sistema internacional, sob o signo do extrativismo. Este cenário se choca com as transformações pretendidas em matéria de desenvolvimento econômico ao longo do “*proceso de cambio*” conduzido pelos governos do presidente Evo Morales (2006-2019), revelando, assim, tensões e impasses para a materialização do “*vivir bien*”.

Palavras-chave: Integração Latino-Americana. Movimentos Sociais. Amazônia. Geopolítica dos Recursos Naturais.

RESUMEN

Con una mirada latinoamericana, el objetivo de este estudio es explorar las controversias que rodean la implementación de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA) en Bolivia, desde la integración vial carretera y del conflicto desencadenado en 2011, alrededor del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS). En un esfuerzo por

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP). Mestra em Integração Contemporânea da América Latina na linha de pesquisa Economia Política Internacional e Blocos Regionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA (2019). Bacharela em Humanidades com área de concentração em Estudos da Subjetividade e do Comportamento Humano pela Universidade Federal da Bahia (2015). Integrou o grupo Interculturalidades e América Latina, vinculado ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA) e o projeto Dinâmicas Sul-Sur, ligado ao Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO/UFBA). Os principais temas de pesquisa são: Integração latino-americana, América do Sul, Desenvolvimento, Território e Cultura. Foco no estudo da economia política da América Latina, em especial na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). E-mail: marta018@hotmail.com

² Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro. Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (Ciência Política e Relações Internacionais) pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos Sócio-Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI- América do Sul) nas linhas de pesquisa: Democracia e Desenvolvimento; Recursos Estratégicos, energia e Integração Regional. Membro da Associação Canadense de Estudos Latino-Americanos e do Caribe (ACELAC) 2017-2018 no Grupo de Estudos Indígenas. Graduado em Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Atuou como coordenador Logístico no Pampasul- UNIPAMPA-Simulações Internacionais, edição MERCOSUL. Atuou como bolsista do projeto Convivendo com a Diversidade 2ª Edição que tem como objetivo refletir, compreender e respeitar a diversidade humana em uma perspectiva inclusiva. Atuou como membro do Coletivo LivroElas, projeto voltado para busca da igualdade de gênero. Possui experiência em Ciência Política e Relações Internacionais, com ênfase em democracia, cidadania e integração na América Latina. E-mail: aruana1333@gmail.com

mejor comprender el proceso político contemporáneo del país, abordamos las luchas de los movimientos indígenas de tierras bajas para luego establecer conexiones con el proceso constituyente iniciado en 2006. En estos términos, lo que se destaca son las contradicciones de la promoción de desarrollo en el país, reflejo del pasado moderno/colonial que lo cualifica económicamente como exportador de materias primas en el sistema internacional, bajo el signo del extractivismo. Este escenario se choca con las transformaciones previstas en materia de desarrollo económico a lo largo del proceso de cambio llevado a cabo por los gobiernos del presidente Evo Morales (2006-2019), revelando tensiones y encrucijadas para la materialización del "*vivir bien*".

Palabras-clave: Integración Latinoamericana. Movimientos Sociales. Amazonía. Geopolítica de los Recursos Naturales.

Submetido em: 11.02.2020

Aprovado em: 17.04.2020

INTRODUÇÃO

No começo da década de 1990, a América Latina vivenciou a implementação de diretrizes econômicas, políticas, sociais e culturais que primordialmente colocavam o Estado com uma atuação reduzida e criaram uma situação de vulnerabilidade geradora de crescentes conflitos entre governo e sociedades. Tais diretrizes, conhecidas como Consenso de Washington, estabeleciam que as liberalizações comerciais e as privatizações, aliadas ao viés mercadológico do neoliberalismo seria o instrumento necessário para os países da região superarem as crises das décadas passadas. A padronização econômica e política perseguida pelas ferramentas neoliberais desconsideravam as características domésticas dos países e criaram um ambiente de aumento das exclusões sociais, com elevadas taxas de pobreza e ausência de políticas sociais.

Criou-se uma situação insustentável e os pacotes de austeridade demonstravam insuficiência para responder às demandas de forças populares, que desejavam profundas transformações. No contexto Sul-Americano, iniciativas como o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, criado em 1991, e o Pacto Andino, criado em 1969 que se transformou na Comunidade Andina de Nações – CAN em 1996, se distanciaram de suas concepções originais, privilegiando a integração comercial em lugar da integração produtiva, bem como o regionalismo aberto em lugar da união aduaneira com proteção externa à produção da região (SOUZA, 2012). No ano 2000, durante a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, convocada pelo então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, na cidade de Brasília (FUNAG, 2005), é apresentada a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, direcionada à provisão infraestrutural do subcontinente em matéria de

transportes, comunicação e energia, estruturada a partir do conceito de Eixos de Integração e Desenvolvimento – EID.

Do ponto de vista das lutas políticas institucionais em curso na região a partir deste período, tem-se um cenário onde a normatização do neoliberalismo “estabelece”, pois, as condições (e contradições) que fomentaram a aliança entre movimentos sociais e partidos políticos para competir e ganhar presidências de governos nacionais. Criava-se uma nova agenda política para a região, com a eleição de governantes que, a princípio, buscavam um sistema internacional menos desigual no cenário do pós-neoliberalismo da década de 1990 (SANAHUJA, 2010), dando lugar aí a um regionalismo pós-hegemônico (RIGIRROZZI & TUSSIE, 2012; RUIZ, 2016).

A integração regional se apresentava, então, como tarefa primordial para o alcance das projeções internacionais desejadas, na medida em que não somente as políticas sociais sofreram modificações, mas o próprio entendimento de política externa dos países – definida desse modo como arena estratégica para a promoção da integração e do desenvolvimento. Vitórias eleitorais como as de Hugo Chávez (Venezuela/1999), Lula da Silva (Brasil/2002), Nestor Kirchner (Argentina/2003), Tabaré Vázquez (Uruguai/2004), Evo Morales (Bolívia/2005), Rafael Correa (Equador/2006), Daniel Ortega (Nicarágua/2007) e Fernando Lugo (Paraguai/2008) colocaram a América Latina e a América do Sul, principalmente a partir dos anos 2000, no círculo da onda rosa latino-americana – na qual os governos buscavam o fortalecimento da integração para promover o desenvolvimento econômico de seus países (FUSER, 2017, p.117). No bojo, assim, do ciclo de lutas e fenômenos sociopolíticos que assinalaram na região, dentre outras coisas, estas vitórias eleitorais e o fracasso relativo do projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, assiste-se à emergência destes governos progressistas (SANTOS, 2018), que abriram lugar para uma quarta onda da integração latino-americana (SOUZA, 2012).

Nesses termos, se nos anos 1990 o processo de integração regional sul-americana deu-se nos marcos do neoliberalismo, sob as prerrogativas do regionalismo aberto e da promoção do livre-comércio, baseado em vantagens comparativas estáticas (PADULA, 2011), num momento seguinte este processo – através das recorrentes crises econômicas e sociopolíticas que engendrou – inspirou, ele mesmo, a busca por caminhos mais profundos de integração. Exemplo disso é a concepção, neste período, de projetos alternativos de integração, como o são a União de Nações Sul-Americanas – UNASUL, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – ALBA e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos –

CELAC, que simbolicamente afirma, esta última, o distanciamento da América Latina do pan-americanismo ou a tentativa de lhe estabelecer um contraponto crítico (SOUZA, 2012).

Ao mesmo tempo, este contexto propicia o surgimento de projetos com inovações políticas e culturais para a refundação de Estados, até então, inseridos dentro de um padrão civilizatório hegemônico ocidental. Equador e Bolívia a partir de 2006 e 2009, respectivamente, estabelecem novas constituições políticas, que inscrevem a interculturalidade e a plurinacionalidade no seio da construção de um Estado em processo de descolonização. Anos mais tarde, no entanto, a aliança entre movimentos sociais e governos progressistas na América do Sul como um todo se mostra enfraquecida, sobretudo em razão de conflitos em torno dos direitos autonômicos e da inclusão das demandas indígenas e das comunidades tradicionais no horizonte do desenvolvimento; do uso e gestão dos recursos naturais no modelo de desenvolvimento adotado por estes governos e a gestão dos recursos públicos, os escândalos de corrupção e as demandas da sociedade civil por transparência (LO BRUTTO & LÓPEZ, 2018)³. Os casos mais ilustrativos, nesse sentido, são os destes mesmos países em que, não obstante a adoção pelos governos de políticas neoextrativistas e as poucas ações no sentido de transformação do padrão exportador de especialização produtiva vigente na região desde os anos 1980 (OSÓRIO, 2012) e da inserção dependente destes na economia-mundo capitalista, há a incorporação nas novas Constituições políticas de ambos, em seus respectivos ciclos progressistas, dos direitos da “Mãe Terra” (LO BRUTTO & LÓPEZ, 2018).

No caso específico da Bolívia, as transformações levadas a cabo durante os governos Evo Morales, sob o lema do “*proceso de cambio*”, especialmente no seu aspecto econômico, estão assentadas em contradições que repercutiram em efeitos políticos imediatos, tanto no bojo do bloco sindical-camponês-indígena-popular, então, no poder – base do pacto de unidade que garantiu inicialmente a sua governabilidade – como também entre este e as antigas elites dominantes do país. Esta é a base em que se assentam os debates sobre o desenvolvimento no país, na qual se destacam ao menos duas perspectivas político-ideológicas:

De um lado está o argumento segundo o qual a intensificação do extrativismo, sob a governança do Estado e em associação com empresas privadas, é a única via

³ Outro fato importante que concorre para a crise dos governos progressistas na região, por certo, encontra-se na intervenção político-militar estadunidense, articulada pelas elites políticas de direita dos países latino-americanos, servindo-se, para tanto, de estruturas jurídicas, midiáticas e parlamentares. Fomentada por projetos como o Umbral (2006) no Paraguai e o Pontes (2009) no Brasil – este último o precursor mais imediato da Operação Lava Jato (2014) –, dita intervenção torna-se incontestável a partir dos documentos revelados pelos sites Wikileaks (2006) e *The Intercept Brasil* (2019) e, mais especificamente, com os golpes de Estado que têm efeito a partir de então, como nos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016).

possível para se promover o desenvolvimento e a superação da pobreza. Segundo este argumento, os recursos auferidos com a exploração devem ser usados para financiar os investimentos na área social, sendo este o único meio técnico de que Bolívia dispõe para distribuir a riqueza material (LINERA, 2012). (...) A segunda posição é aquela em que se registram as críticas ao perfil desenvolvimentista assumido pelo governo e que identificam no neoextrativismo a reincidência de processos de concentração de renda e poder, aumento das desigualdades sociais e degradação ambiental, que não vão resultar em aumento do bem-estar para o conjunto da sociedade. Neste campo registram-se as narrativas e argumentos em favor dos direitos da mãe terra ou *Pachamama* e da defesa do “buen vivir” como alternativa ao desenvolvimento (SANTOS, 2014, p. 151-152).

Assim, na perspectiva da integração sul-americana e para melhor compreender o processo político boliviano contemporâneo, sobretudo a partir do ano 2000, na sua interface com a promoção do desenvolvimento e as lutas dos movimentos indígenas de terras baixas, destacamos neste artigo as controvérsias em torno da integração rodoviária e da implementação da IIRSA no país, especialmente a partir do conflito do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore – TIPNIS, situado na região amazônica. Paraphrasing Martínez (2013), mais além das abordagens que comumente consideram Bolívia um país andino, 59% do território nacional é classificado pelo Instituto Nacional de Estatística do país enquanto terras baixas – subdivididas, por sua vez, nas regiões amazônica, oriental e *chaqueña*. Portanto, adverte a autora:

Bolivia es andina, amazónica, chaco-oriental. A partir de esta ubicación debemos tener presentes las “diferencias históricas, económicas, étnicas y políticas” (Diez, 2011:13) de las tres zonas geográficas que integran Bolivia, así como de las tres regiones que componen lo que comúnmente se conoce como tierras bajas, las cuales representan dos terceras partes del territorio y — en términos étnicos-poblacionales arrojados por el reciente censo 2012 — son habitadas por 34 pueblos indígenas (323.176 habitantes). Mientras que en la región amazónica se encuentran 17 de los 21 principales ríos con que cuenta Bolivia (Instituto Nacional de Estadística, 2013). Desde la época de las misiones jesuitas y franciscanas, la historia de los pueblos amazónicos y chaco-orientales ha estado marcada por el despojo de sus tierras y territorios en consonancia con la expoliación de los recursos naturales del país (MARTÍNEZ, 2013, p.1).

Nesta perspectiva, para responder aos questionamentos levantados, o artigo está estruturado de maneira a tratar, inicialmente, os aspectos do contexto regional que possibilitaram o desenvolvimento e criação de um Estado Plurinacional na Bolívia. No desenvolvimento do texto é discutida a maneira como este processo engendrou um novo cenário político de demandas e conflitos na região sul-americana. Em seguida, estabelece o TIPINS como cerne das complexidades que procuramos entender e verificar em torno da integração contemporânea na América do Sul, notadamente na integração rodoviária boliviana. Por fim, o eixo metodológico-conceitual se estruturou a partir do desenvolvimento

de uma pesquisa prévia e de entrevistas realizadas durante a dissertação de mestrado de uma das autoras⁴, além de revisão bibliográfica-documental.

1 CRISE DO NEOLIBERALISMO, NOVA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO E MOVIMENTOS INDÍGENAS DAS TERRAS BAIXAS

A onda de mobilizações sociopolíticas, que tem efeito na Bolívia a partir dos anos 2000 colocou em cheque a institucionalidade neoliberal constituída no país a partir de 1985, dominado neste, então, pelo protagonismo sindical campesino-indígena e popular. A ausência de dinamização social após a aplicação das diretrizes políticas do Consenso de Washington e a crescente insatisfação popular com os direcionamentos governamentais em curso, aliadas a uma alta taxa de pobreza – que atingia 63,7% de pessoas nos anos 2000 no país (FAO, 2015), criou um cenário de constantes tensões e de uma governabilidade aí pouco fortalecida:

las reformas estructurales generaron una mayor concentración de la riqueza, de los ingresos y del consumo. Estos efectos se asocian cada vez más con la dinámica excluyente del mercado y una forma de intervención del Estado que deja por fuera a las demandas de los campesinos, los pequeños productores, los trabajadores del campo y las ciudades, a favor de los grupos de mayor poder económico (ESCOBAR DE PABÓN, 2003, p. 48).

Para León, Chávez & Crespo (2010), a ocorrência da Guerra da Água (2000), do Fevereiro Negro (2003), da Guerra do Gás (outubro de 2003) e do ciclo mobilizatório para as eleições entre 2004 e 2005, figuram como ao menos quatro dos mais significativos momentos de insurreição popular que contribuíram para a realização da Assembleia Constituinte de 2006. Schavelzon (2012) defende, nessa perspectiva, que outubro de 2003, com a ocorrência da Guerra do Gás – e a consequente fuga do então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (“Goni”) para os Estados Unidos – foi o mais intenso ponto do avanço dos movimentos sociais nesse período no país, e do enfraquecimento da hegemonia neoliberal sustentada pelos partidos políticos desde 1985, até a chegada ao governo nacional do *Movimiento Al Socialismo* – MAS, com a eleição de Evo Morales em 2005. O então presidente chega ao governo em 18 de dezembro deste ano, eleito com a maior expressão de votos (54%) alcançada numa eleição nacional desde a redemocratização do país em 1982, vinculado ao MAS – expressão partidária do *Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* – IPSP, partido político formado pelo sindicalismo campesino da Bolívia.

⁴ Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina/UNILA (2019). Consultar: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5037>.

Desse impulso inicial dado pelos produtores de coca do trópico de Cochabamba – que a partir de 1997 começam a disputar eleições locais, organizados, sobretudo, a partir de sindicatos rurais, o partido passa a contar, a partir dos anos 2000, com o apoio dos setores sociais envolvidos com as mobilizações ocorridas no país neste período – com os quais compartilhava o interesse pela agenda de atualização constitucional a ser construída desde o Estado. Nesta direção, destaca-se o apoio de povos e comunidades indígenas campesinas que, para além da sindicalização, buscavam outras formas ancestrais de organização, como a dos *Ayllus* (forma de organização social andina baseada em princípios comunitários e de parentesco), nas terras altas; e o reconhecimento da *autonomia política e territorial*, nas terras baixas (SCHAVELZON, 2012).

Assim, no processo de convocatória e inauguração da Assembleia Constituinte em 2006, bem como na promulgação e início de implementação da Nova Constituição, em 2009, a participação de representantes desses povos, bem como, assessoras e assessores assumem um destacado papel. A forte participação indígena no processo constituinte refletia o acúmulo das marchas indígenas das terras baixas do Oriente do país a partir dos anos 1990, nas quais a Assembleia Constituinte já era reivindicada. As marchas marcam uma nova fase na arena política nacional boliviana, na qual os povos indígenas, com suas demandas por direitos territoriais e políticos, passam ao primeiro plano e aí permanecem, atuantes, até a refundação do Estado e depois dela. A convocação que fazem de uma Assembleia Constituinte, através do processo de articulação política que tem efeito no bojo desses processos, converte-se em consigna que é posteriormente adotada pelas organizações sociais das terras altas, e finalmente também pelo MAS – assumindo Evo Morales o caráter de primeiro presidente indígena do país, cuja força política também possibilita a efetiva alavancada do projeto Constituinte (*Ibid.*)⁵. Elas enriqueceram o horizonte político popular, pondo em relevo a diversidade e a complexidade do mundo indígena, para além das culturas aymara e quechua, predominantes nas terras altas, com as quais, até então, era mais diretamente identificado esse mundo no país (LEÓN; CHÁVEZ; CRESPO, 2010, p. 74).

⁵ Como destaca Ardaya (1998), o salto qualitativo adquirido nos anos 1990 por este movimento de resistência nas terras baixas bolivianas pode ser considerado o resultado de um acúmulo de experiências, especialmente a partir das formas de r-existência buscadas para enfrentar as expulsões que tiveram efeito com a expansão das fazendas de criação de gado no departamento do Beni, a partir de 1950. Como efeito desta expansão e das expulsões de que foram vítimas os povos indígenas da região (mais precisamente os povos mojeños trinitários), um lento e contínuo processo de organização foi tendo lugar – especialmente desde a cidade de Trinidad, na zona que ficou conhecida como “*Cabildo Indígenal de Trinidad*” - implicando, posteriormente, a articulação com organizações como a *Central de los Pueblos Indígenas del Oriente, Chaco y Amazonía de Bolivia* – CIDOB – Confederação, na contemporaneidade, criada em 1982 na cidade de Santa Cruz, afiliada à *Coordinadora Indígena de la Cuenca Amazónica* – COICA.

O direito à diferença e à autodeterminação indígenas alcançado na Bolívia através da reforma constitucional de 1994, o reconhecimento dos direitos indígenas no seu artigo nº 171 afirmando a multietnicidade e a pluriculturalidade do país –, assim como a *Ley INRA* de 1996, não chegaram nem perto de abalar a ordem de dominação vigente, especialmente na zona oriental. Estes instrumentos legais, se bem representaram avanços no histórico processo de reconhecimento da cidadania indígena, não lograram a criação de instâncias efetivas de participação social e nem incorporar visões de setores historicamente marginalizados dos espaços de tomada de decisão e definição das políticas, por meio dos métodos e procedimentos de administração e gestão social, econômica e cultural (*Ibid.*).

A proposta da Assembleia Constituinte de 2006 apresentava-se, portanto, salientam as autoras, como mecanismo deliberativo através do qual os povos indígenas poderiam assegurar a sua participação efetiva, com voz própria, na conformação de um Estado plurinacional e multiétnico, de modo que no dia 06 de agosto deste ano ela é finalmente iniciada, na cidade de Sucre, com o objetivo de definir a normativa para organizar e operacionalizar as deliberações para a escrita da Nova Constituição. A forma partidária ordinária de representação política, todavia, bloqueou outras formas de representação, como a baseada nos usos e costumes dos povos indígenas. Neste ambiente, pois, é que se conforma o Pacto de Unidade, uma primeira instância social a partir da qual se impulsionam as ações – que viabilizaram a Constituinte. Zona de tensionamento e negociação da sociedade mobilizada e organizada frente ao monopólio partidário da representação política na conformação da Assembleia, o Pacto de Unidade é conformado nos marcos de:

acciones de organizaciones como la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), la Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia (CSCB), la Federación Nacional de Mujeres Indígenas, Originarias y Campesinas “Bartolina Sisa” (FNMIOC-BS), la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB), el Consejo Nacional de Markas y Ayllus del Qullasuyo (CONAMAQ), la Coordinadora de Pueblos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), la Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni (CPEMB), la Asamblea del Pueblo Guaraní (APG), el Movimiento de Trabajadores Campesinos Sin Tierra de Bolivia (MST-B) y la Asociación Nacional de Regantes y Sistemas Comunitarios de Agua Potable (ANARESCAPYS) (LEÓN; CHÁVEZ; CRESPO, 2010, p. 83).

Foram então adicionadas pautas como o controle dos recursos naturais para o povo e demandas específicas indígenas, como a autonomia, a eliminação do latifúndio, direitos coletivos para os povos indígenas e controle dos seus territórios, representação direta no parlamento e o pluralismo jurídico (SCHAVELZON, 2012, p. 5). Todo este processo de negociação, disputa e construção que segue até a efetiva promulgação da Nova Constituição, decerto, conserva uma complexidade que ultrapassa o escopo deste trabalho. O que sim,

parece-nos fundamental destacar, nos marcos da atuação política dos povos e organizações indígenas de terras baixas da Bolívia na refundação do Estado, são os condicionantes da sua posterior ruptura com o Pacto de Unidade, então, estabelecido por ocasião da elaboração da Nova Constituição, e a conseqüente mudança de atitude frente ao MAS e ao bloco sindical-camponês-indígena-popular que o partido, então, representava. Esta ruptura é parte mesma dos limites e das contradições que, sobretudo a partir de 2010, emergem no bojo da implementação da Nova Constituição e do Estado Plurinacional.

Se durante a vigência do Pacto de Unidade o enfraquecimento da oposição inevitavelmente acaba ocorrendo – o que fica patente com a aprovação da Constituição apesar da resistência exercida pela “*Media Luna*”, em 2008 –, estes limites e contradições emergem do choque de interesses dos diversos sujeitos aglutinados no próprio Pacto, que se tornam num dado momento, inconciliáveis. Schavelzon (2012) aponta que são ambiguidades, contradições ou espaços estratégicos de indefinição, possibilitando a coexistência de formas normativas liberais, indígenas e inspiradas por diversos projetos políticos.

Já em 2010 estas tensões e contradições se abrem em conflitos quando, por exemplo, a CIDOB inicia a *VII Marcha Indígena “Por el territorio, las autonomías y los derechos de los pueblos indígenas”*. Mas é somente no segundo semestre de 2011 que a conflitividade latente se expressa com intensidade capaz de gerar a ruptura do Pacto conformado até então. Isso ocorre em razão da decisão do presidente Evo Morales de construir a rodovia *Villa Tunari – San Ignacio de Moxos* atravessando o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure – TIPNIS, apoiando-se em argumentos ligados a provisão infraestrutural do país e de cumprimento à promessa feita às bases cocaleiras da região do Chapare. É neste momento, pois, que o discurso desenvolvimentista assume referentes objetivos mais concretos na realidade do país, lançando as bases para as críticas e rupturas dos setores sociais ligados à defesa dos direitos indígenas, dos direitos humanos, da *madre tierra* e da democracia.

2 O CONFLITO DO TIPNIS, A IIRSA E AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA BOLIVIANA

O TIPNIS, situado no bioma amazônico boliviano, compreende áreas nas províncias José Ballivián, Pedro Marbán e Mojos, no departamento do Beni e nas províncias de Ayopaya e Chapare, no departamento de Cochabamba. Segundo informações do *Viceministerio de Tierras* (2009), vivem aí aproximadamente 1.500 famílias, totalizando uma população

também aproximada de 7.000 habitantes⁶, organizadas em 64 comunidades. Diante da institucionalidade do Estado, ele goza das garantias e prerrogativas de dupla categoria: a de Parque Nacional, criado como tal em 22 de novembro de 1965 e de território indígena, reconhecido em 24 de setembro de 1990, como conquista e resultado direto da primeira grande marcha indígena protagonizada por esses povos no mesmo ano.

Este reconhecimento se deu no governo Jaime Paz Zamora que, ademais, reconhece os assentamentos de campesinxs colonizadorxs⁷ no interior do parque (determinando a criação de uma “linha vermelha” para evitar outros novos), e estabelece que todo e qualquer projeto a ser desenvolvido dentro dos seus limites (construção e obras de desenvolvimento, particularmente de estradas e poldutos) deveria contar, previamente, com estudo de impacto ambiental, bem como com a consulta e a participação da organização indígena da área⁸. Como consequência, a gestão do TIPNIS, legalmente, é baseada numa coadministração entre o *Servicio Nacional de Áreas Protegidas* – SERNAP e a Subcentral TIPNIS. O reconhecimento enquanto território indígena é iniciado em 25 de abril de 1997, no governo Gonzalo Sánchez de Lozada, mas só em fevereiro de 2009, já no governo do presidente Evo Morales Ayma, a titulação definitiva é realizada, estabelecendo para a TCO-TIPNIS uma superfície de 1.091.656 hectares, mediante a Resolução Suprema 230292 e o *Título Ejecutorial* TCO-NAL-000229⁹.

Do ponto de vista dos aspectos sócio-organizativos no interior do território, no entanto, existem três organizações: a Subcentral TIPNIS, que oficialmente representa a toda a área; a Subcentral Sécore, que representa a todas as comunidades ao longo deste rio (até San Vicente, com exceção das comunidades de Tres de Mayo e Coquinal); e o *Consejo Indígena del Sur* – CONISUR, organização que representa parte das comunidades da sub-região sul da

⁶ Ver: Viceministerio de Tierras – Unidad de Promoción Indígena y Campesina. Boletín n. 111. La Paz: 12 de junho de 2009.

⁷ Os gêneros feminino e masculino são socialmente construídos e reafirmados cotidianamente através de um complexo sistema de instituições sociais e sistemas simbólicos que mesclam qualidades e valores a eles associados, concorrendo para um conseqüente sistema de classificação social dos sujeitos em decorrência do seu devir na cultura e o quanto se aproximam e afastam daquilo que signifique “ser homem” ou “ser mulher” em cada contexto. A referência à socialização no contexto da questão de gênero dá-se, nestes termos, pois, fazendo referência ao processo de aprendizagem dos papéis sociais relativos a este campo de distinção e classificação social. Nesse sentido, adotamos a forma neutra ou genérica em lugar da falsa neutralidade do uso do masculino, sob a forma do “x”. Sem pretensão de incorrer num relativismo linguístico, e reconhecendo, ademais, que as palavras assim escritas não são passíveis de reprodução fonética, elas nos parecem expressivas o suficiente para avivar reflexões e debates acerca dos limites não apenas do binarismo de gênero (XAVIER, 2013), como também da gramática normativa ou da norma (dita) culta da língua portuguesa (BAGNO, 2009).

⁸ Decreto Supremo nº 22610. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-22610.xhtml>.

⁹ No ano de 2010, mediante o Decreto Supremo nº 727 assinado pelo presidente em exercício, Álvaro Marcelo García Linera, foi iniciado no país um trâmite administrativo de conversão da categoria “*Tierra Comunitaria de Origen* – TCO” em “*Territorio Indígena Originario Campesino* – TIOC”, nos marcos da Nova Constituição promulgada em 2009.

área (SURKIN, 2002) – junto com centrais e sindicatos colonos filiados à Federação de Colonizadores do Trópico de Cochabamba. A convivência entre indígenas e colonos está atravessada, assim, por contradições em torno das formas organizativas e produtivas, além do sistema de propriedade da terra, bases do conflito interétnico disparado com a colonização e o estabelecimento de assentamentos na área. Segundo o resumo executivo de Avaliação Ambiental Estratégica:

El Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Secure, TIPNIS, actualmente es un espacio donde conviven dos modelos de desarrollo muy diferentes: el modelo indígena desarrollado en los actuales límites de la Tierra Comunitaria de Origen (TCO) (se han identificado al menos tres sistemas de vida) y el modelo colono desarrollado en el “Polígono 7” (sistema de vida colono) y que es, en definitiva, una continuidad de la colonización del trópico cochabambino iniciada varias décadas atrás y, en el caso específico de esta área en el año 1983 – 1987, como resultado de la sequía que se produjo en el país entre 1982 – 1983 Y posteriormente como resultado del proceso de relocalización de los mineros, luego del cierre de la COMIBOL (SERNAP, RUMBOL SRL, 2011, p. 4).

Ainda nesta direção, Paz (2011, p. 9) explica que:

En la lectura constitucional profundamente nacionalista de la época, las tierras de las tribus selvícolas en realidad formaban parte de lo que se consideraba tierra fiscal; es decir, tierra de dominio y propiedad del Estado. Así, éste podía decidir acerca de su destino. Uno de los grandes proyectos estatales implementados después de la revolución de 1952 fue justamente la marcha hacia el oriente boliviano (SORUCO, 2008), la ocupación de tierras en los llanos amazónicos y chaqueños de Bolivia que buscaba consolidar una agroindustria exportadora en la región de Santa Cruz (caña, algodón, girasol, soya) y, a su vez, implementar planes y programas de colonización a la región de los yungas por parte de sectores campesinos andinos ya que éstos iban a verse expuestos rápidamente a un proceso de parcelación y empobrecimiento de su economía campesina (LASERNA, 1987). El contingente de campesinos colonizadores a los yungas bolivianos estuvo conformado por quechuas y aymaras que buscaron expandir sus iniciativas agrarias en tierras bajas y el Chapare se convirtió en uno de los lugares de destino.

Desde a “*I Marcha por el Territorio y la Dignidad*” ocorrida entre agosto e setembro de 1990, onde estava em questão o reclame por terra e território, bem como a consolidação do já então Parque Nacional também como Território Indígena, os conflitos que atravessam o território vêm se atualizando e complexificando. Don Lucho, residente na comunidade de Santa María, no TIPNIS¹⁰, lembra que para esta 1ª Marcha foi decisivo o papel da liderança indígena Marcial Fabricano, quem atuou fortemente na mobilização das pessoas, convocando os corregedores (autoridades comunitárias) de cada comunidade para tanto.

¹⁰ Entrevista concedida em janeiro de 2018 no âmbito da parte etnográfica da pesquisa de mestrado, que teve como um dos casos estudados o do conflito em torno do TIPNIS. Consultar: (MELO, 2019).

O sr. Marcelino, também residente nesta comunidade¹¹, ressalta que é longa a história do TIPNIS, que já foi controlado por grandes proprietários de terra que comandavam um regime patronal em que as populações indígenas eram submetidas a trabalhos forçados, sob pena de açoite e outras formas de violência em caso de descumprimento de qualquer exigência que lhes era feita. Esta realidade se manteve até a Revolução de 1952 e a sua posterior conversão em Parque Nacional. Ademais, além das propriedades privadas e atividades extrativas que historicamente interferem na continuidade do território, afetando a acessibilidade aos recursos naturais, tem-se a institucionalização do conflito com colonizadores (e sindicatos) locais no interior do Território.

Somado a isso, tem-se, em 2007, o início de construção de uma estrada por parte de ditos colonizadores, com a previsão de atravessar o parque nacional e território indígena e o dividir em duas partes, intensificando aí a conflitividade. A estrada, em realidade, desde o ano de 2003, integra o projeto de criação de um Sistema Nacional de Rodovias, instituído no governo do presidente Hugo Banzer Suarez, mediante o Decreto Supremo nº 25134 de 21 de agosto de 1998. A sua incorporação ao projeto se dá na atualização por que passa no ano de 2003, no governo do então presidente Carlos Diego Mesa Gisbert, através do Decreto Supremo nº 26996 de 17 de abril. Em 2006 o projeto sofre novas modificações, sob a gestão do presidente Evo Morales, e passa à coordenação da então criada *Administradora Boliviana de Carreteras* (ABC). Torna-se parte, assim, do projeto de consolidação da *Red Vial Fundamental* do país, vetor do macro setor econômico-produtivo – um dos eixos estratégicos estruturantes do *Plan Nacional de Desarrollo (PND): Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para vivir bien*¹².

Em 22 de agosto de 2009, orientado pelos objetivos e sentidos da integração regional, foi assinado, pelos presidentes Evo Morales Ayma e Luiz Inácio Lula da Silva, o protocolo de financiamento da obra pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil – aprovado em lei na Bolívia no dia 07 de maio de 2011¹³. A extensão da rodovia é de 306 quilômetros, dividida, esta, em três trechos: (1) *Villa Tunari – Isinuta*; (2)

¹¹ *Ibid.*

¹² PORTAL WORLD HEALTH ORGANIZATION. Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para vivir bien. Disponível em: <https://extranet.who.int/nutrition/gina/sites/default/files/BOL%202006%20-%20Plan%20Nacional%20de%20Desarrollo.pdf>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

¹³ PORTAL ITAMARATY. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de assinatura de atos, Chimoré, 22 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10820-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-assinatura-de-atos-chimore-22-de-agosto-de-2009>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

Isinuta – Monte Grande del Ampere; e (3) *Monte Grande del Ampere – San Ignacio de Moxo*¹⁴, para os quais os estudos de impactos ambientais (EIA) não foram concluídos, constando apenas os referentes aos trechos 1 e 2. O contrato posteriormente foi alvo de processo administrativo em razão de denúncia por parte da *Asociación de Ingenieros al Servicio de la Comunidad – Insercom*, de Cochabamba, que apontou inconsistência técnica e econômica no projeto¹⁵.

Do ponto de vista dos interesses geoestratégicos do Brasil plasmados nas obras de infraestrutura da IIRSA, com a consolidação dos corredores da *Red Vial* da Bolívia significarão a redução dos custos logísticos das exportações do país, sobretudo para o setor agroexportador das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste vinculados pelos projetos dos Eixos de Integração e Desenvolvimento – EIDs, Peru-Bolívia-Brasil e do Amazonas¹⁶. Este modelo de integração priorizado nacional e regionalmente tipifica a Bolívia enquanto país de trânsito¹⁷, rota de acesso aos portos do Chile e do Peru, suscitando a discussão no país – para o qual a infraestrutura se apresenta como tema tão caro – sobre os atravessamentos ideológicos da relação “estradas e desenvolvimento” que, desde as ferrovias implementadas no começo do século XX, tem sido aí sustentada por uma racionalidade geopolítico-militar, em profunda sintonia com a economia primário-exportadora, extrativista e agro-mineira¹⁸.

A IIRSA foi projetada no contexto em que praticamente todos os países latino-americanos haviam aderido às reformas estruturais orientadas pelo ideário neoliberal, e buscavam, nesta perspectiva, implementar um “novo regionalismo”, distinto, por suas formas e objetivos, daqueles que tiveram efeito na região desde as independências e, com mais intensidade, no pós-Segunda Guerra Mundial (BID, 2000; SOUZA, 2012). Ela dá lugar a um (re)ordenamento territorial formal da América do Sul, que possibilita que os bancos estabeleçam compartilhamentos e complementaridade operacionais em escala de intervenção supranacional, mas também sistêmica (SANTOS, 2014, p. 67). É composta por um total de 10 EIDs (do Amazonas, do Escudo Guianês, Interoceânico Central, Andino, Andino do Sul, Mercosul-Chile, da Hidrovia Paraguai-Paraná, de Capricórnio, Peru-Bolívia-Brasil e do Sul)

¹⁴ PORTAL TIPNIS BOLIVIA. Proyecto carretero Villa Tunari – San Ignacio de Moxos. Administradora Boliviana de Carreteras, sem data. Disponível em: <https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/mdf-pres-abc-00723-0000.pdf>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

¹⁵ PORTAL TIPNIS BOLIVIA. INSERCOM – Ingenieros al Servicio de la Comunidad Velando por el Desarrollo del País. Disponível em: <http://www.tipnisesvida.net/INCONSISTENCIA.pdf>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

¹⁶ Mapa base das ferrovias da VALEC, disponível em: <http://www.valec.gov.br/images/ferrovias-mapas/mapa-principal/mapa-base.jpg>. Último acesso em 22 de dezembro de 2019.

¹⁷ CARPIO, S. M. Corredor Norte: nación integrada o país de tránsito. FOBOMADE: La Paz, 2010.

¹⁸ NAVA, P. V. Geopolítica de las carreteras y el saqueo de los recursos naturales. CEDIB: Cochabamba, 2013.

que atravessam os 12 países da América do Sul, criando novas formas de organização e ocupação dos espaços territoriais nacionais, num cenário em que se encontram e entrecruzam diversos interesses econômicos e geopolíticos.

Embora tenha sido apresentada durante a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul nos anos 2000, a iniciativa foi relançada em agosto de 2003, no âmbito do *1º Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES – CAF*, ocorrido na sede do banco brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro. Promovido pelo BNDES na figura do seu então presidente, o economista Carlos Lessa, “*com o objetivo de formular um Plano de Ação conjunto com a CAF (Corporación Andina de Fomento) para estruturar financiamentos de projetos de integração entre os países do continente sul-americano*” (BNDES, 2003) neste início do ciclo progressista brasileiro, o evento reafirma a IIRSA como principal iniciativa orientada à criação de infraestruturas físicas, energéticas e de comunicação no subcontinente, desta vez nos moldes de um Fórum Técnico para a facilitação do planejamento de infraestrutura para a conectividade da região, incorporada, a partir de 2011, ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN da UNASUL (IIRSA, 2018)¹⁹.

Para a Bolívia, no âmbito da IIRSA, são previstos 52 projetos, sendo o país atravessado por cinco EID’s: Peru-Brasil-Bolívia, Andino, Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central e Capricórnio (COSIPLAN, 2017). Deste total, três abrangem a região amazônica do país, seja tendo-a como área de influência (Andino), seja efetivamente com projetos nos territórios que a compõem (Interoceânico Central e Peru-Brasil-Bolívia). Este último EID reúne quase a totalidade dos projetos territorializados na Amazônia boliviana (13) e se apresenta em estreita relação com o do Amazonas (de maior abrangência da IIRSA, com 45% da superfície da América do Sul). Pela (inter)relação mantida entre os projetos destes dois Eixos, tem-se, inclusive, o tratamento de ambos a partir da noção de “Eixo Amazonas Ampliado” (CASTRO & PARIMBELLI, 2013). As obras neles previstas – apoiadas em

¹⁹ Vale enfatizar que mesmo esta concepção reformulada dos eixos da IIRSA não dá conta da complexidade atual relacionada à iniciativa, sobretudo ao seu processo de territorialização e às implicações sociopolíticas, culturais, econômicas e ambientais. A desinstitucionalização atual da iniciativa, a gestão/resolução dos conflitos, bem como o controle e a participação social em torno destes projetos e obras, entre outros, figuram como temas urgentes de tratamento devido. Muito embora extrapole o esforço analítico deste trabalho, vale mencionar ademais que este ambiente institucional é profundamente transformado a partir de 2017, sobretudo após o golpe de Estado ocorrido no Brasil em 2016 e a ascensão de governos de centro-direita nas presidências dos países da região. Tem-se a conformação do Grupo de Lima (MRE, 2017), a suspensão, em 2018, da participação de seis (dos doze) países até então constituintes da UNASUL e, mais recentemente em 2019, a união de esforços destes na criação do PROSUL – Foro para o Progresso da América do Sul (MRE, 2019). Estas transformações institucionais reafirmam a IIRSA enquanto mero conjunto articulado de corredores de exportação de bens primários – que não são o mesmo que eixos de integração e desenvolvimento.

outras, como o projeto nacional da Bolívia de consolidação da *Red Vial Fundamental*²⁰ – consolidará regionalmente um corredor transoceânico multimodal mais ao norte, conectando os oceanos Atlântico e Pacífico.

O modo como a IIRSA se apresenta na Bolívia, portanto, corrobora com a perspectiva que a situa como um caso bastante característico para se considerar os discursos e as práticas geopolíticas sul-americanas, bem como seus processos de territorialização. Deriva disso certa visão do país no contexto geopolítico e geoeconômico da América do Sul, que passa, em linhas gerais, por tomá-lo (1) como um “país tampão”, por suas características fisiográficas excepcionais, comprimido entre as pretensões da Argentina e do Brasil; (2) como região estratégica a ser controlada, a partir da teoria do *triângulo estratégico boliviano*, formulada pelo brasileiro Mario Travassos na primeira metade do século XX; e/ou (3) como zona estratégica e rica em recursos, ponto capital para a integração das diversas regiões da América do Sul (PFRIMER, 2011). Nesse sentido, tanto os discursos quanto as políticas territoriais bolivianas contemporâneas situam o país como área de contato, “vocacionado”, portanto, à integração sul-americana (MOYANO, QUINTELA & MURILLO, 2018).

Seguindo por esta perspectiva, com a liberação do financiamento do BNDES e a autorização da construção da rodovia *Villa Tunari-San Ignacio de Moxos* através da lei nº 112 em maio de 2011, tem início um largo e intenso processo de resistência por parte das populações indígenas da TCO-TIPNIS, apoiada por diversas organizações indígenas do país – além de personalidades e instituições nacionais e internacionais ligadas à defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e da democracia –, num conflito que se encontra aberto até a atualidade²¹. Em julho de 2011 a IV Comissão Nacional da CIDOB fez a convocatória para a VIII Marcha Indígena “*Por la defensa del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore, por los territorios, la vida, dignidad y los derechos de los pueblos indígenas*”, que teve início na cidade de Trinidad no dia 15 de agosto deste ano, chegando à cidade de La Paz em 19 de outubro – somando-se a ela também, entre outras, a principal organização indígena de terras altas, o CONAMAQ. Foram 602 km percorridos, numa marcha que durou pouco mais de dois meses (GUZMÁN, 2012)²².

²⁰ Ver: ABC, 2018.

²¹ O financiamento do BNDES à referida obra na Bolívia foi alvo de forte polêmica e denúncias na Bolívia e no Brasil. Em razão disso, o financiamento foi efetivamente cancelado, apresentando o banco um “Extrato do distrato ao contrato de colaboração financeira mediante desconto de títulos de crédito nº 10.2.1999.1, celebrado entre o BNDES e o Estado Plurinacional da Bolívia com a interveniência da Construtora OAS Ltda. e da Administradora Boliviana de Carreteras”.

²² Em torno desta 8ª marcha, uma série de fatos tiveram efeito, gerando sérias implicações para o governo nacional. Ainda a caminho de La Paz, entre a tarde do dia 25 e a madrugada do dia 26 de setembro, houve uma

Forte disputa legislativa se estabelece a partir de então, com a chegada da Marcha a La Paz e a apresentação da sua plataforma de 16 pontos ao governo nacional²³. Desde então, tem-se a promulgação e a revogação de diversas leis no país sobre o tema do TIPNIS e da construção da rodovia *Villa Tunari – San Ignacio de Moxos*, tudo isso em função das correlações de força que se estabelecem e o peso político que adquirem em cada momento, chegando este processo até a contemporaneidade. Desde o ponto de vista da oficialidade do Estado, o principal argumento econômico justificador da rodovia está relacionado ao setor externo, de exportações e de comércio do país. Segundo explica Wilde Camacho Salazar, chefe de gestão e projetos do Vice-ministério de Transporte, coordenador nacional da Bolívia na IIRSA-COSIPLAN²⁴, do ponto de vista da criação de infraestrutura e da promoção da integração rodoviária, está em vias de construção e consolidação aquilo que seria a “coluna vertebral” do país, responsável por integrar internamente a Bolívia e externamente esta a outros países.

Trata-se da criação de uma rede vial de integração bioceânica, como uma espécie de “canal do Panamá do século XXI” que, a seu ver, favorecerá a integração comercial sul-americana. Neste sentido, salienta o então representante da Bolívia na IIRSA, a rodovia atravessando o TIPNIS resulta ser de vital importância para o comércio interior e exterior do país. Integrando as cadeias produtivas dos departamentos de Beni e Cochabamba, contribuindo, ademais, com os setores mais dinâmicos da economia exportadora boliviana na contemporaneidade, concentrados no oriente do país (especialmente nos eixos em torno da cidade de Santa Cruz – com os produtos agrícolas dos *valles* orientais; e os mercados com o Brasil, sustentado pela região dos *llanos* –, e da cidade de Trinidad com o departamento de Pando).

Frente ao questionamento a respeito do tratamento, por parte do governo, da questão em torno da legislação ambiental que permeia o conflito (uma vez que se trata o TIPNIS, de

intervenção policial no acampamento onde se encontravam xs marchistas, nas imediações da cidade de San Borja (Chaparina), que dela se estabeleceu enquanto marco, pelo terror e pela violência empregadas. O objetivo da intervenção era impedir que a marcha chegasse à cidade de La Paz, para o que foi realizado um ataque com gás lacrimogêneo ao acampamento – oportunidade na qual as principais lideranças da marcha foram detidas e cerca de 240 pessoas foram levadas em ônibus sem placas de controle, primeiro para a cidade de San Borja, daí a Yucumo e depois à cidade Rurrenabaque, onde seriam transportadas em aviões a um destino que, após haverem passado horas cativas dentro do ônibus, não lograram saber qual era.

²³ PORTAL SERVINDI. Plataforma de demandas de la VIII Gran Marcha Indígena por la defensa del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Secure TIPNIS, por los territorios, la vida, dignidad y los derechos de los pueblos indígenas del oriente, chaco y amazonia boliviana. CIDOB: Santa Cruz de la Sierra, 2011. Disponível em: <<http://www.servindi.org/pdf/16-demandas-de-la-marcha-en-defensa-del-TIPNIS2.pdf>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

²⁴ Entrevista concedida em janeiro de 2018 no âmbito da parte etnográfica da pesquisa de mestrado, que teve como um dos casos estudados o do conflito em torno do TIPNIS. Consultar: (MELO, 2019).

uma Área Protegida – Parque Nacional e Território Indígena), Salazar afirma que, do ponto de vista da dimensão técnica, não há alternativa viável de construção da rodovia, sem que se dê o previsto atravessamento. A proposta alternativa elaborada pelo *Colegio de Ingenieros de Cochabamba*, segundo aponta, é inviável por apresentar uma rota muito mais extensa, comprometendo a função básica, dentro das muitas funções que possui uma rodovia, que é, numa estratégia econômico-produtiva, fazer com que o passageiro chegue ao menor tempo possível ao seu destino.

O que se pretende, portanto, é a realização de uma construção com impactos mínimos, prevendo-se, para tanto, modificações e melhorias no projeto, que deveria então ser executado até 2025 – agenda que o governo do MAS pretendia executar, por meio da eleição de Evo Morales para o seu quarto mandato consecutivo²⁵. Nesse sentido, a suspensão da intangibilidade do Parque concorreria para a correção dos prejuízos enfrentados pelas pessoas residentes, no que concerne à oferta de serviços básicos, permitindo a construção de infraestrutura para o escoamento de produção nacional e internacional, com danos mínimos ao meio ambiente. Com o fim da participação brasileira no projeto, há uma reconfiguração destes projetos em matéria de financiamento, figurando a Corporação Andina de Fomento – CAF e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, como os maiores aportadores de recursos. Tem-se também a maior presença dos contratos com a China: trata-se de negócios que oferecem, segundo aponta, oportunidades de financiamento com maiores facilidades, melhores condições e tempos.

O projeto da estrada, no entanto, é polêmico e, como lembra Silvia Molina, pesquisadora do *Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario* (CEDLA), não nasce no governo Evo²⁶. Neste governo, no entanto, é quando mais avança, sobretudo após a visita do presidente Lula ao país em 2009, prevendo-se, com a estrada, o atravessamento da zona núcleo da área protegida. Trata-se, desse modo, de interesses regionais, locais e internacionais em torno da construção, vinculando dois grandes eixos da IIRSA – interoceânico central e Peru-Brasil-Bolívia – que se dirigem ao norte amazônico. Ou seja, ainda que não esteja, de fato, na carteira de projetos da IIRSA, a rodovia figura como uma espécie de projeto âncora, consolidando a vinculação do eixo interoceânico central com as savanas do Beni, bem como com a zona de controle de chuvas, de manejo de bacias

²⁵ Esta possibilidade se mostrou inviável dada a atual crise política que atravessa o país, que culminou com a deposição do presidente Evo em 2019.

²⁶ Entrevista concedida em janeiro de 2018 no âmbito da parte etnográfica da pesquisa de mestrado, que teve como um dos casos estudados o do conflito em torno do TIPNIS. Consultar: (MELO, 2019).

hidrográficas, onde se encontra importante aquífero do país e, por isso mesmo, uma área protegida.

Esta situação coloca em foco duas questões principais: por um lado, todo o tema das estradas e das políticas de transporte no país – inauguradas, estas últimas, no governo Sánchez de Lozada (1993-1997), sob o lema “*cambio para todos*”, onde se define, segundo aponta a pesquisadora, a Bolívia como país de trânsito e provedor energético para a região²⁷ – e, por outro, todo o tema ambiental que atravessa a construção da rodovia, evidenciando um dos aspectos centrais do conflito que, nas palavras de Patricia Molina, diretora geral do *Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo* (FOBOMADE), se estabelece entre o déficit de conexões e a conservação de ecossistemas no país²⁸.

Ainda do ponto de vista das vias e caminhos na Bolívia, Pablo Villegas Nava, pesquisador do *Centro de Documentación e Información Bolivia* (CEDIB)²⁹ destaca a relação que mantêm com os sistemas e ciclos econômico-comerciais do país, num processo de integração que se baseia na conformação de um setor de transporte que é disparada em razão de dois tratados de guerra, assinados com o Brasil (1903) e com o Chile (1904). Mesmo sob estas condições, a criação destas vias foi promovida como projetos para o desenvolvimento do país, subsidiadas, inicialmente, por capitais ingleses (controlando as ferrovias e trens) e posteriormente estadunidenses (com o controle das rodovias e da abertura de caminhos). Desde então, os diversos modais de transporte na Bolívia estariam estruturados como coluna vertebral de sistemas econômicos específicos, sendo a IIRSA atualmente, para o pesquisador, a coluna vertebral do neoliberalismo na região.

Mais especificamente em relação à estrada sobre o TIPNIS, aproximando-nos, desse modo, do segundo aspecto, relativo às suas implicações ambientais, o professor da *Universidad Mayor de San Andrés* (UMSA) e ex-Viceministro de *Ciencia y Tecnología* da Bolívia (2006-2007), Roger Carvajal Saravia, indica que toda estrada que atravessa uma floresta implica em desmatamento – fato já comprovado na Bolívia, segundo aponta, com o surgimento das chamadas “espíngas de peixe”, como aconteceu, por exemplo, com a região do Chapare³⁰. Se é verdade que ao lado das rodovias se estabelecem outros caminhos e este processo contribui para o desmatamento, isso tenderá a se estender desta região limítrofe para

²⁷ “*Plan General de Desarrollo Económico y Social de la República: El Cambio para Todos*”, construído no primeiro governo Gonzalo Sánchez de Lozada, quando a Bolívia é convertida em “país de trânsito” da América do Sul e centro de distribuição de gás e outros energéticos (MOLINA, 2005, p. 61-62).

²⁸ Entrevista concedida em janeiro de 2018 no âmbito da parte etnográfica da pesquisa de mestrado, que teve como um dos casos estudados o do conflito em torno do TIPNIS. Consultar: (MELO, 2019).

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*

o TIPNIS. Se a floresta desaparece, dando lugar a monocultivos ou pastos, este ciclo é igualmente interrompido, comprometendo as águas que provêm o altiplano, o TIPNIS e possivelmente também a região do Parque Nacional Madidi (Rurrenabaque).

Além disso, o desmatamento e a transformação espacial implicam em desestruturação dos modos de vida, das identidades étnicas e, conseqüentemente, dos conhecimentos ancestrais então disponíveis. Este processo teria um agravante, que está relacionado ao fato de que boa parte da riqueza aí gerada não fica no país, dado que os setores são hegemonicamente comandados por estrangeirxs. Este horizonte estratégico de desenvolvimento vai em direção oposta ao que então foi proposto no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado em 2006, quando o presidente Evo Morales assume o poder. Conforme destaca o ex-Viceministro, assim, a superação do extrativismo passaria pelo desenvolvimento da indústria de transformação no país, baseada no uso sustentável da biodiversidade, num processo que fosse capaz de gerar riqueza, mas que também permitisse ao Estado retribuir aos que deram o conhecimento; àquelxs que historicamente contribuem para a conservação das florestas, sem que isso significasse a aculturação ou a expulsão destxs de seus territórios, mas sim que pudessem melhorar, no que quisessem, os seus modos de vida, sem que tivessem violentadas ou negadas as suas identidades.

Desde esta perspectiva de desenvolvimento, baseada no valor estratégico da biodiversidade, dos conhecimentos ancestrais e nas formas sustentáveis de produção em sintonia com os tempos e formas de regeneração da natureza na floresta, o argumento que justifica a suspensão da intangibilidade do TIPNIS não se sustenta³¹. Ou seja, há compatibilidade entre os princípios de conservação previstos nas legislações ambientais que estruturam o sistema nacional de áreas protegidas (SNAP) e o respeito aos modos de vida locais e dos usos tradicionais do território – como se pode avaliar a partir do desenvolvimento do Plano de Manejo da área, sobretudo com a produção cacaeira e de aproveitamento do couro de jacaré³². Com a promulgação da lei de intangibilidade estabeleceu-se limites às atividades produtivas preexistentes e já consolidadas no território, como destaca Silvia Molina, a decisão do governo de suspendê-la em 2017 concorreu para a legitimação de ações prévias que já vinham sendo implementadas na direção da construção da estrada.

³¹ Ver: Anteproyecto de Ley de Declaratoria de Intangibilidad y Protección del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS). PL-754/2011-2012. Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia, Cámara de Diputados, 2011.

³² PORTAL TIPNIS BOLIVIA. Plan de Manejo Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/10/ges-plan-sernap-00120-2004.pdf>>. Último acesso em 04 de maio de 2019.

Ela afirma que, quando muitos achavam que a IIRSA não seria uma experiência de sucesso, nos últimos anos observa-se que a iniciativa avançou de modo expressivo, especialmente em função da liderança exercida pelo Brasil. Se com o enfraquecimento dos governos progressistas a iniciativa se viu institucionalmente debilitada, tem-se novos atores surgindo, como é o caso dos capitais chineses. Ela argumenta que, mesmo neste momento crítico, onde se promove o enfraquecimento da institucionalidade do Estado, de flexibilização e supressão de normas ambientais e sociais; de transformação e redução das normas trabalhistas, este processo de integração infraestrutural não parou. E completa: este processo de crescimento da direita radical nos países da região em geral, trouxe desafios consideráveis que se estenderam para as organizações sociais e acadêmicas, envolvidas fortemente em processos políticos complexos, estes outros processos econômicos (de dominação e transformação dos territórios) seguem avançando sem que para eles tenhamos logrado encontrar respostas efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração regional como alternativa e instrumento de fortalecimento estratégico dos países da região, principalmente no período pós-anos 2000, com a IIRSA, vem se desdobrando em frentes como transporte, comunicações e energia. A região amazônica abriga variada rede de projetos que se situa como campo de contradições e conflitos para governos, como o da Bolívia. A construção de megaprojetos vias rodoviários, aliados ao contexto da IIRSA, contribui para a consolidação deste país como país de trânsito na América do Sul, caracterizando o aprofundamento de conflitos socioterritoriais na região, profundamente ligados aos antagonismos que ainda se verificam entre a ótica nacional desenvolvimentista e as filosofias ancestrais de populações habitantes em territórios tradicionais, como o TIPNIS.

Neste sentido é importante situar que o fim do colonialismo formal e os processos de independência do século XIX, não representaram a efetiva desvinculação política, econômica, social e cultural de países do centro do capitalismo global. O colonialismo, com novas ferramentas e significados, transita para a colonialidade global (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Portanto, desde o enfoque que aqui adotamos, percebe-se que o capitalismo global vem ressignificando os processos de exclusão (*Ibidem*, 2005).

Se, por um lado, a implementação de uma Nova Constituição a partir de 2009 e os vetores correspondentes às demandas históricas das populações indígenas se apresentaram como uma mudança fundamental para a sociedade boliviana, com a melhora nos índices de alfabetização e acesso a direitos fundamentais como serviços básicos de água potável³³; em outro extremo, é perceptível que os conflitos entre o projeto desenvolvimentista do governo de Morales (2006-2019) e determinados setores populacionais, nomeadamente populações indígenas de terras baixas e o caso emblemático do TIPNIS, colocam a dissidência entre os princípios da filosofia indígena do *Vivir Bien* (estabelecidos constitucionalmente), e os programas e megaprojetos de infraestruturas estabelecidos no país por meio da IIRSA e do planejamento estatal.

Pensar a IIRSA, nessa acepção na medida em que a iniciativa se vai consolidando enquanto mero conjunto de corredores de exportação de bens primários, à margem de uma institucionalidade efetivamente capaz de atenuar os seus impactos como um mecanismo de perpetuação de um sistema de padrão de poder global, ao apontar para planos de desenvolvimento e os megaprojetos que atravessam territórios indígenas e de comunidades ancestrais, confirma os conflitos com a filosofia do *Vivir Bien* e a dependência dos países latino-americanos na economia-mundo capitalista.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRADORA BOLIVIANA DE CARRETERAS (ABC). **Red Vial Fundamental 2018**. PORTAL ABC: Bolívia, 2018. Disponível em: http://www.abc.gob.bo/wp-content/uploads/2018/08/mapa_abc_2018_web.pdf. Último acesso em 13 de junho de 2019.

ARDAYA, Z. L. **La búsqueda de la Loma Santa y la marcha indígena por el territorio y la dignidad**. APCOB – CIDDEBENI – OXFAM América: Santa Cruz de la Sierra, 1998. Disponível em: <https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/aca-lib-lehm-00770-1999.pdf>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

BAGNO, M. **Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro**. Parábola editorial: São Paulo, 2009.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Un nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional en América del Sur**. Novembro, 2000.

³³ Ver *Instituto Nacional de Estadística*: <http://wd.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-economicas/servicios-basicos/#1559000614062-ed9a91b8-2288>.

Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/publicacion/14942/un-nuevo-impulso-la-integracion-de-la-infraestructura-regional-en-america-del-sur>. Último acesso em 22 de dezembro de 2019;

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES).

Informe n. 173, agosto, 2003. Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/5802/1/Informe%20BNDES%2C%20n.%20173%2C%20ago.%202003.pdf>. Último acesso em 04 de janeiro de 2020.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas.** CLACSO: Buenos Aires, 2005.

CASTRO, J. V.; PARIMBELLI, M. **Ejes de Integración: elementos para el desarrollo sostenible del territorio Eje del Amazonas Ampliado.** Abril, 2013. Disponível em:

http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/ama_montevideo13_informe_ama_zonas_ampliado.pdf. Último acesso em 15 de janeiro de 2019.

COSIPLAN. **Cartera de proyectos 2017.** Foro Técnico IIRSA; Comitê de Coordenação Técnica: Buenos Aires, 2017. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/IIRSA/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2017.html>. Último acesso em 24 de agosto de 2019.

ESCOBAR DE PABÓN, S. *Demandas ignoradas, políticas anti-campesinas. Ajuste y liberalización, las causas del conflicto social.* In: CLACSO. **Observatorio Social de América Latina (OSAL).** Ano IV, n. 12, set-dez, Buenos Aires, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110226121755/5d1escobar.pdf>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

GUZMÁN, G. **La marcha.** Editorial Gente Común: Bolívia, 2012. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/bolivien/10439.pdf>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **América do Sul. Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações.** FUNAG: Brasília, 2005.

Disponível em:

http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&path=62&product_id=454&sort=p.price&order=ASC. Último acesso em 15 de julho de 2019.

INCIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA). **Ejes de Integración y Desarrollo.** [?2018]. Disponível em:

<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=68>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

LEÓN, P. C.; CHÁVEZ, D. M.; CRESPO, P. U. *Una década de movimientos sociales en Bolivia.* In: **Observatorio Social de América Latina (OSAL).** Ano XI, n. 28, nov.

CLACSO: Buenos Aires, 2010. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120511024709/osal28.pdf>. Último acesso em 22 de dezembro de 2019.

LO BRUTTO, G.; LÓPEZ, L. A. *Cuando el destino nos alcanza. La relación entre movimientos sociales y gobiernos latinoamericanos de izquierda*. Tla-Melaua, revista de **Ciencias Sociales**. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México. **Nueva Época**, ano 11, n. 43, outubro 2017-março 2018, pp. 156-177. Disponível em: <http://www.apps.buap.mx/ojs3/index.php/tlamelaua/article/view/399/401>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

MARTÍNEZ, P. **Bolivia frente a la IIRSA-COSIPLAN ¿Entre el extractivismo y la integración?** CLACSO: Buenos Aires, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131016053606/Informe.pdf>. Último acesso em 03 de janeiro de 2020.

MELO, M. C. **Dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul: uma mirada desde a IIRSA e as lutas por terra/território na Bolívia e no Brasil**. (2019). Dissertação de Mestrado. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5037>. Último acesso em 14 de junho de 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 259 – Declaração de Lima**. PORTAL DO ITAMARATY: Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>. Último acesso em 03 de agosto de 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 73 – Declaração presidencial sobre a renovação e o fortalecimento da integração da América do Sul**. Santiago, 22 de março de 2019. PORTAL DO ITAMARATY: Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20203-declaracao-presidencial-sobre-a-renovacao-e-o-fortalecimento-da-integracao-da-america-do-sul-santiago-22-de-marco-de-2019>. Último acesso em 06 de agosto de 2019.

MOLINA, S. *El rol de Bolivia en la integración de la infraestructura sudamericana*. In: **Geopolítica de los recursos naturales y acuerdos comerciales en Sudamerica**. FOBOMADE: La Paz, 2005. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Outros%20documentos/Geopolitica_Bolivia.pdf. Último acesso em 22 de dezembro de 2019.

MOYANO, B. de M.; QUINTELA, H. I. M.; MURILLO, M. C. M. *Bolivia: estrategias viales hacia un “país de contactos”*. **Revista Transporte y Territorio**. Buenos Aires, n. 18, p. 202-221, 2018. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/rtt/article/view/4934>. Último acesso em 22 de dezembro de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, FAO. **Panorama de la inseguridad alimentaria en América Latina y el Caribe (2015)**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4636s.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OSÓRIO, J. *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica*. In: FERREIRA, C., OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

PADULA, R. **Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IIRSA**. Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL), Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://leal-ufrrj.blogspot.com.br/2011/04/artigo-infraestrutura-geopolitica-e.html>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.

PAZ, S. La marcha indígena del “TIPNIS” en Bolivia y su relación con los modelos extractivos de América del Sur. **Revista GEOgraphia**, v. 13, n. 26, p. 07-36, Niterói, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13623>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

PFRIMER, M. H. Heartland Sul-Americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, pp. 131 - 144, 2011. Disponível em: www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/74192/77835. Último acesso em 10 de agosto de 2018.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America. In: _____ (Eds.). **The Rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America**. United Nations University; Springer: Londres; Nova Iorque, 2012.

RUIZ, J. B. Projeção, fragmentação e justaposição de processos. Regionalismo pós-hegemônico, retorno do regionalismo aberto: a atualidade do regionalismo na América Latina e no Caribe. **Revista Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 13. n.1, p. 16-21, nov. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/P.1809-6182.2016v13n1p16>. Último acesso em 03 de agosto de 2019.

SANAHUJA, J. A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: el caso de UNASUR. In: **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**. Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301699581_Regionalismo_postliberal_y_multilateralismo_en_Sudamerica_El_caso_de_UNASUR. Acesso em: 15 dez. 2019.

SANTOS, A. D. dos. **A integração da infraestrutura regional sul-americana e as dinâmicas do sistema-mundo capitalista: análise comparada das relações entre governos e bancos de desenvolvimento no Brasil, Peru e Bolívia**. 2014. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, F. L. B. dos. **Uma história da onda progressista sul-americana**. Elefante: São Paulo, 2018.

SCHAVELZON, S. **El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia. Etnografía de una Asamblea Constituyente**. CLACSO; IWGIA; CEJIS: La Paz, 2012. Disponível em: <http://vml029.epm.br/handle/11600/10255>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

SERNAP; RUMBOL srl. **Evaluación Ambiental Estratégica del TIPNIS – EAE – 2011. (Resumo Ejecutivo)**. Disponível em:

<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/10/est-eae-sernap-00105-2011.pdf>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

SOUZA, N. A. de. América Latina: as ondas da integração. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2012, p. 87-126. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/296/168>. Último acesso em 22 de setembro de 2018.

SURKIN, J. B. **Caracterización Técnica de Aspectos Históricos, Culturales, Socioeconómicos, Organizativos y de Gestión del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Secure (TIPNIS)**. GTZ; MAPZA: La Paz, 2002. Disponível em: <https://www.bivica.org/file/view/id/485>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

VALENÇA, D. A. **Disjuntivas do processo de cambio: o avanço das classes subalternas, as contradições do Estado Plurinacional da Bolívia e o horizonte do socialismo comunitário**. 2017. Tese de Doutorado. Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

XAVIER, L. *O x da questão*. **Revista Geni**, On-line, n. 4, set. 2013. Disponível em: <https://revistageni.org/10/o-x-da-questao/>. Último acesso em 02 de março de 2020.

SOSTENIBILIDAD Y CADENAS AGROPRODUCTIVAS DE CACAO EN EL PERÚ PERSPECTIVAS DESDE LAS REGIONES PIURA Y SAN MARTÍN

Lourdes Amparo Lares Acero¹

RESUMEN

La sostenibilidad de la cadena de valor de cacao en el Perú resulta importante, porque se encuentra relacionada directamente con el crecimiento económico de las familias productoras de cacao y pueden tener la posibilidad de salir de la pobreza. Los factores identificados en las cooperativas APPROCAP en Piura y ACOPAGRO en San Martín, que favorecen la sostenibilidad de esta cadena, son la diversidad de material nativo y su alta calidad, respectivamente. Ambas características son reconocidas en mercados especializados que pagan mejores precios por estos cacaos, lo que ha favorecido además su producción continua. El desarrollo de capacidades a los socios productores, así como la asociatividad son también factores importantes en ambas cadenas que han favorecido su sostenibilidad. Las políticas nacionales sobre cacao en el Perú deben poner más atención a sus diferentes cacaos a pesar de que muchos de ellos, los nativos, tengan menos volumen productivo pero mucho valor de biodiversidad y a la vez económico.

Palabras clave: Sostenibilidad. Cadenas agroproductivas. Cooperativas. Cacao.

RESUMO

A sustentabilidade da cadeia de valor do cacau no Peru é importante, porque está diretamente relacionada ao crescimento econômico das famílias produtoras de cacau e elas podem ter a possibilidade de escapar da pobreza. Os fatores identificados nas cooperativas APPROCAP em Piura e ACOPAGRO em San Martín, que favorecem a sustentabilidade dessa cadeia, são a diversidade de materiais nativos e sua alta qualidade, respectivamente. Ambas as características são reconhecidas em mercados especializados que pagam melhores preços por esses cacaos, o que também favoreceu sua produção contínua. O desenvolvimento da capacidade dos parceiros produtores, bem como a associatividade, também são fatores importantes nas duas cadeias que favoreceram sua sustentabilidade. As políticas nacionais de cacau no Peru devem prestar mais atenção a seus diferentes cacaos, apesar de muitos deles, os nativos, terem menos volume produtivo, mas muita biodiversidade e valor econômico.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Cadeias agro-productivas. Cooperativas. Cacao

Submetido em: 14.01.2020

Aprovado em: 16.03.2020

¹ Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Investigadora en cadenas agro-productivas, circuitos cortos de comercialización y desarrollo sostenible. Licenciada en Antropología (PUCP) y egresada de la Maestría en Estudios Amazónicos (UNMSM). E-mail: lares.lourdes@gmail.com

INTRODUCCIÓN

El Perú posee el 60% de los grupos genéticos de cacao del mundo. Estos se encuentran ubicados principalmente en la Amazonía alta y en la costa norte de nuestro país.

La sostenibilidad de esta cadena agroproductiva se va construyendo durante los diferentes procesos y etapas de su desarrollo, la misma que se relaciona directamente también al crecimiento económico de las familias productoras y sus organizaciones.

La importancia de este producto en nuestro país radica además en que mueve la economía de más de 90 mil familias de agricultores en 144,276 hectáreas (LARES *et al.*, 2019) con una producción de 134,676 toneladas en el año 2018². Además, según la International Cocoa Organization (ICCO), Perú es el tercer productor y exportador de cacao en Latinoamérica, después de Brasil y Ecuador y el segundo productor mundial de cacao orgánico (BANCO MUNDIAL, 2017).

Así, conocer las diferentes perspectivas de sostenibilidad de una misma cadena agroproductiva en diferentes regiones y contextos, permitirá tener un conocimiento inicial de sus diferentes necesidades y cómo deberían abordarse.

Este artículo busca mostrar brevemente las similitudes y diferencias en las perspectivas de sostenibilidad de las cadenas agroproductivas de cacao de dos organizaciones de productores en las regiones de Piura y San Martín: la cooperativa Asociación de Pequeños Productores de Cacao de Piura – APPROCAP y la Cooperativa Agraria Cacaotera ACOPAGRO.

Ambas organizaciones han pasado por diferentes procesos de formación y de participación en el mercado, con diferentes actores vinculados que forman parte de sus respectivas cadenas agro-productivas.

Para ello, se indicará cuál es el enfoque actual de las políticas estatales sobre cacao en nuestro país. Posteriormente, se mostrarán las diferentes miradas que abordan los conceptos de sostenibilidad y cadenas agroproductivas, que servirán como base para analizar las diferencias y similitudes en ambas cooperativas. Las dos secciones finales del artículo mostrarán las conclusiones y referencias del mismo, respectivamente.

² <https://gestion.pe/economia/minagri-plan-reducir-contenido-cadmio-cultivos-cacao-267617?fbclid=IwAR0-kKS6WHBL2S1T1v6pYRK63WTvEMOOock-c2XU7-FvV3bJzDvGU-NrpJc>

1 POLÍTICAS ESTATALES SOBRE CACAO EN EL PERÚ

El monitoreo agroclimático del cultivo de cacao que hace el MINAGRI está enfocado principalmente en las regiones amazónicas como San Martín, Huánuco y Ucayali³. De igual manera, las Mesa Técnica de cacao a nivel nacional, así como el gremio de productores de cacao, Asociación Peruana de Productores de Cacao – APPCACAO cuentan mayoritariamente con socios de regiones amazónicas entre sus miembros, quienes son los principales interlocutores ante el Estado y la cooperación internacional.

Esto se debe a que el 93% de la producción nacional de cacao se concentra en 7 de las 16 regiones donde se cultiva cacao⁴ y donde la región San Martín ocupa el primer lugar con el 42% y Piura el 2% de la producción a nivel nacional (LARES *et al.*, 2019). Cabe resaltar además que un tercio de la producción nacional cuenta con certificación orgánica y de Comercio Justo.

Así, la mirada desde el Estado en torno a la actividad productiva del cacao resalta su enfoque amazónico ya que este cultivo está “ubicado principalmente en Ceja de Selva, constituyendo una actividad económica inclusiva al desarrollarse principalmente en zonas ex cocaleras, comunidades nativas y zonas de frontera”⁵ (MINAGRI, 2018).

Asimismo, luego de la consolidación de esta cadena en las regiones de la Amazonía Norte y Centro, a partir de los programas de desarrollo alternativo desde los años noventa, el Gobierno Central ha empezado a replicar estos resultados en los Valles de los Ríos Apurímac, Ene y Mantaro (VRAEM), en las regiones Ayacucho y Junín. Esto con el fin de eliminar el narcotráfico a partir de la comercialización de productos locales como cacao y café.

Los resultados de los programas de desarrollo alternativo en el Perú con cacao indican que el 64% de las hectáreas de producción actual de este producto proviene de los programas liderados por la Comisión Nacional para el Desarrollo y Vida sin Drogas (DEVIDA) y la cooperación norteamericana a través de USAID (WILDLEY, 2016).

2 SOSTENIBILIDAD Y CADENAS AGROPRODUCTIVAS EN PIURA Y SAN MARTÍN

2.1 SOSTENIBILIDAD

³ <https://www.minagri.gob.pe/portal/monitoreo-agroclimatico/cacao-2018?start=20>

⁴ <https://agraria.pe/noticias/el-93-de-la-produccion-peruana-de-cacao-se-concentra-en-7-re-16171> Junín (19%), Cusco (9%), Ucayali (8%), Huánuco (6%), Ayacucho (5%) y Amazonas (4%).

⁵ <https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/229452/rm451-2018-minagri.pdf>

La idea de sostenibilidad aparece por primera vez en 1713 en Alemania, según el historiador Ulrich Grober (2012). Una de las primeras referencias a este concepto apareció en un documento forestal⁶, en el contexto de la creciente demanda de madera para alimentar las plantas de fundición para martillos en la región de Sajonia. Aquí, Hans Carl von Carlowitz criticó la visión de corto plazo que permitía que los bosques se talaran con este fin. En ese sentido, planteó la interrogante de cómo se podría organizar el cultivo de la madera para hacer posible su uso continuo, constante y sostenible, debido a la importancia que tenía para su país (BRIGHTMAN *et al.*, 2017).

En el siglo XXI, las Naciones Unidas definen el concepto de sostenibilidad haciendo referencia a la “satisfacción de necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades”. Con esto se asume que los recursos son limitados y deben usarse considerando las consecuencias de su uso. Posteriormente, su uso también se asocia al concepto de desarrollo y de “capitalismo ecológico”, para reducir los efectos negativos sobre el medio ambiente causados por actividades productivas, pero sin alterar la lógica de acumulación.

De esta manera, vemos que el término “sostenibilidad” ha pasado por tener características de interés social, productivo y de conservación a estar dominado por una preocupación con consideraciones económicas justificada en un interés por el cuidado del medio ambiente. En ese sentido, el discurso oficial muestra una tendencia por querer alcanzar un equilibrio con las dimensiones sociales y ecológicas, de manera compatible con el crecimiento económico.

La antropología de la sostenibilidad, por su parte, agrega que se deben estudiar procesos culturales desde diferentes perspectivas basada en los diferentes intereses y necesidades, en lugar de los intereses universales de una tradición dominante. En este mismo sentido, Del Pozo (2016) señala que la sostenibilidad se basa en alcanzar una nueva conciencia colectiva de los efectos de nuestras acciones a largo plazo. De esta manera, la sostenibilidad debe ser entendida como el proceso para facilitar condiciones de cambio construyendo y apoyando la diversidad (BRIGHTMAN *et al.*, 2017).

De esta manera, para este artículo utilizaremos el término sostenibilidad haciendo referencia a cómo estas se pueden reproducir por sus propias características, de manera continua y a la vez vinculado al crecimiento económico.

⁶ “*Sylvicultura oeconomica*” (1713)

2.2 CADENAS AGROPRODUCTIVAS

El concepto de cadenas agroproductivas en el Perú se relaciona a un enfoque de oportunidad de mercado. En ese sentido, el Ministerio de Agricultura y Riego (MINAGRI, 2007) lo define como “el sistema que agrupa a los agentes económicos interrelacionados por el mercado y que participan articuladamente en un mismo proceso, desde la provisión de insumos hasta el consumo final [...] en forma sostenida y rentable, basados en principios de confianza y equidad”. Por otro lado, Paredes y Fort (2018) en su balance sobre cadenas de valor y el desarrollo rural en el Perú la definen como “la cadena destinada a mercados diferenciados y cómo estos atributos condicionan las oportunidades de vinculación con pequeños productores, así como los efectos económicos que resultan de su participación”.

Así, los factores para el surgimiento de estas cadenas en el Perú fueron la identificación del potencial productivo y comercial, y la articulación de pequeños productores impulsadas por actores privados como empresas, ONG y la cooperación internacional (PAREDES *et al.*, 2018). En muchos casos, esta articulación se produce también con organizaciones de productores como cooperativas o asociaciones.

Asimismo, los productos de una cadena agroproductiva diferenciados en mercados nicho, y que obtienen mejores precios por ello, fortalecen las cadenas agroproductivas en mercados especializados como en el Biocomercio⁷; esto por su gran potencial para la sostenibilidad ambiental, la generación de empleo y la reducción de la pobreza (LARES *et al.*, 2019).

Así, nuestro análisis sobre la sostenibilidad de las cadenas agroproductivas de cacao en estas cooperativas se centrará en su capacidad para auto-mantenerse en términos financieros, haciendo énfasis en lo que es beneficioso económicamente en el tiempo para los agricultores. Esto porque la sostenibilidad de las cadenas agroproductivas de cacao se traduce en crecimiento económico para las familias productoras de cacao y sus organizaciones (LARES *et al.*, 2019). También porque hace referencia a la vinculación de actividades productivas y de valor agregado que además genere un beneficio ambiental, cultural y social.

Esto resulta relevante porque a pesar de que el crecimiento de una cadena de valor sea una señal de que puede sostenerse económicamente, el término sostenibilidad se refiere también a la vinculación de las actividades productivas y de agregación de valor con su

⁷ Según la legislación peruana, es la actividad que a través del uso sostenible de los recursos nativos de la biodiversidad promueve la inversión y el comercio, apoyando el desarrollo de la actividad económica y generando valor agregado de productos para el mercado local e internacional con criterios de equidad social y rentabilidad económica (Reglamento de Ley sobre conservación y aprovechamiento sostenible de la diversidad biológica D.S. 068-2001-PCM).

contexto ambiental y social, de manera a crear beneficios también en estos ámbitos (VIDAL, 2015), como en el caso de la conservación de los cacaos nativos en Piura y los sistemas agroforestales en San Martín.

Finalmente, nuestro análisis tendrá también en cuenta cómo las cadenas agroproductivas analizan su sostenibilidad a partir de la atención al desarrollo de capacidades. Para ellas, la experiencia de asociatividad y de vinculación con la cooperación internacional, ha sido un elemento clave para la articulación a los mercados nicho (MINAGRI, 2015) para, mediante la acción colectiva, conseguir mayores ingresos económicos (FORT *et al.*, 2015).

3 EL CASO DE LAS COOPERATIVAS CACAOTERAS APPROCAP Y ACOPAGRO

3.1 Cooperativa APPROCAP – Piura

La cooperativa Asociación de Pequeños Productores de Cacao de Piura – APPROCAP fue fundada en el año 2003 y se encuentra ubicada en el distrito de San Juan de Bigote, provincia de Morropón. Actualmente cuenta con 242 socios y 250 hectáreas de producción de cacao. El promedio por año de su producción es menos de 500kg por hectárea. La región Piura tiene 1,429 hectáreas de cacao nativo que producen 599 toneladas al año en total según el INEI (2018).

Figura 1: Cacaos nativos de Piura – San Juan de Bigote



Comparado con otras regiones, los niveles de producción de cacao en Piura no son tan altos, pero sí lo son para el mercado orgánico⁸, por lo que actualmente es una opción importante para el desarrollo económico de las familias productoras.

Asimismo, investigaciones previas (LARES *et al.*, 2019) indicaron que el crecimiento económico de las familias cacaoteras en Piura, así como la sostenibilidad de su cadena, están relacionados principalmente con las estrategias de rescate y conservación de su material genético, llevadas a cabo por organizaciones de productores como APPROCAP. Esto es relevante debido a que es en los mercados nicho que resaltan las variedades nativas de cacao donde se puede obtener mayor rentabilidad para un tipo de cacao de baja productividad y menores hectáreas como sucede en Piura. Además, porque son precisamente este tipo de cacao los que se encuentran en riesgo de desaparecer, poniendo en riesgo la diversidad de este material genético, debido a la introducción de cacao foráneo para incrementar la productividad.

Asimismo, la sostenibilidad de la cadena agroproductiva de cacao en Piura ha demostrado que las estrategias de conservación son más efectivas cuando han sido lideradas por organizaciones. Además, la diversificación productiva que realizan los socios productores de cooperativas como APPROCAP, para formar lotes con diferentes perfiles de sabor que se dirijan a mercados nicho, son acciones también fundamentales para asegurar la sostenibilidad de esta cadena.

Así, la sostenibilidad de la cadena agroproductiva de cacao en Piura se basa principalmente en la conservación de sus variedades nativas. Por eso, la importancia de su preservación y tomar de la antropología de la sostenibilidad, el facilitar las condiciones de cambio en las formas de producción, para favorecer la conservación de la biodiversidad y ponerla en valor.

3.2 COOPERATIVA ACOPAGRO – REGIÓN SAN MARTÍN

La Cooperativa Agraria Cacaotera Acopagro fue creada en el año 1997. Es una organización con 2,300 socios productores, con un rango de entre 945 a 3,000 kg de producción por hectárea y 5,000 toneladas de producción total de cacao por año. Su ámbito de acción se encuentra en las provincias de Mariscal Cáceres, Huallaga, Bellavista y Picota. Además, Acopagro es actualmente el primer productor de cacao orgánico del país. Desde el año 2008 trabajan bajo sistemas agroforestales y un programa de reforestación que ha

⁸ http://www.regionpiura.gob.pe/documentos/grde/revista_grde21.pdf

favorecido la diversificación productiva para sus socios, en una visión también de conservación a largo plazo.

La información recogida durante las visitas de campo a esta cooperativa desde el año 2012 mostraron el estrecho vínculo que existe igualmente entre la asociatividad, la sostenibilidad de su cadena agroproductiva de cacao y su posicionamiento en mercados nichos internacionales, sobre todo los vinculados al Comercio Justo y los mercados orgánicos.

Desde la creación de la cooperativa, la cadena agroproductiva de cacao, relacionada con el impulso de la asociatividad en la región, permitió dar sostenibilidad económica y social a sus socios. La misma surgió en un contexto de terrorismo y narcotráfico desde la década de los años ochenta y que pudo ser controlado a través de estrategias de erradicación y programas de desarrollo alternativo. Los mismos se realizaron introduciendo cacaos foráneos, pero altamente productivos y con perfiles de sabor intenso.

Figura 2: Sistemas agroforestales con cacao – Cooperativa Acopagro



De igual manera, la sostenibilidad de la cadena se consolidó debido a la experiencia agraria de sus socios productores, población migrante casi en su totalidad, asentada en el ámbito de acción de la cooperativa, así como por su interés por encontrar una forma de generar ingresos lícitos, aunque menos rentables, en comparación con el cultivo de coca. A

pesar de ello, obtuvieron beneficios económicos y sociales para los socios que les permitió un nivel de autonomía y especialización de sus capacidades productivas como en los procesos de postcosecha.

A pesar de que Acopagro trabaja con variedades de cacao que no son nativos sí son altamente productivos en comparación con los de Piura. Su posicionamiento a nivel internacional en los mercados nicho antes mencionados, resaltan también sus características de calidad, como resultado del aprendizaje técnico a partir de la asistencia a los socios productores. Este factor diferencia, ha sido también un factor importante para la sostenibilidad de esta cadena agroproductiva a nivel regional.

Actualmente, la mayor predisposición de los socios productores a incorporar con mayor énfasis la dimensión ambiental en su cadena agroproductiva – reflejada en su participación en el programa de reforestación - se debe a que su lógica productiva se encuentra ya relacionada a las prácticas de producción acordes al cuidado del medio ambiente. Sin embargo, esta se basa también, y sobre todo, en las expectativas de rentabilidad a partir de los resultados ya obtenidos en su actividad productiva principal, la producción de cacao, en donde la dimensión económica sigue siendo la más importante.

En ese sentido, la sostenibilidad de la productividad del cultivo en ACOPAGRO, reflejada en mayores ingresos económicos para sus socios, ha sido un factor determinante en su decisión de participar en otras actividades productivas como el programa de reforestación.

CONCLUSIONES

Las semejanzas encontradas en la sostenibilidad de las cadenas agroproductivas de ambas cooperativas se basa en que han sabido aprovechar sus diferencias cualitativas y colocarse en mercados nicho que valoren esta diferenciación. En el caso de APPROCAP, el mercado de cacao nativos resulta fundamental debido a su baja productividad. En el caso de ACOPAGRO, los mercados orgánicos y de calidad han sido los que mejor han favorecido su sostenibilidad.

Otro factor que ha favorecido la sostenibilidad de ambas cadenas agroproductivas, ha sido la respuesta positiva de los socios productores al desarrollo de capacidades en ambos contextos. Esto ha sido importante para dar continuidad a las características diferenciales de estos cacao que resaltan su origen y calidad, así como para favorecer su productividad.

En ese sentido, como señala Vidal (2015), se ha agregado valor al producto para hacerlo sostenible, dándole competitividad no solo a él sino también a los productores.

Los procesos de asociatividad en ambas regiones también han sido un elemento común que han favorecido la sostenibilidad de sus cadenas agroproductivas de cacao. La formación de estas organizaciones como cooperativas, con apoyo de la cooperación internacional en ambos casos, ha mostrado buenos resultados a nivel social y en rendimientos económicos. Esto porque la asociatividad ha garantizado la estandarización y calidad de los procesos productivos, así como su posibilidad de obtener mejores precios, con pagos extra por las certificaciones de Comercio Justo o *Fair Trade*.

Además, porque la asociatividad ha permitido darles un importante nivel de autonomía a ambas organizaciones, sobre todo a nivel comercial, que les ha permitido también posicionarse en diferentes mercados especiales a nivel internacional.

Todas estas características han permitido la sostenibilidad de la cadena agroproductiva de cacao en ambas regiones, la misma que se ha visto reflejada en el incremento de ingresos económicos para las familias de los socios productores. Este resultado, ha sido el principal motivo que ha favorecido la continuidad productiva en ambas cadenas agroproductivas, a pesar de los diferentes contextos y dificultades propias en cada zona.

Las políticas desde el Estado sobre cacao en el Perú deben tener en cuenta todas las regiones productoras, no solo la Amazonía. A pesar de que esta región posee la mayor producción nacional, en gran parte como consecuencia de los programas de desarrollo alternativo impulsados en los años noventa, no se debe dejar de considerar las variedades de cacaos nativos también presentes en las diferentes regiones del país. Esto porque uno de los factores importantes para la sostenibilidad de esta cadena es el gran potencial de comercialización y de generación de mejores ingresos económicos a partir de características organolépticas únicas que los cacaos nativos obtienen en mercados nicho.

REFERENCIAS

BANCO MUNDIAL. **Gaining Momentum in Peruvian Agriculture: Opportunities to Increase Productivity and Enhance Competitiveness**, 2017.

BRIGHTMAN, M.; LEWIS, J. **The Anthropology of Sustainability: Beyond Development and Progress**. En: *The Anthropology of Sustainability*. (pp 1 – 33). Palgrave Studies in Anthropology of Sustainability, 2017.

FORT, R.; VARGAS, R. **Estrategias de articulación de los productores agrarios en la costa peruana**. En: *Agricultura peruana: nuevas miradas desde el Censo Agropecuario* /Javier Escobal, Ricardo Fort y Eduardo Zegarra (Eds.). Lima: GRADE, 2015.

GROBER, U. **Sustainability: A Cultural History**. Totnes: Green Books, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA (INEI) **Perú Compendio Estadístico 2018** (Capítulo 13: Agrario) En:

https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1635/compendio2018.html. 2018

LARES, L; CASTILLO, M. **Desarrollo y sostenibilidad de la cadena agroproductiva del cacao piurano a partir de la conservación de sus variedades nativas**: El caso de las cooperativas APPROCAP y Norandino. Consorcio de Investigación Económico y Social (CIES) / Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (CIPCA) 2019.

Ministerio de Agricultura (MINAGRI). **Plan Estratégico Cadena Productiva de Cacao**. IICA, CICDA y GTZ. 2007

Ministerio de Agricultura (MINAGRI). **Estrategia Nacional de Agricultura Familiar 2015 – 2021**, 2015

PAJARES, E; LORET DE MOLA, C. **Decolonizar el discurso del desarrollo sustentable**. La narrativa de América Latina, 2016

PAREDES, H.; FORT, R. **En los márgenes del boom agroexportador: articulación de los pequeños productores a las cadenas de valor globales**. En: Perú: el problema agrario en debate. SEPIA XVII / Seminario Permanente de Investigación Agraria. Lima, SEPIA, 2018.

VIDAL, R. **Cómo crear cadenas productivas competitivas y sostenibles**: aprendizajes del biocomercio en Ecuador. En: DEBATES IESA. Volumen XX Número 2 Abril – Junio, 2015.

WILDLEY, A. **De la coca al cacao**: un análisis etnográfico sobre las nuevas tendencias del desarrollo alternativo en la Amazonía peruana. El caso de la Alianza Cacao Perú en el caserío Miguel Grau, Neshuya – Ucayali. Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), 2016.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ivone dos Santos Siqueira¹
Thaiane Soeiro Dias²
Guilherme Francisco Camarinha Neto³
Marcelo Augusto Moreno da Silva Alves⁴

RESUMO

O artigo apresenta os discursos relativos ao conceito de Desenvolvimento Sustentável partindo da Crise Ambiental, o marco histórico relativo ao conceito em questão, além de explicitar e discutir teses e dissertações que tratam do conceito de desenvolvimento sustentável partindo de uma análise dos discursos que incluem representações e interpretações que se fazem discursos veiculados pela mídia jornalística tendo como referência as publicações de periódicos científicos, teses e dissertações, que compreendem o período de 2010 a 2019. A análise dos dados gerou duas categorias: Discursos sobre Desenvolvimento Sustentável na perspectiva do Desenvolvimento Econômico presente na mídia e os discursos de Desenvolvimento Sustentável na exploração de recursos naturais. Os discursos apresentados vinculam o conceito de desenvolvimento econômico à lógica capitalista do desenvolvimento econômico.

Palavras-chaves: desenvolvimento sustentável; crise ambiental; capitalismo; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This article presents discourses related to the Sustainable Development concept starting from the Environmental Crisis, the historical milestone related to the concept in question, as well as explaining and discussing theses and dissertations that deal with the concept of sustainable development based on analysis of discourses that include representations and interpretations that are made discourses published by the journalistic media having as reference the publications of scientific journals, theses and dissertations, that comprise the period from 2010 to 2019. Data analysis generated two categories: discourses on Sustainable Development from the perspective of economic development present in the media and the discourses of sustainable development in the exploitation of natural resources. The discourses presented link the concept of economic development to the capitalist logic of **economic** development.

Keywords: sustainable development; environmental crisis; capitalist; economic development.

Submetido em: 19.03.2020

Aprovado em: 31.03.2020

¹ Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática na UFPA- Belém Pará. E-mail: ivone.siqueiraifpa@gmail.com

² Doutoranda em Ciências Ambientais na UFPA - Belém Pará.

³ Doutorando em Ciências Ambientais na UFPA - Belém Pará.

⁴ Doutorando em Ciências Ambientais na UFPA - Belém Pará.

INTRODUÇÃO

O modelo de civilização baseado no capitalismo pós-guerra triunfou quase em escala global, ao mesmo passo em que crescia a consciência de que seus princípios equivocados de desenvolvimento, custavam um preço muito alto, tanto em aspectos sociais e culturais, quanto nas questões ambientais.

O movimento recente do ambientalismo e os debates internacionais sobre a temática foram fortemente influenciados pela literatura científica, destaca-se as publicações do livro “*Silent Spring*” (1962) (Primavera Silenciosa), da Bióloga Rachel Carson, e do relatório do Clube de Roma, intitulado “*The Limits to Growth*” (1972) (Os limites do crescimento). Ambos se tornaram os principais símbolos do ambientalismo, que nas décadas seguintes entraria na agenda internacional sobre desenvolvimento econômico e a problemática ambiental.

Mesmo não existindo o termo desenvolvimento sustentável, a percepção de que o modelo socioeconômico dos “centros” implica a depredação dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, entre outras coisas, reforçou a convicção da necessidade de um modelo alternativo de desenvolvimento, o que iria nortear os documentos ambientais sustentados pela ONU a partir de 1980 (CEPAL, 2012).

Contudo, em 1972, o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) publicou o livro “*The Limits to Growth*” (Os Limites do Crescimento), um estudo encomendado pelo Clube de Roma, que em tom pessimista, advertia que o ritmo incessante do crescimento econômico e populacional levaria ao colapso global em algum momento do século XXI. “Os Limites do Crescimento”, ou simplesmente “Relatório *Meadows*” tornou-se um dos mais pungentes símbolos do movimento ecológico. Sua imensa divulgação levou a problemática ambiental à um plano visível, colocando definitivamente a questão ambiental na agenda política internacional (OLIVEIRA 2007). Embora a proposta de “crescimento zero” tem gerado profundas controvérsias, que de acordo Perroux (1981), contrariava os próprios fundamentos do capitalismo, constituindo um esmagamento das pretensões de desenvolvimento dos países periféricos, a obra “O Limite do crescimento” destacou-se principalmente pelo pioneirismo em relacionar o meio ambiente com desenvolvimento econômico, que se tornaria a âncora da Conferência de Estocolmo, 1972 (BRAUN, 2005).

A primeira fase do processo de formação das noções de desenvolvimento sustentável refletia a ideia de que os problemas referentes à sustentabilidade não podem ser analisados de

forma pontual, tendo como ponto de partida, ainda na década de 1970 a Conferência de Estocolmo, primeira reunião oficial a tratar das questões ambientais no âmbito mundial. Nessa época, acreditava-se que a modernização dos processos produtivos seria suficiente para resolver os problemas ambientais e que a solução dependia apenas da legislação e de técnicas de controle de poluição (estratégia que ficou conhecida como "comando-controle"), conforme postulavam os representantes dos países industrializados. No entanto, percebeu-se ao longo do tempo, que seria necessária uma abordagem mais ampla dos problemas e das soluções, discutindo-se, necessariamente, o modelo de desenvolvimento internacional.

Os elementos centrais do conceito de desenvolvimento sustentável seriam formalizados anos depois com a publicação do Relatório Brundtland (1987), sugestivamente intitulado “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future, 1987), que propunha um processo de alinhamento dos interesses econômicos com a questão ambiental, sendo a combinação entre a ideia do desenvolvimento sustentável e a nova ordem hegemônica do neoliberalismo econômico (OLIVEIRA, 2007). Esse conceito foi decisivo para se repensar as dimensões do desenvolvimento e para a conscientização da sociedade, questionando se as práticas econômicas e sociais desenvolvidas até então não estavam limitando a capacidade dos ambientes naturais de suportar a vida no planeta. Assim, começava a se discutir se o modelo de desenvolvimento adotado seria insustentável ao longo do tempo, comprometendo a vida de futuras gerações (WEBER, 1997).

Já na década de 1990, a elaboração da Agenda 21, na conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente no Rio de Janeiro, em 1992, contribuiu para impulsionar a criação de abordagens territoriais a partir de redes de comunicação, buscando-se soluções para os problemas referentes à sustentabilidade e à tentativa de conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento. Assim, ampliou-se a consciência de que os problemas ambientais não são assunto de um setor restrito da economia ou da sociedade nem se restringem aos danos causados ao ambiente físico natural, mas envolvem as relações sociais em um determinado território. Como reflexo da Agenda 21, surgiu uma grande necessidade de geração e divulgação de informações para a resolução de problemas locais.

Ademais, torna-se pertinente comparar as duas obras que influenciaram diretamente a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972 (“*Limites do Crescimento*”) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992 (“*Nosso Futuro Comum*”). O “*Nosso Futuro Comum*” pretendeu mostrar que o crescimento é possível desde que todos os países, especialmente da periferia, sigam suas normas, em oposição ao *Limites do Crescimento*, que

revelava os interesses dos países centrais em manter a divisão territorial do trabalho e também os conflitos e as contradições entre o “norte desenvolvido” e o “sul subdesenvolvido”.

A concepção de desenvolvimento sustentável, segundo Henri Acselrad (2000), é a fórmula encontrada para responder aos impactos negativos do progresso industrialista, incorporando o capital ambiental e abandonando a visão de que a natureza é um bem livre e dando à mesma um preço justo.

Em 2006, Relatório Stern, que tratou dos efeitos das alterações climáticas na economia entre outros, definiu que “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” nada mais eram que criar condições econômicas de vida e a sobrevivência do planeta. No mesmo ano o documentário, Uma verdade inconveniente, de autoria Al Gore vice-presidente dos Estados Unidos à época e contrário à política ambiental de W. Bush, que foi presidente dos EUA no período de 2001-2009. O documentário apresenta as mudanças climáticas e as consequências catastróficas para todo o planeta.

Nas décadas seguintes, a reflexão sobre os estilos de desenvolvimento e a evolução dos padrões de produção e consumo assumiu uma posição central nas grandes cúpulas de desenvolvimento, desde a Cúpula da Terra (1992) até a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) (2012).

O Conceito de Desenvolvimento sustentável surgiu no bojo das preocupações com a degradação ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável tem um de seus maiores marcos no ano de 1987, a partir da divulgação pela Comissão de Brundtland do relatório Our Common Future (Nosso Futuro Comum). Essa comissão foi a responsável pela definição do conceito de desenvolvimento sustentável que é “Desenvolvimento econômico e social que atenda as necessidades da geração atual sem comprometer a habilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. O Relatório acrescenta ainda que “satisfazer as necessidades e aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento sustentável”. (BRUNTLAND, 1987).

No Brasil, as discussões sobre as questões ambientais têm início com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio 92 ou Eco 92. Durante essa Conferência foi redigido o documento Agenda 21, que se trata de um compromisso internacional no qual os países devem repensar o planejamento e soluções para problemas socioambientais.

1 METODOLOGIA

Os discursos do conceito de desenvolvimento sustentável foram obtidos a partir de produções científicas materializadas em dissertações e teses cujas produções ocorreram no período de 2010 a 2019. O levantamento inicial compreendeu as dissertações e teses que analisaram o conceito de desenvolvimento numa perspectiva crítica, as quais somaram vinte e seis produções sendo dezoito dissertações e seis teses, perfazendo um total de vinte e seis produções. Num segundo momento refinamos a análise, para as produções que tratavam do discurso do conceito de desenvolvimento sustentável no que obtemos seis produções acadêmicas, sendo três dissertações e seis teses, que discutiam o conceito de desenvolvimento na perspectiva do viés crítico da análise dos discursos.

Essa investigação tem caráter qualitativo, utilizando-se de dissertações e teses defendidas junto a programas de pós-graduação do país, cujas reduções foram disponibilizadas pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT)⁵. Essas produções contribuíram para a contextualização, problematização e construção de um quadro teórico referente aos discursos do conceito de desenvolvimento sustentável referente ao período investigado (ALVES-MAZZOTTI, 2002).

As dissertações e teses foram selecionadas a partir das palavras-chave “análise crítica”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento econômico”, “discursos sobre desenvolvimento sustentável”. O título das produções e os resumos foram lidos, para que pudessem ser selecionados as dissertações e teses.

A partir da leitura detalhada dos resumos, selecionamos teses e dissertações dos últimos dez anos por considerá-las as mais recentes e representar um período significativo de produções referentes a temática investigada. Os textos completos foram analisados tendo em vista conhecer os discursos e envolver o conceito de desenvolvimento sustentável.

A análise dos dados adotada nesta investigação foi a análise de conteúdo do tipo temática, tendo como referência Bardin (2011). Tendo em vista a análise de conteúdo consideramos as fases: pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, que são etapas que envolvem essa metodologia de análise. Dessa

⁵ Disponível em: <http://bdtb.ibict.br/>.

forma, os dados foram organizados e agrupados por temáticas, de forma a fazer a sistematização dos mesmos.

Inicialmente a leitura dos resumos objetivou a seleção de produções que tratassem de discussões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável por um viés crítico. Essa fase segundo Bardin (2011) é chamada de leitura flutuante. Em seguida, foi identificado os objetivos, bem como os resultados apresentados nas dissertações e teses. Assim, os dados brutos foram organizados de forma a atingir uma representação de conteúdos expressivos referente ao objeto investigado.

De acordo com a NBR6028 (ABNT, 2003, p. 2) “o resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento”. Tendo em vista essa orientação, nos guiamos na análise dos resumos das dissertações e tese, para a seleção das dissertações e teses que utilizamos neste estudo. A análise temática foi a técnica utilizada, tendo em vista a sistematização das informações obtidas (BARDIN, 2011).

A compreensão dos discursos referentes ao conceito de desenvolvimento sustentável, objeto de estudo dessa investigação, foi possível a partir das orientações de Bogdan & Biklen que indicam a literatura, o pesquisador e os dados como variáveis a serem consideradas na discussão dos resultados.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As dissertações e teses defendidas obtidas a partir do Banco de Teses e Dissertações da Capes no período de 2010 a 2019, que abordam o discurso sobre o Desenvolvimento Sustentável sistematizados abaixo:

Quadro 1- Dissertações e Teses sobre Discursos relativos ao conceito de DS, período de 2010-2019.

Ano	Título	Autor(a)	T/D
2011	O Jornal Nacional e a Crise Ambiental: uma análise crítica de notícias sobre as mudanças climáticas.	Ana aula Zaguetto Alves	D
2012	Mídia e Mudanças Climáticas: A cobertura de Veja e Carta Capital.	Joana Araújo Maria	D
2014	Integração Energética na América do Sul e o desafio da promoção do Desenvolvimento Sustentável: uma análise crítica do discurso.	Raiza Gomes Fraga	D

2016	O Simulacro Ecológico: Fálacia, poder e hegemonia no discurso de Desenvolvimento Sustentável.	Marques Casara	T
2017	Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável.	Noêmia Félix da Silva	T
2017	O Dragão de Itataia: mineração e modos de contestação e de legitimação dos discursos do desenvolvimento.	Francisco Hélio Monteiro Junior	T

Fonte: elaboração dos autores.

A análise das teses e dissertações foi dividida em duas categorias de análise de conteúdo do tipo temática. Essa categorização considerou as fonte de vinculação dos discursos consideradas como fonte de dados das informações obtidas nas teses e dissertações e a correlação fonte, temáticas presentes nos discursos. Dessa forma, as categorias obtidas nessa análise foram: Discursos sobre Desenvolvimento Sustentável na perspectiva do Desenvolvimento Econômico presente na Mídia e os discursos de Desenvolvimento Sustentável na exploração de Recursos Naturais.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA MÍDIA

Nos discursos sobre questões ambientais o desenvolvimento sustentável se apresenta como discurso hegemônico que busca “encobrir as relações de exploração e dominação que fazem parte do capitalismo” (ALVES, 2011, p. 16). Os discursos do DS requerem a compreensão de hegemonia e de ideologia que neste estudo se apresenta como:

A hegemonia e a manutenção do poder através mais do consenso do que o uso da força, através da naturalização de ideologias que favorecem a manutenção do poder dos grupos dominantes. Nesse sentido, o discurso opera de maneira ideológica, reproduzindo valores que permitem a continuidade de uma determinada configuração social. No caso desta pesquisa, o discurso de desenvolvimento sustentável, que organiza o debate ambiental segundo a lógica capitalista (ALVES, 2011, p.16).

Os discursos analisados por Alves (2011) compreendem um total de sete reportagens do Jornal Nacional sobre mudanças climáticas. Nas reportagens analisadas, o discurso de desenvolvimento sustentável buscava legitimar o desenvolvimento econômico perante a crise ambiental como se este tivesse as condições de sustentabilidade ecológica e social. As reportagens trazem a ciência como a autoridade responsável por apontar as causas e as

soluções e os agentes políticos e econômicos como sendo os agentes capazes de colocar em prática as soluções.

A sociedade seguindo esse discurso é impelida a combater as mudanças climáticas reproduzindo um discurso baseado no medo. Dessa forma, o discurso de desenvolvimento sustentável se apresenta como uma “cortina de fumaça” que encobre a verdadeira face da crise. Assim, a injustiça social, a ciência e o mercado desvinculados da ética, que são questões que fazem parte do pacote da lógica capitalista são ocultadas do debate pelos meios de comunicação em massa (ALVES, 2011).

A investigação realizada por Maria (2012) também trata de reportagens sobre as mudanças climáticas publicizadas na Revista Veja e Carta Capital. As reportagens faziam a cobertura das questões climáticas desassociando causa, efeito e solução de forma a limitar a percepção do público sobre as variáveis que envolvem as questões climáticas. Com esse artifício gera-se uma leitura acomodada não estimulando o leitor a fazer uma leitura crítica do problema.

Todas as reportagens tiveram a 15ª Conferência das Partes, em 2009, também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas ocorrida em Copenhague, como tema principal. As reportagens da Revista Veja dão ênfase na escassez dos recursos ambientais tendo como cerne dos problemas ambientais o excesso de pessoas no mundo. Já a Carta Capital relaciona os problemas ambientais a causas antropocêntricas e trazem o discurso de sustentabilidade evidenciando que é vantajoso reduzir os gases que provocam o efeito estufa. Apesar das leituras diferentes de uma mesma questão, as diferentes mídias partilham o mesmo ponto de vista da questão ambiental como “erro de percurso” sendo esta inadequação passível de correção dentro do atual modelo de desenvolvimento. O desenvolvimento aqui é um objetivo a ser alcançado e está veiculado a ideia de progresso moderno (MARIA, 2012).

O conceito de desenvolvimento sustentável ainda se encontra em construção e pode ser visto tanto de forma negativa quanto positiva. A perspectiva positiva indica a tomada de consciência sobre as questões ambientais. Já o lado negativo é a forma como o discurso se religitima de forma que o “sustentável” é capaz de gerar marca a ponto de gerar “lucros simbólicos” (VEIGA, 2008, p. 192).

Nesse conceito, estão embutidos os interesses do mercado, dos negócios. Segundo Fernandes e Guerra (2006), o discurso de desenvolvimento sustentável do ponto de vista teórico parece se opor ao modelo de desenvolvimento econômico dominante. No entanto, essa aparência é um artifício do projeto de desenvolvimento econômico global e o que se chama de

desenvolvimento sustentável são experiências da aplicação desse projeto (FERNANDES; GUERRA, 2006).

O conceito de desenvolvimento sustentável é a expressão da síntese entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Assim, os países do Norte que ao longo da história conseguiram o desenvolvimento a partir de práticas predatórias em escalas globais agora se autointitulam os guardiões do planeta com a adoção do discurso do desenvolvimento sustentável (BARCELLOS, 2008).

A investigação realizada por Silva (2017) abrange a cobertura da Conferência Rio+20, a partir dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo. Segundo o referido estudo o Discurso de Desenvolvimento Sustentável enunciado a partir dos jornais objetos de estudo através da produção da notícia atribuem valores que se legitimam na criação de “um efeito de verdade”, apontando para um jornalismo que contribui para a construção de sentidos e uma “verdade” sobre o problema ambiental” (SILVA, 2017, p.350).

4 OS DISCURSOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Monteiro-Junior (2017) na sua investigação objetivou compreender os modos de contestação e de legitimação do desenvolvimento gestados no tempo de instalação do complexo mineiro-industrial de Itataia, por aqueles que conformam um campo de disputa sobre os efeitos decorrentes da operação da mina de urânio e de fosfato, localizada no município de Santa Quitéria, situado no semiárido cearense. O estudo indicou a presença de conflitos nessa relação e evidenciou conflitos socioambientais que resultam do longo processo que antecede a operação da mina colocam em relevo percepções conflitantes sobre a ideia de desenvolvimento. O autor ao analisar o impacto dos empreendimentos destaca que:

Essa leitura etnocêntrica e enviesada do cenário socioeconômico da região que receberá o PSQ, pode-se dizer, dá início ao processo de desterritorialização empreendido pelo capital globalizado. Esse processo que engloba as práticas de expropriação, precarização e/ou exclusão daqueles que deveriam ser incluídos pela sua incorporação à dinâmica produtiva dos grandes projetos de desenvolvimento desde que fossem asseguradas condições dignas de trabalho e preservação da qualidade dos bens naturais disponíveis, é preparado pelos conflitos discursivos que suscitam sentimento de insegurança e de medo, mas também de resistência e de luta. Ora, a promessa de tantas mudanças positivas para o homem do semiárido que viriam com o PSQ não sobrevive ao crivo mais superficial (MONTEIRO-JUNIOR, 2017, p. 2014)

A relação que se estabelece coloca a proteção ambiental e, conseqüentemente, o desenvolvimento socioambiental subordinado às metas de crescimento econômico. “A sustentabilidade, nesse caso, não se encontra dada nos documentos oficiais e muito menos nos procedimentos administrativos balizados por uma ideia de governança global que assume compromissos formais com os aspectos rentáveis do “capitalismo verde” (MONTEIRO-JUNIOR, 2017, p. 2011).

As instalações dos empreendimentos trazem um discurso de geração de emprego e renda para a população local. No discurso é velado quais tipos de empregos serão gerados e as conseqüências da chegada de um grande número de trabalhadores não é discutida e menos ainda os impactos ambientais provocados pelo empreendimento.

Os estudos de Fraga (2014) abordam o tema da integração energética na América do Sul e a inserção deste processo em uma estratégia de integração regional. Na investigação foi identificado o discurso representativo da integração energética sul-americana no período entre os anos 2000 e 2010, além de reflexões sobre as possibilidades deste processo representar avanço em direção à promoção do desenvolvimento sustentável. Os grandes empreendimentos com o discurso da integração escondem os interesses da lógica capitalista desconsiderando os conflitos socioambientais locais.

Muito embora o projeto do complexo binacional de Garabi esteja alicerçado no campo da integração energética da região sul-americana, principalmente por ser um dos projetos apresentados pela IIRSA, os conflitos socioambientais são sentidos na esfera local podendo passar despercebidos em nível regional em prol de um objetivo maior: a integração da região sul-americana (FRAGA, 2014, p. 129).

A investigação a partir dos documentos revelam as contradições entre discurso e a efetivação da proposta que trata do empreendimento.

Observamos certa incongruência entre o discurso da integração energética e seus projetos, pois em documentos como a Declaração de Margarita, a constituição da Unasul e o Plano de Ação para a Integração Energética há referências explícitas ao incentivo ao desenvolvimento de energias renováveis. Porém, na carteira de projetos da IIRSA/Cosiplan exposta no capítulo quatro, só é possível encontrar energia renovável em projetos de hidrelétricas. Assim, o discurso da integração energética que tanto se refere às energias renováveis como elemento central para a promoção do acesso universal à energia e a preservação do meio ambiente, não vem se concretizando no âmbito da Unasul (FRAGA, 2014, p. 133-134).

Dessa forma, o estudo conclui o objetivo do projeto do empreendimento, não é a integração energética como propósito de consolidação e aumento da capacidade de geração, transmissão e distribuição de energia e diversificação da matriz energética dos países

membros e menos ainda uma ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável na região.

O capital articula o discurso do desenvolvimento sustentável de forma construída e legitimada, cooptando as pessoas a se unirem no jogo da conservação. Esse jogo consiste em aniquilar os interesses dos sujeitos menos favorecidos, colocando em pé de igualdade na produção e solução dos problemas ambientais. Com isso, surge “o discurso do mutirão, da ação individual do sujeito para salvar o planeta, assumiu dimensões globais”. É inegável a importância das ações individuais, mas não ao ponto de ser colocada como única forma de reverter a crise ambiental e salvar o planeta (BARCELLOS, 2008, p.112).

Os estudos de Casara (2016) discutem os discursos de empresas, governos e Organizações não governamentais veiculados por meio midiáticos analisando a mercantilização da natureza e a ecologia-espetáculo nestes discursos.

Os discursos dos agentes investigados vão no sentido de um “bem-intencionado” discurso dos malefícios da poluição. Há um discurso orquestrado em defesa da causa ambiental que transforma os cidadãos em consumidores a partir de uma poderosa estrutura midiática amparada pela máquina de propaganda (CASARA, 2016).

O discurso do conceito de Desenvolvimento Sustentável traz a sustentabilidade como um dispositivo conservador no qual a estrutura insustentável é requintada com um artificialismo técnico-científico, onde a tônica é mais mercado, mais negócios (LIPOVETSKY; SERROY, 2011).

O capital precisa de matérias-primas e de serviços essenciais para a produção de bens. Diante dessa necessidade, o capital amplia sua hegemonia a partir da “escapada hegemônica” com a construção de um discurso de uso racional e sustentável da natureza com o estabelecimento do conceito de desenvolvimento sustentável (BARCELLOS, 2008, p.111).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito traz em si uma estrutura insustentável. Dessa forma, o termo desenvolvimento econômico sustentável é mais adequado que o conceito de desenvolvimento sustentável, aliás é exatamente este viés econômico que se pretende ocultar. Assim, o sistema tenta a camuflar esses interesses.

O Discurso do Desenvolvimento Sustentável é um sucesso do espetáculo midiático o qual tem a autorização das forças hegemônicas para enganar os espectadores com explicações

simplistas, para causas estruturais. Assim a população aceita sem contestação que a causa dos problemas ambientais é o aumento populacional.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR6028**: Informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ACSELRAD, Henri. **Desenvolvimento Sustentável: A Luta por um Conceito. Proposta: Experiências em Educação Popular. Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, FASE, N.º 56, Ano XVII: 5-8, Março/1993.

ALVES, Ana aula Zagueto. **O Jornal Nacional e a Crise Ambiental: uma análise crítica de notícias sobre as mudanças climáticas**. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz. 2011.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). **A bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRAUN, RICARDO. **Novos Paradigmas Ambientais: Desenvolvimento ao ponto sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

CASARA, Marques. **O Simulacro Ecológico: Fálacia, poder e hegemonia no discurso de Desenvolvimento Sustentável**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica. 2016.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Ver. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

FRAGA, Raiza Gomes. **Integração Energética na América do Sul e o desafio da promoção do Desenvolvimento Sustentável: uma análise crítica do discurso**. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2014.

LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

MARIA, Joana Araújo. **Mídia e Mudanças Climáticas: A cobertura de Veja e Carta Capital**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2012.

MONTEIRO-JUNIOR, Francisco Hélio. **O Dragão de Itaitia: mineração e modos de contestação e de legitimação dos discursos do desenvolvimento**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades. 2017.

SILVA, Noêmia Félix da. **Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável**. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação. 2017.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.

SEÇÃO LIVRE

CONECTANDO SABERES NA FORMAÇÃO DOCENTE CAMPESINA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS POR MEIO DO ENSINO DE CIÊNCIAS¹

Veruschka Silva Santos Melo²
Ariadne da Costa Peres Contente³

RESUMO

O presente artigo almeja compreender como os espaços não formais de ensino podem contribuir para a conexão dos saberes científicos e da tradição para a formação de professores que educam no campo nos anos iniciais de ensino. A partir deste pressuposto busca-se compreender e refletir, por meio de narrativas dos professores da Ilha de Fora no município de Curuçá/PA, como esta conexão pode ser concebida. Esta pesquisa é de caráter narrativo, utiliza-se a pesquisa-formação como guia e, portanto, também a Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2005) como sustento metodológico de análise. Os pensamentos ancoram-se nos teóricos Morin (2001), Santos (2007), Silva (2010) e Almeida (2017) os quais trabalham com a urgência de conhecer esse sujeito em sua complexidade inerente, voltando seus olhares tanto para o campo científico como para o da tradição; além da discussão de uma formação holística docente a partir da visão da Nóvoa (1994) e Imbernón (2011). Assim, ao mirarmos o ensino de ciências através do saber científico e da tradição, é possível romper a visão padronizada da ciência, o que proporciona um marco importante nos cursos de formação de professores na educação do campo na perspectiva dos espaços não formais de ensino.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação do campo. Espaços não formais de ensino.

ABSTRACT

This article aims to understand how non-formal learning spaces can contribute to the linking of scientific knowledge and tradition to the training of teachers who educate in the field in the elementary teaching. It is sought to understand and reflect, through narratives of teachers of Ilha de Fora at Curuçá/PA, how this connection can be conceived. This research is narrative, using the research-training as a guide and, therefore, also the Discursive Textual Analysis of Moraes and Galiazzi (2005) as methodological support for analysis. My baseline is the theorists Morin (2001), Santos (2007), Silva (2010) and Almeida (2017) who work with the urgency of knowing this subject in its inherent complexity, turning their eyes both to the scientific field and to that of tradition; besides the discussion of a holistic teacher training from the vision of Nóvoa (1994) and Imbernón (2011). Thus, by targeting the teaching of science through scientific knowledge and tradition, it is possible to break the standardized view of science which provides an important milestone in teacher training courses in the field education from the perspective of non-formal teaching spaces.

Keywords: Teacher training. Rural education. Non-formal learning spaces.

Submetido em: 11.12.2019

Aprovado em: 17.04.2020

¹ Esse trabalho é um recorte de minha proposta de tese de doutoramento

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Matemática na linha de pesquisa em educação em Ciência. E-mail: veruschkamelo@gmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais – Antropologia – Minha Orientadora de doutorado (PPGECM/IEMCI) Universidade Federal do Pará – ariadne@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A educação do campo vem ao longo dos anos tentando firmar um diálogo de ensino aprendizagem que possibilite um olhar diferenciado para esses povos (CALDART, 2002; SOUZA, 2008; FERNANDEZ, 2006). No presente artigo, tentamos uma conexão entre os saberes científicos e os saberes da tradição por meio de um espaço não formal de ensino para que esse entendimento se dê de maneira dialógica. Dessa forma, pensar na formação de professores que contemplem uma reflexão-ação a partir dessas discussões faz-se necessário. Uma vez que os saberes da experiência professoral adentram os espaços formais de ensino (escola) por intermédio dos professores ribeirinhos, trazendo toda uma gama de saberes da tradição mediante sua educação familiar e comunitária.

O contexto de nossa pesquisa é a Ilha de Fora, localizada no município de Curuçá. Essa ilha possui 50 km² é cercada por braços de oceano e possui parte de seu território uma unidade de conservação de uso sustentável⁴ (UC), concebida com o nome de Reserva Marinha Extrativista Mãe Grande. Esta reserva, criada no ano de 2002, tem 278,6 km², e foi sancionada pelo Decreto Federal de 20 de maio de 2002. Concebemos essa ilha como um espaço não formal de ensino, que vem a ser todo aquele espaço em que práticas educacionais intencionadas podem ocorrer (JACOBUCCI, 2008).

Para Gohn (2006), a educação nesse ambiente não formal de ensino, não carrega ranços de uma organização escolarizada, com uma disposição de idade, conteúdo, espaço delimitados. Esta autora ressalta dois tipos de espaços não formais: os espaços institucionalizados, que são os com planejamento e estrutura física; e os espaços não institucionalizados que não dispõem de uma estrutura preparada para determinados fins, contudo, bem planejado e utilizado, poderá se tornar um espaço espontâneo, motivador e educativo, que é o espaço de onde falamos, chamada Ilha de Fora.

Assim sendo, o objetivo nesse texto, é compreender e refletir a partir das narrativas dos professores da Ilha de Fora no município de Curuçá. Como esta conexão pode ser concebida, uma vez que as suas formações se deram em espaços diferenciados dos seus campos de trabalhos docentes. Na perspectiva de Morin (2001) e Santos (2007), deve haver diálogo entre seres humanos para que haja uma compreensão mútua. E para que haja esse

⁴ UCs de Uso Sustentável, a conservação da natureza é aliada ao uso de parcela de seus recursos ambientais, desde que a continuidade da biodiversidade e dos processos naturais da área sejam garantidas.
<http://www.semace.ce.gov.br/monitoramento/areas-naturais-protetidas/praias/>. Acesso em: 07/08/2018.

diálogo, Silva (2010) e Almeida (2017) apostam com veemência na conexão desses saberes científicos-tradição para uma leitura mais holística do saber fazer docente.

Assim, para alcançar nossas proposições, nos ancoramos na pesquisa narrativa por entender que por meio dos relatos dos professores suas narrativas trazem inúmeras informações que podem contribuir para percebermos como as propostas de formação docente estão próximas ou distantes dos espaços de docência dos alunos-professores.

Os espaços de formação docente são espaços que devem fomentar discussões, reflexões e propiciar diálogos entre os saberes científicos e da tradição, uma vez que a educação de formadores para a educação campesina necessita estar imbricada a partir das perspectivas dos sujeitos que vivem e atuam nesses espaços (temporalidade, saberes, entre outros).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9394/96) que preconiza no Art. 28 que,

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

Dessa forma a LDB 9394/96 (2018) garante aos estudantes um amparo legal, que atenda às suas peculiaridades, ou seja, as suas especificidades precisam ser garantidas e dessa forma os conteúdos curriculares necessitam dialogar com os saberes advindos dessas comunidades. No entanto, segundo Caldart (2002, p. 22) os professores necessitam ser preparados para serem os sujeitos destas transformações. Caso contrário, esses professores não atenderão irão contextualizar o ensino. E dessa forma, o saber que será propagado será o saber científico.

Além disso, a LDB 9394/96 (2018) preconiza que os docentes devem colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade artigo 13. No entanto precisamos compreender se esta legalização realmente alcança os espaços de docência, uma vez que nos relatos das professoras o distanciamento entre esses saberes já se inicia dentro dos espaços formativos nas universidades.

De acordo com a LDB 9394/96 (2018) no artigo 43 em que, fala sobre as finalidades do ensino superior, destaco os três incisos a seguir, por conter em seu interior de maneira clara o entrelaçamento entre o científico e o cultural:

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento **da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e,**

desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. (grifo nosso).

IV – promover **a divulgação de conhecimentos culturais**, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade **e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.** (grifo nosso).

Diante desse contexto, há urgência em colocarmos em prática discussões que possibilitem transitar entre a Academia e as escolas onde nossos docentes trabalham. Esses espaços são, e estão vivos de interações, pois os docentes além de terem o conhecimento científico também trazem na sua bagagem os saberes da tradição uma vez que são oriundos desses espaços e necessitam fomentar um diálogo entre esses saberes para que eles e seus alunos utilizem os saberes que vem de ambos os lados. Destarte, pensamos em uma metodologia que nos permitisse compreender o professor que atua nesse espaço.

1 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de modalidade narrativa, por entender que estas são auto formadoras dos professores, de acordo com Josso (2004), trazem uma gama de elementos que podem levar os professores a se autocompreenderem, dessa forma entenderem os seus espaços formativos. Assim, utilizamos a pesquisa-formação que concebe a formação enquanto contínuo. Veremos a seguir:

Contribui para a formação dos participantes no plano das aprendizagens **reflexivas e interpretativas**, e situa-se em seu percurso de vida como um momento de questionamento retroativo e prospectivo sobre seu(s) projeto(s) de vida e sua(s) demanda(s) de formação atual. (JOSSO,2007, p. 421)

A pesquisa foi trabalhada com três professoras dos anos iniciais da educação básica, que trabalham como professoras na localidade de Ilha de Fora. A pesquisa passou por três momentos: 1) apresentação da professora formadora, assim como as expectativas e interesses de cada uma delas e a intenção da pesquisadora; 2) as três professoras contaram suas experiências formativas por meio de áudio, sendo que, cada áudio teve uma duração de trinta minutos; 3) logo após as narrativas individuais elas passaram para os relatos no grupo, falando sobre as suas experiências formativas. Em seguida buscamos na Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2005) um sustento metodológico de análise, no primeiro momento fizemos a unitarização dos relatos. De acordo com Moraes e Galiazzi (2007, p. 132), unitarizar , “É interpretar e isolar ideias de sentido sobre a temática investigada. Compõe leitura sensível, atenta e cuidadosa dos textos e/ou discursos dos sujeitos da

pesquisa, momento no qual o investigador em Educação não pode deixar de assumir suas interpretações”.

Em seguida fizemos a categorização, ou seja, a explicitação das categorias acontece por intermédio do retorno cíclico às unidades de análise, no intuito da construção gradativa do significado de cada categoria (MORAES, 2005). Dessa forma finalmente chegamos ao conjunto de textos derivados dessas análises textuais denominadas por Moraes e Galiuzzi de metatexto.

2 RESULTADO E DISCUSSÃO

Recorrendo a Análise Textual Discursiva (MORAES e GALIAZZI, 2005), emergiu um eixo de análise. A esse primeiro eixo, denominamos de espaço formativo distante do contexto de profissão. A pesquisa formação traz a oportunidade do professor “olhar para si” mediante aos seus relatos e trocas de experiências entre as professoras. O tal olhar para si, também vem à memória as dificuldades encontradas para garantirem sua formação contínua:

A saída para cursar o magistério (Projeto Gavião)⁵ era necessário pois, caso contrário eu não poderia mais lecionar as crianças. Eu só tinha o ensino fundamental maior (5ª à 8ª série) e **de acordo com a Secretaria Municipal de Educação eu precisava ter no mínimo o magistério para continuar dando aula para as minhas crianças.** Então eu percorria nos meses de férias todos os dias o mesmo trajeto. **Percorria os sete quilômetros pensando nas dificuldades que eu passava para poder estudar. Aí eu chegava até a ponte e atravessava de barco para a cidade (Curuçá) e chegar até a escola.** (NEIDE, 2015, grifos nossos).

Quando eu terminei o magistério eu não tinha muita escolha, eu terminei o magistério (Ensino Médio) em noventa e três quando minha mulher estava grávida e nessa época eu não tinha muita escolha e **também não tinha dinheiro para ir para outro canto.** Nessa época, aqui em Curuçá, só tinha o magistério, e destaca que **fez não foi por escolha própria, pois só tinha o magistério e todos queriam cursá-lo.** Só agora estou concluindo meu nível superior com a ajuda do governo no PARFOR⁶, eu já estou terminando o nível superior em Ciências Naturais”. (RENATA, 2015, grifos nossos).

Eu tinha o curso de magistério por não ter outra opção, mas quando passei no concurso para ser professora das séries iniciais, resolvi me dedicar de corpo e alma para poder ensinar tudo o que eu acho correto. “Todo dia para mim é um desafio que a gente vai aprendendo a cada dia e aprendendo também com os alunos” (NAYANE, 2015).

O processo de busca por uma formação profissional, nem sempre condiz com o que os professores almejam para si, as dificuldades passadas em busca dessa formação, deixam marcas significativas em suas experiências de vida e profissão. Pois, apesar de alguns não

⁵ O projeto Gavião é criado a partir desta resolução. No estado do Pará é desenvolvido pela UFPA, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão.

⁶ Programa do governo federal.

terem tido a opção profissional, tem engajamento para quererem uma educação digna. Nos relatos, as professoras afirmam como seus contextos de formação profissional afetam o seu saber fazer docente. E o quanto o espaço não formal (Ilha de Fora) está imbricado nos seus relatos dessa profissão:

No magistério nós discutíamos sobre como ensinar as crianças, aquela parte de psicologia. Mas, nunca entrou em discussão a localidade em que vivemos e muito menos sobre os conhecimentos que a gente traz da nossa vivência na comunidade (NEIDE,2015).

Ninguém nunca trabalhou na universidade com os saberes que a gente conhece no nosso cotidiano, que trazemos dos nossos pais e avós e avós. Eles trabalham superficialmente (Renata, 2015).

Para Imbernón (2011, p. 14), há uma necessária redefinição da docência como profissão, pois na contemporaneidade necessitamos ter uma visão holística do processo educativo, uma vez que, a profissão exerce outras funções: a motivação, a luta contra a exclusão social, a participação, a animação de grupos, as relações com estruturas sociais e com a comunidade. É claro que tudo isso requer uma nova formação: inicial e permanente.

A professora Nayane relata que,

Nunca discuti, esses saberes na universidade, essas discussões iniciaram nas Jornadas Pedagógicas no município, nos encontros com os colegas, que relatamos sobre nossas dificuldades. Sempre os conteúdos de ciências são dos livros didáticos e nunca entra em discussão o que nós aprendemos com nossos pais e avós.

Uma educação do campo deve realmente ser construída com a coletividade, uma vez que a comunidade é parceira da educação escolarizada dos filhos, mas, também não abre mão dos saberes que são repassados entre eles. Vale ressaltar que, a Ilha de Fora, enquanto espaço não formal de ensino possibilita o diálogo entre os saberes científicos e os saberes da tradição. Uma vez que, essas extensões de terras, são e estão ocupados por moradores que convivem harmoniosamente, utilizando as matas e florestas para suas plantações, caça e pesca para sua alimentação, e retirando frutos, folhas e cascas de árvores para utilizar de diversas maneiras (alimentação, remédio, entre outros). Esse espaço não formal de ensino deve ser discutido dentro dos limites de formação docente, a fim de possibilitar aos professores novos olhares para as suas comunidades, revendo conceitos, tanto dos professores, quanto dos alunos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a possibilidade de diálogo entre os saberes da tradição, formação docente campesina e espaços não formais de atuação se faz necessário uma vez que esses

espaços amazônicos possibilitam uma interação diária com a comunidade, pois é com ele e a partir dele que a vida na comunidade acontece. A busca pelo alimento vem dos rios, manguezais e floresta (peixe, caranguejo, camarão, mexilhão, entre outros) dá-se dentro desse espaço, as plantações de mandioca, por exemplo, também são feitas na floresta. Também é da floresta que vem o remédio (plantas, ervas, cascas, entre outros). Assim, o saber da Tradição encontra-se presente dentro das comunidades a partir de cada espaço narrado anteriormente (mar, os rios, mangue, as florestas) ou seja, os seus *saberes da Tradição* se fazem presente na sua sobrevivência diária, na compreensão do seu mundo.

Portanto, ao mirarmos para esse espaço como catalisador de um ensino de Ciências em que os espaços de ensino dialoguem, também se cria novos percursos formativos, primeiro que, a ciência desta forma rompe com a visão estandardizada que é o saber científico, e cria conexões com para trabalharmos também os saberes da tradição. O ensino de Ciências necessita contemplar a complexidade da sociedade em que vivemos e precisa cultivar a cidadania, conectar homem-sociedade-meio ambiente natural.

Segundo, que a formação docente campesina necessita ser discutida para acompanhar as mudanças sociais, educativas e planetárias. Portanto, a formação docente deverá ofertar elementos teóricos, metodológicos, curricular, entre outros, aos professores a fim de, auxiliá-los na construção de sua prática pedagógica. Desse modo, ao apresentarmos como objetivo compreender como a conexão de saberes pode ser concebida, uma vez que as formações dos professores se deram em espaços diferenciados dos seus campos de trabalho docente, faz com que, os professores, ao refletirem sobre o seu papel frente a esses desafios educativos os guiem a uma reflexão-ação, sobre sua própria prática.

Terceiro, que o espaço de atuação docente necessita ser ampliado, principalmente se a escola estiver inserida em um contexto sociobiodiversidade. Desta forma, oportunizar aos professores a trabalharem o ensino de ciências nos seus espaços de vida e atuação docente nos permite perceber a importância e contribuição que emergem desses espaços conectados a educação. Assim, compreendemos que o espaço não formal de ensino vem no sentido de contribuir como um amalgama de saberes em que irá interligar o professor ao seu *espaço* de vivência e atuação docente, ou seja, construindo desta forma uma ponte entre universidade-professor-espaço de atuação docente.

Precisamos romper com a concepção de que só a educação formal (escola), o saber científico consiga contribuir com o processo ensino aprendizagem o espaço não formal de ensino por meio dos saberes da tradição também favorece a percepção, interação e conhecimento (JACOBUCCI, 2008; PIZA, FACHÍN-TERÁN, 2010). Desta forma,

favoreceremos uma formação docente fortalecendo desta forma a relação afetiva, cognitiva e identitária dos professores conectando o saber científico com os saberes de suas comunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 2002.

_____. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 2. Ed.- Brasília: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2018.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING. E. J; CERIOLI. P. R; CALDART. R. S. **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2002.

FERNANDEZ, F. S. **El aprendizaje fuera de la escuela: tradición del pasado y desafío para el futuro**. Madrid: Ediciones Académicas, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social**. [S. l.: s. n.], 2006.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2011.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. **Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica**. Em Extensão, Uberlândia, v. 7, p. 55-66, 2008.

JOSSO, Marie Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida**. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, v. 63, n. 3, p. 413-438, set./dez. 2007.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

MORIN, Edgar. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NÓVOA, Antônio. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

PIZA, A. A. P. **O ensino de ciências e a conservação dos recursos hídricos: uma proposta metodológica usando um espaço não formal**. 141f. 2010. Universidade do Estado do Amazonas (Dissertação de Mestrado 2010. Universidade do Estado do Amazonas

(Dissertação de Mestrado Profissionalizante). Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia. Manaus: PPGEECA, 2010.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SILVA, Marcia Regina Farias. **Ciência, natureza e sociedade: diálogo entre saberes**. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

SOUZA, Selma Maria Ferreira de. **Saberes Docentes, Saberes Indígenas: um estudo de caso sobre o ensino de ciência entre o povo Xukuru do Ororubá**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008, 122p.

**“FALA QUE EU TE ESCUTO”:
UM ESTUDO SOBRE O TELEVANGELISMO E A IGREJA UNIVERSAL DO
REINO DE DEUS (IURD) NAS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

João Afonso dos Santos L. Pantoja¹
Kátia Mendonça²

RESUMO

Atualmente, devido ao advento das mudanças sociais, se evidencia cada vez mais em destaque o avanço tecnológico. Com isso, às denominações religiosas vem utilizando mecanismos de expansão de suas crenças e no Brasil esse fenômeno também vem se enraizando, principalmente nos meios de comunicação. As emissoras de televisão são um dos veículos imediatos e eficazes para a expansão midiática da fé, fenômeno conhecido como Televangelismo. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) vem se destacando através dos recursos televangélico, entre eles o programa “Fala que Eu Te Escuto” que é um dos responsáveis pelo crescimento de sua denominação. Por fim, a partir de uma abordagem hermenêutica, que contou com análise de quatro programas entre os meses de outubro e novembro de 2017. Entende-se que, com o auxílio do seu programa televangélico, a IURD constitui um elemento indissociável na difusão da sua fé, assim como reforça os dogmas aos já convertidos.

Palavras-chave: IURD. Miatização. Neopentecostal. Televangelismo.

ABSTRACT

Currently, due to the advent of social changes, technological advancement is increasingly highlighted. As a result, religious denominations have been using mechanisms to expand their beliefs and in Brazil this phenomenon has also taken root, especially in the media. Television stations are one of the immediate and effective vehicles for the media expansion of the faith, a phenomenon known as Televangelism. The Universal Church of the Kingdom of God (IURD) has been standing out through televangelical resources, among them the program “Fala que Eu Escuta” that speaks for one of the responsible for the growth of its denomination. Finally, based on a hermeneutic approach, which included the analysis of four programs between the months of October and November 2017. It is understood that, with the help of its televangelical program, IURD constitutes an inseparable element in the diffusion of its faith, as well as reinforcing dogmas to those already converted.

Keyword: IURD. Miatization. Neo-pentecostal. Televangelism.

Submetido em: 18.03.2020

Aprovado em: 17.04.2020

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião (PPGCR/UEPA). E-mail: joaoafonso979@gmail.com

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião PPGCR/UEPA.

INTRODUÇÃO

A mídia hodierna é hoje um dos principais meios de construção de comunicação que existe, de modo que ela é utilizada de inúmeras formas, por se tratar de um mecanismo informacional extremamente eficiente. Assim, a maneira como mensagem é passada é tão importante como a mensagem transmitida, pois sem o meio, seria impossível transmitir a mensagem. Sob essa ótica, a televisão desempenha um papel gigantesco na medida que sua mensagem é capaz de alcançar distantes lugares, como foi expresso, pelo conceito de meio e a mensagem de Marshall McLuhan:

Este fato, característico de todos os veículos, significa que o “conteúdo” de qualquer meio ou veículo é sempre um outro meio ou veículo. O conteúdo da escrita é a fala, assim como a palavra escrita é o conteúdo da imprensa e a palavra impressa é o conteúdo do telégrafo. Se alguém perguntar, “Qual é o conteúdo da fala?”, necessário se torna dizer: “É um processo de pensamento, real, não verbal em si mesmo.” [...] Pois a “mensagem” de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas. (MCLUHAN, 2007, p. 22)

A utilidade da televisão no campo religioso se expande de acordo com o interesse de cada vertente. Nesse sentido, a religião analisada é a denominação cristã neopentecostal, cujo nome é Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que também desfruta do fenômeno de mediatização da fé, estratégia conhecida como Televangelismo.

O objetivo desse artigo é buscar se aproximar da compreensão desse fenômeno que advêm de várias transformações estratégicas que têm culminado na aceitação dessa nova proposta de evangelização “iurdiana” para com seus telespectadores, através do programa exibido pelo canal Record TV “Fala que Eu Te Escuto”, transmitido de segunda a sábado as 01:15 da madrugada, e consecutivamente promovendo o crescimento da vertente IURD.

Para o desenvolvimento deste artigo foram utilizados vários livros, artigos, teses que contribuíram para a construção e articulação das ideias presentes no mesmo, além de fortalecer a análise de alguns programas exibidos. Nessa perspectiva, o artigo encontra-se dividido em três partes: a primeira está relacionada a noções iniciais sobre mediatização e teologia neopentecostal; a segunda procura discorrer sobre a denominação IURD, as práticas do Televangelismo e sua relação com sua ideologia e as temáticas sociais discutidas no programa “Fala que Eu Te Escuto”; e a terceira estabelece a relação entre a forma de evangelização contida no programa, destacando os fatores que promovem a aceitação dos telespectadores em relação as suas convicções religiosas.

1. MUDIATIZAÇÃO E TEOLOGIA NEOPENTECOSTAL

A sociedade vivencia novas perspectivas no cenário global, em todas as camadas sociais, proporcionando uma série de mudanças em todos os contextos. Para Fairclough (2006), não é apenas uma única causa que provoca as mudanças sociais, pois, é primordial entender que essas mudanças ocorrem, a partir de intercâmbios entre fatores e causas. Entre estes estão os eventos presentes no meio social como na sua organização, na sua estrutura, nas suas práticas, nas línguas, nos textos e nos discursos.

Nesse segmento, encontra-se o âmbito religioso brasileiro, estreitamente relacionado à utilização dos recursos midiáticos pelas denominações cristãs. Segundo Sgorla (2009), a midiáticação pode ser compreendida como o conjunto de relações que se estabelecem entre as tecnologias de mídia, os campos e os indivíduos. De acordo com o sociólogo Sodré (2002, p. 21 *apud* Sgorla, 2009, p. 62), a midiáticação é entendida como sendo as mediações que se realizam no âmbito social e que tem como foco o processo de comunicação a partir de um tipo particular de interação, que pode ser denominado de “tecno-interação”. Ou seja, a partir da difusão de novas tecnologias, como o rádio, televisão e internet, passa haver relações sociais mediadas por protocolos que se sustenta na lógica midiática. Assim, “[...] a comunicação acontece por meio de fluxos, os quais se desprendem novos e infinitos significados e sentidos que se configuram no feixe de interseção entre tecnologia, indivíduo e estratégia” (SGORLA, 2009, p,05)

O processo midiático - práticas de comunicação referentes ao campo da mídia, sua linguagem e dispositivos - se desenvolve a partir de elementos específicos que conferem um caráter especial, que são: tecnologia, discurso e os aspectos sociais. A tecnologia usada pela mídia possui papel importante porque é através dela que se passa a ter a interação simbólica e novas percepções da realidade, assumido dessa forma, papel de referência. Assim, em posse destes elementos, a mídia estabelece a sua percepção de realidade, dos sentidos atribuídos a vida social através do que é dito e visto. A midiáticação proporciona modificações no indivíduo, atualizando e planejando sua postura em relação ao mundo que o circunda. Nessa perspectiva, conforme Verón (2001, p. 15 *apud* Sgorla, 2009, p. 63) “uma sociedade em vias de midiáticação é aquela onde o funcionamento das instituições, das práticas, dos conflitos, das culturas, começa a estruturar-se em relação direta com a existência das mídias”. Logo, a mídia passa a configurar as relações estabelecidas em sociedade, “a partir de uma temporalidade, espacialidade, estética e ideologia singular” (Sgorla, 2009, p. 63).

O campo da mídia, em sua totalidade também é visto como um meio eficiente para a propagação do fenômeno da globalização. Em contrapartida, esse campo da mídia está sob grande influência dos mais diversos interesses, evidenciando-se no Brasil as emissoras de televisão entrelaçadas a crenças religiosas, predominantemente cristãs, no caso aqui analisada, a igreja Universal do Reino de Deus onde seus preceitos são impostos por inúmeros métodos.

Para compreender o universo da IURD, destacam-se inicialmente algumas características da igreja. Fundada no ano de 1977, na zona norte do Rio de Janeiro, por Edir Macedo Bezerra, a igreja Universal do Reino de Deus cresceu estrondosamente, reunindo adeptos não só Brasil, mais em outros cantos do globo, e este crescimento da IURD muito se justifica pelo fato de estar inserida nos chamados movimentos neopentecostais que tiveram grande ascensão nos anos 70. Tradicionalmente, os movimentos pentecostais são categorizados a partir de três fases ou ondas como ficou conhecida a definição de Paul Freston:

O pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história das três ondas de implantação de igrejas. A primeira que é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911). (...) A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza e três grandes grupos (em meio a dezenas de menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil Para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). O contexto dessa pulverização é paulista. A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) (FRESTON, 1994, p. 70)

Está expansão pode ser explicada por atualizações inovadoras no pensamento neopentecostal que provocaram mudanças nos posicionamentos teológicos, litúrgicos e éticos, em outras palavras “[...] uma forte e eficiente racionalização: organização do dízimo, instituição de uma hierarquia e utilização dos meios de comunicação, da televisão em particular. [...]. São organizações que nascem institucionalizadas, invocam na linguagem litúrgica, na inserção social e participação política” (PASSOS, 2005, p. 93-4).

E a principal razão disso está no fato do neopentecostalismo praticado por essa denominação religiosa estar preocupado não só com a vida espiritual, mas também com a vida terrena, como conceitua Silva (1995):

Promessas de salvação instantâneas, intimidade com o dinheiro, tolerância em relação aos costumes dos fiéis, organização empresarial sofisticada, exploração dos meios de comunicação de massa e técnicas de persuasão enérgicas fazem dos neoevangélicos o McDonald’s da religião contemporânea. (p. 14)

Outro fator que sustenta a IURD está em sua doutrina, alicerçada no combate incansável contra os “demônios” os quais são responsáveis pelo caos vivenciado no planeta como doenças, catástrofes, acidentes, crimes, entre tantas outras crises alarmantes. Há também a teologia da prosperidade, na qual o Bispo Edir Macedo se inspira nos pastores norte-americanos quando prega a libertação de maldições através de doações para Igreja 10% do que recebe, para que assim as forças demoníacas não se apossam de seus bens.

2. O TELEVANGELISMO: O FENÔMENO DE MUDIATIZAÇÃO DA FÉ

Diante das concepções sobre a midiatização e todo o seu processo enfatizado no campo social, logo se destaca que essa prática está enraizada no universo cristão, principalmente nas igrejas protestantes de caráter neopentecostal. Esse processo é essencial para as entidades religiosas na contemporaneidade como instrumento de expansão da sua fé, com o objetivo de atrair fiéis através de programas de televisão. A “midiatização da fé” é um recurso imediato para a propagação das ideologias religiosas, recurso que é conhecido como Televangelismo, que segundo Cunha (2012) é um fenômeno que pode ser explicado da seguinte maneira:

Tal ideia nasceu, evidentemente, no coração do capitalismo, os Estados Unidos, no início do século XX. O pai dessa fé sonante é o americano Essek William Kenyon (1867-1948), um evangelista de origem metodista nascido em Saratoga, Estado de Nova York. Descobriu o milagre do rádio e plantou ali a sua igreja no ar, a ancestral eletrônica dos R.R. Soares e Malafaias da vida. Espalhou então aos quatro ventos o lema que explica as benesses divinas da fartura: “O que eu confesso, eu possuo”. (TEMPLOS ELETRÔNICOS – OS ESPARTALHÕES DA FÉ)

Portanto, o pioneirismo americano desenvolvido no rádio logo propiciou a ascensão religiosa também à televisão, cujo potencial de alcance é exponencial, visto seu caráter como “meio de comunicação de massa”. Não demorou muito para isto chegar ao Brasil, tendo início na década de 1990, conforme Lima (2005) que afirma que a referida tendência foi simbolizada pela compra da TV Record pela Igreja Universal do Reino de Deus, bem como da entrada em funcionamento da Rede Vida de Televisão, ligada à Igreja Católica, em 1995.

O maior avanço é o das igrejas evangélicas neopentecostais, embora, historicamente, a Igreja Católica seja o maior concessionário de emissoras de rádio no Brasil. Em alguns casos, a presença das igrejas como concessionárias é bastante evidente,

como, por exemplo, na programação vespertina dos canais da TV aberta, tanto em VHF como em UHF. (LIMA, 2011, P. 30)

Portanto, a partir desses eventos, muitas outras denominações cristãs compraram emissoras ou então alugaram espaços para “transmitir” sua evangelização aumentando a representatividade destes grupos nos espaços midiáticos brasileiros, buscando atrair, pelos recortes discursivos de maneira convincente e persuasiva.

3. A DENOMINAÇÃO IURD E A PRÁTICA DO TELEVANGELISMO

Nas últimas décadas o movimento neopentecostal brasileiro tem crescido vertiginosamente, decorrente das mudanças sociais que vêm ocorrendo. Portanto, os antigos comportamentos característicos dos pentecostais entre os quais a rigidez nos costumes e na interpretação do evangelho, foram sendo substituídos por uma flexibilização teológica e comportamental, como destaca Nascimento, “De modo que seus fiéis foram liberados para vestir roupas da moda, usar cosméticos e demais produtos de embelezamento, frequentar praias, piscinas, cinemas, teatros, torcer por times de futebol, praticar esportes variados, assistir televisão e vídeos, tocar e ouvir diferentes ritmos musicais” (2012, p. 53).

Entre as denominações que assumiram esta roupagem, está a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que se transformou na mais conhecida e influente instituição religiosa do Brasil. Além da atuação política, a IURD desfruta de um verdadeiro império midiático que incluem emissoras de televisão, rádio, jornais, revistas e sites, estas estão submetidas às ordens da instituição e de seu líder máximo.

Esta estratégica relação com mídia proporcionou a IURD uma rápida propagação de seus princípios religiosos, resultando em um aumento considerável de fiéis. Este fenômeno só se tornou possível a partir do “Televangelismo Iurdiano”, tornando-se um traço característico da denominação na consolidação da sua teologia.

A IURD através da rede Record utiliza sua verdade bíblica com o intuito de aumentar ainda mais a credibilidade de sua teologia. Ao longo dos programas e cultos os pastores pregam que só é feliz quem faz parte da IURD. As pessoas aparecem dando testemunhos, dizendo-se livres dos mais diversos problemas, sejam eles emocionais ou até mesmo financeiros. (NASCIMENTO. 2012, p. 69)

Portanto, sob este palanque propagandístico, a IURD consegue atingir uma grande massa de indivíduos das mais diversas localidades geográficas, levando para estes locais a sua mensagem e o seu proselitismo religioso. Este evangelismo eletrônico se destaca não somente por enfatizar a figura do pastor ou bispo, mas também por destacar a imagem dos fiéis,

principalmente durante a exposição dos testemunhos dos milagres alcançados, os quais servem de vitrine para a denominação, com o objetivo de ratificar ao telespectador o poder imensurável de Deus e da igreja no combate as trevas que buscam a destruição de toda a criação divina. Através deste discurso cruzadístico contra as forças malignas, a IURD procura ganhar novos adeptos oferecendo-lhes a esperança de cura e de prosperidade financeira, assim como a salvação eterna, tudo isso difundido através de programas que expõem dramas individuais ou coletivos, os quais foram superados pela força da fé.

Assim, esta “espetacularização” da fé, feita em escala industrial pelos programas televangelísticos da IURD está alicerçada a partir de uma lógica de consumo, na qual os fiéis internalizam modelos sociais a serem seguidos. Desse modo, verifica-se uma associação entre a fé “iurdana” e o acesso ao consumo no qual as pessoas convertidas crêem, que a conquista de bens materiais aliadas a ascensão social evidencia ação do divino em suas vidas. Isso mostra “como as camadas populares convertidas ao pentecostalismo veem representados seus desejos de participar do processo simbólico que reafirma os poderes de uma sociedade que reifica a cultura do consumo” (NASCIMENTO, 2012, p. 73).

Desse modo, é possível perceber na programação religiosa pertencente a IURD, uma constante construção de sua identidade religiosa. Contudo, adaptando a sua mensagem à vida material e cultural de seus fiéis, a fim de fornecer explicações sobre como viver e justificar o seu atual *status* social. Dessa forma, fica evidente como a IURD pode unir em seu âmago, através do avanço tecnológico, a propaganda religiosa, presente nos programas evangélicos, e as necessidades do mercado. Isso constitui uma nova forma de expansão de suas doutrinas, que a cada instante dispõe de espaço na emissora de televisão Rede Record, através de vários programas, entre eles está o programa “Fala que Eu Te Escuto”, se solidificando cada vez mais e, ao mesmo tempo, buscando a adesão de novos adeptos.

4. O PROGRAMA DE TELEVISÃO “FALA QUE EU TE ESCUTO” COMO MECANISMO DE EVANGELIZAÇÃO

Dentre todos os programas evangélicos desenvolvidos pela IURD, o programa “Fala que Eu Te Escuto” apresenta algumas peculiaridades pouco comuns no que tange ao gênero. Portanto, a sua excepcionalidade no cenário midiático evangélico torna-o um fenômeno socioreligioso fundamental para a compreensão do pensamento “iurdiano”, particularmente com a apreensão dos mecanismos de evangelização utilizados pelo mesmo. Exibido durante as madrugadas, o programa “Fala que Eu Te Escuto” apresenta uma estrutura muito semelhante aos programas não religiosos apresentados em outras emissoras de televisão,

muito embora “a estrutura do programa seja quase sempre a mesma, isto é, a primeira parte contendo mais ou menos de 25 a 30 minutos para as reportagens, segunda para a participação dos fiéis (em torno de 25 minutos), momento de oração e a despedida” (NASCIMENTO, 2012, P. 75).

Criado no final dos anos 90, o programa “Fala que Eu Te Escuto”, inicialmente, se dedicava a exposição de temas religiosos. Entretanto paulatinamente o programa foi aos poucos assimilando características jornalísticas, abordando temas relacionados à violência, estética, drogas, prostituição, mídias sociais e outros.

Esta forma de abordagem, característica dos programas jornalísticos e de entretenimento, é uma estratégia para atribuir credibilidade ao programa e suscitar um maior interesse por parte dos telespectadores. Portanto, ao adotar está postura, a IURD, busca transparecer um suposto discurso de “neutralidade”. Contudo, o programa se utiliza do discurso proselitista neopentecostal com o intuito de difundir os seus princípios de fé. Portanto, a principal finalidade do programa “fala que eu te escuto” não seria converter, mas atrair os telespectadores para o seu estabelecimento religioso.

É no interior dos templos que a pregação ou a oferta mágico-religiosa da igreja pode se tornar plausível, isto é, romper o ceticismo e barreiras que impeçam o virtual adepto de se entregar a Jesus, mudar de religião e de se manter na nova comunidade religiosa. (NASCIMENTO, 2012, p, 78)

Logo ao examinar o conteúdo e a estrutura do programa “Fala que Eu Te Escuto” percebe-se como se estabelecem os mecanismos de evangelização direcionados aos telespectadores, a partir das problemáticas contidas no cotidiano social, promovendo formas de convencimento sobre uma nova existência onde esses problemas deixam de existir, desde que mantenha a sua fé inabalável em Deus, com a mediação da igreja.

5. AS TEMÁTICAS SOCIAIS APRESENTADAS NO PROGRAMA “FALA QUE EU TE ESCUTO” E AS SUAS RELAÇÕES COM AS CONCEPÇÕES DA IURD

Um traço marcante do programa “Fala que Eu Te Escuto” é a exibição de reportagem no início da atração. Já os temas exibidos são os mais variados possíveis, os quais estão relacionados geralmente a problemas de natureza social, como a violência doméstica, problemas financeiros, crises de relacionamento, sexualidade, estética, comportamentos antissociais, entre outros. O programa adota uma dinâmica semelhante aos *talk shows*

americanos, onde o apresentador e um grupo de convidados, geralmente especialistas, discutem o tema pautado.

Este formato do programa, apesar de controverso, tem obtido significativos resultados em audiência, no aumento do reconhecimento da instituição e das suas principais ideias no cenário nacional.

Ao discutir sobre essas práticas é comum encontrar no programa a participação de telespectadores via telefone, Twitter, Facebook, e/ou WhatsApp, que interagem e expõem suas opiniões acerca do assunto discutido. Assim, a IURD busca de modo estratégico através de seus pastores e bispos, envolver seus telespectadores, de forma a criar uma identificação com os problemas apresentados, e assim, sem que percebam, envolvê-los em conjunto de crenças.

Através dos testemunhos apresentados procura-se levar aquele espectador a pensar que através da IURD é possível ter uma vida feliz novamente, que a participação da “Terapia do Amor” em qualquer templo da IURD num sábado à noite que, diga-se de passagem, foi uma escolha estratégica em relação ao dia, porque é neste dia que as pessoas costumam sair para passear, ir ao cinema, namorar e etc. Mas que está sozinho por algum motivo e com o coração partido encontra consolo e esperança neste ritual. (NASCIMENTO, 2012, p, 86)

Portanto, ao analisar o conteúdo do programa de televisão destacado, percebe-se o quanto ele tenta ser abrangente e manter-se inteirado quanto aos acontecimentos do cotidiano dos seus telespectadores, para que a mensagens televangelísticas “iurdianas” alcancem o maior número de pessoas possíveis, sem que para isso precise cair nos clichês televangelistas tradicionais. Assim, partindo de temáticas sociais dos indivíduos, a denominação IURD procura internalizar em seus telespectadores a sua forma de ver o mundo, aumentando de maneira preponderante o seu contingente de fiéis.

6. MÍDIA, EVANGELIZAÇÃO E AS PRÁTICAS DA IURD

No processo de midiaticização se tem uma forma peculiar de interação, entre tecnologia e o meio social, sendo que a mediação entre esses dois aspectos é feita pelo processo comunicacional, onde se tem as construções de sentidos por intermédio da linguagem, imagem e os discursos. Assumindo a mídia como um meio de interação de referência na sociedade atual, principalmente no que tange a construção de sentidos, pode-se considerar que a própria organização social se estabelece a partir deste meio (Braga, 2006 apud Grohmann; Mauro, 2015, p. 249). Esta organização se firma nos ângulos da realidade que a mídia se propõe a apresentar. Segundo Bourdieu (1997), as percepções que os indivíduos possuem a

respeito da realidade a partir da mídia são, na verdade, recortes que são apresentados como se referindo ao todo real. Com este trabalho de recorte do real através do qual não é possível ter a visão da totalidade, a mesma impõe suas visões de mundo e controla as ações dos indivíduos, sendo isto característico de seu poder e “violência simbólica”. Este conceito trabalhado por Bourdieu tem como fundamento a cumplicidade entre os envolvidos na violência, os legitimadores da mesma e os oprimidos por ela.

O programa “Fala que Eu Te Escuto”, através dos temas que são apresentados, se utiliza de recortes de determinados aspectos da realidade social para propagar suas mensagens religiosas. Porém, esta propagação atualmente, através do programa, não perpassa totalmente a abordagem teológica - o que não é tido como adequado ao mundo do entretenimento e dificilmente é capaz de gerar grandes audiências. De forma geral, os temas tratam dos problemas cotidianos das pessoas, como os já citados programas que abordaram a questão do “Divórcio” e do “Baile Funk”, assim como também, os que trabalharam problemas do vício em drogas, da prostituição, os perigos das redes sociais, etc. Observa-se que aos temas apresentados lhes são exagerados a importância, não que não sejam assuntos importantes a serem tratados, mas a forma como são apresentados através de imagens que, comumente, exprimem profunda tristeza, dos testemunhos de pessoas que enfrentam os problemas destacados e da linguagem utilizada pelo apresentador, tem-se os elementos pertinentes para a instituição religiosa propagar seu discurso. Este exagero no recorte de determinado aspecto social é uma prática comum no âmbito televisivo, levando-se em consideração que “a televisão convida à dramatização” (Bourdieu, 1997, p. 25, de quem é o destaque?). A dramatização é importante porque é através dela que a disseminação de determinado discurso se torna mais eficaz. Logo, a utilização dos problemas do cotidiano pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em seu programa gera um processo de identificação do telespectador que se intensifica com a abertura de espaços para debates, questionamentos, etc. Esta é, normalmente, a proposta dos ditos programas-realidade que tem por finalidade trabalhar midiaticamente os sofrimentos do cotidiano.

Na medida em que aborda temas muito caros a muitos brasileiros, o programa acaba estimulando a participação do público, que se dá por meio de um quadro chamado “o povo fala”, no qual as opiniões de outras pessoas são ouvidas por meio de enquetes nas quais as pessoas podem escolher o tema, o que sem dúvida instiga os telespectadores, pois muitos desses temas são bastante polêmicos. Outra forma de participar do programa é por meio de telefonemas, e-mails e Skype, onde o telespectador pode conversar ao vivo com o bispo ou com pastor. Essa forma de conduzir o programa, permite a interação entre diversos tipos de

público, não havendo uma uniformidade entre aqueles que participam. Esse recurso tem como finalidade última, como todo programa televangélico, atingir o maior número de pessoas e, quem sabe, convertê-las.

Os indivíduos constroem suas identidades a partir de valores culturais e dos artefatos simbólicos social e historicamente disponíveis. Não é diferente com a identidade religiosa. Mais do que mero resultado de condições concretas de materialidades presentes nas vidas de indivíduos e grupos, a autopercepção religiosa decorre, sobretudo, de um sentimento de identificação com um discurso (LEAL, 2008, p.98).

O evangelismo praticado pela IURD, a partir de seu programa “Fala que Eu Te Escuto”, busca a identificação do fiel ou não fiel com as problemáticas levantadas e oferece, em contrapartida, sua mensagem religiosa como subterfúgio para os problemas. Esse duplo da problemática e da mensagem presente em seu “discurso religioso espetacular” se apresenta como um grande atrativo, levando-se em consideração as dificuldades que cotidianamente os indivíduos precisam enfrentar no meio social. Desta forma, a visão de mundo da Igreja é exposta e sua ampla aceitação por parte dos telespectadores do programa, consoante as questões pontuadas, perpassa pela apresentação midiática que a instituição religiosa faz das questões sociais, estando sob a interação fundamentada na relação entre as tecnologias e os discursos e o meio social que o conceito de midiatização, trabalhado neste artigo, propõe.

CONCLUSÃO

Na atualidade o campo midiático, a partir de mecanismos que se mostram hábeis no sentido de controlar, ou mobilizar, as vontades e sentimentos dos indivíduos, conforme o que é conveniente aos seus interesses e também renda pontos no Ibope (popularidade). Isto expressa seu caráter de dominação, na medida em que suas percepções de realidade são facilmente aceitas e dificilmente se tem a preocupação em questionar as posturas que a mídia assume diante de determinada temática.

Neste aspecto, essa dominação se caracteriza como carismática, uma relação entre os fiéis e o líder religioso, como expressado pela tipologia de Max Weber:

Dominação carismática em virtude da devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: a faculdades mágicas revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem a fonte da devoção

pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou séquito. O tipo que manda é o líder (...). O quadro administrativo é escolhido segundo seu carisma e vocação pessoais e não devido à sua qualificação profissional (...) falta aqui o conceito racional de competência assim como o estamental de privilégio (...). A administração (...) carece de qualquer orientação dada por regras, sejam elas estatuídas ou tradicionais. São características dela (...) a revelação ou a criação momentânea, a ação e o exemplo, as decisões particulares, ou seja, em qualquer caso (...) o irracional. (WEBER, 2001; p.134-5)

Assim, descrevemos em um primeiro momento o processo de mediação da sociedade moderna, e de como isso trouxe mudanças significativas no modo como as pessoas se relacionam e também constroem as suas identidades. Esse processo trouxe uma alteração no modo como a religião, em especial o segmento neopentecostal se adaptou e passou a fazer uso desses mecanismos com o intuito de espalhar a sua mensagem religiosa. Dentro desse panorama encontramos o televangelismo iurdiano, representado aqui pelo programa “Fala que Eu Te Escuto” que, ao longo dos anos, tem sido o seu principal produto religioso, e que se destaca pela criatividade e versatilidade na sua evangelização. Outro traço que marca esse segmento está na sua teologia da prosperidade que marca uma transformação importante, já que agora não só as preocupações do mundo espiritual devem estar presentes, mais também as preocupações terrenas, pois é pelas manifestações de Deus na vida do fiel que se faz possível saber qual será o seu destino após a morte.

Assim sendo, os resultados obtidos com essa investigação podem constatar que o programa “Fala que Eu Te Escuto” é o principal *front* religioso da Igreja Universal do Reino de Deus, tendo como uma das suas principais finalidades servir como “isca”, atrativo, para que os espectadores conheçam as doutrinas da igreja e posteriormente tenham a curiosidade de frequentá-la efetivamente para, em seguida, a ela se converterem.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Templos Eletrônicos – Os espertalhões da fé. Observatório da Imprensa**, 10 Jan. 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2001.

FRESTON, PAUL. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

GASPARETTO, P. R. **A Complexidade do Conceito de Mídia e a Construção de Novas Comunidades de Pertencimento.** In: II Colóquio Semiótica das Mídias, ISSN: 2317-9147, 2013, Japaratinga - Alagoas.

GROHMANN, R; MAURO, R. **O Potencial Teórico do Conceito de Mídia e os Estudos Sobre Classes Sociais na Comunicação.** *Novos Olhares*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 246-257, 1º semestre de 2015.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **Jornalismo e construção da identidade espírita: os enquadramentos sobre o médium Zé Arigó nos periódicos “O Dia” e “Jornal do Brasil”.** In:

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das Comunicações: História, Poder e Direitos.** São Paulo: Paulus, 2011.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia: Teoria e Política.** São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem.** São Paulo: Cultrix, 2007.

NASCIMENTO, Cleoneide Moura. **“Fala que eu te escuto” Espetáculo Universal da Fé.** Tese de qualificação de doutorado: programa de Pós-Graduação em sociologia do centro de ciências humanas, letras e arte. UFPB, 2012.

OLIVEIRA, Derli Machado de. **Entre a Fé, a Obra Social e a Publicidade: Uma Análise Crítica do Discurso da Responsabilidade Social da Igreja Universal do Reino de Deus.** Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. UFRN, 2013.

SGORLA, Fabiane. **Discutindo o “Processo de Mídia”.** *Mediação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 8, p. 59-68, jan/jun 2009.

PASSOS, João Décio. **Pentecostais: Origens e Começos,** São Paulo, Paulinas, 2005.

PATRIOTA, Karla Regina Macena Pereira. **Fala que eu te escuto: Na Era do Entretenimento, a Doutrina é o Espetáculo.** (encipecom.metodista.br)

WEBER, Max. **Textos Coligidos.** São Paulo: Ática, 2001.

VÍDEOS ETNOGRÁFICOS



II Feira Cultural Quilombola, Salvaterra-PA: arte, música e sabores

II Quilombola cultural fair, Salvaterra-PA: art, music and flavors

Karley Ribeiro e Luis Junior Costa Saraiva

SINOPSE: A produção fílmica que se apresenta é resultado de uma pesquisa realizada em Salvaterra-Marajó-Pará sobre as experiências na II Feira Cultural Quilombola, Salvaterra-PA: arte, música e sabores.

SYNOPSIS: The film production presented is the result of research carried out in Salvaterra-Marajó-Pará on the experiences at the II Quilombola Cultural Fair, Salvaterra-PA: art, music and flavors.

PALAVRAS-CHAVE: Salvaterra-Marajó-Pará, saberes, Feira Cultural Quilombola.

KEYWORDS: Salvaterra-Marajó-Pará, knowledge, Quilombola Cultural Fair

FICHA TÉCNICA:

Produção: Karley Ribeiro, Luis Junior Costa Saraiva.

Operador de Câmera: Karley Ribeiro;

Edição: Jéssica do Socorro Leite Corrêa

Roterista/Texto: Karley Ribeiro & Luis Junior Costa Saraiva

CREDITS:

Production: Karley Ribeiro, Luis Junior Costa Saraiva.

Images/Camera person: Karley Ribeiro

Edition: Jéssica do Socorro Leite Corrêa

Scriptwriter/Text: Karley Ribeiro & Luis Junior Costa Saraiva

Nova Revista Amazônica

novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com